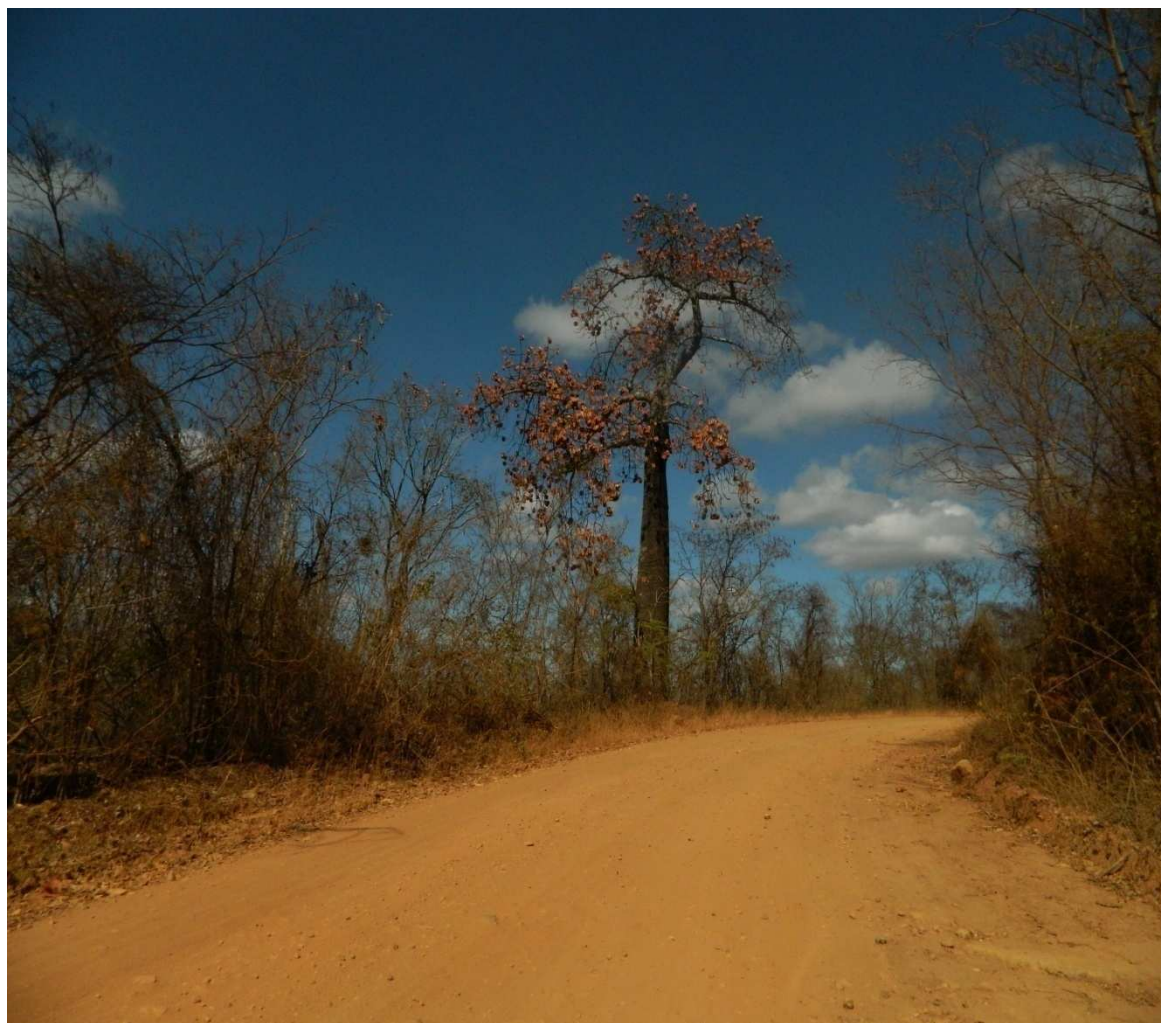


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**A NATUREZA DE UM TERRITÓRIO NO SERTÃO DO NORTE DE MINAS
GERAIS: A ação territorial dos Xakriabá**



CÁSSIO ALEXANDRE DA SILVA

**UBERLÂNDIA- MG
2014**

CÁSSIO ALEXANDRE DA SILVA

A NATUREZA DE UM TERRITÓRIO NO SERTÃO DO NORTE DE MINAS

GERAIS: A ação territorial dos Xakriabá

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos

Uberlândia-MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586n Silva, Cássio Alexandre da, 1971-
2014 A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais : a
ação territorial dos Xakriabá / Cássio Alexandre da Silva. - 2014.
267 f. : il.

Orientador: Rosselvelt José Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Territorialidade humana - Teses. 3. Índios
Xakriabá - Minas Gerais - Teses. 4. Índios Xakriabá - Posse da terra -
Teses. I. Santos, Rosselvelt José, 1963-. II. Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

CÁSSIO ALEXANDRE DA SILVA

“A NATUREZA DE UM TERRITÓRIO NO SERTÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS: A AÇÃO TERRITÓRIAR DOS XAKRIABÁ”.



Prof. Doutor Rosselvelt José Santos - UFU



Profª. Doutora Maria Geralda de Almeida – UFG



Professor Doutor Rômulo Soares Barbosa – UNIMONTES



Profª. Doutora Beatriz Ribeiro Soares - UFU



Profª. Doutora Adriany de Ávila Melo Sampaio – UFU

Data: 09 / 05 de 2014

Resultado: Aprovado com distinção

DEDICATÓRIA

Dedicar é ato de doar, amar,
assim doo às boas “almas” que acreditam
no amor verdadeiramente cristão, às forças da natureza
e às pessoas que me rodeiam de boas energias
e muita dedicação amorosa.

AGRADECIMENTOS

Como alguém que tenta ser cristão, tenho de agradecer a todos. Mas, com muita dádiva divina, agradeço especialmente ao meu irmão Darlan, pela sua alegria “explosiva” em lágrimas quando eu lhe disse que havia passado no doutorado. Estendo isso a Papai e Mamãe, que tentam lapidar o “burro bravo” que geraram com muito amor, e à minha irmã, simplesmente, carinhosa e bondosa. Minha construção familiar divina.

“À luz” que tive, em fazer o doutorado, por meus filhos, Pedro Emanuel e Maria Clara, preocupado com o massacre do “Capital Selvagem”. Que as adversidades terrenas geradas pela humanidade que briga por um “lugar ao sol” não os deixem se prostituir hipocritamente, pois a esperança existe junto de outros bons caminhos. Danem-se o capital e os capitalistas. E à mãe desses filhos, a qual me apoiou. Eis a escolha e a minha atitude. Como diria Raul Seixas em “Sociedade Alternativa” (1974): “Então vá! Faze o que tu queres, há de ser tudo da lei!”.

Aos amigos que sempre apostaram em mim, mesmo com dúvidas sobre o que penso ou realizo, principalmente aos da academia, boas e verdadeiras ajudas, algumas; e, principalmente, aos AMIGOS, que, com uma “forcinha”, aqui ou acolá, emprestaram materiais e literaturas, deram abrigo em Uberlândia, compraram livros em outros locais, lembraram sempre do trabalho, fizeram mapas, indicaram algum documento ou fonte para enriquecer a pesquisa, e ajudaram com sinceras energias.

Ao povo Xakriabá, às suas lideranças, por mostrar outros caminhos de verdades humanas e o entendimento de uma verdadeira e persistente labuta por um mundo comum e melhor. Ao interlocutor desse povo, Adailton (Joe Caverna – Nenzinho), o amigo, um “cara” dadivoso, como se fosse colocado ali naquela terra sertaneja para ajudar almas, que contribuiu de todas as maneiras possíveis e até impossíveis, um amigo verdadeiro. Ao Cacique Domingos e à liderança Hilário, homens “diferentes”, por entender a essência comunitária.

Aos AMIGOS que vivem na região, o sertão, e são conhecedores dos costumes e políticas que envolvem as terras e a história. Aos que fiz nas relações do povo com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Caroline Willrich, a Thiago e a Carlos, além de muitos outros nos diversos trabalhos de campo que realizei.

Ao professor, orientador, Rosselvelt José Santos, pelas palavras acadêmicas, o meu respeito; e aos amigos do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo da UFU, sempre prontos em ajudar com uma ou outra documentação atrasada ou burocraticamente perversa. Às instituições, que, de uma maneira ou de outra, estão por trás das pessoas, e que puderam colaborar com uma ou outra informação importante na leitura dessa análise. À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, pela bolsa de estudo.

Ao amor construído; à fé; à razão “quase burra”; “as almas livres escalando sonhos impossíveis”, como em Cervantes (1605), assim como “à alma, é isso que preenche”; é o que espero; aos lindos embarés contemplados no sertão, que espocam naturalmente na “hora certinha” de gerar a vida verdadeiramente simples, são-franciscana. A Andréa Maria.

Só agradeço!

Somos quem podemos ser¹... trechos autobiográficos

Natural do sertão do norte de Minas, aqui fui gerado, após a caminhada de minha mãe e meu pai pela linha férrea do trem, em 14 de abril de 1971²;ela em dores de parto, e meu pai com pedaços de pau, em punho a defender a geradora e o filho que poderiam ser atacados por cachorros ou por pessoas do mal.

No primário e ensino fundamental, só estudava mediante leituras de enciclopédias ou almanaques, mas frequentava as bibliotecas públicas; pouco lia, e com muito esforço tentava fazer as tarefas da área exatas. Em 1987, ainda, lembrava-me da manchete nacional na TV sobre a chacina de índios no interior do norte de Minas. No Ensino Médio de Técnico em Agropecuária, a paixão foi por criar abelhas e fazer parto em porcas. Porém com os bovinos e equinos, identificar o sexo já era difícil. No trabalho, sempre estive presente desde cedo. Engraxava sapatos, efetuava cobranças de bicicleta, esforçava-se para ganhar o mínimo para ir ao *matiné* de domingo, em que pude assistir *Cidade em Chamas*(1979) e *O Selvagem da Motocicleta*(1983); o início “de uma cultura”. Visita a museus e idas ao teatro aconteceram somente com o dinheiro pago para entrar.

Depois de mais de 6 tentativas de vestibulares, cheguei ao ensino superior, em 1992 por meu esforço e graças a ideias e indicações de amigos do Espeleó Grupo Peter Lund, em que eu já realizava trabalhos voluntários e era totalmente autodidata nas áreas de meio ambiente, geografia, história, defesa civil e ações humanas.

Já graduado em Dezembro de 1995, em 1996, comecei a Pós-Graduação em Geografia Regional do Brasil e Minas Gerais, momento em que descobri, em um baú de minha residência, vários livros antigos de Geografia. No mesmo ano, mudei-me do sertão dos currais para o sertão das minas e fui lecionar em Grão Mogol - MG, onde casei-me e tive filhos. Retornando a Montes Claros para estudos e morar com a família, esforcei-me por uma melhor qualidade de vida.

Outras pós-graduações se realizaram. A de Turismo e Desenvolvimento Regional, e o mestrado em Geomorfologia, sendo esse último abortado por questões pessoais. Somente retornei ao mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, em que tive abertura de novos horizontes acadêmicos. A dissertação foi sobre populações tradicionais ameaçadas pelo território de Unidade de Conservação-UC (momento de resgate histórico de atividades do Espeleó Grupo Peter Lund no Peruáçu, no qual tive contato pela primeira vez com os índios, os Xakriabá, em reuniões de conselhos e visita à nascente do rio Peruáçu, próximo a Aldeia Peruáçu), assim desterritorializando os povos das comunidades, concluído em 2007. Em 2009, fui aprovado no doutoramento com muitos sonhos acadêmicos, como quase um pesquisador que passa por metamorfose com as múltiplas inteligências e saberes.

¹ Letra e música dos Engenheiros do Hawaii, os caras que foram para a Universidade e tornaram-se estudantes de rock'n'roll. Parte da letra: “Somos quem podemos ser, sonhos que podemos ter”.

² Dia do Pan-Americanismo; em 1912, o Titanic naufragou com vários amores a bordo; em 1982 a Inglaterra enviou tropas às Malvinas e venceu a disputa contra a Argentina; em 1983, conheci um “futuro amor” estudantil, daqueles eternizados, coisas espirituais ou somente terrenas; em 1987, a URSS reatou as negociações com a China para normalizar suas relações; na Capa da *Folha de S.Paulo* nº15.277, a manchete principal era: “O Brasil vai crescer mais que o Japão”; e na página 6, a manchete era “Salário-mínimo-aula: MEC veta projeto”.Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/04/14/2/>>. Acesso em: 6 out. 2012.

AMOR DE ÍNDIO

Beto Guedes³

Tudo que move é sagrado
E remove as montanhas
Com todo o cuidado
Meu amor

Enquanto a chama arder
Todo dia te ver passar
Tudo viver a teu lado
Com arco da promessa
Do azul pintado
Pra durar

Abelha fazendo o mel
Vale o tempo que não voou
A estrela caiu do céu
O pedido que se pensou
O destino que se cumpriu
De sentir seu calor
E ser todo

Todo dia é de viver
Para ser o que for
E ser tudo

Sim, todo amor é sagrado
E o fruto do trabalho
É mais que sagrado
Meu amor

A massa que faz o pão
Vale a luz do teu suor
Lembra que o sono é sagrado
E alimenta de horizontes
O tempo acordado de viver

No inverno te proteger
No verão sair pra pescar
No outono te conhecer
Primavera poder gostar
No estio me derreter
Pra na chuva dançar e andar junto

O destino que se cumpriu
De sentir seu calor e ser tudo
Sim, todo amor é sagrado

³É cantor, compositor e multi-instrumentista brasileiro. Nascido em Montes Claros, faz parte do movimento musical do “Clube da Esquina”, junto com Milton Nascimento e outros mineiros.

RESUMO

O projeto de pesquisa intitulado “A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: A ação territorial dos Xakriabá” é a conclusão de doutoramento em Gestão do Território, área de concentração do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. No processo de “movimento” entre o empírico e a teoria, propusemo-nos a estudar o território. A proposta da pesquisa, ora apresentada, permeia duas importantes questões. A primeira abrange o estudo multidimensional do território e a segunda, as relações existentes entre o território e a comunidade na “luta e resistência” constante pela ampliação até o Rio São Francisco, dentro da dimensão espaço-temporal. A tese que construímos e fazemos defesa é a de que o povo Xakriabá constitui ações de multidimensões territoriais, caracterizadas de ação territorial – ato de se organizarem socioespacialmente às margens do Rio São Francisco, no interior do norte de Minas Gerais, desde o século XVIII. O objetivo geral é compreender analiticamente o território Xakriabá a partir das suas multidimensionalidades, bem como a sua constituição territorial nos processos espaço-temporais. Para tal, é importante identificar a dimensão das práticas e das relações sociais; compreender na dimensão das representações e da linguagem a análise de discurso sobre o território na perspectiva geográfica; analisar a dimensão histórica; e mapear os “territórios” reconhecidos. O território apresenta em sua constituição várias territorialidades, sendo de natureza material e simbólica. A justificativa revela-se pelo estudo e análise multidimensional a respeito da categoria território, além de elementos de reconhecimento e representações sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais, geográficas e históricas no território ancestral dos povos Xakriabá às margens do Rio São Francisco. A metodologia básica é constituída de trabalhos de campo como pesquisador participante; registros fotográficos; entrevistas semiestruturadas, comparações documentais; cartografia de territórios, com destaque para a análise de discurso. O reconhecimento do território ancestral se constitui no regaste das representações culturais, e nas relações dos saberes e fazeres. Esse documento busca contribuir para outras análises das relações indígenas na construção de seu território; territorialidades; e as ações territorializar etnogeograficamente.

Palavras-chave: Território. Xakriabá. Multidimensões. Ação territorial. Análise de discurso.

ABSTRACT

The research project entitled “The nature of a territory in the sertão of Minas Gerais’ north area: The action ‘territorial’ of the Xakriabá”, is the conclusion of a PhD in Planning Area Management, a concentration area from the Geography Institute’s Graduation Program from the Federal University of Uberlândia – UFU. In the “movement” process between empiric and theory, we proposed to study the territory. The purpose of this research permeates two important issues. The first covers the multidimensional study of the territory and the second encompasses the relationship between the territory and the community in the constant “struggle and resistance” around the expansion to the São Francisco River, within the space – time dimension. The thesis that we constructed and defend is that the Xakriabá people do multidimensional territorial actions, characterized as – territorial action – which is the act of socio-spatially organize itself at the banks of the São Francisco River, in the north countryside of Minas Gerais since the eighteenth century. The overall goal is to analytically understand the Xakriabá territory from its multidimensionality as well as its territorial constitution in spatial-temporal processes. In order to do so, it is important to identify the extent of the practices and social relations; to understand, through the dimension of representations and language, the discourse analysis about the territory in a geographical perspective; to analyze the historical dimension; and to map the recognized “territories”. The territory presents in its constitution several territorialities of material and symbolic nature. The justification is revealed by the study and multidimensional analysis concerning the territory category, as well as elements of recognition and social, economic, political, environmental, cultural, geographical and historical representations in the ancestral territory of the Xakriabá people in the banks of the São Francisco River. The basic methodology consists of fieldwork as a participant researcher, photographic records, semi-structured interviews, document comparisons, mapping territories and especially the analysis of discourse. The recognition of ancestral territory constitutes the ransom of cultural representations, as well as the relations between knowledge and practice. This paper seeks to contribute to other analyses of indigenous relations in the construction of its territory, territoriality and the actions “territorial” etno-geographically.

Keywords: Territory. Xakriabá. Multi-dimensions. Territorial action. Discourse analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa conceitual e estrutural da pesquisa-organograma da tese	46-47
Figura 2 – Arranjos espaciais e suas relações.....	55
Figura 3 – Legenda do Mapa da Capitania de Minas Gerais.....	97
Figura 4 – Modos de tratamento e intervenções dos povos indígenas Xakriabá.....	176
Figura 5 – Estrutura didática: os componentes que configuram a ação territorial	231

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Faixa expressando o sentimento das lideranças jovens femininas em encontro na Aldeia	155
Foto 2 – Faixa de denuncia da situação e de repúdio à violência, reivindicação feita o encontro das lideranças jovens femininas, um “grito”	155
Foto 3 – Encontro de lideranças jovens femininas, momento de concentração da comunidade na luta cotidiana nas aldeias	155
Foto 4 – Reivindicação da demarcação do Território no Encontro de lideranças jovens femininas na aldeia	155
Foto 5 – Em Audiência Pública dos Direitos Humanos no município de São João das Missões-MG, lideranças dançam o Toré, momento de reivindicação do território	159
Foto 6 – Na aldeia central do Brejo Mata Fome, durante o momento de aula, os adolescentes dançam em roda, preservando os seus costumes e tradições.....	159
Foto 7 – Em trabalho de campo, conhecemos Lagoa Sagrada na Rancharia e parte da sua história, ao fundo com paisagem cárstica.....	161
Figura 8 – Deslocamento na Terra Indígena Rancharia (TIR), momento de trabalho de campo de reconhecimento de retomada	161
Foto 9 – Projeto de Viveiro de Mudas – Aldeia Barreiro Preto. Os projetos ambientais são prioridades dentro das comunidades.....	165
Foto 10 – Mudas no viveiro, experiência de revitalização das nascentes, pois essas são fontes de água sagradas para a comunidade e estão presentes por toda a terra indígena.....	165
Foto 11 – Cisterna de Bica, Aldeia Barreiro Preto, alternativa de convivência com a seca, prioridade entre os projetos	166
Foto 12 – Cisterna Calçadão. Aldeia Barreiro Preto, onde em tempo de estiagem o espaço é utilizado nas tarefas cotidianas, commo secagem de grãos.....	166
Foto 13 – Prensa de fabricação de tijolos, Aldeia Bareiro Preto. Modelo alternativo de Bioconstrução	167
Foto 14 – Tijolos fabricados na comunidade, Aldeia Barreiro Preto, incentivo ao uso de tecnologias socioambientais	167
Foto 15 – Equipamentos de conservação de materiais na Casa de Medicina, Aldeia Barreiro Preto. Projeto realizado com a UFMG	168
Foto 16 – Casa da Medicina Tradicional Xakriabá Aldeia Caatinginha, onde a tradição e a modernidade conjugam os saberes e o conhecimento	168

Foto 17 – Casa de Cultura, espaço de representações culturais na Aldeia Sumaré I. Momento de trabalho de campo, vivenciado com as relações de conhecimento entre a tradição e modernidade	169
Foto 18 – Arquitetura da Casa de Cultura, construção realizada a partir de doação de instituição estrangeira. Buscou-se o uso de tecnologias sociais na construção.....	169
Foto 19 – Expressão da Onça Iaiá em Pintura no pano-artesanato Xakriabá – exposto em Mesa durante Audiência Pública no Brejo Mata Fome. A onça representa força e proteção ao território	179
Foto 20 – Expressão da Pintura Corporal, pintada na costa, em momento de manifestação coletiva na Festa no dia do Índio no Brejo Mata Fome. A Pintura representa a força das águas e união do povo	179
Foto 21 – Índio em dança na comemoração do Dia do Índio em 19/04/2009. Manifestação coletiva no Brejo Mata Fome	179
Foto 22 – Luta do Guerreiro Xakriabá, resgate cultural – atividades em comemoração do Dia do Índio em 19/04/2009 no Brejo Mata Fome. Esse tipo de atividade elege os “guerreiros” para representar a etnia nos Jogos Indígenas.....	179
Foto 23 – Dança Xakriabá na sede do Brejo Mata Fome, durante a recepção de etnias no 1º Jogos Indígenas em setembro de 2012	180
Foto 24 – Caminhada guiada na Gruta do Janelão no Vale do Peruçu. Momento de conhecimento da mata e cavernas pelos parentes de etnias de Minas Gerais, durante o Encontro Intercultural Indígena.....	180
Foto 25 – Manifestação da Dança Toré em Igreja. Momento de reflexão e envolvimento dos índios com as suas visitas, representando as boas energias durante o percurso visitado.	181
Foto 26 – Várias etnias reunidas no 1º Jogos Indígenas na sede da Aldeia do Brejo Mata Fome. A grande roda é para assistir e prestigiar os seus parentes em enfrentamentos corporais nas modalidades masculino e feminino	181
Foto 27 – Índios manifestando-se na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG, momento de reivindicação dos direitos em, 27.04.2012.....	184
Foto 28 – Audiência Pública de Direitos Humanos na sede do Brejo Mata Fome, 04.10.2011. Momento de verificação das denúncias de fazendeiros ao povo.....	184
Foto 29 – Lideranças Xakriabá na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais-ALMG, juntamente com parentes de outras etnias. O Abril Indígena reúne as etnias de todo o estado mineiro.....	184

Foto 30 – Cacique Domingos Xakriabá na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), assistindo a apresentação dos parentes Pataxó de Carmésia-MG	184
Foto 31 – Dia de manifestação em comemoração ao Dia do Cerrado em Brasília-DF. Os Xakriabá representam os índios que vivem no Cerrado perante o Movimento dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC)	185
Foto 32 – Reunião do Mosaico Veredas –Peruaçu, no Brejo Mata Fome, com lideranças indígena. Momento de debates de gestão territorial dentro e fora da terra indígena.....	185
Foto 33 – Em dias de queimadas de preparo da terra, a comunidade recebe o apoio dos brigadistas capacitados que combatem o incêndio, caso o fogo saia do controle, além de fazerem reforço de dicas preventivas de educação ambiental.....	187
Foto 34 – As barraginhas para captação de água pluvial para abastecer o lençol freático tem sido uma das ações diretas no aproveitamento de água no período das chuvas. Essa iniciativa tem apoio de projetos federais institucionalizados	187
Foto 35 – Na comemoração do Dia do Cerrado, representantes Xakriabá vão à capital, em Brasília-DF, na Feira dos Povos do Cerrado, reivindicar os direitos pela terra, o bioma e as águas, fontes primárias do seu território.....	202
Foto 36 – Na Feira dos Povos do Cerrado, o Encontro da MOPIC reuniu as principais etnias do país que vivem e dependem do bioma Cerrado. O Encontro favoreceu a troca de experiências de projetos que deram certo e necessitam ser replicados	202
Foto 37 – Marco Topográfico na Estrada de Miravânia. Identificação de fronteiras físicas da terra indígena registrada em atividade campo, momento do georreferenciamento de toda a área.....	212
Foto 38 – Placa do limite da terra indígena fornecida pela FUNAI, identificando que a terra é área federal, registrada em atividade de campo, no momento do georreferenciamento de toda a área.....	212
Foto 39 – Barragem no rio Itacarambi, divisa com Manga. Ao fundo tanque-boia do Projeto de Piscicultura, momento do trabalho de georreferenciamento da área	213
Foto 40 – Vertedouro da barragem, no período da seca. Momento em que a vazão é controlada, na tentativa de minimizar o conflito	214
Foto 41 – Dança no Plenarinho da ALMG em 19.04.2010. Momento de reivindicação por melhorias de vida e, principalmente, pela agilização da demarcação das terras	215
Foto 42 –Audiência Pública na ALMG em 19.04.2010, onde a presença das etnias e das instituições voltadas para as causas indígenas estabelece diálogos.....	215

Foto 43 – Cacique Santo Caetano, assinando “Termo de Audiência”, após consulta entre os demais parentes presentes em. 09.04.2010 (vide Anexos).....	216
Foto 44 – Representantes do Judiciário na terceira Audiência em 09.04.2010 no município de Montes Claros-MG, na tentativa de conciliação entre índios e fazendeiros	216
Foto 45 – Programação da Oficina, para efetivação de estudos e ações de gestão ambiental nas terras indígenas	225
Foto 46 – Quadro representativo sobre o tema mata, exemplificando ações de desejos da comunidade indígena, apresentado em Oficina do GATI	225
Foto 47 – Quadro representativo sobre o tema água, apresentando os problemas enfrentados na gestão do território.	225
Foto 48 – Lideranças explicando o tema Organização Comunitária, afirmando a participação social nos discursos e nas práticas	225

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Município de São João das Missões norte de Minas Gerais.....	27
Mapa 2 – Localização da Terra Indígena Xakriabá no norte de Minas Gerais (2013).....	28
Mapa 3 – Situação geral – área reivindicada em estudo (2014).....	32
Mapa 4 – A sobreposição da representação cartográfica de Minas Gerais	79
Mapa 5 – Rotas de penetração pelo Sertão.....	82
Mapa 6 – Mapa da Capitania de Minas Gerais (1778).....	89
Mapa 7 –Atividades econômicas no Brasil Colônia.....	91
Mapa 8 – Áreas de povoamentos no centro-sul brasileiro em meados do século XVIII	95
Mapa 9 – Capelas e Freguesias pelo sertão (1750)	98
Mapa 10 – Divisão do território de Minas Gerais em comarcas	101
Mapa 11 – Distribuição dos grupos indígenas por Minas Gerais no século XVIII.....	116
Mapa 12 – Mapa Etno-histórico: localização e movimento da Etnia Xakriabá no século XVIII	140
Mapa 13 –Carta Imagem da Terra Indígena Xakriabá	152
Mapa 14 – Principais conflitos territoriais dos Xakriabá	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais temas cumulativos da geografia em sua história	54
Quadro 2 – Principais temas presentes em textos de “geógrafos humanísticos”, de 1970 a 1999	59
Quadro 3 – Concepções de território (2011)	66
Quadro 4 – Concepção de territorialidades (2011)	72
Quadro 5 – Povoações do sertão baiano - segunda metade do século XVII e primeira metade do séc. XVIII	83
Quadro 6 – Síntese de conquistas pelo sertão	94
Quadro 7 – Distinções entre os povos tupis e os povos tapuias do Brasil (1992).....	109
Quadro 8 – A “Guerra dos Bárbaros” em duas perspectivas historiográficas recentes (2003)	114
Quadro 9 – Estimativas de população indígena na América Portuguesa	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de terras indígenas e superfície, segundo a situação fundiária - Brasil-2010.	131
--	-----

LISTA DE SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
APA	Área de Proteção Ambiental
APA Peruaçu	Área de Proteção Caverna do Peruaçu
APOINME	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste Minas e Espírito Santo
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
BAP	Programa Bomba D'Água Popular
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COPIMG	Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais
DESEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
DF	Distrito Federal
EBM	Espeleogrupos de Brasília de Minas
EPL	Espeleogrupos Peter Lund
EVP	Espeleogrupos Vale do Peruaçu
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GBPE	Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas
GEO	Grupo de Espeleologia e Estudos Orientados de Januária
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOPIC	Movimento dos Povos Indígenas do Cerrado
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização Social Civil de Interesse Público
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas

P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PARNA	Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
PPP-ECOS	Programa de Pequenos Projetos Ecosociais
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira
SasiSUS	Subsistema de Atenção à Saúde Indígena
SBE	Sociedade Brasileira de Espeleologia
SEE	Sociedade Excursionista e Espeleológica
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
STONE	Espeleogrupo de São João das Missões
SUS	Sistema Único de Saúde
T.I	Terra Indígena
T. I. X.	Terra Indígena Xacriabá -Terra Indígena Xakriabá Rancharia
UC	Unidades de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
Laços de saberes e conhecimentos: entre a ancestralidade e a modernidade	21
INTRODUÇÃO	25
1 GEOGRAFIA ‘S’ E TERRITÓRIO ‘S’	48
1.1 Introdução	49
1.2 As Geografia ‘s’: tradições e contemporaneidades	50
1.3 Território ‘s’ e suas origens: fundamentação teórica	62
1.4 A Geografia das origens da formação do território brasileiro: síntese de uma construção	76
1.5 O sertão: a Geografia do norte de Minas Gerais.....	85
2 ÍNDIOS E TERRITÓRIO ‘S’	105
2.1 Introdução	106
2.2 História do índio no Brasil.....	107
2.3 O direito e o índio	119
2.4 Conflitos: terras, índios e territórios.....	127
3 ETNIA XAKRIABÁ: UM MUNDO DE ALDEIAS, O SEU TERRITÓRIO	134
3.1 Introdução	135
3.2 Historicidade do povo Xakriabá: vínculo com a terra tradicional	136
3.3 Os Xakriabá: Toré, vida de aldeias.....	151
AS MULTIDIMENSÕES DO TERRITÓRIO XAKRIABÁ	171
4.1 Introdução	172
4.2 As multidimensões do território Xakriabá.....	173
4.3 As relações das ações das multidimensões: olhares “de fora”.....	188
5 AÇÃO TERRITÓRIAR	204
5.1 Introdução	205
5.2 Dos conflitos: movimento da práxis	206
5.3 O discurso como movimento da teoria	213
5.4 A ação territorial	226
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
REFERÊNCIAS	237
ANEXOS	252

APRESENTAÇÃO

Laços de saberes e conhecimentos: entre a ancestralidade e a modernidade

[...] *Deus entendeu de dar a primazia*
Pro bem, pro mal, primeira mão na Bahia
Primeira missa, primeiro índio abatido também
*Que Deus deu[...]*¹

Antítese(s). Não se pode ignorar aqui o papel da tese no conhecimento acadêmico, mas refletir as várias antíteses que permeiam esses saberes e os transformam em “teses”. No último 22 de abril, comemorou-se politicamente 514 anos de conhecimento do mundo ocidental sobre as terras existentes e povoadas de populações consideradas ameríndias². Comemora-se um legado, o da “Visão do Paraíso”. Segundo Holanda (1994, p. 287), “A verdade é que no clima ideal celebrado em inúmeras ‘visões’ do Paraíso Terrestre, tão necessário se faz *o non ibi aestus* quando o *non frigus*”; ou mesmo “Como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro” (*Ibidem*, p. X). Na literatura de concepção eurocêntrica, a expressão de que os índios “não têm Fé, nem Lei, nem Rei” tornou-se comum, pois os fonemas /f/, /l/ e /r/ não estão presentes na língua tupi, “e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente”.

¹ Música e Letra de Gilberto Gil, compositor da música popular brasileira (1979). In: RENNÓ, Carlos (Org.). **Gilberto Gil**: todas as letras. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 226. “Feita em Salvador, ao lado da Nara, minha filha mais velha, que estava na pré-adolescência, a música é pra ela e por causa dela. Fala do caráter fundador da Bahia e das virtudes e defeitos do homem. Por força da busca de compreensão do divino no humano, eu me empenhava em me desvencilhar do maniqueísmo, abarcado as ideias ligadas tanto ao bem quanto ao mal. De lá pra cá esse ficou sendo um tema básico de minhas canções. Quase todas exprimem a necessidade de reiterar o sentido da tolerância, do perdão, da compreensão de que o homem é permeado pelo bem e pelo mal e de que a superação de um implica a superação do outro; você não se livra do mal sem se livrar do bem. A promessa das religiões reide nisso: na superação transcendental de ambos” (Gil). Há bem da verdade que todo já faço uma epígrafe nos capítulos, mas essa escolha se deu, a partir da epígrafe de abertura do livro de Moreau (2003). Recorri a Gilberto Gil e fiz a leitura sobre a sua explicação. Convencido que também passo por essas indagações e reflexões de compaixão de um “*amor perdido*”, ha escolhi.

² Designação dos indígenas americanos, utilizada para diferenciá-los dos índios asiáticos, conforme: BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil**: Colônia e Império. 6ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 18.

Diante dessa leitura, remetemos a obra de Pierre Clastres (2003), que, com o título denominado *A Sociedade Contra o Estado*, perfaz inúmeras leituras do índio e do Estado. No seu prefácio, Ailton Krenak dizia que:

Pierre Clastres, depois de conviver um pouco com os nossos parentes Nhandevá e M'biá, conclui que somos sociedade que naturalmente nos organizamos de uma maneira contra o Estado; não tem nenhuma ideologia nisso, somos contra naturalmente, assim como a água do rio faz o seu caminho, nós naturalmente fazemos um caminho que não afirma essas instituições como fundamentais para a nossa saúde, educação e felicidade.³

Entre essas duas concepções de “mundo” completamente diferentes, destaca-se o conhecimento sobre o etnocentrismo. “Sem dúvida o etnocentrismo, como frisa muito justamente Lapierre, é a coisa melhor distribuída do mundo: toda cultura é poder-se-ia dizer, por definição etnocêntrica em sua relação narcisista consigo mesma”, como analisa Clastres (2003, p.32).

Essa postura mundial sobre o etnocentrismo traz certo “alívio”, sobretudo em relação à tomada política acadêmica na tese. O que se anuncia é que as relações antropológicas serão aqui posicionadas como instrumentos epistemológicos suportes na construção do pensamento geográfico. Analisar-se-á neste estudo uma proposta de tese de cunho geográfico, tendo como foco a categoria território. A ciência geográfica é a tônica deste trabalho de pesquisa.

Outra análise importante que se trará à luz aqui, é a da interpretação sobre a história reconhecida do sertão do rio São Francisco do norte de Minas Gerais. Na construção de dessa estrutura de pesquisa, afirma-se, através da literatura e demais fontes de pesquisas, que o “olhar” sobre o “nosso sertão” foi inteiramente constituído pelos de “fora”, desde o bandeirantismo até os citados viajantes de renome internacional. Remete-se, dessa forma, a uma historiografia que buscou preencher as “lacunas” temporais e os fatos socioespaciais dos

³ Retirado do Prefácio escrito por Tânia Stolze Lima e Marcio Goldman. In: CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado** – pesquisas de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.7.

séculos passados. Muito desse esforço não pode ser esclarecido à luz da História, em função de não encontrar as fontes documentais fiéis sobre a leitura do espaço territorial regional⁴.

Definidas as construções textuais, marcadas pelo antagonismo entre o Estado e o índio, buscar-se-á aqui esclarecer os instrumentos legais que de uma maneira ou de outra são trabalhados, tanto nas bases dos governos como nas comunidades. Essa constituição de elementos modernos para buscar uma melhor eficácia entre o trabalho público exercido pela administração dos órgãos governamentais tem sido somada aos esforços de muitas instituições⁵ que defendem a causa indígena. Assim, como diria Darcy Ribeiro, que viveu com os índios; “Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão”. (RIBEIRO, 1995, p.26).

Entende-se que as espacialidades e ocupações, juntamente com a memória no médio São Francisco, ultrapassam a concepção atribuída e comprovada pelo Movimento Catrumano⁶, que busca construir, a partir da articulação regional, o norte de Minas como copartícipe da fundação e consolidação da sociedade mineira. Essa condição, afirma a cidade de Matias Cardoso, antigo Arraial de Morrinhos, como o local fundante do povoamento do sertão por esses currais dos gerais.

No momento histórico em que se vive hoje, é possível assistir a uma diversidade de conflitos que envolvem o índio e sua cultura geral, o que gera também impasses na sociedade de “fora”, pois o “olhar errôneo” sobre essas etnias multiplicam os preconceitos. Ao contrário, entende-se que deveria ser um momento de ampliar os horizontes para um debate

⁴ A ausência de documentos comprobatórios em alguns períodos da História impede de se fazer uma leitura mais objetiva e clara do território na região estudada.

⁵ As instituições estão na esfera do terceiro setor, como, por exemplo, as Organizações Não Governamentais (ONG), ou mesmo universidades, que serão tratadas no capítulo IV do trabalho.

⁶**Movimento Catrumano:** O Norte de Minas como Berço de Minas Gerais – Universidade Estadual de Montes Claros – Associação dos Municípios da área Mineira da SUDENE – Prefeitura Municipal de Montes Claros. Imprensa Universitária – Unimontes, Janeiro de 2006.(Cartilha)

sociocultural rico, de forma que as futuras gerações reconheçam suas ancestralidades e possam valorizar a nossa história. Como exemplo, o acesso aos conhecimentos da sociedade geral para com a sociedade indígena, tem sido facilitado pelas tecnologias de informações e as redes sociais, o que antes, de um modo geral era o “antigo contato” de interlocução e informantes, como em alguns grupos isolados. Mas os conflitos podem e devem ser minimizados; eis também o papel desta tese, como instrumento de formação e informação de interlocução dos saberes com o debate acadêmico.

Ainda com olhares “desconfiados” diante da leitura histórica do passado, tanto os índios quanto o governo atentam-se para as mudanças mundiais sobre direitos humanos; direitos sobre a terra; sustentabilidade socioambiental; e, principalmente, o reconhecimento da liberdade ancestral das etnias por todo o mundo. A mudança constrói-se.

INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE publicou oficialmente em 2012 o documento intitulado “Os indígenas no Censo Demográfico 2010 - primeiras considerações com base no quesito cor ou raça”, que traz nas primeiras páginas a afirmação de que metodologicamente “aprimorou-se a investigação desse contingente populacional, introduzindo o pertencimento étnico, a língua falada no domicílio e a localização geográfica, que são considerados critérios de identificação de população indígena nos censos nacionais dos diversos países”⁷.

De maneira geral, essa afirmação expõe os resultados gerais que, “Pelas declarações fornecidas pela população brasileira, em 2010, 47,7% consideraram-se brancos; 7,6%, pretos; 1,1%, amarelos; 43,1%, pardos; e 0,4%, indígenas, segundo a ordem de opções apresentadas no questionário”. (IBGE, 2012, p.6). Isso significa que 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas.

Para refletir, as “Estimativas demográficas apontam que por volta de 1500, quando da chegada de Pedro Álvares Cabral à terra hoje conhecida como Brasil, essa região era habitada pelo menos por 5 milhões de índios”. (LUCIANO, 2006, p.27). Não obstante, é também de bom senso refletir sobre as condições que essa população vive na atualidade, principalmente na abordagem socioespacial que nos interessa neste estudo. É uma abordagem de cunho estritamente geográfico, pois traz em sua análise tanto as questões da sociedade assim como as questões da natureza, implicitamente sobre a terra e a categoria geográfica de território como bem material e imaterial, o que também envolve questões culturais e antropológicas.

⁷Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 - primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: 2012, p.5. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

Para tal condição, reconhecem-se os índios “dentro”⁸ das transformações da modernidade, como diria Souza⁹ em *Patologias da Modernidade*. O desenvolvimento trouxe elementos também difíceis de serem compreendidos, como Santos (2001) comenta sobre a globalização perversa, a tirania da informação e do dinheiro e o atual sistema ideológico, com o discurso único do “mundo”. Assim, diante do mundo atual, nesse contexto histórico o povo indígena restabelece condições de vida como estratégias de resistência, um fenômeno socioantropológico.

Desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reterritorialização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas. (LUCIANO, 2006, p. 28).

Não diferentes são os Xakriabá. O povo indígena Xakriabá apresenta-se aqui como sujeitos da pesquisa. Esses vivem no município de São João das Missões, localizado na margem esquerda do Rio São Francisco, no norte de Minas Gerais, entre os biomas do Cerrado e da Caatinga, e que vêm nos últimos cento e cinquenta anos “lutando” pelo reconhecimento da sua terra. Conforme o Censo do IBGE (2010), a população do município é de 11.715 habitantes¹⁰. Missões, como também é conhecido o município, aparece em quinto lugar na tabela - *Municípios brasileiros com as maiores proporção da população indígena, por situação do domicílio - Brasil - 2010*, com 67,7%.¹¹. Esse dado faz dos povos indígenas Xakriabá a maior etnia do Estado de Minas Gerais. O mapa a seguir representa a localização do município onde vivem os índios Xakriabá, em relação a macrorregião e os demais estados do país.

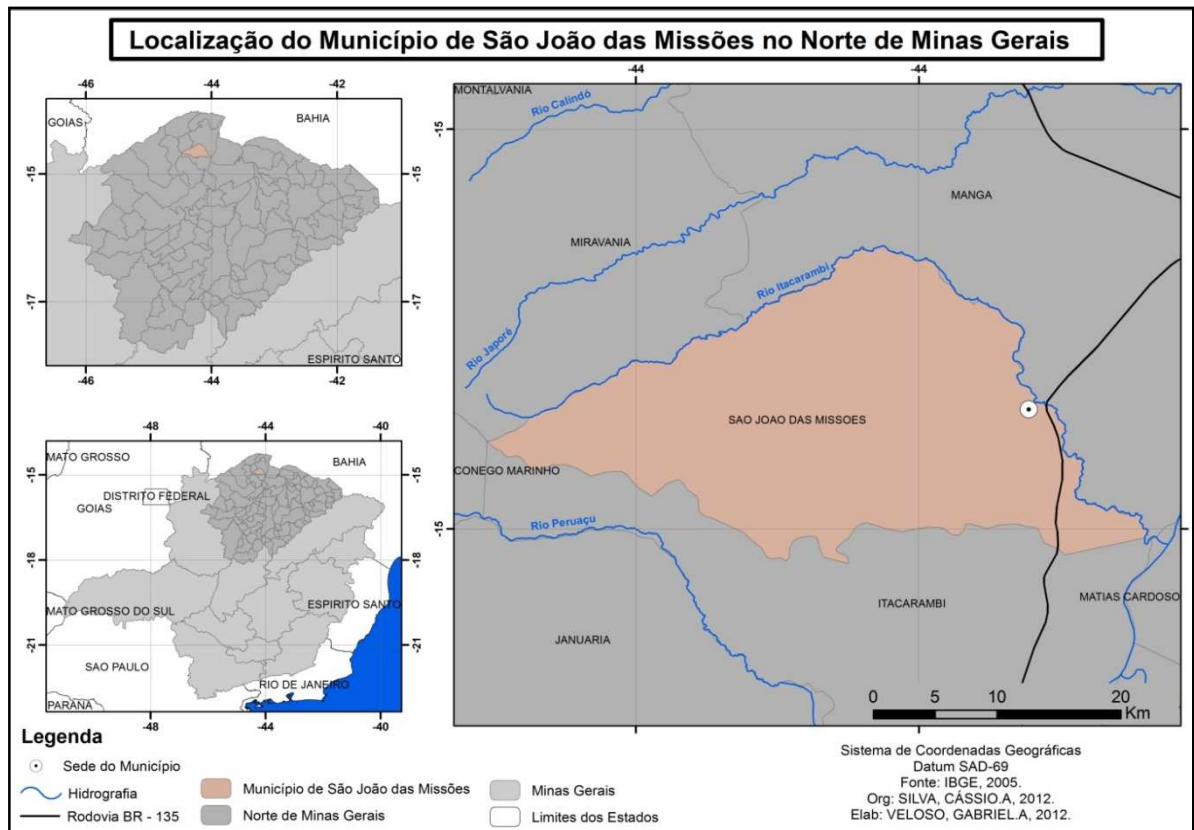
⁸ Entendemos que a população indígena tem a sua forma cultural de viver, mas também se adapta às condições das transformações da modernidade quando sente essa necessidade, assim como sofre as suas adversidades.

⁹ SOUZA, Jessé. *Patologias da Modernidade*: Um diálogo entre Habermas e Weber. São Paulo: Annablume, 1997(Selo Universitário).

¹⁰ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

¹¹ **Tabela 9 – Municípios brasileiros com as maiores proporção da população indígena, por situação do domicílio – Brasil – 2010**. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, p. 17. É importante destacar como grau comparativo que o primeiro município é o de Uiramutã no Estado de Roraima com 88,1%, p. 17. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 – primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

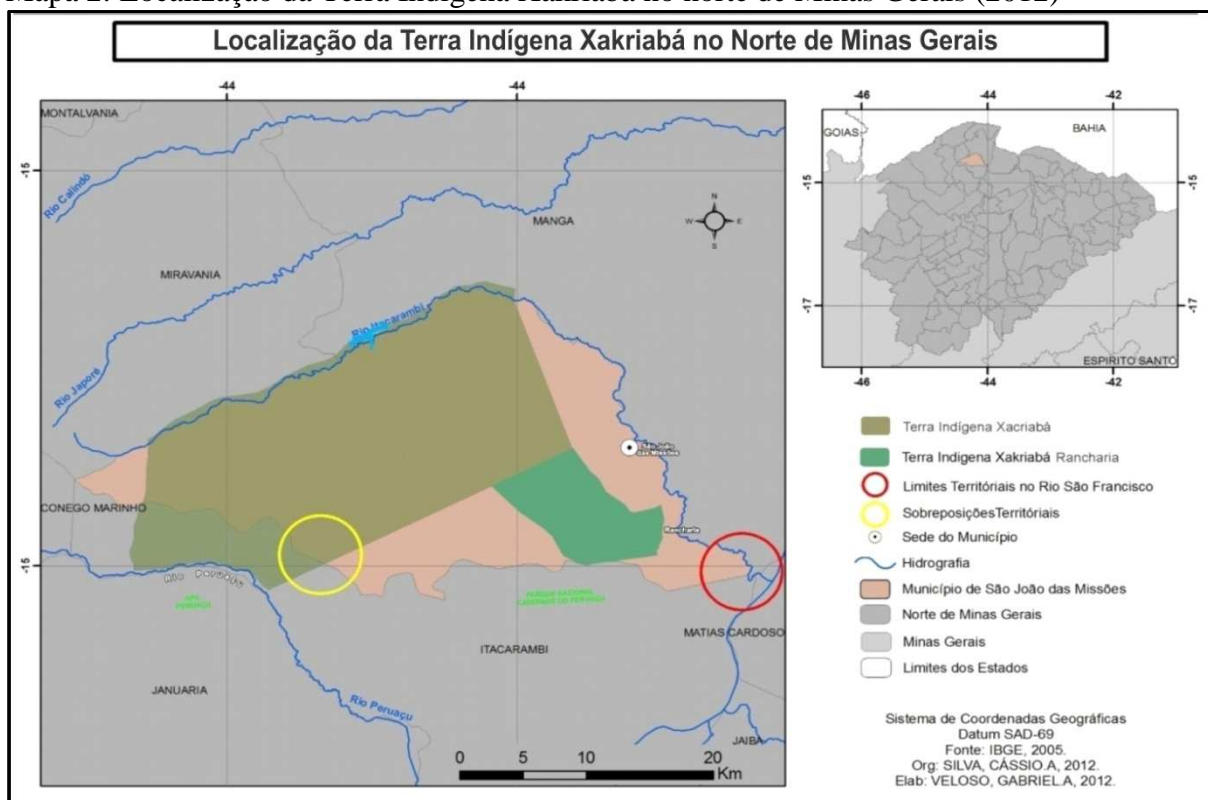
Mapa 1 - Localização do Município de São João das Missões no norte de Minas Gerais



Fonte: Autor, 2012

No mapa abaixo, observa-se as representações espaciais, expressas de círculos amarelo e vermelho. Esses são os principais pontos de localização que desencadearam as hipóteses e propostas para a configuração da tese. O círculo vermelho representa a área em que a demarcação do município de São João das Missões não faz limite territorial com o rio São Francisco, terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. E o círculo amarelo representa as sobreposições de territórios com outro município, no caso Itacarambi

Mapa 2: Localização da Terra Indígena Xakriabá no norte de Minas Gerais (2012)



Fonte: Autor, 2012.

É nas territorialidades que desenvolvem atividades, que transformam o seu espaço em um lugar próprio da identidade, a qual se articula com a construção do desenvolvimento social. O espaço sertanejo que esse povo demanda se (re)constrói a partir do modo de vida. As inúmeras dificuldades existentes no espaço geram tensões da própria sociedade e criam situações de luta pela posse da terra. A condição de tensão social faz desse povo um grupo humano específico, tendo o Toré¹² como representação dessa identidade e etnicidade.

Segundo Paraíso (1987, p.14), “A terra é o elemento mais forte, em torno do qual se define e se articula o estatuto de ser de um povo”. Essa é a terra em que se identificam, se tem História e se ocupa tradicional e ancestralmente.

¹²Toré: Dança entre os índios, tendo momento de participação somente dos líderes, sendo parte da ancestralidade e cosmovisão Xakriabá. Para o mundo exterior, é a construção da reelaboração cultural, a identidade, a afirmação desse povo. Também é retratado como um ritual, assim como em Orlandi (2008, p.222): “Quanto à relação entre as identidades e as diferenças, esta é regulada essencialmente no ritual. Trata-se de separação vivos/ mortos e da relação humanos/ancestrais, expressas no ‘turé’, ritual cosmogônico, e da relação humanos/espíritos, expresso no ‘maraká’, ritual xamanístico”.

¹²ORLANDI. Eni Puccinelli. **Terra à Vista-Discurso do Confronto**: Velho e novo mundo. 2ª. Ed.Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 222.

“Tal critério de ‘pertencimento à terra’ está estreitamente vinculado ao que poderíamos tomar como outro critério: o da ancestralidade, referente, como dissemos, a uma história familiar”, de acordo com Santos (1994, p.22). Essa ancestralidade revela em si os aspectos e bens materiais e imateriais, seus símbolos e ritos. Para Nogueira (2011, p.45), os “Xakriabá, que recuaram da beira do São Francisco e hoje se encontram em terras mais áridas e vulneráveis, em grande parte já degradada”. A compreensão desse contexto local do território em geral, apresenta elementos de políticas tanto de constituição nacional quanto internacional.

Nessa perspectiva, a construção do território brasileiro enquanto unidade de soberania do Estado-Nação se dá mediante inúmeros fatos históricos decorrentes de lutas diversas. São lutas políticas, ideológicas, militares e de conflitos sociais, o que amplia a necessidade de executar o rigor da legislação diante de tal constatação. A concepção de se formar um território deverá considerar a multidimensionalidade do próprio espaço, pois perpassa a ideia colonialista, ambientalista, indigenista, histórica, geográfica, cultural e econômica. Nos últimos cinco séculos, desde o início da formação territorial brasileira, todas essas formas têm gerado inúmeros impasses na sociedade civil organizada, no Estado e no mercado. O Estado determina a territorialização através da Terra Indígena (TI)¹³, enquanto o povo quer a terra, onde exercem as suas práticas de territorialidades e multidimensões, configurando-as em Território Indígena.

Deste modo, podemos definir terra como o espaço geográfico que compõe o território, onde este é entendido como um espaço do cosmos, mais abrangente e completo. Para os povos indígenas, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam. No território, uma montanha não é somente uma montanha, ela tem significado e importância cosmológica sagrada. Terra e território para os índios não significam apenas o espaço físico e geográfico, mas sim toda a simbologia cosmológica que carrega como espaço primordial do mundo humano e do mundo dos deuses que povoam a natureza (LUCIANO, 2006, p.101-102)

¹³ Terra Indígena (TI), também denominado por muitos de reserva, como foi ouvido em trabalho de campo.

Nas últimas duas décadas, a Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha com vistas a organizar uma estrutura legal para melhor atender às necessidades dos governos e da sociedade. Em 13 de setembro de 2007, essa organização apresenta para o mundo o documento intitulado “Declaração dos Direitos dos Povos indígenas”. O documento é um avanço nas negociações no que tange à identidade de territórios ancestralmente vivenciados pelos povos indígenas.

Em relação à questão, o Brasil, desde a sua última Constituição Federal, de 1988, já apresenta um avanço significativo a partir dos artigos 231 e 232, os quais atribuem à terra indígena uma conceituação que se apresenta como tradição. De forma esclarecedora, organizar uma pequena síntese histórica sobre a história sócio espacial do território possibilita compreender os fatos.

O debate jurídico, legislativo e executivo sobre as terras no país remete à formação das capitanias hereditárias e suas sesmarias no século XVI. A constituição e organização política e administrativa dos estados acontece em meados do século XVIII, quando Minas Gerais, em 1720, separou-se do estado de São Paulo. Por todo esse período, as entradas e bandeiras ocupavam terras, tanto na região dos “gerais” quanto na das “minas”. Muitos conflitos entre administradores das terras intitulados pela Coroa Portuguesa se efetivaram com índios, negros e por vezes até mesmo com fazendeiros locais.

Na região do norte de Minas Gerais, divisa com a Bahia, nas margens do Rio São Francisco, em meio aos “currais”, eram comuns a dominação sobre a terra e sua transformação em territórios. Províncias, vilarejos, povoados e até mesmo fazendas dão origem às futuras cidades, como Montes Claros, Matias Cardoso, Itacarambi, Januária, Manga, São Romão e São João das Missões, além de outros novos municípios recém-emancipados. Em 1728, Silva Reis Januário Cardoso de Almeida Brandão, então administrador dos Índios da Missão de São João do Riacho do Itacaramby, faz doação de

grande porção de terras aos índios, então denominados de Xakriabá. Essas terras foram registradas em 1856 cartório de Ouro Preto¹⁴, seis anos após a “Lei de Terra” de 1850, momento esse de debate, impedindo, assim, os recorrentes conflitos por todo o território.

Sucessivos conflitos se instalam entre os indígenas, posseiros e grileiros que reivindicam, com seus motivos próprios, as terras. Por volta de 1882, índios saindo de São João das Missões foram ao governo reclamar invasões de tentativa de ocupação da área. Nas décadas de 1960 e 1970, os índios buscaram soluções para os conflitos a partir da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), que se estabelece em 1973 em um posto na reserva indígena. Ainda nessas décadas, a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) teve acesso às terras, período tenso de conflitos, que se acentuou com a grilagem.

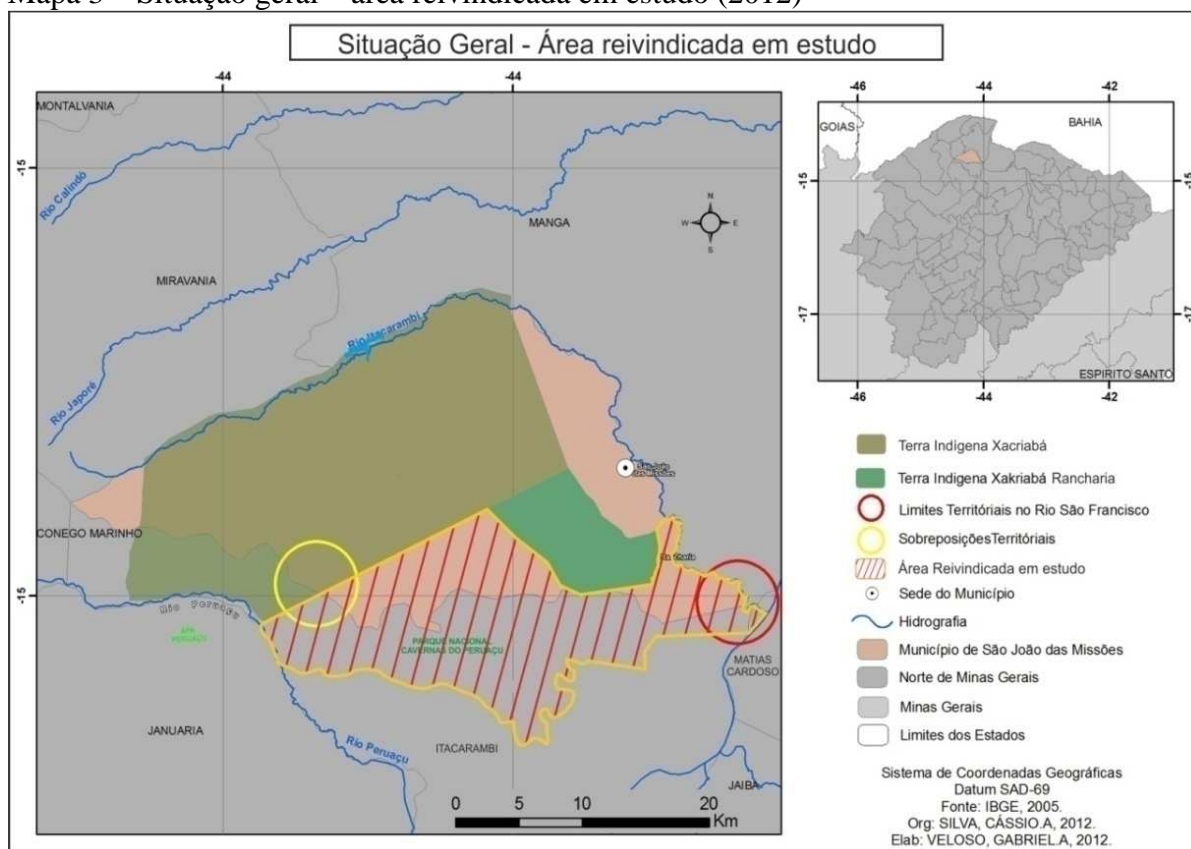
A demarcação das terras só ocorrem em 1978, e a homologação, nove anos depois (1987). Com esse quadro de ocupação da terra, não surpreende o fato de que, ao longo dos anos de 1980, o conflito tenha se acirrado, com o consequente aumento dos níveis de tensão e violência (ameaças, invasões policiais, contratações de pistoleiros, cercamento de estradas, córregos e “gerais”, desmatamentos, assassinatos, tentativas de assassinato etc.). A principal reivindicação de terras desse povo é o retorno ao rio São Francisco, terras tradicionalmente ocupadas¹⁵. O mapa a seguir representa a área reivindicada até o rio, a partir do contexto histórico apresentado no documento de doação¹⁶.

¹⁴ Conforme RIBEIRO(2005) foi registrado o documento intitulado “*Certidão verbum-adverbum*”, o mesmo de doação que seria novamente registrado no Cartório de Itacarambi em 05 de junho de 1969. In: RICARDO Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão: o Cerrado na História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

¹⁵ As terras tradicionalmente ocupadas estão garantidas nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

¹⁶ É importante destacar que a área reivindicada expressa no mapa é a representação aproximada do documento de doação de 1728. Havendo uma sobreposição do primeiro com o segundo mapa, pode-se constatar que o território é muito mais amplo do que está regularmente homologado.

Mapa 3 – Situação geral – área reivindicada em estudo (2012)



Fonte: Autor, 2012.

Ainda na década de 1980, surgiram na região a efetivação de outros “novos territórios” designados pela União, sendo esses as Unidades de Conservação em forma de Área de Proteção Ambiental (APA) e de Parque¹⁷.

Foi criado o município de São João das Missões em 21 de dezembro de 1995, sob a Lei 12.030, desmembrando de Itacarambi. A partir desse processo, grande parte do eleitorado passou a ser indígena, o que favoreceu a obtenção e conquistas de cargos administrativos na prefeitura local, tanto de vereadores como do próprio prefeito.

Diante dessa situação histórica, fica destacado a questão territorial como elemento de pesquisa, e que tem como singularidade a efetivação de estratégias derivadas de lógicas sociais específicas assentadas sobre a posse da terra de origem. Eis o principal elemento de proposta da constituição da tese. O contexto historiográfico em seu processo de construção

¹⁷ Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PARNA Cavernas do Peruaçu), que faz limite com a Terra Indígena Xacriabá (TIX).

sobre o espaço e suas assimilações apresenta e representa os elementos do gênero de vida de um povo.

A justificativa geográfica dessa pesquisa é de caráter multidimensional da abordagem do território, já que as questões citadas acima apresentam concepções históricas, geográficas, sociológicas, antropológicas e jurídicas. O território como categoria epistemológica é a proposta da pesquisa. De maneira geral, estão permeando as análises do espaço territorial; da ancestralidade e identidade; dos costumes e tradições econômicas; políticas e ambientais. Essas leituras traduzem em uma responsabilidade na proposição de uma resposta social, tendo o debate territorial como objeto tanto articulador da estrutura do discurso acadêmico como fundante do discurso desse povo.

Para analisar esses discursos, é imprescindível compreender a leitura legal e cultural desse povo, as suas representações. A leitura legal está constituída nas bases jurídicas:

- a) Alvará Régio de 1680;
- b) Provisão de 1718;
- c) Lei 601 – “Lei de Terras” de 1850;
- d) Lei Complementar nº 1 de 9 de Novembro de 1967, sobre a criação de municípios;
- e) Lei 6001 do Estatuto do Índio em 1973;
- f) Artigo 20 – União, XI, da Constituição Federal de 1988;
- g) Artigo 225 da Constituição Federal de 1988;
- h) Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988;
- i) Lei 9.985 de 2000 - Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC;
- j) Lei 6.040 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais de 2007;
- k) Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas de 2007; e outros.

Com base na lógica jurídica, do contexto legal, do índio e da terra, apresenta-se, de maneira geral, o pressuposto de que:

O processo administrativo de regularização fundiária, composto pelas etapas de identificação e delimitação, demarcação física, homologação e registro das terras indígenas, está definido na Lei no 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), e no Decreto no 1.775, de 8 de janeiro de 1996. De acordo com a Constituição Federal vigente, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam. (IBGE, 2010, p.16).

Assim, destaca-se aqui o artigo da Constituição Federal de 1988, de maneira mais específica:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A leitura cultural também se baseia em algumas legislações, como é o caso da Lei 6.040¹⁸ da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais de 2007:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

Para Diegues (1990, p.356), as populações tradicionais são “[...] grupos humanos que historicamente reproduzem o seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base

¹⁸BRASIL. Lei 6.040 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais, 2007. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizado tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente”.

A justificativa acadêmica do estudo é por demais importante pois a área e concentração da pesquisa aborda a “Geografia e Gestão do Território”, acabando, assim, por enfatizar a categoria de “território”. A análise dessa categoria será desenvolvida em suas abordagens teórica e prática. Teórica, na constituição epistemológica, em suas várias concepções e linhas de pensamentos. Prática, na real materialidade do espaço de ação dos povos indígenas. As várias dimensões, des-re-multi-territorialidades em suas multiescalas temporais e espaciais abarcam percepções e representações tanto de Estado-Nação nas políticas públicas quanto no modo de vida Xakriabá.

As teorias de território desde o surgimento das escolas clássicas geográficas apresentam-se em grande parte numa concepção de Estado, de reconhecimento sobre os elementos físicos e seus limites, assim como em Ratzel citado por Moraes (1990). Os “desdobramentos” do conceito de território em territorialidades, desterritorializantes, multiterritorialidades, reterritorialidades perpassam pela proposta da construção de novos conceitos que se estabelecem na atualidade. Autores como: Almeida (2006); Almeida (2010), Claval (2001); Corrêa e Rosendahl (2007); Haesbaert (2002-2004), Hissa (2002); Ladeira (2008); Moraes (1990-2005-2008-2009-2011); Pereira (2010); Raffestin (1993); Santos (1999-2008); Santos (2001-2004); Saquet (2007-2009-2011); Spósito (2004) e Souza (1995) discutem, direta e indiretamente, as questões de território na geografia.

Na construção antropológica do território, resgatam-se: Brandão (2006-2009); Clastres (2003); Costa (2005); Fernandes (2006); Gallois (2004), Lima e Filho (2005); Moreau (2003); Ribeiro (1995); Ribeiro (2005), ancorados nas questões etnográficas, culturais e jurídicas, sendo essas últimas com Baeta (2005); Barbieri (2008) Geertz (1989); Telles (1999), juntamente com os textos constitucionais.

Reconhecer o território na perspectiva do índio requer aprofundar na sua história e buscar compreender os diversos usos que são feitos do espaço que se constitui em um território. O “desvelamento” da condição do índio, bem como do processo histórico desse povo, resistências e lutas pelo território ancestral, revela-se contrário às “forças externas” atuantes no mundo moderno capitalista.

Muitos são os problemas que se terá de abarcar para concluir os nossos objetivos. Numa outra análise que justifique também este estudo, Souza Filho (2008), quando prefacia o trabalho de Ladeira, enfatiza que:

O limite de um Estado moderno vai até o de seu exército pode defender e sua polícia pode garantir, pouco importando a cultura, argamassa que une gentes em um só povo, em uma língua, em uma religião ou em uma simbólica relação com o meio ambiente. Nada disso importa, o Estado moderno define seu território na força bruta, aliás, conceitua território como exclusividade, soberania excludente, poder único, única lei, e outros únicos de menor relevância. Por isso, para a modernidade, a possibilidade de comprar, vender ou doar parte de seu território é só aumento ou diminuição de poder, para os Guarani, profundamente ligados à razão ética, o território tem que ser revelado. (SOUZA FILHO, 2008, p.14).

Entende-se com essa citação que muitas das formas com as quais o Estado sempre conduziu suas políticas e geopolíticas em relação aos indígenas e a formação territorial, estiveram sempre voltadas ao contexto histórico de políticas colonizadoras. Lima (2005), sobre o processo de identificação como categoria histórica, dá o seguinte destaque:

Procurar-se-á delinear os principais supostos do trabalho de *identificação*, em grande parte analisado por Pacheco de Oliveira & Almeida (1998), com destaque especial para a configuração da ideia de *consenso histórico* – que remete à chamada imemorialidade e à questão do reconhecimento de um direito natural dos índios à terra – e para as diversas concepções sobre a relação entre os índios e a terra, vigentes em diferentes períodos históricos. (LIMA, 2005, p.29).

Desde o reconhecimento¹⁹ dos povos Xakriabá pela Fundação Nacional do Índio, muitos têm sido os estudos que envolvem a cultura, economia, meio ambiente, identidade, política, educação e saúde dessa comunidade.

Com essa síntese e todas as questões históricas mencionadas, é importante deixar claros dois problemas²⁰ basilares da pesquisa que norteiam geograficamente o estudo, sendo eles:

- a) Como as multidimensões territoriais constituem a história do povo Xakriabá?
- b) Como as ações de territorialidades existentes configuram a dinâmica espacial nas multidimensões?

A proposta da pesquisa ora apresentada possui duas importantes questões: a primeira abrange o estudo multidimensional do território, e a segunda, as relações existentes entre o território e a comunidade na “luta e resistência” constante pela ampliação até o Rio São Francisco, ao longo da dimensão espaço-temporal. É evidente que as duas questões inter-relacionam-se no contexto histórico, já que toda nação ou comunidade expressivamente numérica constrói a sua base territorial às margens de um curso-d’água. Por motivações históricas, políticas e ideológicas, houve expropriação territorial. O que geograficamente se estabelece é um “movimento teórico” em função das ações estabelecidas no espaço. Para “reforçar” essa expropriação, o município de São João das Missões é emancipado, e o seu espaço territorial sem limites espaciais com o Rio São Francisco, identificado no mapa 1 com o círculo vermelho. Assim, a afirmativa é de que os Xakriabá viveram nas margens do Rio São Francisco e tiveram esse território expropriado ao longo dos anos de conflitos,

¹⁹ O posto da FUNAI que foi implantado desde 1973 pouco representou na transformação política e social dessa etnia. O reconhecimento no sentido de poder tomar “pé” da situação somente aconteceu depois do Laudo Antropológico em 1987, ano da chacina.

²⁰ Metodologicamente, de forma semiestruturada, esses dois problemas retratam outros inúmeros questionamentos que fazem parte da construção do estudo de tese. Esses outros questionamentos estão descritos no Anexo I, no final da tese.

acontecendo vários processos de retomadas e “encurralamento”, o que enfatiza o processo de multidimensões territoriais e ações constantes.

A tese que construímos e fazemos defesa é a de que o povo Xakriabá constitui ações de multidimensões territoriais, caracterizadas de Ação Territorial, ao se organizarem socioespacialmente nas margens do Rio São Francisco no interior do norte de Minas Gerais desde o século XVIII.

Na perspectiva de levantarmos elementos comprobatórios para tal defesa, é relevante destacarmos que está implícita, nas multidimensões das territorialidades, a tese epistemológica de que existe uma “ação territorial” dos povos sobre o espaço. A “ação territorial” é uma constituição histórica sobre o espaço, abordando aspectos próprios da construção do território como a resistência contínua e o seu uso na vivência e ações cotidianas, entre o estado, as populações tradicionais, movimentos sociais e outras formas de usos. Essas outras formas de usos podem refletir diretamente as ações locais, em que um determinado número populacional se articula sobre o “seu território”, enquanto espaço de vivência e de gênero de vida, com destaque para a análise do discurso²¹ e as estratégias dele.

Diante desses elementos históricos, o **objetivo geral** é compreender analiticamente o território Xakriabá a partir das suas multidimensionalidades, bem como a sua constituição territorial nos processos espaço-temporais no norte de Minas Gerais.

Para podermos explorar o objetivo geral, deixamos de forma clara os **objetivos específicos**, que são:

²¹ Análise de Discurso entendida como sendo a forma de comunicação pautada nas crenças ancestrais da comunidade indígena. O conjunto de argumentações contínua, baseada no processo histórico de lutas e resistências, sendo muitas vezes ideológicas, políticas e com estratégias de sobrevivência sobre o território e suas multidimensões. O discurso é de onde se fala, como se fala e para quem se fala, seguido de suas conjunturas socioespaciais. Segundo Silva (2009, p. 103), “Investigar o discurso condiz investigar a inserção histórico-ideológica do sujeito, mediante o reconhecimento de que se reveste de uma aparente transparência quando a si e quanto ao que enuncia, dada certa liberdade para determinar sua enunciação.” In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÓA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis, 2009, p. 91-122.

- a) Identificar, na dimensão das práticas das relações sociais, as territorialidades que fundam a luta pela resistência ao território²²;
- b) compreender, na dimensão das representações e da linguagem, a análise de discurso sobre o território na perspectiva geográfica;
- c) analisar, na dimensão natural, as relações existentes entre o território, o Rio São Francisco e a comunidade ao longo da dimensão histórica;
- d) caracterizar e mapear os “territórios”; denominados de terras indígenas; reserva indígena; Unidades de Conservação (UC); municipalidades e demais reconhecidos.

Os objetivos envolvem processos histórico, econômico, político, social e ambiental, o que de fato torna amplo e complexo o estudo, pois cada um desses elementos permeia o contexto da pesquisa nas multidimensionalidades do território.

Nesse contexto de objetivos e problemas, remeter-se-á a uma metodologia ampliada nas diversas configurações entre o método e o objeto de estudo e ambos simultaneamente.

As metodologias enquadrantes no discurso e ações da pesquisa estão amparadas principalmente nas referências bibliográficas e nos trabalhos de campo de diversos espaços-territoriais das políticas sobre o próprio território. Os espaços-territoriais dessas políticas são, principalmente, a academia, as comunidades, os debates das políticas públicas, as instituições não governamentais, o Estado e os espaços de enfrentamentos entre ambos. Entende-se que a Ação Territorial reafirma as multidimensões do espaço, contribui para os estudos geográficos no campo do desenvolvimento da própria epistemologia e, ao mesmo tempo, amplia um debate que se protagoniza.

Uma metodologia que possa proporcionar melhores caminhos para comprovação da tese faz-se necessária e condizente com os problemas e objetivos elencados. “Por entre Caminhos a Trilhar ou Trilhas Caminhadas” é a forma que se atribui e se traduz a

²² A luta pela resistência refere-se a um conjunto de ações e estratégias cotidianas, as territorialidades.

“mineiridade sertaneja”²³, que se propõe a seguir e orientar com algumas questões sobre o Método, pois esse representa a base norteadora científica que também se constitui de relações vividas no cotidiano local, no senso comum, ambos concernem de forma perceptiva. Para Hissa (2002), o método diz respeito às concepções amplas de interpretação do mundo, de objetos e de seres, referentes às posturas filosófica, lógica, ideológica e política que fundamentam a ciência e os cientistas na produção do conhecimento. “[...] As metodologias devem ser muito mais flexíveis para que possam adaptar-se, com mais espontaneidade, aos projetos e às pesquisas.” (HISSA, 2002, p.159).

Para justificar essa constituição de relações que por ora se define, são utilizadas três visões complexas e instigantes sobre a matéria²⁴. A primeira visão foi em estudos cartesianos, em que o elemento norteador é a reflexão sobre o próprio Método e suas nuances: “[...] meu propósito não é ensinar aqui o método que cada um deve seguir para bem produzir sua razão, mas somente mostrar de que modo procurei conduzir a minha”. (DESCARTES, 1996, p.7).

A segunda foi curiosamente em leituras antropológicas, quando se começa a compreender que caminhos ou Métodos são intrínsecos de cada ciência e ainda em seus tempos e espaços, quando utilizados e testados ao longo da história. “Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia.”²⁵ (GERTZ, 1989, p.4).

A terceira e última visão é de cunho geográfico, que abrange obviamente a leitura histórica, traduzindo aqui em uma amplitude generalista de relações culturais. “A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores

²³ Da maneira “capciosa” que nós mineiros enxergamos o mundo, desconfiando da verdade, percebendo as malícias e bondades entre o que ouvimos e fazemos, sertanejamente.

²⁴ A matéria refere-se a Questão Indígena. Na tese, para compreender essa matéria foi necessário ampliar os métodos e seus procedimentos baseados nas ciências geográficas, antropológicas, sociológicas, histórica e jurídica. Para tal diversidade de conhecimento, justifica-se as três visões que envolvem as metodologias.

²⁵ No contexto, o autor diz que: “Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir” uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não como os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (Ibidem, p. 7).

acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelos conjuntos dos grupos de que fazem parte.” (CLAVALL, 2001, p.63).

As três visões apresentadas e justificadas são, a análise da razão; elementos etnográficos; o tempo e espaço (premissa cultural), que são de forma sintetizadas na concepção cultural, conforme Sauer:

A área cultural do geógrafo consiste unicamente nas expressões do aproveitamento humano da terra, o conjunto cultural que registra a medida integral do uso humano da superfície ou seguindo Schlüter, as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença do homem. O geógrafo mapeia a distribuição destas marcas, agrupa-as em associações genéticas, descreve-as desde a origem e sintetizam-as em sistemas comparativos de áreas culturais. (2007, p.24).

O estudo tem como ponto de partida a concepção da multidimensionalidade do território indígena. A discussão sobre território e territorialidades (na visão do índio) e da Reserva Indígena (na visão do Estado) apresentam-se como os pilares dessa investigação. A constituição do estudo abrange esses pilares com a análise do discurso, representações sociais e as relações geográficas.

Entre essas duas visões, muitas são as territorialidades constituídas e reconstituídas em suas funções e características ao longo do tempo. Geograficamente, a categoria de território se constituiu com multiescalas, abordagens e compreensões a partir de várias literaturas.

Nesse caminho, o levantamento bibliográfico, principalmente histórico, no que tange à “*construção do território do índio*”, foi o principal subsídio. As revisões literárias nas áreas da antropologia, sociologia, geografia, história e jurídica, basicamente, tornaram-se imprescindíveis. A consulta documental perpassa mapas históricos e atuais com a releitura comparativa dos espaços cartografados e outros materiais iconográficos representativos.

A pesquisa desenvolveu-se a partir das observações empíricas, por meio de trabalho de campo com excursões (instituições e órgãos), para levantamento de dados e incursões (ao território), para conhecer o espaço nas análises físicas, sociais e etnográficas. Para Santos,

[...] o trabalho de campo, vai além da coleta de dados para o desenvolvimento de uma pesquisa comprometida com a realidade das populações, visto que será também um esforço acurado do pesquisador em lapidar esse diamante, que é a memória das populações em relação ao vivido. Esses procedimentos exigirão dos pesquisadores um respeito radical pelos modos de sentir, pensar e agir e reagir do outro. (1999, p.117).

A oralidade no contexto de resgate da memória será constituinte dos elementos de técnicas qualitativas, como a entrevista aberta semiestruturada.

A construção de representações sobre o passado, que é imutável, mas que pode ser ressignificado – é uma articulação, quase sempre marcada por disputas e por tensões, pois a memória e o conhecimento histórico podem servir a diferentes senhores. Em outras palavras, não há neutralidade em qualquer forma de abordagem do passado. (DELGADO, 2006, p.56).

Os elementos etnográficos foram interpretados com a ação direta do pesquisador, envolvendo-se com a comunidade. Conforme Geertz (1989, p.19-20)²⁶, “O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas”. Espaços de reuniões, audiências públicas e diálogos com lideranças proporcionaram identificar os pequenos fatos, conforme o autor menciona.

Já, em ações de projetos ambientais, o pesquisador participante vivenciou relações cotidianas sendo parceiro de instituições que participam de ações colaborativas na Terra Indígena Xakriabá. Segundo Brandão (2006, p.31), a pesquisa participativa “[...] se inscreve no fluxo das ações populares. Estamos em uma estrada de mão dupla: de um lado, a *participação* popular no processo de investigação. De outro, a *participação* da pesquisa no correr das ações populares”.

A afirmação do pesquisador junto ao objeto, constitui-se de forma metafórica em uma “mistura de cozinha”, que em medidas mesmo certas, podem apresentar resultados diversos.

²⁶ GEERTZ, Clifford (1989), em *A Interpretação das Culturas*, no capítulo 1, denominado de “Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura”, em que discute sobre Cultura e Etnografia.

Dessa forma, “Pensaremos os sujeitos das pesquisas não mais como meros informantes dos dados necessários para a pesquisa, mas que sejam também reconhecidos como autores, pois a experiência vivida por eles será a principal fonte de interpretação de nossas reflexões”. (NOGUEIRA, 2004, p.210). É numa interação entre objeto e sujeito, na tentativa de “escapar das armadilhas” metodológicas. Na condição de coparticipante das ações, remetemos à “A Experiência Humana do Espaço em ‘Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido’”, de Buttimer:

Enquanto o mundo subjetivo concentra-se na experiência individual única, o modo objetivo procura a generalização e proposições estáveis acerca da experiência humana agregada, o modo “intersubjetivo” ou o modo fenomenológico esforçar-se-ia para elucidar um diálogo entre pessoas individuais e a “subjetividade” do seu mundo. (1998, p. 175).

“Essa fenomenologia é a que Dardel mais aproximou seus trabalhos. Aquela que vai valorizar as experiências vividas, onde a descrição desse mundo, por quem a vive, via ser a fundamentação e a compreensão da realidade.”, conforme (NOGUEIRA, 2004, p.223).

Em muitas dos trabalhos de campo, nas reuniões comunitárias, o discurso e suas análises foram destaque. Os registros de várias falas foram importantes, mas, o que determinou foi o debate, a interpretação e principalmente a análise de discurso, nos momentos de diálogo e comunicação meio à coletividade.

O registro fotográfico tornou-se pertinente nos momentos de construção e de elaboração da cartografia dos territórios identificados. A imagem captada revelou em alguns instantes a paisagem e em outros a “ação” particular dos partícipes dessa territorialidade.

Por fim, para organizar a estrutura da tese em duas partes distintas, é de grande relevância levar em consideração a análise crítica observada por Paraíso (1987) no Laudo Antropológico sobre a etnia Xakriabá.

Por este breve histórico, podemos demonstrar as dificuldades, pressões e sofrimentos da população Xakriabá. Forçados pelas circunstâncias, viram-se obrigados à reformulação de seus padrões de organização social, como estratégia de sobrevivência e hoje, por fim têm sua identidade questionada, pelos representantes da mesma sociedade que lhes impõe tais transformações. Exigir que uma comunidade, num estágio tão avançado de contacto e após três séculos de dominação, se mantivesse com suas características de então, constituiria, antes de mais nada, um absurdo lógico. Os Xakriabá seriam, no entender dessa linha de argumentação, o único caso conhecido, na História da Humanidade, de sociedade a-histórica. (PARAISO, 1987, p.25).

A Parte I, denominada de “Concepções Teóricas: geográficas, territoriais e indígenas”, é constituída de dois capítulos. O primeiro capítulo é denominado de Geografia’s e Território’s, em que são apresentados os fundamentos e categorias da geografia na concepção teórica, que reconhece as principais escolas geográficas, além de abordar uma síntese sobre a formação do território brasileiro, dando enfoque principal ao sertão do norte de Minas Gerais. No segundo capítulo, “Os Índios e Território’s”, é dado destaque para os índios na História do Brasil, os seus direitos e as relações de conflitos nos territórios.

A Parte II, denominada de “Concepções Empíricas: o movimento da teoria”, é constituída de três capítulos. O terceiro capítulo constitui na identificação do povo Xakriabá, enquanto etnia e suas representações sociais. Na constituição textual desses capítulos, é estabelecida a condição histórica a partir do século XVII até a construção do Laudo Antropológico de 1987 e a Constituição Brasileira de 1988. Esses marcos políticos e institucionais consolidam a história Xakriabá em dois momentos distintos, porém complementares nas concepções das multidimensões sobre o território. Para Paraiso (1987, p.58), a afirmação confirma que “Tais mecanismos, que procuram eliminar, ideologicamente, a identidade de um povo, na verdade, estão fornecendo os alimentos de que esta se nutre para viver e ser, cada vez mais, presente no dia a dia da comunidade”. É com essa afirmação que a proposição da tese se reafirma nos dois últimos capítulos. O quarto é constituído das relações e das multidimensões territoriais nos Xakriabá. E, no último capítulo, denominado de “Ação Territorial”, que a tese se consolida a partir de teorias que se “movimentam” com os

elementos empíricos trabalhados em todas as excursões e incursões. As multidimensões são estabelecidas na constituição socioespacial, sendo essas denominadas da Ação Territorial dos Xakriabá. E, para finalizar a estrutura, seguem as considerações finais da pesquisa.

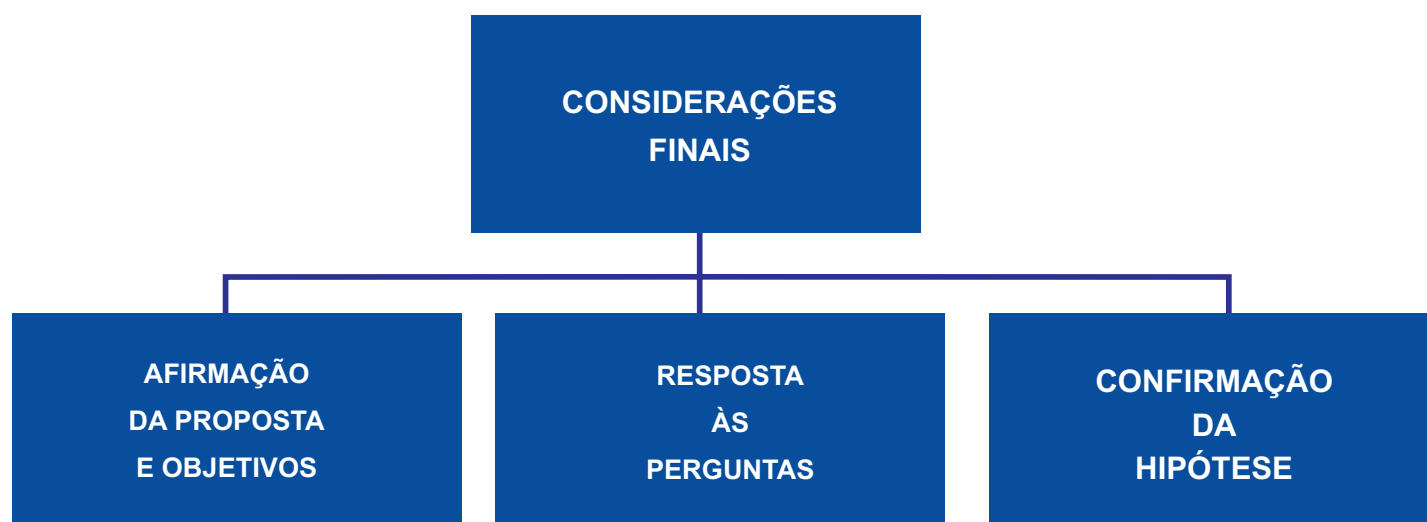
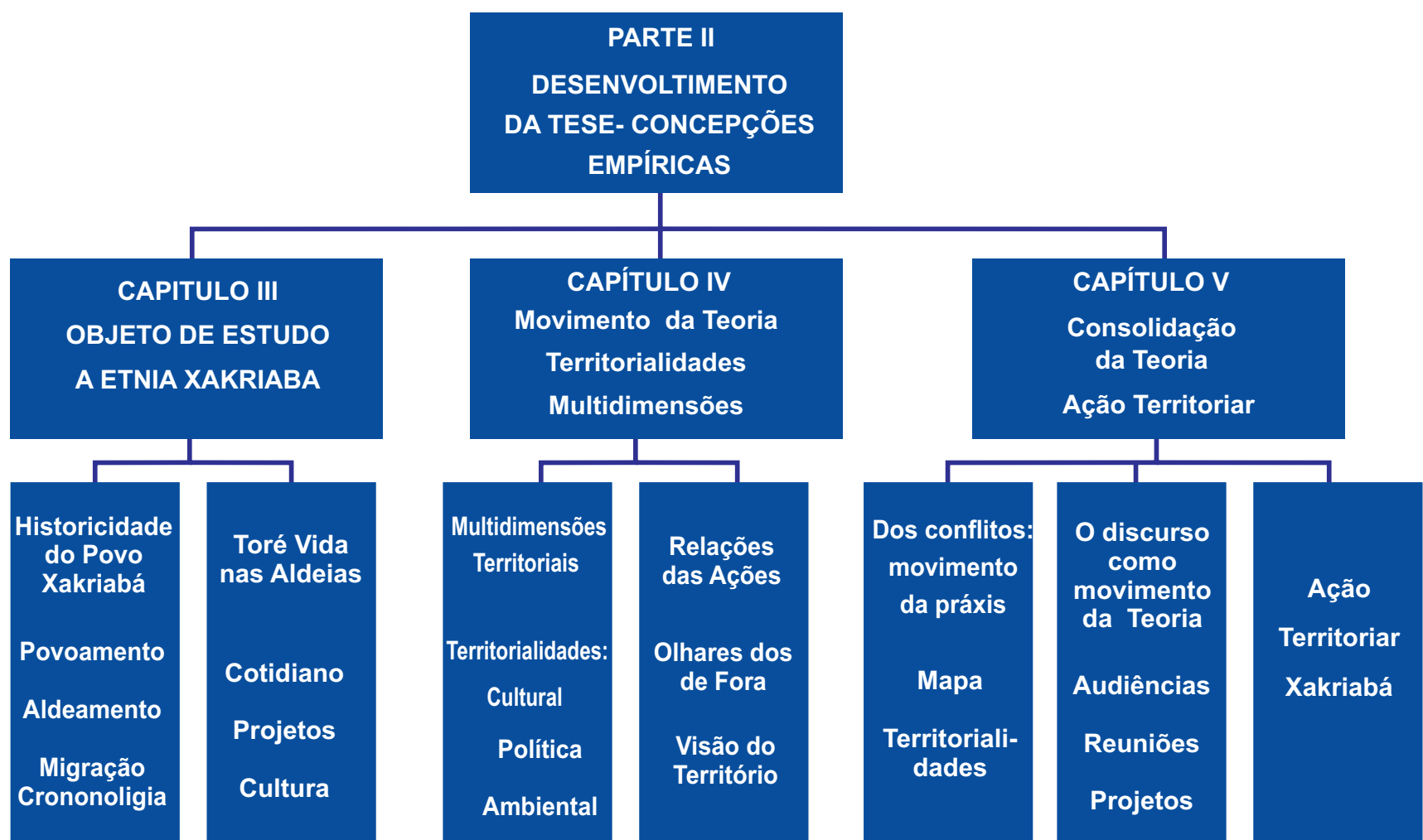
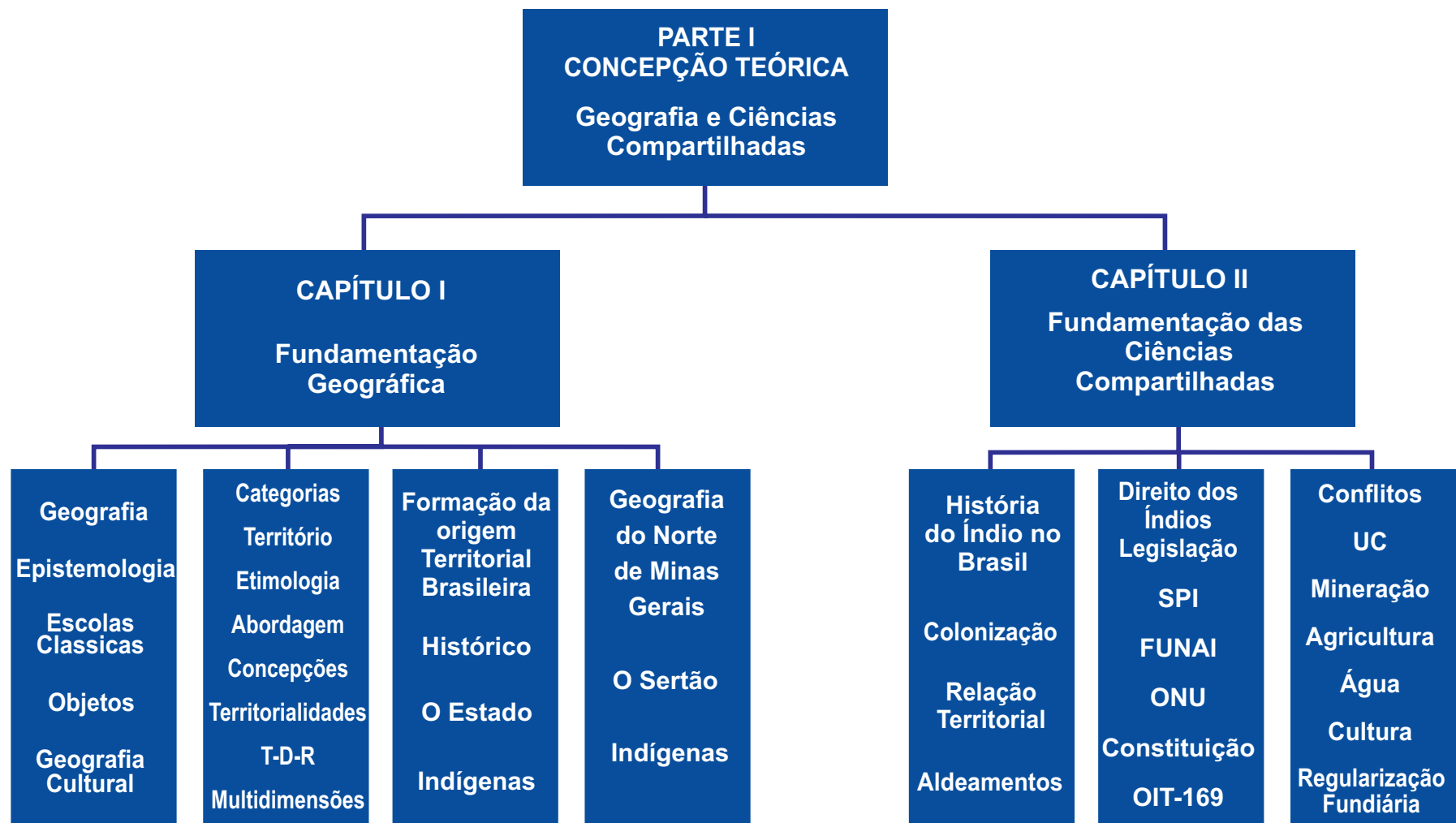
Para melhor compreender essa introdução, foi sintetizado todo o contexto da construção e estrutura da tese em forma de um organograma explicativo (Figura 1 – Mapa conceitual e estrutural da pesquisa-organograma da tese/ Fonte: Elaboração do autor, 2014.), para facilitar, de maneira geral, uma leitura representativa do texto que se seguirá em cinco capítulos detalhados.

O organograma²⁷ apresenta em sua primeira parte a concepção teórica da geografia com outras ciências compartilhadas. Divide-se em dois capítulos, sendo o primeiro geográfico, com uma visão do geral para o particular da própria ciência, partindo dos clássicos até a geografia cultural, parte desse objeto de pesquisa. A categoria território nesse capítulo tem destaque com as suas constituições linguísticas e definições, entre o substantivo e os adjetivos, chegando ao verbo. O capítulo é finalizado com a apresentação da origem da formação territorial no país, até chegar ao local de estudo. O capítulo 2 apresenta os fundamentos dessas ciências que compartilhamos o nosso objeto, sendo eles da antropologia, do direito, da sociologia e outras. Os conflitos observados no objeto pesquisado apresentam elementos dessas ciências.

A segunda parte, constituída de elementos empíricos, apresenta e retrata de fato como a tese é consolidada a partir do objeto. Isso é feito em três capítulos, sendo o terceiro capítulo aquele que mostra a identidade e história do povo Xakriabá, o quarto, as multidimensões territoriais, e o quinto e último, a ação territorial.

Por fim, o organograma traz as considerações finais e confirmações desta tese.

²⁷ A proposta em criar o Mapa Conceitual e Estrutural da Pesquisa – organograma da tese – vem na tentativa deste autor em poder facilitar e ampliar o nível de leitura do estudo, pois a tese trata-se de um documento acadêmico.





1

PARTE I

1 GEOGRAFIA‘S’ E TERRITÓRIO‘S’

¹Pintura corporal Xakriabá, que representa a união do povo, são “como a água, sempre batalhando, subindo, descendo, remando...” (BAETA, 2005, p. 149).

PARTE I

1 GEOGRAFIA‘S’ E TERRITÓRIO‘S’

“O território da modernidade é uma ficção, ainda que física e materialmente constituída”²

1.1 Introdução

O capítulo 1 é denominado de “Geografia‘s’ e Território ‘s’”, em que se apresentam os fundamentos e epistemes de categorias da geografia. Trata-se de uma síntese na qual se reafirmam alguns elementos de referências das escolas geográficas e seus principais precursores. O primeiro tópico é denominado de “1.2 As Geografia‘s’: tradições e contemporaneidades”. Inicia-se com a da construção teórico-metodológica estabelecida, os conceitos, as definições e análises referentes ao território serão caracterizados no segundo tópico, denominado de “1.3 Território‘s’ e suas origens: fundamentação teórica”.

No terceiro tópico aborda-se a construção do território brasileiro, mostrando aspectos importantes da sua formação histórica socioespacial que acabaram por determinar a sua atual configuração. Trata-se no tópico seguinte, o item 1.4, que tem como título “A geografia origem da formação do território brasileiro: síntese de uma construção”. E o último tópico, denominado de “1.5 O sertão: a geografia do norte de Minas Gerais”, trará os principais elementos da paisagem desse sertão sanfranciscano, apontando peculiaridades e dinâmicas, afirmando o espaço como objeto de incursões na pesquisa

² Prefácio de SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés – Professor de Direito – PUC/PR In: LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Gurani-Mbya**: significado, constituição e uso. Maringá, PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008, p. 14.

1.2 As geografia's: tradições e contemporaneidades

A ciência escolhida para trabalhar, amar, chorar e sorrir nem sempre condiz com seus caminhos com os rumos ensejados. Tomam-se como exemplos os muitos textos literários, palestras e congressos, em que a concepção filosófica em “inaugurar” ou ‘reinaugurar’ temáticas estabelece debates metafísicos sobre o espaço, enquanto outros reafirmam a materialidade de tal. Assiste-se uma geografia em crise, mas não corroboramos com essa afirmação, pois várias são as teorias explicativas de espaços produzidos tanto no âmbito rural como urbano; no campo e na cidade. Nesse discurso sobre a ciência, entende-se que “A ciência é a arte, interpretando o que muitos denominam realidade, de sempre rearranjar informações – elas mesmas, um produto de criação – que permitem construir o desenho do mundo, das coisas e dos seres, das suas complexas relações e dos seus lugares”. (HISSA, 2002, p.14)³. O que é também afirmado com “Os discursos geográficos – no sentido mais amplo do termo (discursos referidos ao espaço terrestre) – varia por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados⁴ (MORAES, 2008, p.23). Desde o século XIX, muito se debatia sobre os rumos da geografia que apresentavam o pensamento de que “A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens; ela se interessa pelos acontecimentos da História à medida que acentuam e esclarecem, nas regiões onde eles se produzem, as propriedades, as virtualidades que sem eles permaneceriam latentes”. (LA BLACHE, 1985, p.47), como é o caso da pesquisa, assim corroboramos. A constituição epistemológica de conceitos como espaço e sociedade revela-se a partir das relações entre si. Em Moreira (2012, p. 106-107), “O espaço geográfico e a sociedade formam então uma só unidade, em que o espaço geográfico é aparência com que se exprime a essência estrutural da

³ Ele reafirma: “A ciência já não pode ser mais compreendida apenas como produto de uma razão dissociada de sensibilidades”.

⁴ Ver: VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987. In: MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2008, p. 23.

sociedade, o modo estrutural de existência e aparecimento visual desta. Esta relação encerrando o fundamento da teoria e do método geográficos”. No contexto, “São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, dentro de formas de pensar historicamente determinadas, com *epistemés* próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão mas a própria sensibilidade humana”⁵.

Para melhor compreensão das relações humanas e/ou físicas da geografia, faz-se necessário conhecer as correntes geográficas, seus sujeitos e objetos. Desde os povos primitivos com os registros em cavernas, foram estabelecidas as relações entre o homem e o meio em que se vive. Essas relações suprem as necessidades básicas dos indivíduos e mesmo dos grupos por meio da caça e coleta. O espaço físico (*physis*), natureza, era primário, sem intervenção antrópica, em que os recursos eram oferecidos livremente. Na condição de uso da sua racionalidade, perpassa-se a exploração dos bens materiais presentes no ambiente em que se vive e circunda, apresentando-se como “dominante”. Surge, então, uma segunda natureza, imposta com as necessidades e desejos da humanidade. Eis aqui presente o sujeito – homem.

O objeto que se identifica como constituinte e como reflexo dessa dialética é o espaço da superfície terrestre: *geo* (Terra) e *grafos* (escrever). Diante dessa generalização entre o objeto e o sujeito, apresenta-se também a paisagem nas suas condições *morfológicas* e *fisiológicas*, ou mesmo, um retrato do que se descreve em um momento. Pode-se identificar também a individualidade dos lugares; a diferenciação de áreas e, recapitulando, as relações entre o homem e a natureza. Interpretar o homem sobre a natureza é uma questão, assim como ao contrário. Os fenômenos, tantos humanos como naturais, perfazem essa ciência do espaço.

Tendo essa ampliação sobre a ciência, seu objeto e seu sujeito, a Geografia ampara-se em leis e máximas de outras ciências: biológicas, exatas, sociais e humanas, fazendo um

⁵ Ver: VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987. In: MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008, p. 23.

diálogo que muitas vezes a torna uma ciência de “síntese” e/ou “análise”. Para melhor compreender as relações espaciais e humanas, designam-se outros tantos métodos e procedimentos quantos assumidos pelas partes que se fazem necessárias.

Na Antiguidade, as informações sobre os espaços que se desdobraram em territórios, paisagens, lugares e regiões eram primordiais para a sobrevivência. Os escribas e alguns cartógrafos já faziam dessas suas atividades e observações empíricas totalmente descritivas.

Na escola tradicional da geografia no século XIX, muitos dos autores eram naturalistas e viajantes. A narrativa e descrição era o foco da interpretação do espaço, juntamente com a observação e empiria. Alexander Von Humboldt, considerado o “Pai da Geografia”, tem em sua obra *O Cosmos* alguns espaços descritivos da América Latina. Muitos outros naturalistas que estiveram em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, também abordaram o espaço natural, sem intervenção antrópica. São os casos de Spix e Martius em 1817-1820, que abordam o tema em dois volumes de *Viagem pelo Brasil*, e Peter Lund, considerado o “Pai da Paleontologia Brasileira”, que esteve por essas terras pela primeira vez em 1825-1829. Em *Pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes brasileiras* (2010, v. 3), Ruy Moreira aponta no primeiro capítulo a influência dos viajantes, cronistas e naturalistas, citando inúmeros deles com seus métodos e argumentações, sendo que a grande maioria propõe em descrever a paisagem e alguns a descrição dos gêneros de vida.

O “Determinismo”, mais tarde – corrente clássica de concepção alemã –, muitas vezes imperava com as sazonalidades; condições extremas; eventos catastróficos; tanto na litosfera, atmosfera, hidrosfera, quanto, por fim, na biosfera. Já o “Possibilismo”, como prospera nos estudos franceses, apresenta as condições humanas sobre a natureza. Tomam-se como exemplos as populações e seus movimentos migratórios, o uso dos recursos, as guerras; a agricultura como fonte alimentar e o advento da indústria e do capital com as cidades. Alguns desses serão discutidos posteriormente.

Temos no processo de sistematização acadêmica da ciência geográfica atores como Alexander Von Humboldt, naturalista alemão geógrafo (1769-1859); Carl Ritter, naturalista que estuda a geografia humana (1779-1859); Friedrich Ratzel, geógrafo, etnólogo, responsável pela Teoria de Espaço Vital (1844-1904); Paul Vidal de La Blache, geógrafo francês que estudou a concepção de “gênero de vida” (1845-1918); Richard Hartshorne, americano que desenvolveu a noção de regionalismo; Alfred Hettener, alemão, que estudava os ensinamentos de Kant e Husserl (1859-1941); Carl Sauer, que desenvolveu o estudo de paisagens culturais, na perspectiva do *habitat* (1889-1975). Esses, dentre outros, foram os precursores em métodos e técnicas do estudo do espaço e das relações do homem sobre esse meio. Essa sistematização muito contribuiu para formação dos Estados, principalmente na Europa, caso da Alemanha e França em períodos distintos.

Segundo Moraes (2005, p.56), “ao início do século XIX, a malha dos pressupostos históricos da sistematização da Geografia já estava suficientemente tecida. A Terra estava toda conhecida”. A concepção nomotética (geral) e ideográfica (singular) sugere comparações e afirmações entre os lugares e as regiões por Hartshorne.

Nesse contato surge uma nova corrente denominada de nova geografia, que contraria a tradicional e foi consolidada por volta de 1970, com a proposta de maior liberdade e reflexão sobre os objetos; sujeitos e métodos, recriando assim novos paradigmas epistemológicos. Temáticas como capitalismo, industrialização, mercado, economia, geografia política, urbanização e questões sociais ganham novo olhar para e com a geografia.

Destaca-se a Geografia Quantitativa, em que os elementos técnicos da matemática e estatística, variáveis; médias e tendências; tanto nos laboratórios como em campo, afirmam suas mensurações e comparações de dados e informações, produzindo gráficos, mapas e tabelas. Supre-se assim, uma necessidade de planejamento que o Estado necessitava. Eis a Geografia Teorética, no caso brasileiro.

Então, diante dessas modificações e desenvolvimento do saber escolar e acadêmico da geografia, nasce a escola crítica, onde são desvendadas as máscaras sociais, e o francês Yves Lacoste publica *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976).

O quadro seguinte, desenvolvido por Amorim Filho (1999, p. 69), mostra de forma sintética parte da história do pensamento geográfico. Pode-se explorar esses elementos do quadro identificando-os: a) do 1 ao 6, como elementos da escola clássica tradicional; b) do 7 e 8, como a concepção da geografia quantitativa; c) do 9 e 10, como corpo da geografia crítica-nova geografia; d) do 11 e 12, como a geografia humanística, em específico o item 11.

Quadro 1 – Principais temas cumulativos da geografia em sua história

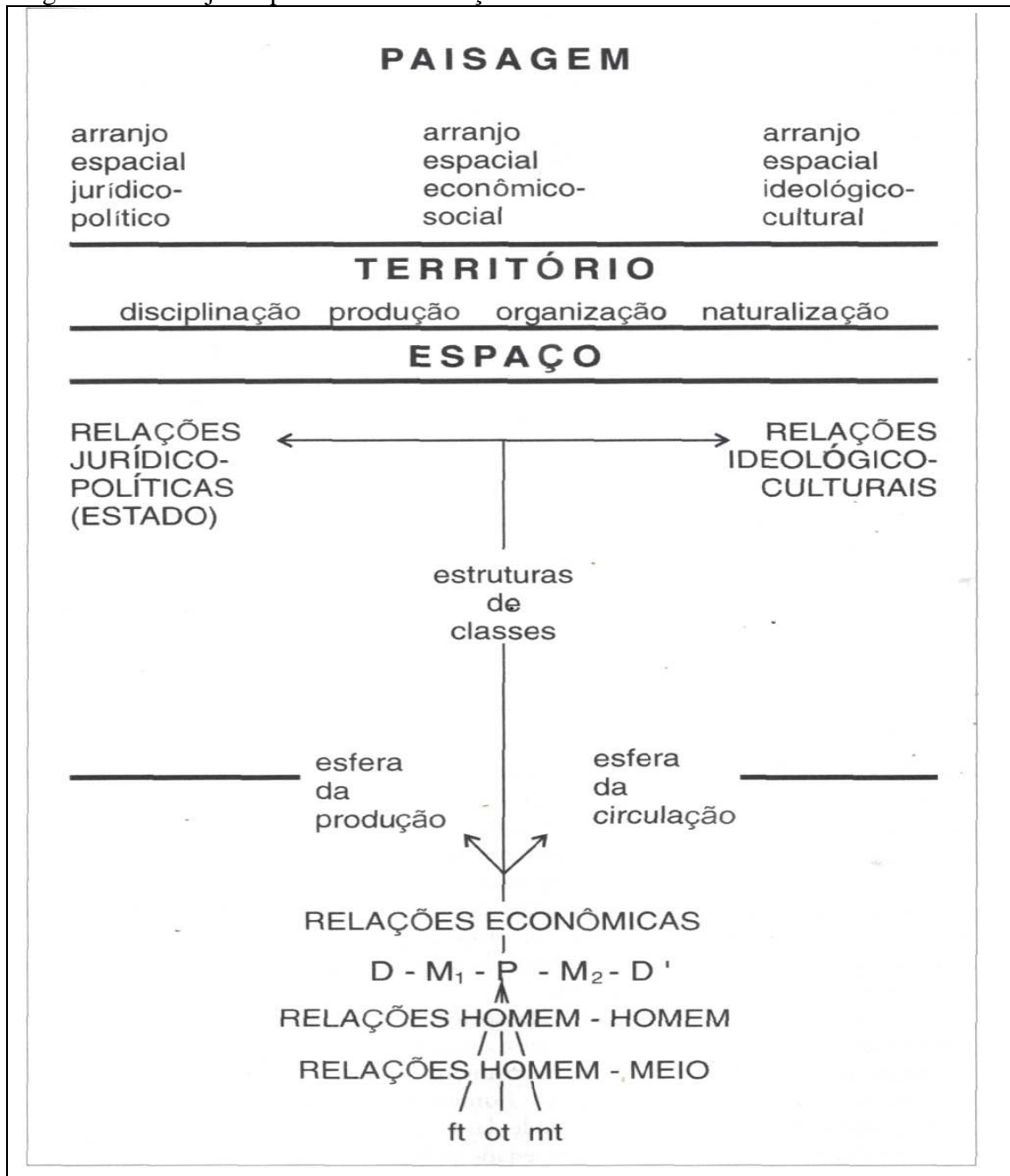
1. Espaço explorado, nomeado e relatado;
2. Espaço mensurado e mapeado;
3. Espaço natural como ambiente determinista;
4. Espaço dos imperialismos e das guerras;
5. Espaço das “geografias universais”;
6. Espaço regionalizado;
7. Espaço quantificado;
8. Espaço teorizado;
9. Espaço como ecossistema/geossistema;
10. Espaço socialmente produzido;
11. Espaço vivido e valorizado;
12. Espaço virtual ou “ciberespaço”.

Fonte: Adaptado de AMORIM FILHO, 1999, p. 70.⁶

Na figura na página seguinte, revelam-se alguns traços da história do pensamento geográfico, demonstrados por meio das principais categorias, que estão relacionadas às escolas mencionadas em cada um dos espaços representados por Amorim Filho (1999). De forma generalista, esse quadro identifica as principais relações geográficas atreladas às categorias e aos arranjos possíveis entre o homem e a natureza.

⁶ O quadro de AMORIM FILHO (1999), identifica os principais temas da Geografia, e contribui de maneira circunstancial no contexto que abordamos pois, facilita a compreensão da História do Pensamento Geográfico.

Figura 2 – Arranjos espaciais e suas relações



Fonte: MOREIRA, 2007, p. 113

A dicotomia da geografia humana e geografia física, configurada por momentos históricos dentro da própria ciência, apresenta-se entre aproximações e separações. “Nos países centrais, ao longo do século XIX, a geografia passa a ser (ao lado da história) uma das

disciplinas básicas para o processo ideológico de legitimação do Estado, mediante o estudo do território”⁷.

As diversas leituras de mundo e do mundo que essas geografias fazem em seus momentos e espaços elencam discussões que motivam ideologias e metodologias próprias do saber e do conhecimento. Estamos falando da importância e constituição da cultura no tempo e espaço em seus processos sociais, assim reafirmamos com Wagner e Mikesell (2007, p. 29) que “a cultura também está assentada numa base geográfica, pois é provável que só ocorra comunicação regular e compartilhada entre pessoas que ocupam uma área comum”. Não diferente, em Claval (2010, p.113), afirmando que “A geografia humana é a primeira a considerar as práticas e os saberes dos meios populares: ela integra numa construção científica os conhecimentos que qualquer grupo humano desenvolve para garantir sua sobrevivência e se estruturar.” A geografia humanista apresenta a geografia cultural, com grande enfoque nas análises e abordagens culturais, no trato da simbologia, das identidades, dos lugares e seus fenômenos e aspectos subjetivistas nas interpretações. A percepção sobre o espaço e no espaço é desenvolvida sobre o lugar na obra *Topofilia* (1980), de Yi-Fu-Tuan, traduzida por Livia de Oliveira, e, posteriormente, ele escreve a *Paisagem do Medo* (2006), aprofundando esses estudos.

Segundo Sauer (2007, p.22-23), “a geografia cultural se interessa, portanto pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica. A área cultural constitui assim um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas”.

Uma possível definição dessa “nova” geografia cultural seria: contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência” (Ibidem, p. 136).

⁷ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2008, p. 27.

“Em suma, entendemos a Geografia Histórica como caminho de reconstituição (em várias escalas) do processo de formação dos atuais territórios, postura que – inapelavelmente – repõe uma ótica de história nacional (mesmo no âmbito de uma perspectiva crítica).” (MORAES, 2009, p. 61). “O desenvolvimento da geografia cultural procede necessariamente da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente.” (SAUER, 2007, p. 23). Nesse contexto, para exemplificar, Brandão (2009) traz a reflexão sobre os territórios, seus ambientes e suas populações:

Assim, se quisermos estender um olhar geográfico não apenas ao que parece mais visível, mais dinâmico e mais conflitivo nos diferentes mundos não-urbanos do Brasil (para aí incluirmos também os territórios e as comunidades das diferentes outras etnias no país), poderemos trabalhar três amplas categorias de ocupação de territórios, de apropriação da terra, de manejo do ambiente, de criação de tipos de vida social e suas diferentes culturas. (BRANDÃO, 2009, p.41).

A influência da fenomenologia nos estudos da geografia acontece com os olhares da geografia humanística e geografia cultural. No berço da geografia alemã, destacam-se trabalhos de Otto Schlüter (1872-1959), que estuda estabelecimentos humanos, casas, campos e cercados, como nos lembra Claval (2001). A partir de então, faz-se da paisagem um elemento também humano, não somente determinado pelas adversidades temporais físicas. E cita: “A cultura é para Vidal de La Blache e seus alunos, como para Ratzel e os geógrafos alemães, aquilo que se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens”. (CLAVAL, 2001, p.35). Ressalta-se a obra *Antropogeografia de Ratzel* (1882), que faz uma reflexão crítica do possibilismo ao determinismo.

Já na Escola de Berkeley, na Califórnia, identifica-se um esforço construtor e sustentador da geografia cultural com estudos mais aprofundados, destacando-se a figura de Carl Sauer:

No caso dos geógrafos humanistas, alguns fazem leituras fenomenológicas e outros já adoram abordagens hermenêuticas. Os geógrafos humanistas, preocupados com a restituição do sentido dos lugares (sense of place), com a abordagem fenomenológica valorizam os textos literários devido à qualidade do testemunho sobre a experiência concreta dos lugares, por meio da transcrição da experiência perceptiva e do vivido pelo sujeito e ao valor atribuído aos lugares. Esses estudos visavam remeter o sujeito, seus valores e sua carga biográfica ao centro da disciplina geográfica. (ALMEIDA, 2010, p.144).

A geografia começa a compreender o lugar na percepção do indivíduo que o habita. O conceito de toponímia cunhado por Yi-Fu-Tuan é de suma importância, como uma construção de raízes fenomenológicas. Anne Buttimer também faz uma contribuição sobre o mundo vivido, o que traz à luz interpretações de maiores evidências e coerências sobre a leitura da convivência espacial.

A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentidos que temos para o lugar, por ser o lar, o locus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 1980, p.107).

Amorim Filho (1999, p.77) apresenta um levantamento de alguns temas que permeiam o campo da geografia humanística nos últimos trinta anos. Esses temas são de forma direta e indireta a expressão constituinte desses estudos, assim expresso no quadro a seguir:

Quadro 2 – Principais temas presentes em textos de “geógrafos humanísticos”, de 1970 a 1999

- a) Atitudes e valores em relação ao meio ambiente;
- b) biografias de lugares e paisagens;
- c) comportamentos espaciais e ambientais;
- d) educação ambiental;
- e) espaços vividos e lugares;
- f) “geografias” de grupos humanos particulares;
- g) imagens geográficas;
- h) legislações sobre o meio ambiente e paisagens;
- i) literaturas regionais e urbanas;
- j) lugares sagrados e míticos;
- k) mapas mentais;
- l) mundos vividos;
- m) paisagens;
- n) patrimônios culturais;
- o) percepção e cognição ambientais;
- p) reconstruções históricas de paisagens;
- q) riscos ambientais e suas avaliações;
- r) sentidos de lugares e paisagens;
- s) tempos e espaços experienciais;
- t) topofilia, topofobia e topocídio;

Fonte: Adaptado de AMORIM FILHO, 1999, p. 77.⁸

Amorim Filho (1999, p.79-79) nos traz uma citação de reflexão de Paul Claval de 1974:

Nos trabalhos geográficos (franceses), observa-se a continuidades da inquietação sobre os modos como o espaço é sentido e como ele é dividido. As teses relativas às regiões franceses ou estrangeiras consagram todos os capítulos a esses problemas: elas introduzem, assim, na interpretação dos agrupamentos (regionais) uma parte de subjetividade coletiva, que falta na maior parte dos autores estrangeiros [...] A geografia clássica francesa abriu mais espaços aos fatos de percepção, e ao seu papel na organização do espaço, do que qualquer outra escola⁹.

A fenomenologia, de fato, representa uma explicação às questões do espaço socioambiental. Em Merleau-Ponty:

⁸ A importância desse quadro é que ele sintetiza inúmeros temas que trataremos no estudo do território e da terra indígena, com enfoque para pensar os elementos das multidimensões que sustenta a ação territorial.

⁹ CLAVAL, Paul. La Géographie et la Perception de l'Espace. L' Espace Géographique. Paris, Doin, n. 3, 1974, p. 179-187. In: AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Evolução do Pensamento Geográfico e a Fenomenologia. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 11 (21 e 22), p. 67-87, jan./dez. 1999.p.78-79.

Aquisição mais importante da fenomenologia foi sem dúvida ter unido o extremo subjetivismo ao extremo objetivismo em sua noção do mundo ou da racionalidade. A racionalidade é exatamente proporcional às experiências nas quais ela se revela. Existe racionalidade, quer dizer: as perspectivas se confrontam, as percepções se confirmam, um sentido aparece. Mas ele não deve ser posto à parte, transformado em Espírito absoluto ou em mundo no sentido realista. O mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na interseção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha. Pela primeira vez a meditação do filósofo é consciente o bastante para não realizar no mundo e antes dela os seus próprios resultados. O filósofo tenta pensar o mundo, o outro e a si mesmo, e conceber suas relações. (1999, p. 18-19).

Em Moreira, sobre o conceito de fenômeno:

A Filosofia devia, pois, construir-se (ou reconstruir-se) através da Fenomenologia como uma ciência rigorosa, que desse apoio a todas as “ciências positivas”, assim entendidas de forma geral as ciências físicas e naturais. A Fenomenologia deveria proporcionar um método filosófico que fosse livre por completo de todas as pressuposições que desse ter aquele que refletisse; descreveria os fenômenos enfocando exclusivamente a eles, deixando de lado quaisquer questões sobre suas origens causais e sua natureza fora do próprio ato da consciência. Dessa forma, não irá pressupor nada, nem o senso comum, nem o mundo natural, nem as descobertas e as teorias da ciência. Ficará postada antes de qualquer crença e de qualquer juízo, para explorar simplesmente o fenômeno tal como é dado à consciência. O termo fenomenologia deriva de duas outras palavras de raiz grega: *phainomenon* (aquilo que se mostra a partir de si mesmo) e *logos* (ciência ou estudo). Portanto, etimologicamente, Fenomenologia é o estudo ou a ciência do fenômeno, sendo que por fenômeno, em seu sentido mais genérico, entende-se tudo o que aparece, que se manifesta ou se revela por si mesmo. (2004, p. 62-63).

Para Dardel¹⁰ a geograficidade refere-se às várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos ambientes em todas as suas formas. Refere-se ao relacionamento com os espaços e as paisagens, construídas e naturais, que são as bases e recursos das habilidades do homem e para as quais há uma fixação existencial. E de acordo com Nogueira (2004, p. 209), quando se traça “uma proposta de retomar o homem enquanto indivíduo, enquanto sujeito que está no mundo, portanto, tem dele uma experiência de vida”. São essas leituras de valores, culturas, crenças, simbolismos, literaturas, percepções, observações, experiências, saberes, representações sociais, manifestações e comunicações que o cotidiano do mundo vivido

¹⁰ DARDEL, Eric, L' homme et La terre. *Nature de La réalité géographique*. Ed. CTHS, Paris. 1990. p.42. (primeira edição francesa, PUF, Paris, 1952) - NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Uma interpretação Fenomenológica na Geografia. In: SILVA, Aldo A. Dantas da; GALENO, Alex (Orgs.). **Geografia, Ciências do complexus**: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004.p.209-236. p.213.

configura-se no espaço. É essa a leitura que se atribui aqui na pesquisa sobre os Xakriabá, considerando suas multidimensões territoriais sobre o espaço. Eis a geografia das representações do espaço vivido, e a sua a valorização. Na aula inaugural de Husserl em Freiburg (1917), ele comenta:

O primeiro e mais primitivo conceito do fenômeno referia-se à limitada esfera das realidades sensorialmente dadas, através das quais a natureza é evidenciada ao perceber. O conceito foi estendido [...] para incluir qualquer espécie de coisa sensorialmente entendida ou objetivada. [...] Inclui então as formas pelas quais as coisas são dadas à consciência. Viu-se finalmente (que o conceito) inclui todo o domínio da consciência com todas as formas de estar consciente de algo e todos os constituintes que podem ser imanentemente mostrados como pertencentes a eles. Que o conceito inclua todas as formas de estar consciente de algo quer dizer que ele inclui também qualquer espécie de sentimento, desejo e vontade, com seu comportamento imanente. (MOREIRA, 2004, p. 64).

Com essas formas e denominações conceituais que permeiam a geografia e a fenomenologia, passa-se a olhar a realidade atual das falas de alguns povos que se identificam em seus espaços. Há um olhar reflexivo sobre as “coisas”, um olhar fenomenológico na acepção de perceber, conceber; criar perspectivas; momentos; espaços e homens que se envolvem em uma história do presente sem negar o passado e aspirações futuras.

Como forma de exemplificar o olhar fenomenológico, coloca-se o “olhar e o discurso” a partir da fala de Célia Xakriabá: “Posso ser o que você é, sem deixar de ser o que eu sou”¹¹,

¹².

Se a percepção de mundo desses povos e comunidades tradicionais são latentes em uma realidade socioespacial diferente da nossa, sobre os seus fazeres e vivências, assumimos um papel de compreensão quanto ao significado, aos símbolos, à religiosidade e aos aspectos e sujeitos culturais que se fazem presentes em nossas vidas, de forma imanente e/ou transcendental no espaço e no tempo. Por isso, faz-se necessário distinguir interpretação e

¹¹ Conversas e diálogos na Oficina de Povos Sertanejos na Festa de Agosto de 2011 em Montes Claros-MG. A frase provoca a reflexão de onde Célia Xakriabá fala, como fala e para quem fala. Ela propõe uma análise profunda sobre a posição de onde falamos, dando visibilidade ao discurso próprio dos Xakriabá.

¹² As falas transcritas em todo o trabalho são oriundas de coleta de dados em espaços públicos na maioria das vezes. As falas que foram coletadas no espaço da comunidade e em outras instâncias estão sendo reproduzidas conforme autorização do Comitê de Ética.

compreensão. Não perseguimos “um” sentido para a nossa história. A proposta é “compreender” os processos de significação, ou seja, o que ficou atestado ao longo da produção de linguagem sobre o Brasil. (ORLANDI, 2008, p. 20). Estão muitas vezes implícitos os elementos do discurso, e ora tão explícitos que deve-se analisar o contexto processual no momento e na situação.

“A análise de discurso visa construir um método de compreensão dos objetos da linguagem. Para isso, não trabalha com a linguagem enquanto dado, mas como fato.” (Ibidem, p. 31). A contínua maneira e forma de estar vivenciado embates com os interlocutores de fora, proporciona a prática discursiva. “O objeto definido pela análise não é um “discurso”, mas uma prática discursiva.” (Ibidem, p. 206).

A prática discursiva dos Xakriabá no tempo e espaço, nas construções e (des)construções de estratégias de lutas pela resistência, constituem uma multidimensão nas concepções territoriais, na ação territorialar, objeto central desse estudo.

1.3 Território's' e suas origens: fundamentação teórica

A constituição ou construção de um referencial teórico na tese, com a discussão da categoria território, é verdadeiramente difícil¹³. Primeiro trata-se de buscar fragilidades no que é amplamente discutido em várias tendências e linhas de pensamento e, segundo, trata-se de um conceito polissêmico em que várias ciências buscam concernir e identificar elementos e atributos que justifiquem as suas explicações e respostas salutaras. “Ao se examinar o problema da territorialidade no Brasil, deve-se levar em conta também o problema das escalas, admitindo-se uma escala nacional, uma regional e estadual e uma local.” (ANDRADE, 1996, 216).

¹³ Essa categoria norteia toda a tese, não deixando assim de lado a abordagem da categoria região com o relato do sertão do norte de Minas, e a categoria de lugar, com as especificações dos lugares às margens do Rio São Francisco, presente ao longo das centenas de anos na vida da comunidade.

Na geografia, o pensamento reflexivo e analítico é consideravelmente novo diante de muitas outras ciências. O que anteriormente se tinha como “certeza” é que convivíamos com uma ciência essencialmente sintética. Se anteriormente o território e o espaço eram lineares, mensurados e delimitados, hoje percebe-se que ele se torna essencialmente humanizado, simbólico, com representações e vivências culturais diferenciadas ao longo do tempo e espaço.

As inúmeras teorias e definições conceituais que ora estaremos relembrando em tese são respostas de muitas pesquisas confrontando os objetos e seus universos entre os pesquisadores. Cada reflexão teórica condiciona-se a uma situação histórica. “Neste sentido, a teoria não é só uma reflexão abstrata, mas também uma expressão da práxis. Práxis esta vista sobre dois ângulos: um o do pesquisador e um que envolve o pesquisado.” (SAHR; SAHR, 2009, p.143). Se trago o exemplo do território que vivo no meu bairro, posso tanto estar desvelando os aspectos reais espaciais quanto os abstratos e cognitivos da metafísica e ontologia, porque não fenomenológicas.

Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões; portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. (FERNANDES, 2009, p.201).

A relevância em “movimentar” a teoria com o empirismo numa tese é fundamental e aguçante para se constituir verdadeiramente novos horizontes de reflexões numa perspectiva espacial do território. Para tal concepção fundante da “ação territorial”, que é o objetivo epistemológico deste trabalho, replicam-se muitas outras considerações aplicadas e fundamentadas no reconhecimento e nas multidimensões do território.

Na relação sociedade e natureza, exemplificam-se as multidimensões temporais, sociais, ambientais, políticas, econômicas e de poder, entre outras no contexto do território. Essa categoria apresenta neologismos configurativos determinantes para a geografia, como “Des-re-multiterritorialidades”. Atribuídos os seus valores epistemológicos enquanto

fundamentos e matrizes de abordagens nominativas, são feitas análises e interpretações que se entende ainda não contemplativas com o estudo de caso que se aborda enquanto objeto.

Antes de preestabelecer conclusões mesmo que superficiais, faz-se necessário destacar trabalhos voltados para a categoria território que exemplificam importantes análises para a geografia e outras ciências. “De qualquer forma, em toda análise relacional o tempo e o espaço devem ser considerados juntos. Por quê? Porque o tempo e o espaço entram na estratégia do ator social e condicionam a combinação energia – informação”, conforme Raffestin (1993, p.49). De acordo com Corrêa (1996):

Etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação por, tem um duplo significado. Apropriação geográfica política e geopolítica e apropriação associada à identidade de grupos e à afetividade espacial. (1996, p.251)¹⁴.

Outra concepção de etimologia e radical que origina o substantivo território se caracteriza por meio da condição ligada ao recurso do solo:

Sintomaticamente, a palavra que Ratzel comumente utiliza não é *território* (*Territorium*), e sim *solo* (*Boden*), como se *território* fosse sempre sinônimo de *território de um Estado*, e como esse *território* fosse algo vazio sem referência aos atributos materiais, inclusive ou sobretudo naturais (dados pelo sítio e pela posição), que de fato são designados de modo mais direto pela expressão *Boden*. (SOUZA, 1995, p.86).

Registra-se, aqui, a constituição do território em Ratzel, na antropogeografia que destaca o Estado, a sociedade, a família e o progresso. “Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a *geografia política* [...]” (MORAES. 1990, p.73). Esse contexto é o que menos se discute, pois, de maneira geral, muitos são os autores que entendem o território assim, já que essa ótica se apresenta no tempo e espaço desde o surgimento e concepção do Estado, suas características e funções sobre a terra. “Quando se examina o homem, seja individualmente,

¹⁴ CORRÊA. Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p.251-256.

seja associado na família, na tribo, no Estado, é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou com o grupo em questão, também uma porção do território.” (MORAES, 1990, p.74).

No debate, sobre o poder, “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” explícito na obra de Raffestin (1993, p.143-144). A perspectiva que o autor nos fala é a de que o espaço é anterior ao território, assim, o “ator ‘territorializa’ o espaço”, conforme o mesmo. Nessas duas últimas perspectivas, as concepções *ratzeliana* e *raffesteliana* engloba a configuração e domínio do Estado sobre o espaço.

Nos processos das “Des-re-multiterritorialidades”, a constituição de inúmeras análises está voltada, primeiramente, para a constituição do espaço enquanto fundante e matéria-prima, não negando a concepção geográfica clássica materialista. No segundo caso, o ciberespaço se articula com as informações e redes de fluxos do mundo moderno.

Sobre o processo histórico de formação dos territórios, Saquet, Candiotto e Alves (2010, p. 55-56) entendem que “O território significa, acima de tudo, movimento histórico e interações socialmente definidas, ou seja, corresponde a uma construção histórica que é, simultaneamente, relacional”.

Na obra *Abordagens e Concepções de Território*, Saquet (2007, p.147-155), no texto que nomeia de “A identidade como unidade processual, relacional e mediação no desenvolvimento *do e no* território”, cita Raffestin (2003), que propõe: a) um território do cotidiano; b) um das trocas; c) um de referência (riferimento) e, d) um sagrado”. Nesses termos, identifica-se com a realidade dos povos Xakriabá¹⁵. Em síntese, “O agir social é local, territorial e significa territorialidade” (SAQUET, 2007, p.115).

¹⁵ Entendemos que a História do povo Xakriabá está relacionada com esses elementos que envolvem o território.

Em estudos aprofundados de Saquet (2011) em *O Fortalecimento da abordagem territorial histórico-crítica relacional*, ele formula vários quadros especificando os principais autores estudiosos. Os quadros são denominados de sínteses enfocando: 1. a concepção em nome do autor e época; 2. as principais referências; 3. compreensão de território; 4. territorialidade; e 5. abordagem. Ele cita como os principais articuladores desse pensamento, estão: a) Giuseppe Dematteis (1964-2008); b) Gilles Deleuze e Félix Guattari (1976); c) Massimo Quaini (1974); d) Jean Gottman (1947-1980); e) Claude Raffestin (1967-2010); f) Francesco Indovina e Donatella Calabi (1970); g) Alberto Magnaghi (1970) e, h) Arnaldo Bagnasco (1970).

Para melhores esclarecimentos dessas concepções, compilamos sinteticamente o item 3 (compreensão do território) dos respectivos autores baseados em Saquet (2011).

Quadro 3 – Concepções de território (2011)

AUTORES	COMPREENSÃO DE TERITÓRIO
a) Giuseppe Dematteis (1964-2008);	.produto histórico de relações econômicas, políticas e culturais na natureza envolvendo o poder, as desigualdades, as identidades e as redes (transescalaridade e fluxos); .campo de domínio efetivado por diferentes instituições; .espaço de organização política visando autonomia e desenvolvimento local (como condição); .lugar de vida, relações sociais e patrimônio da humanidade.
b) Gilles Deleuze e Félix Guattari (1976);	.como movimento, fluxos na rotação do capital; .codificação e decodificação, signos; .relações de poder; .transformações sociais e TDR (des-re-territorialização).
c) Massimo Quaini (1974);	. produto de ralações sociais historicamente definidas = relações de trabalho com subordinação e expropriação vinculadas à reprodução ampliada do capital; .homem=sujeito histórico que pensa, trabalha, cria e organiza o território; .contém redes e se expressa na materialidade da paisagem e do lugar; .complexo, estratificado, articulado, apropriado e produzido socialmente envolvendo a natureza.

AUTORES	COMPREENSÃO DE TERITÓRIO
d) Jean Gottman (1947-1980);	.resultado das ações de cada sociedade demarcando e controlando o espaço: jurídica, cultural e economicamente; .compartimentação e uso político do espaço; .resultado da circulação e da iconografia; .ênfase para a soberania dos Estados (segurança) e para a interdependência em nível internacional (oportunidade).
e) Claude Raffestin (1967-2010);	.como fronteiras e frentes de ocupação/povoamento:economia e geopolítica; .espaço modificado pelo trabalho(construído); .resultado das relações de poder multidimensionais; .contém signos da vida quotidiana; redes de circulação e comunicação; tessituras e nós; .produto e condição do processo de TDR; .produto histórico, relacional e material.
f) Francesco Indovina e Donatella Calabi (1970);	.produto e condição das relações capitalistas de produção junto com a atuação do Estado; .resultado do uso e apropriação do espaço para produção, circulação, valorização do capital e reprodução dos trabalhadores; .contém pontos-fixos; relações e malhas.
g) Alberto Magnaghi (1970);	.produto e condição de relações de poder e normas; .vinculado à valorização do capital; .contém apropriação, fluxos, redes, identidade e lugar; .resultado da coevolução social-natural; .lugar de organização política com visas à autonomia e ao desenvolvimento sustentável; .patrimônio da humanidade.
h) Arnaldo Bagnasco (1970);	.área com características específicas:econômicas, políticas e culturais; .articulações territoriais entre as classes sociais; .construído espaço-temporalmente; .lugar e rede de lugares.

Fonte: Adaptado de SAQUET (2011).¹⁶

¹⁶ Para pensar a as multidimensões que estamos problematizando sobre o espaço – território – é importante compreender as diversas visões sobre a categoria território; pois no IV e V capítulos faremos relação com esses elementos.

Na abordagem do território, para desenvolver essa configuração epistemológica é necessário trazer a tona vários desdobramentos e pensamentos sobre a categoria território. Sendo as funções, as abordagens, as concepções, as caracterizações e descrições em torno do espaço e tempo com suas releituras escalares e interdisciplinares¹⁷. Captura-se nessas posturas a identificação do Povo Xakriabá, como atores sobre o espaço e o tempo, o conjunto de relações sociais e produtivas sobre o território.

A princípio, podemos inferir que há uma grande diferença entre “território indígena” e Terra Indígena à qual nos referimos constantemente. O primeiro termos condiz com o espaço físico utilizado por um povo, ou necessário para este, para a sua subsistência, para a perpetuação de suas práticas culturais e onde se encontram suas referências ancestrais. Já o segundo define o atual espaço ocupado, demarcado e “concedido” pelo Governo Federal para o seu “uso e gozo”. Não podemos deixar de ressaltar a incompatibilidade entre um e outro termo com relação à maioria das Terras Indígenas no Brasil. (GUERRA, 2008, p.109.).

Reafirmando o processo, “Se há a noção de território fundada nos recursos naturais ou socioculturais para os povos indígenas, coloca-se então a questão das fronteiras com uma problemática indissociável do próprio território”. (GUERRA, 2008, p. 112). Conforme Heidrich:

Haesbaert reconhece quatro amplas perspectivas, assim caracterizadas: (a) as concepções materialistas, nas quais o território é entendido como um objeto material e, mesmo se concebendo sua determinação por relações, é visto como um produto definido, consolidado; (b) as concepções idealistas, que vêm o território a partir da ação de sujeitos e comunidades; (c) as concepções que integram as diferentes dimensões do social e acolhem as objetivações delineadas pelos enfoques materialistas e idealistas; e, incluída neste último grupo, (d) a concepção relacional que compreende a articulação entre os processos sociais e o espaço material nas quais o território é entendido primordialmente como uma relação do que por fato consolidado. (2010, p. 26).

As primeiras relações espaciais e territoriais estão relacionadas com a materialidade, assim reconhecendo os elementos físicos que demandam a construção de direito sobre as terras. Nesse mesmo contexto, podemos também compreender a posição de Haesbaert:

¹⁷ As funções, abordagens, concepções, caracterizações e descrições, são os elementos explicativos do território geográfico estabelecidos pelos autores mencionados nos quadros 3 e 4.

Enquanto os “primitivos” usavam a territorialidade para delimitar e defender a terra como abrigo e como fonte de recursos (mas raramente utilizando-a para definir a si próprios, ressalta um pouco apressadamente o autor), no mundo moderno a competição acirrada se dá ora sobre as coisas e relações efetivadas neste espaço. O Estado-nação surge para promover tanto uma territorialidade, no sentido de controle do acesso, quanto no sentido de classificar e mesmo nomear as pessoas conforme seu lugar de nascimento. Toda existência “legal” dos indivíduos dependerá de sua condição territorial nacional. (2004, p.89)¹⁸.

Little afirma sobre a questão:

“Terras Indígenas” é uma categoria jurídica que originalmente foi estabelecida pelo Estado brasileiro para lidar com povos indígenas no marco da tutela. De todos os povos tradicionais, os povos indígenas foram os primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais, mesmo que tal reconhecimento tenha sido efetivado por meio de processos que, em muitos casos, prejudicaram seus direitos. (2004, p.268).

Seguindo a contextualização da relação sociedade-natureza, principalmente na concepção indígena, debatem-se inúmeras outras caracterizações, ampliando, assim, a polissemia desse conceito.

A territorialidade indígena não tem nada a ver com soberania política, jurídica e militar sobre um espaço territorial, como existe em um Estado soberano. Tem a ver com um espaço socionatural necessário para se viver individual e coletivamente. O direito ao território nos marcos do Estado brasileiro supõe, portanto, que os povos indígenas brasileiros demandem “espaço étnico” para seu desenvolvimento como povos, e não somente como cidadãos individualizados. A delimitação territorial supõe fixação de limites para que dentro deles os índios desenvolvam seus costumes, culturas e seus modos de autogoverno e jurisdição. (LUCIANO, 2006, p.103).

Já Ladeira deixa claro que a categoria território não é um conceito próprio dos indígenas, mesmo porque são criados na concepção do poder do Estado:

Assim, relações entre as sociedades indígenas e a sociedade nacional (a partir do século XVIII) passaram a se operar a partir do pressuposto da existência de uma base territorial fixa para os índios, seja ela qual for. E será esse o mecanismo adotado pelo Estado para conferir ou reconhecer a identidade étnica de um grupo indígena. (2008, p.85).

“O território é, portanto, uma jurisdição de um Estado, a projeção espacial da área reivindicada de sua soberania e monopólio da autoridade”, segundo Moraes (2009, p.77).

¹⁸O autor Haesbaert, (2014), menciona Sack (1986) *Human Territoriality: its theory and history*; na discussão sobre a definição de Territorialidade.

Os diversos momentos da expropriação do espaço territorial Xakriabá, entre as retomadas e os encurralamentos, fazem surgir muitas “fronteiras”, sendo essas decorrentes de marcos físicos e de representações simbólicas e políticas, principalmente na luta pela permanência territorial e resistência. Para tal constituição, Saquet, fazendo uma análise sobre *A continuidade das Reflexões de Gilles Deleuze, Félix Guattari e a Reterritorialização*, conclui dizendo que:

Ficam evidentes, também aspectos da economia (capital), da cultura (conhecimento) e da política (Estado) tratados no plano filosófico, o que inspirará outras abordagens teórico-metodológicas e/ou vinculadas aos processos de T-D-R e a manifestações simbólico-culturais e políticas efetivas na vida cotidiana. (2007, p. 110).

Reafirma, nessas condições, que “O processo de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) gera um espaço temporalizado em razão dessas informações que circulam e comunicam. Também há fatores culturais que condicionam a TDR”. (SAQUET, 2007, p.78).

As territorialidades (econômicas, políticas e culturais), são simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território num movimento de desterritorialização e reterritorialização: as relações sociais, as apropriações e as demais práticas espaço-temporais, ou seja, as territorialidades determinam cada território, influenciando, ao mesmo tempo, na sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo. (SAQUET, 2011, p.27).

As relações de territorialidades estão diretamente condicionadas à vida do índio, principalmente sobre os recursos e os bens materiais e imateriais. Essas relações exigem propostas fundiárias mais complexas no que envolve os elementos simbólicos dos grupos étnicos.

De acordo com Chaves (2005, p.138), “A regularização fundiária de terras indígenas é um processo longo, composto atualmente por cinco fases, quais sejam, identificação, delimitação, demarcação, homologação e registro”. Nas interpretações, Gallois (2004, p.39), afirma que “A noção de ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido

sob a égide do Estado, enquanto a de ‘território’ remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.” Para João Pacheco de Oliveira (1996, p. 9), segundo Gallois (2004, p.39), “Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas”. Considerando essas afirmações, “O território é compreendido, antes de qualquer ‘coisa’, como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual”. (SAQUET, 2007, p.129).

Diante desse contexto mencionamos Raffestin:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existentes ou produtivistas, todas são relações de poder, visto eu há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação marcada por ele. (1993, p.158-159).

Para Saquet (2011) explicar as análises sobre o território e do território, ele elenca 5 elementos, são eles: 1. a concepção em nome do autor e época; 2. as principais referências; 3. compreensão de território; 4. territorialidade; e 5. abordagem. Ele cita como os principais articuladores desse pensamento os autores: a) Giuseppe Dematteis (1964-2008); b) Gilles Deleuze e Félix Guattari (1976); c) Massimo Quaini (1974); d) Jean Gottman (1947-1980); e) Claude Raffestin (1967-2010); f) Francesco Indovina e Donatella Calabi (1970); g) Alberto Magnaghi (1970) e, h) Arnaldo Bagnasco (1970).

Para melhores esclarecimentos dessas concepções, compilamos sinteticamente os itens 4 e 5 (territorialidade e abordagem) de acordo com Saquet (2011).

Quadro 4 – Concepção de territorialidades (2011)

AUTORES	TERRITORIALIDADE	ABORDAGEM
a) Giuseppe Dematteis (1964-2008);	.conjunto de relações sociais definidas historicamente:econômicas, culturais e políticas; .identidades; .organização e mobilização política com vistas à conquista de autonomia.	.materialista; .crítica e democrática; .híbrida, multidimensional, histórica e relacional; .destaque para o tempo histórico e as relações sociais(transescalaridade e redes): reticular; .vinculada aos processos de desenvolvimento territorial de base local.
b) Gilles Deleuze e Félix Guattari (1976);	.como movimento, fluxos na rotação do capital; .codificação e decodificação, signos; .relações de poder; .transformações sociais e TDR (des-re-territorialização).	.relacional, material e imaterial; .objetiva e subjetiva; .destaque para as redes e o processo de TDR.
c) Massimo Quaini (1974);	.corresponde às relações capital-trabalho, vinculadas à reprodução e valorização do capital.	.crítica e anárquica; .materialista, relacional e histórica:diacrônica e sincrônica; .geo-histórica, envolvendo a dialética história-natureza, com um caráter político e denúncia e proposições bem definidos.
d) Jean Gottman (1947-1980);	.corresponde à circulação (favorece a fluidez) e à iconografia (símbolos religiosos e políticos); .vinculada à ação do Estado, ao mercado, aos regionalismos e à ação de uma autoridade.	.relacional, histórica, múltipla e crítica não marxista; .destaque para circulação, iconografia e divisão política do espaço; .areal e reticular.
e) Claude Raffestin (1967-2010);	.significa relações de poder:alteridade e exterioridade; .relações bio-sociais e múltiplas (econômicas, políticas e culturais); .corresponde ao vivido espaço-temporalmente; .significa organização e mobilização política com vistas à conquista de	.híbrida-multidimensional; .relacional, histórica; .crítica não marxista; .destaque para as redes, tessituras, nós e relações de poder-territorialidades; (i)material envolvendo o território e a paisagem.

AUTORES	TERRITORIALIDADE	ABORDAGEM
	autonomia.	
f) Francesco Indovina e Donatella Calabi (1970);	.corresponde às relações capital-trabalho, vinculadas à reprodução e valorização do capital.	.crítica marxista; .materialista, relacional e com um caráter político de denúncia bem definido; .ênfase nos processos econômicos e políticos.
g) Alberto Magnaghi (1970);	.corresponde às relações políticas e capital-trabalho, juntamente com apropriação e uso do território; .mobilização e organização política.	.crítica e anárquica; .materialista; .relacional e reticular; . (i) material e vinculada aos processos de autonomia e desenvolvimento.
h) Arnaldo Bagnasco (1970);	.corresponde às relações econômicas, políticas e culturais entre as diferentes classes sociais.	.neo-weberiana (multidimensional); .relacional; .histórica; .concilia a relação área-rede.

Fonte: Adaptado de SAQUET (2011).

O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural. Nestas condições, compreende-se de que maneira o significado político do território traduz um modo de recorte e de controle do espaço, garantindo sua especificidade e se serve como instrumento ou argumento para a permanência e a reprodução dos grupos humanos que a ocupam. (ALMEIDA, 2008, p.58-59).

Entre as convivências e as particularidades culturais de cada grupo em cada lugar, existem singularidades que se manifestam a partir desses espaços, e realizações de usos sobre eles. “O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia.” (SOUZA, 1995,p.108).

Nos estudos e conhecimentos sobre a Região do Norte de Minas Gerais, levam-se em conta relatos de historiadores e memorialistas, nos clássicos sobre o processo de ocupação, povoamento, exploração e economias.

Economicamente, a região tem uma história traçada nas entradas e bandeiras que, juntamente com os vários ciclos econômicos do país, prosperaram em certos momentos e também decaíram. Essa fase é enunciada por Cardoso:

Diante, dessa situação, o norte de Minas se viu obrigado a voltar-se para si próprio, referindo suas relações econômicas e sociais. Estas, no entanto, continuaram calçadas na pecuária extensiva, na pequena agricultura e no comércio, tanto o interno quanto com outras regiões que não as minas. E, apesar destas alterações contextuais, as suas localidades mais importantes economicamente continuarão a ser aquelas situadas às margens dos rios (principalmente o São Francisco), ao longo das rotas comerciais. (2000, p.207).

Minas Gerais apresenta inúmeras diversidades culturais e o norte tem em si uma cultura de raízes com base na colonização. Denomina-se cultura “sertaneja”, com características ricas em seu “modo de ser”, linguagem, ritos e mitos folclóricos, culinária e religião. Tem sua própria “identidade”. Esse quadro pode ser traçado por Gonçalves:

Há, assim, uma singularidade histórico-cultural a partir do que haverá que se estabelecer um diálogo com essas outras matrizes de racionalidade. Assim, se sempre foi destacada a hegemonia do latifúndio pecuarista, é preciso se registrar, pela importância que teve na configuração do perfil sociogeográfico da região, a produção familiar desses *geraizeiros*, desses *caatingueiros*, desses *vazanteiros*. (2000, p. 23-24)

O perfil dessas identidades relaciona-se com as práticas e os locais que esses povos mencionados por Gonçalves (2000) vivem e usufruem. Segundo Costa,

Articulando interna e externamente, os homens dessa região construíram uma identidade própria e uma cultura singular – a sertaneja – que Luz (1991) compreende como sendo fruto da relação estabelecida com a terra e com a natureza. Tratados como parceiros na reprodução da vida, constituíram coletivamente e viabilizaram um “modus vivendi” que proporcionou uma cosmovisão inteira e integrada – holística – expressando-a no principal valor cultural: a solidariedade, através da parentela, bem como por relações de vizinhança e compadrio. (COSTA, 1997, p. 80).

No que recorre especificamente com o povo indígena Xakriabá, Paraiso, no Laudo Antropológico, enfocou as seguintes características:

A nossa pesquisa calçou-se nas técnicas tradicionais da Antropologia e da Etno-história. No campo da Antropologia, destacamos a elaboração de genealogias, como forma de acesso aos mecanismos de organização social do grupo e à vinculação atual com os “troncos antigos”, caracterizando-se a continuidade de ocupação do território, pelos Xakriabá. (1987, p.3).

No contexto, Costa (2005, p. 310) afirma que “O modo de uso Xakriabá sobre seu território se estabeleceu nos moldes da economia regional, sertaneja e cabocla, e suas atividades produtivas constituem-se basicamente da plantação de roças, da criação de animais e coleta extrativistas destinadas ao autoconsumo”.

Entende-se que os povos indígenas Xakriabá também apresentam peculiaridades desses povos sertanejos. O índio enquanto matriz étnica e cultural participa de um processo de miscigenação com elementos culturais dos negros e dos brancos. O modo de vida, de lidar com a terra, tanto no contexto ancestral cultural como no de uso dos recursos, proporciona saberes e fazeres que passam por estratégias próprias na leitura do espaço. Conforme Saquet (2007, p. 75-76), “O território, dessa maneira, é o objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas”.

Reconhecendo a multidimensão da categoria território e das territorialidades, o estudo aprofunda-se analiticamente, explorando as suas constituições conceituais. Nos Xakriabá, várias foram as retomadas territoriais e, com o “encurralamento”, o processo de reconquista espacial se apresenta como “empoderamento” nas representações sociais desse povo.

A constituição das várias territorialidades na afirmação do território é uma condição contínua¹⁹ desse povo, na sua “ação territorial” pelas margens do Rio São Francisco, revelando várias dimensões. Nesse contexto, entendemos que a tese se afirma nas multidimensionalidades do território²⁰ e nos desdobramentos das suas territorialidades. Desse

¹⁹ “Enquanto “*continuum*” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc”. (HAESBAERT, 2007, p. .) In: Território e Multiterritorialidade: um Debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/%20article/viewFile/213/205>>. Acesso em: dez. 2013.

²⁰ O território é a contínua construção dos espaços de vivências, entre os elementos físicos e espirituais, que sem o seu complemento, não se constitui as relações das ações das multidimensões culturais, ambientais e políticas; é uma ação territorial. Esse é o território que compreendemos como sendo o dos povos indígenas em relação aos olhares de fora, como o do Estado. Essa concepção de território é discutida no capítulo da 5. Da ação territorial.

modo, os índios, na relação com a natureza, com a legislação, com a cultura, dentre outras dimensões territoriais, demandam necessidades que no movimento tempo/espaço criam mutações decorrentes de seus interesses, de continuarem com o seu Toré.

A luta constante pelo território é o ponto determinante para a sobrevivência de toda a história, cultura e política dos Xakriabá. A base territorial geográfica com suas paisagens, seus ciclos vegetativos naturais, o solo para a produção alimentar e as águas para o sustento tem outros elementos representativos e simbólicos da vida indígena. As delimitações, fronteiras, marcos se configuram em um espaço não constituído pelo índio. O Estado, ao longo dos anos, passa a reorganizar as políticas públicas que determinam o uso direto e indireto do território, da ocupação do solo e do planejamento sobre um dado perímetro. Mas, diante das estratégias de luta pelo território e suas múltiplas dimensões, funções e abordagens, os Xakriabá se encontram avançados nas suas organizações políticas em conquistar novas áreas que retomam. As retomadas acabam por também resgatar parte das representações simbólicas e religiosas desse povo, além do espaço. Fazer da resistência uma continuidade das condições de sobrevivência é elemento vital para a etnia Xakriabá.

1.4 A geografia das origens da formação do território brasileiro: síntese de uma construção

Faz-se, aqui, uma síntese sobre uma incursão temporal do processo colonizador brasileiro. Pode-se identificar que o espaço natural encontrado em dimensões continentais pela Coroa Portuguesa tornou-se um grande problema juntamente com a necessidade de povoar e explorar. Povoar no sentido de estabelecer as relações políticas lusitanas e explorar a fim de adquirir riquezas econômicas.

Depois do Tratado de Tordesilhas, de 1494, que dividia as terras do Reino Espanhol a Oeste e as do Reino Português a Leste da “linha imaginária”, muitas foram as mudanças que reafirmaram as futuras posses sobre as terras, como, por exemplo, o “achamento” do Brasil em 1500 pelos portugueses. “[...] respeito ao tratado de Tordesilhas (1494) e à bula papal que dividiria o mundo a se descobrir por uma linha imaginária entre as coroas portuguesa e espanhola. O litoral brasileiro ficava na parte lusitana, e os espanhóis respeitaram seus direitos.” (PRADO JUNIOR, 1994, p.25). Apossados por aqui, realizaram a primeira configuração territorial sobre nossos domínios, em capitanias hereditárias, que subdividiram em enormes sesmarias, ambos os territórios doados aos interessados de confiança da Coroa. “[...] O Brasil foi dividido em vastas áreas chamadas de ‘donatárias’, ou ‘capitanias hereditárias’. Na América, esses lotes eram enormes: tinham cerca de 350 Km de largura cada, prolongando-se, em extensão, até a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas.” (BUENO, 1999, p.11). Assim como reafirma Prado Junior (1994): “estes setores chamar-se-ão *capitanias*, e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juízes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc”. (PRADO JUNIOR, 1994, p. 31-32). Nesse contexto, em Portugal as lideranças políticas que estavam envolvidas na corte tinham os seus vários propósitos sobre as futuras divisões territoriais já em conforma espacial. “A partilha foi feita tendo por base o mapa de Gaspar Viegas [...]” BUENO (1999, p. 83)^{21,22}.

Não somente esses problemas encontravam aqui os gentios indígenas que dominavam o espaço quantitativamente, sendo esses a solução do reconhecimento dessa imensidão geográfica, ainda totalmente natural, facilitando, assim, a abertura de caminhos para os

²¹Outras constatações sobre a divisão territorial também tiveram destaque na época: “Varnhagen precisou nossos conhecimentos sobre os donatários: mostrou como eram em número de doze, deu os nomes de todos, descobriu os forais e cartas de doação de quase todos, traçou os limites diversas capitanias e calculou as respectivas superfícies.” In: VICENTE DO SALVADOR, Frei. **História do Brasil: 1500-1627**. Revisão Capistrano de Abreu. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 94.

²² A primeira doação de uma capitania no Brasil só foi assinada no dia 10 de março de 1534 – em benefício do fidalgo Duarte Coelho (BUENO, 1999, p.85).

portugueses. Negando essa população sobre essas terras, foi iniciado um “processo civilizatório”, desencadeado com concepções religiosas e políticas de emancipação do território.

Passando dessa geopolítica colonialista marcada por interpretações *ratzelianas* para o contexto geopolítico moderno, identificam-se equações entre o poder, o território, a nação e o Estado. Trata-se de abordagens espaço-temporais que demandam uma profunda análise em cada processo configurador. Aqui, no caso específico, a configuração da unidade socioespacial brasileira e suas organizações de políticas territoriais. “De todo modo, a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição. Trata-se, pois, de um *Estado Territorial*.” (MORAES, 2008, p. 51).

A representação cartográfica apresentada no (Mapa – 4 - A sobreposição da representação cartográfica de Minas Gerais), identifica essas divisões territoriais, preocupando com os posicionamentos e localizações latitudinais.

O autor, destaca a localização do Estado de Minas Gerais por entre as capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e de Rio de Janeiro e seus respectivos donatários. É uma projeção do território do Estado sobre as capitânicas, vinculando as divisões territoriais do presente, com as do século XVI.

Em o *Ocidentalismo e História da Geografia Brasileira*, Moraes (2009, p.29) aborda inúmeras condições entre as políticas de colonos e seus colonizadores e destaca que “O território deve ser entendido então como uma materialidade e como uma representação e/ou como um projeto de ocupação prática de porções da superfície terrestre e de sua legitimação”. Não sabendo ainda das riquezas que se esperava encontrar nas terras além-mar, a ocupação era um dos fatores determinantes na busca dessas riquezas. Ocupava-se com a preocupação de povoar o quanto antes, para que a Coroa pudesse regularizar os espaços ainda vazios com a cobrança de impostos, valorizando, assim, áreas de interesse. E sobre as grandes áreas em povoamento, Prado Junior (1994, p.45) diz que, “Apesar das condições desvantajosas – em parte graças a elas porque forçaram uma grande dispersão –, as fazendas de gado se multiplicaram rapidamente, estendendo-se, embora numa ocupação muito rala e cheia de vácuos, por grandes áreas”.

Tal situação pode ser observada no decorrer das políticas constituídas no Período Colonial. Tem-se o povoamento do sertão em oposição ao litoral. Por meio dos bandeirantes, aconteceram, aberturas de caminhos e busca de riquezas minerais. Os principais caminhos das entradas e bandeiras são identificados às margens dos rios, entre os vales e por montanhas. Na obra de André João Antonil oferecida ao Padre José de Anchieta, sacerdote da Companhia de Jesus, intitulada de *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, de 1711, o então padre Antonil registra os principais roteiros que adentram o sertão. No roteiro intitulado *Roteiro do caminho da cidade da Bahia para as minas do rio das Velhas*, ele diz: “Aqui vide-se o caminho: e tomando-o à mão direita, vão aos currais do Filgueira longo à nascença do

Rio das Rãs. Daí passam ao curral do coronel Antônio Vieira Lima e deste curral vão ao arraial de Matias Cardoso”²⁴.

Esses caminhos recém-abertos e criados passavam por vários acertos cartográficos de localização, principalmente quando se inicia a configuração dos estados. Ainda não eram bem definidas as posses, pois os mapeamentos se complementavam em cada distância e escala reconhecidas pelos lusitanos.

Da Bahia, tomemos este exemplo, o movimento da dispersão, começando já em fins do séc. XVI, alcança o rio São Francisco em meados do seguinte²⁵; sobe-lhes as margens, tanto direita, como esquerda, povoando todo o curso médio do rio com tantas fazendas que provocam em 1711 admiração de Antonil. (PRADO JUNIOR, 1997, p.56).

O mapa a seguir expressa as principais rotas que configuraram essas entradas, enfocando as espacialidades de Minas Gerais e São Paulo, basicamente. É importante dar destaque para a Rota do bandeirante Matias Cardoso de Almeida (1664), uma bandeira paulista que “corta” toda a Minas Gerais e adentra a Bahia. O principal caminho dessa Rota era as margens do Rio São Francisco, como pode-se observar. (ver setas de cor rosa, na legenda). É um caminho que deixa a consolidação de vários povoamentos importantes para a consolidação das fazendas de gado no sertão.

²⁴ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. Lisboa – Na oficina Real Deslandesiana – Com as licenças necessárias. 1711. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 269-271. Essa passagem relatada por Antonil configura o povoamento nas margens do Rio São Francisco, hoje cidade de Matias Cardoso, homônimo do bandeirante, antes arraial de Morrinhos, assim registrado em muitos dos mapas da época. É importante destacar o Movimento Catrumano que defende o sítio citado como o lugar fundante dos “Gerais”, dos currais pelo São Francisco no Estado de Minas Gerias que se constitui em 1720.

²⁵ Sobre a expansão da colonização na Bahia, em particular das fazendas de gado, são muito interessantes ao estudo de Felisberto Freire, que usou como fonte as cartas de sesmaria, História territorial do Brasil. In: PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 56.

Mapa 5 – Rotas de penetração pelo sertão



Fonte: RESENDE, 2007.

Para os ameríndios, são formalizados os aldeamentos e missões catequistas. Para os cativos, o trabalho na agricultura e posterior mineração. Para os europeus, ocorre a constituição e presença do Estado com a forte intenção de povoar do norte ao sul, do leste ao oeste. A partir do Tratado de Madri 1750, os portugueses “investiam” sobre o sertão, já que o tratado demarca oficialmente os interesses sobre as terras. Grandes sesmarias e fazendas existentes em margens de rios tornaram-se caminhos das vilas e arraiais para a capital Salvador e, posteriormente, para o Rio de Janeiro. “A constituição de um território é, assim,

um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história.” (MORAES, 2008, p.45). Embora o quadro identifique algumas importantes áreas de povoamento, destaca-se somente a parte que aqui nos interessa, tendo a situação de Morrinhos como a base dessa estrutura social.

Quadro 5 - Povoações do sertão baiano – segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII

Povoações do sertão baiano – segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII			
Povoação	Ano da mais antiga referência documental	Denominação posterior	Circunscrição administrativa ou lugar atual de referência de localização
Água Suja	1734		Berilo, MG
Arraial de Matias Cardoso	1688	Morrinhos	Matias Cardoso, MG
Arraial do Bom Sucesso	1727	Arraial de São Pedro	Minas Novas, MG
Barra do Rio das Velhas		Guaicui	Várzea da Palma, MG
Barra do Rio Grande do Sul	1724		Barra, BA

Fonte: SANTOS, 2009, p. 431²⁶.

As economias do pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração e do gado representam espacialidades sobre o sertão e o litoral. Os contingentes de mão de obra, as migrações e, por vezes, o transporte até mesmo de alimentos são atores e possuem funções determinantes na constituição dos territórios. “Seus centros de irradiação são a Bahia e Pernambuco. A partir do primeiro, elas se espalham sobretudo para norte e noroeste em direção do rio São Francisco, que já é alcançado em seu curso médio no correr do séc. XVII.” (PRADO JUNIOR, 1994, p.45). Assim eram as fazendas e grandes currais. Essa condição de se apossar das terras no interior apresentava uma configuração espacial de Pernambuco até o Rio Carinhanha, hoje

²⁶Santos (2009, p.431) – Parte adaptada do Anexo B – Povoações do Sertão Baiano – segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII. O recorte foi realizado em função do interesse à pesquisa, pois existem no original, muitas outras informações importantes.

divisa de Minas Gerais com a Bahia, porém a condição social não se expressava, pois as distâncias e as paisagens dificultavam a vivência por essas áreas. “As fazendas, para sobreviver, deveriam abranger territórios imensos, dando origem a guerras entre índios e colonizadores”. (VENÂNCIO, 2007, p.97).

Em casos como esses é que se estabeleceram os conflitos que estão diretamente voltados ao estudo. Muitas aldeias indígenas se desconfiguraram espacialmente e perderam a sua então “posse” pelas terras. “Também no rio São Francisco encontram-se outras atividades além da pecuária: no trecho médio do seu curso exploram-se algumas pobres jazidas de sal de rocha cujo produto serve para abastecer boa parte do sertão baiano, do mineiro e até Goiás.” (PRADO JUNIOR, 1994, p.68).

A configuração territorial de alguns estados administrativos constituem o “mapa” do “futuro” território brasileiro. “A temporalidade submete a espacialidade, e o processo universal de valorização do espaço torna-se, em si, denso de particularizações temporais e espaciais.” (MORAES, 2008, p.43). Mesmo em enormes dimensões os territórios são reconhecidos politicamente, diferentemente do processo identitário de uma nação.

O sertão se povoa aos poucos. A presença do Estado se torna “uma ausência” diante do poder exercido pelos que ali dominam, às vezes, até mesmo com motins. Mas é este o nosso objeto, o sertão da margem esquerda do Rio São Francisco no município de São João das Missões no norte de Minas Gerais, nas terras indígenas do povo Xakriabá²⁷.

²⁷ Os Xakriabá, ao longo dos últimos dois séculos, vêm buscando estratégias de resistência face ao sistema dominante, constantemente reafirmados pelas políticas do Estado. Trata-se de uma política nacional que não atinge somente a etnia Xakriabá. Outros povos também sofrem consequência da lógica capitalista. Fica evidente a total desconsideração com as políticas afirmativas indigenistas e a real necessidade colocada pelos próprios índios.

1.5 O sertão: a geografia do norte de Minas Gerais

Conhecer o sertão, falar dele, viver e sentir as suas estórias e histórias é relevante no contexto tanto dos de “dentro” como dos de “fora”. Nós de “dentro” aprendemos que, na geografia curricular do ensino fundamental, o sertão do Nordeste é pouco expressivo na história do sertão do médio São Francisco. Para os “de fora”, como vemos em Euclides da Cunha, trata-se de um sertão desconhecido por muitos brasileiros. Em Guimarães Rosa (1956), a ficção embebedou a todos como uma cachaça sobre o céu e o inferno, sobre as terras sertanejas e o sertanejo.

Busca-se aqui, desvendar um pouco dessas e “doutas” verdades e/ou falácias do nosso sertão sanfranciscano. “Talvez desde o século XII, com certeza desde o XIV, os portugueses empregavam a palavra, grafando-a “sertão” ou “certão”, para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa.” (CORTESÃO, 1958, p.28)²⁸. A configuração espacial que era demandada na constituição desse proposto sertão nem sempre era regular, diante dos processos cartográficos que se trabalhava a rigor. Aos espaços longínquos e hostis em suas peculiaridades era dado o nome de sertão. “A partir do século XV, usavam-na também para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguas a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam: “Para além de Ceuta, até onde alcançam as vistas, entendem-se os certões...”, escreveu, em 1534, Garcia de Resende. (AMADO, 1995, p.147)²⁹.

As várias dualidades apareceram para antepor os sentidos entre duas áreas distintas. O contexto primário tinha como enfoque os aspectos físicos e passaram a tender outras dualidades, como políticas, econômicas, e outras mais. “O termo sertão definia, no tempo

²⁸ Ver: CORTESÃO, 1958, In: RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão** – O Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 54. v. I.

²⁹ Ver: AMADO, 1995, In: RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão** – O Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 54-55. v. I.

colonial, a fronteira entre o conhecimento e habitado – litoral – e o desconhecido – o interior desabitado e inóspito” (CUNHA, 2012, p. 129).

O sertão, no princípio unidade homogênea, subdivide-se assim em vários sertões. Mais tarde, à medida que o povoamento avança, o termo é substituído por ou outras palavras que designam diferentes categorias e diferentes escalas do espaço ocupado e territorializado: “campanha”, “conquista”, “paragem”, “sítio”, “continente”, “distrito”, etc. (FONSECA, 2011, p.76).

Para além dessas denominações e realidades sobre o território que ainda se constituía, passa-se a ter relações díspares entre o sertão reconhecidamente administrado pelo Estado e o que fugia às suas políticas públicas no momento. “Com o tempo, esses potentados do sertão se tornam uma ameaça ao Estado Nacional por se constituírem em um poder paralelo, que aí impõem a sua própria lei e ordem.” (RIBEIRO, 2005, p.58).

A constituição do território nacional regulada e acertada pelas famílias oligárquicas entre gerações, expressa em histórias políticas administrativas, acaba por garantir o domínio do sertão. Essas famílias que no período colonial vieram de Portugal para exercer o “poder” da Coroa.

Desta maneira, os sertões, estes espaços que os colonizadores consideravam como “desertos” e “virgens”, foram sendo progressivamente ocupados, nomeados e subdivididos em unidades territoriais do tamanho variável. Trata-se, portanto, de um processo concomitante de criação de territórios e das palavras que os designam. [...]. Se certos termos podem nos parecer vagos, é porque eles remetem a espaços em mutação – territórios que estavam em vias de se constituir e cujos limites ainda não haviam sido estabelecidos de maneira clara e precisa. (FONSECA, 2011, p. 81).

“De toda forma, pode-se identificar uma sequência na lógica de ocupação humana desses espaços disputados: Povoamento indígena – conquista luso-brasileira – despovoamento indígena – repovoamento luso-brasileiro – reconquista indígena – despovoamento luso-brasileiro – repovoamento indígena.” (SANTOS, 2010, p.327).

Essa sequência, apesar de ser didática perante aos domínios dos acontecimentos, servia de norteadora no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização T-D-R, enfoque deste estudo. “Numa perspectiva política, noção de sertão surge desses vastos

espaços onde o Estado perde o fôlego para exercer o seu poder, na medida em as distâncias se alongam, suas possibilidades de atuar vão se esvaindo, seus braços se enfraquecem, sua vigilância se perde no horizonte.” (RIBEIRO, 2005, p.248). A articulação desse “poder” se expressa em quantidade e qualidade com o advento das descobertas de minerais preciosos.

Na área do Rio São Francisco, Capistrano menciona as bandeiras de Estevão Ribeiro Bayão Parente, Matias Cardoso de Almeida e Domingos Jorge Velho. Muito antes da descoberta do ouro de Minas, os bandeirantes paulistas tinham atingido a bacia do São Francisco em busca, especialmente, de indígenas. Esses eram vendidos para trabalhar sob regime escravo nas lavouras do litoral. (RODRIGUES, 2000, p.113).

Com muitas barreiras climáticas entre as águas e a seca, as paisagísticas, o cerrado e a caatinga, as de relevo entre os vales e as chapadas se configuram fisiologicamente a fisionomia geográfica da natureza do sertão.

Ter de conhecer outra identidade sempre foi a tônica dos que vivem no sertão, muitas vezes imersos em significados pejorativos e de poucas alegrias, muitas tristezas, vadiagens, covardias e vagabundagens por todas as passagens, vilas e arraiais. “Fundada nesta visão de mundo a-centrado e aberto para o exterior, com um etnocentrismo sempre relativizado, a cultura do sertão é estruturante de um modo de ser que estende para além os vínculos entre os homens”. (COSTA, 2005, p.300).

Inegavelmente, a primeira região mineira a ser povoada foi a do Norte de Minas através dos currais de gado do Rio São Francisco e do Rio Verde. Em uma visão mais ampla, cumpre acentuar que todo o lado direito do Rio São Francisco pertencia à Província da Bahia e o lado esquerdo à Província de Pernambuco. (PIRES, 2007, p.46).

Reafirmando que as identidades povoadoras se constituem de “[...] Os três grupos básicos de habitantes do Norte de Minas foram: (a) os indígenas, que eram os ocupantes originais; (b) os invasores europeus, principalmente os portugueses; e, (c) os africanos, que foram trazidos à força para trabalhar como escravos, desde o século XVII.” (RODRIGUES, 2000, p. 109).

As características fisiográficas não ficaram de longe ou fora das críticas exacerbadas de muitos memorialistas e historiadores. A ideia de tudo ser minimizado ou com a afirmação

de ser uma “feiura só”, conforme ideia estética recorrente. As injustiças também recaem sobre as sociedades que povoaram centenariamente essas áreas, não só pela distância das metrópoles, mas também por ser diferente ou quase não civilizado, se assim pode-se entender. Ribeiro (1995) traça elementos fortes do sertanejo; do crioulo; do caboclo; do caipira; e dos sulinos, denomina-os “Os Brasis na História”.

As distâncias dadas em léguas, medidas muitas vezes com técnicas cartográficas dos “famosos” padres matemáticos, impunham-se entre um arraial e outro. As posições cartográficas de localização tanto a norte quanto a sul ou das costas oceânicas para o interior, sendo estas de leste para o oeste.

“Deixando-se as margens dos rios congêneres, estamos de volta ao ‘sertão despovoado’, ‘sertão incógnito’, ‘sertão deserto’ ou ‘interior do sertão’, todas elas expressões coevas que designavam os dilatados espaços indígenas exteriores a essas franhas justafluviais de ocupação.” (SANTOS, 2010, p.336). Os primeiros aparatos de povoados, começam a se firmar pelas margens do rio São Francisco, como Morrinhos, hoje Matias Cardoso e São Romão.

Esse entre-lugar espaço/território pode bem ser definido em suas origens como uma “terra sem lei e sem rei”. Essa situação que foge a qualquer controle, mantém-se até que se afirme a noção de uma individualidade e de uma territorialidade das minas que se imporá a partir de 1711 – quando começam a ser instaladas as primeiras vilas – até 1720, ano em que ocorre a criação da Capitania de Minas Gerais, por alvará de 2 de dezembro. (RESENDE, 2007, p.32).

No mapa a seguir, identifica-se de forma clara o “recorte territorial” entre as fronteiras que se faziam para o interior e as costas. Pode-se observar que a Capitânia de Pernambuco chegava até o rio Carinhanha, atualmente a divisa de Minas Gerais com a Bahia. Os limites eram bem determinados, porém sem fiscalização eficiente, pois as comarcas estavam sendo configuradas. O mapa a seguir representa alguns desses territórios.

No último subperíodo (1730-1739) as sesmarias se concentraram nos vales dos rios Itapicuru, Inhambupe e Pardo e em lugares como Urubu, ao passo que os postos militares tiveram nomeações no médio-baixo São Francisco, nos rios Paramirim, Verde, Paraguaçu, Itapicuru, Verde Grande, Verde Pequeno e Gorutuba e em lugares como Urubu, Vila de João Amaro (antiga Santo Antônio da Conquista), Itapicuru, Jacobina, Jeremoabo e arraial de Matias Cardoso. (SANTOS, 2010, p. 310).

Os rios da margem direita na sua maioria nasciam nas cristas das ramificações da Serra do Espinhaço, divisor de águas do São Francisco com o Jequitinhonha. No processo histórico, essa divisão ficou sendo reconhecida como sendo socioeconômica, pois deu destaque para às bacias hidrográficas em seus respectivos recursos, o gado no currais sanfranciscanos e a mineração pelos afluentes do Jequitinhonha. O mapa de atividades econômicas identifica esses dois setores, juntamente com a cana e o tabaco.

A oposição entre os engenhos e o sertão ou entre as minas e o sertão transmite uma representação de outra ordem. Engenhos e minas são as unidades econômicas responsáveis pela produção de artigos preciosos para a economia-mundo europeia; definem territórios econômicos superexplorados, diretamente conectados ao mercado externo, com produção em larga escala e sujeita às flutuações do comércio internacional. (SANTOS, 2010, p. 355).

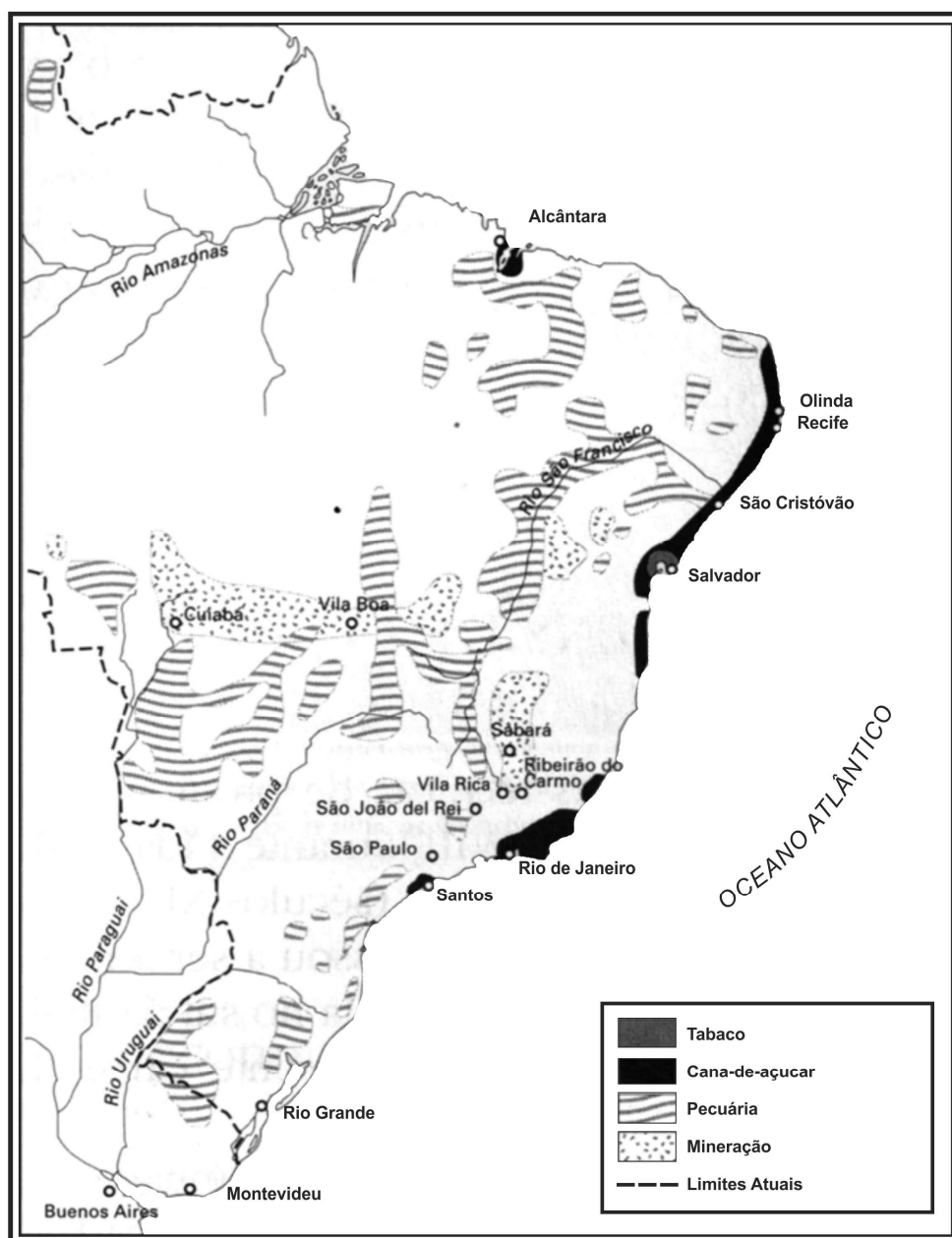
Dentro dessa lógica mercantilista, estabelecida no processo de ocupação lusa, fica evidente na fala de Antonil (1711) que “O território deve ser entendido então como uma materialidade e como uma representação e/ou como um projeto de ocupação prática de porções da superfície terrestre e de sua legitimação” (MORAES, 2009, p. 29). Sendo assim, economia e política se unem no mesmo propósito de exploração, ocupação e povoamento do território.

Enfim, o território como espaço de dominação política (mesmo formal) suportava várias regiões no seu interior. Estas, são espaços econômicos de ocupação efetiva encravados no território colonial. Tal distinção fica evidente quando se desdobra os conceitos de território e de “território usado”³¹.

³¹ O território usado foi proposto por Milton Santos em suas últimas obras. Ver Milton Santos e Maira Laura Silveira. **O Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. A concepção aqui atribuída ao conceito não exatamente a mesma definição dada pelo autor, dizendo respeito às áreas de ocupação. In: MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009, p.65.

Esses recursos priorizaram o estabelecimento de povoações e da organização social, levando em conta as atividades econômicas desenvolvidas no período. O mapa seguinte representa a relação de domínio espacial junto às atividades econômicas. Além do povoamento na costa, as atividades adentram no sertão nas margens dos grandes rios, como, por exemplo, o São Francisco, caminho expressivo que liga Bahia com Minas Gerais.

Mapa 7 – Atividades econômicas no Brasil Colônia



Fonte: CAMPOS, 1996.

Até este ponto tenho realçado a descontinuidade como tendência basilar da ocupação, mas, como anotei interiormente, na escala dos miniterritórios luso-brasileiros formados nas margens dos rios, riachos, ribeiros, lagoas e mesmo, nas áreas mais secas, em torno dos olhos-d'água, algum grau de contiguidade pode ser detectado na distribuição das unidades de ocupação territorial. (SANTOS, 2010, p.335).

Nas áreas mais baixas, após as cheias, o solo era fertilizado e as pastagens eram abundantes. Os fundos dos vales eram locais de pousios de terras plantadas para a base alimentar, além de serventia de água para o gado, a criação dominante.

Se cada conjunto de núcleos instalados nas margens de um rio ganha, com a intensificação do povoamento, uma característica de continuidade de ocupação, é possível tratá-lo como uma unidade geo-histórica. Ou seja, as fazendas de gado, povoações e outros núcleos de povoamento instalados nas margens de um rio teriam certas características comuns de ocupação territorial e de desenvolvimento histórico que possibilitariam tratar o conjunto como uma unidade. (SANTOS, 2010, p.340-341).

“O sertão aparece, assim, como o espaço da anomia e da ausência de controle governamental, onde o poderoso acusado poderia restabelecer a s suas redes de poder.” (SANTOS, 2010, p.353). São nesses enormes espaços vazios para o Estado, que já se encontrava presente os gentios. “Entretanto, entradas esporádicas, sede de conquistas anônimas, fugas ante o invasor, preações indígenas davam conta do Vale do São Francisco, com as suas tribos nômades, dóceis e, às vezes, aldeiadas e cruéis.” (PIRES, 2007, p.35).

Nos sertões, onde o controle político-administrativo metropolitano era menor e poucos núcleos urbanos desfrutavam da condição de vila, o posto de capitão-mor se diversificava em denominações e áreas de atuação. Havia nomeações para capitães-mores de distritos, de freguesias, de povoações e, mais diretamente ligadas às guerras de apropriação e garantia de espaços, de entradas e de conquistas. (RIBEIRO, 2005, p.261).

Santos (2010), ao estudar as lacunas temporais e espaços que foram apropriados no médio São Francisco de 1640-1750, deu destaque aos vários povoamentos do sertão. O quadro a seguir é uma síntese desse histórico, remontando, assim, parte desse “*puzzle*”³².

Destaca-se no quadro, a seguir, os elementos; objetivos; organização e o resultado. O objetivo era aprisionar índios, o que possibilitaria a posse de novas áreas. O resultado foi

³² Enigma ou quebra-cabeça; no caso, o da história no sertão dos currais do São Francisco.

alcançado com grande êxito apesar dos confrontos diretos e perdas, o que marca o processo de “conciliação” a barganha de pacificação com terras. Fica evidenciado no terceiro item do Quadro – 6, a identificações ocorridas no mesmo período histórico e mesma região.

O exemplo expressivo é a doação das terras para os Xakriabá em 1728, a qual abordaremos com detalhes no quarto capítulo. Não diferentes foram as outras localidades pelo sertão baiano, na formação de seus principais núcleos pelo interior da Bahia do Piauí, que tinham acessos com o Recôncavo na capital. As medidas tomadas pelos sertanistas e bandeirantes foram as mesmas em todo o interior, deixando claro o quanto o sertão era um lugar de difícil penetração e povoamento.

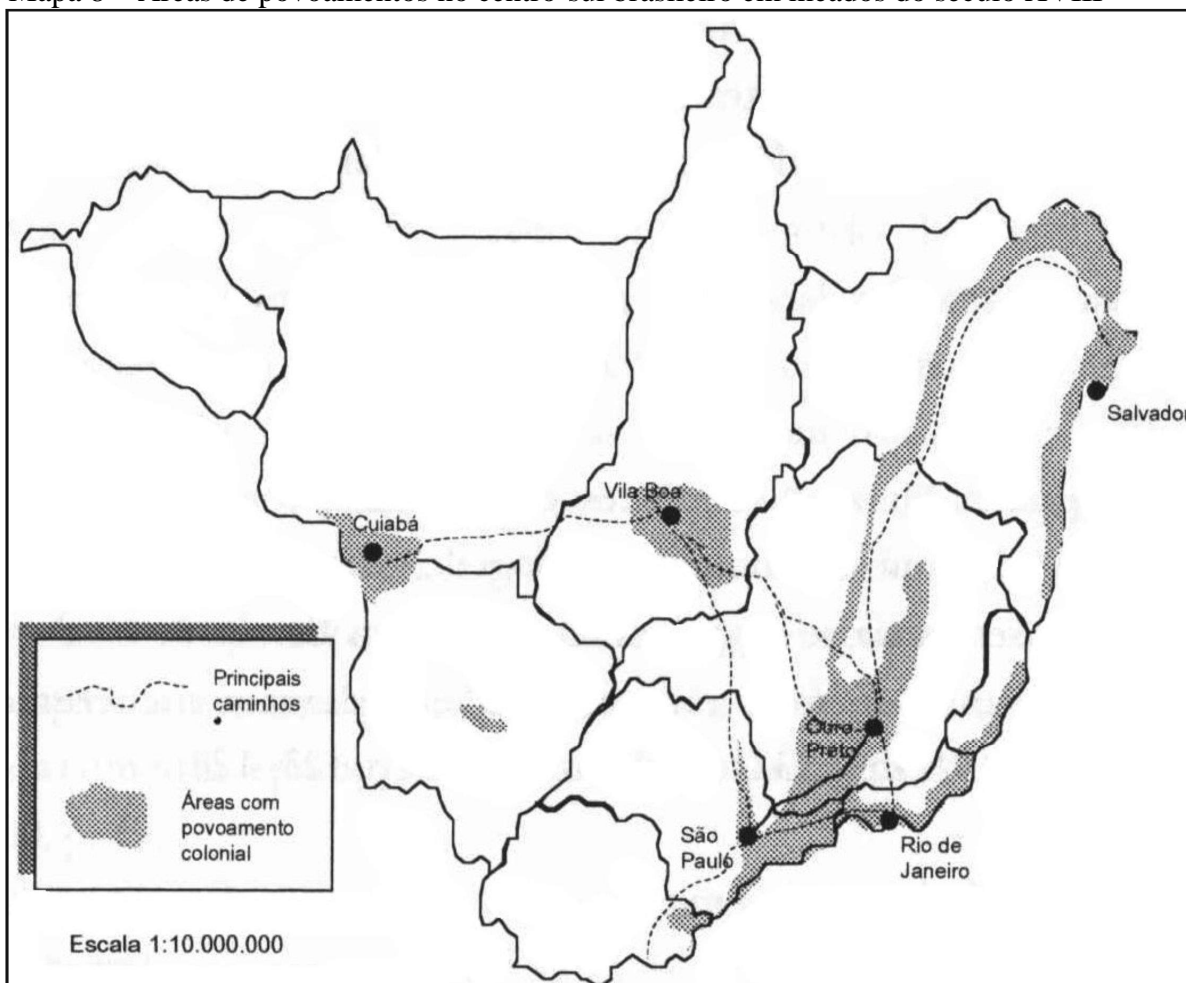
Quadro 6 – Síntese de conquistas pelo sertão

Esquema para quadro casos de conquista luso-brasileira de espaços do sertão baiano – segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII					
Espaço	Localização	Período das Principais ações de conquistas	Objetivos	Organização	Resultados
Médio Paraguaçu	Área central do sertão baiano	Década de 70 do século XVII	Repressão a índios maracá, topins e xocó, com o objetivo inicial de defesa contra ao Recôncavo Baiano	Governo-geral, com utilização de tropas paulistas mercenárias	.Contenção parcial da ameaça indígena. Mantêm-se, não obstante ataques esporádicos e pontuais contra o Recôncavo .Conquista territorial e ocupação luso-brasileira parcial do médio Paraguaçu. Mantêm-se, não obstante, ameaças do Médio Paraguaçu. Mantêm-se, não obstante, ameaças indígenas sobre a região .Formação do núcleo avançado de Santo Antônio da Conquista
Piauí	A noroeste da capitania da Bahia	.Década de 70 do século XVII .1712-1722	1º. Período: repressão a índios anaios do São Francisco. Desdobra-se no avanço sobre o espaço a noroeste, que viria a constituir Piauí 2º. Período: contenção da rebelião indígena e reconquista da região	1º. Período: governo-geral com ação privada da Casa da Torre e Domingos Afonso Sertão na fase propriamente “piauiense” da conquista 2º. Período: governo do Maranhão	1º. Período: repressão aos anaios . Conquista territorial e ocupação luso-brasileira parcial do novo território: formação do Piauí. Mantêm-se, não obstante, a pressão indígena sobre as terras conquistadas . Formação do núcleo avançado de Cabrobó (vila da Mocha) 2º período: reconquista da região aos índios
Sertão entre as Minas do Rio das Contas, os Rio Pardo e Verde Grande e as Cabeceiras do São Mateus	Extremo sul da capitania da Bahia	1728-...	.Conquista e povoamento de novas terras .Descoberta de reservas de minerais preciosos .Do ponto de vista estrito dos participantes diretos:apresamento de contingentes indígenas	Governo-geral, com ação direta de Pedro Leolino Mariz como armador da conquista	Indefinidos (a conquista efetiva dessa área só ocorreria no século XIX)
Médio Superior São Francisco	Trecho do São Francisco entre a foz do rio das Velhas e a foz do Carinhonha	Indeterminado. Anterior a 1688	Indetermina-do. É bastante provável que tenha se dado como desdobramento de entradas privadas de apresamento de indígenas	Sertanistas paulistas autônomos	.Conquista territorial e ocupação luso-brasileira do novo território .Formação do núcleo avançado do Arraial de Matias Cardoso

Fonte: SANTOS, 2010, p.84.

Lourenço (2005), ao realizar estudos sobre as entradas na porção oeste de Minas Gerais, hoje denominado de Triângulo Mineiro, apresenta o mapa que identifica as principais localidades e trechos já povoados. Historicamente, a área do Triângulo era denominada de os “Sertões da Farinha Podre”. O mapa a seguir representa os principais caminhos que ligam as áreas de povoamento entre os sertões no período colonial.

Mapa 8 – Áreas de povoaamentos no centro-sul brasileiro em meados do século XVIII³³



Fonte: LOURENÇO, 2005, p. 63.

A conquista do Sertão Mineiro é disputada por paulistas e baianos, que partindo em direções opostas se encontraram no chão norte-mineiro, ali estabelecendo as fazendas de gado que transformaram o São Francisco no “rio dos currais”. O baiano Antônio Guedes de Brito, desde 1652, possuidor de terras doadas no Sertão da Bahia, recebeu, em 1671, a Patente de Mestre de Campo e a provisão de Regente do São Francisco por seus serviços à Coroa, ao desbaratar bandidos e índios que perturbavam as vilas daquela região. (RIBEIRO, 2005, p.191).

³³ LOURENÇO, 2005, p.63 - Holanda, 1989, p.293

As sesmarias doadas próximas ao São Francisco e direcionadas estrategicamente nos trechos que ligavam o norte e nordeste com a porção sul e sudeste foram “fortalecidas” com o crescimento das fazendas de gado. As propriedades de “por mais léguas” se interiorizavam em busca de reconhecimento pelo sertão. O gado como fonte dispersora e de apropriação dos espaços longínquos matava a fome e dava recursos e matéria-prima para muitos utensílios que eram utilizados entre as áreas de paradas ou passagens. “Nesses sertões ribeirinhos o ocupador euro-brasileiro instalou os primeiros enclaves: fazendas de gado, engenhos, sítios, missões religiosas, arraiais, registros, guardas, casas-fortes, quartéis, caminhos.” (SANTOS, 2010, p.341).

Para identificar as principais localidades e sítios que tinham representações de povoamento, a cartografia da época se posicionava como registro de total importância, assim como se pode observar na legenda desenvolvida para classificar e hierarquizar os espaços que surgiam e se reproduziam por todo o sertão e adjacências.

Figura 3 – Legenda do Mapa da Capitania de Minas Gerais³⁴

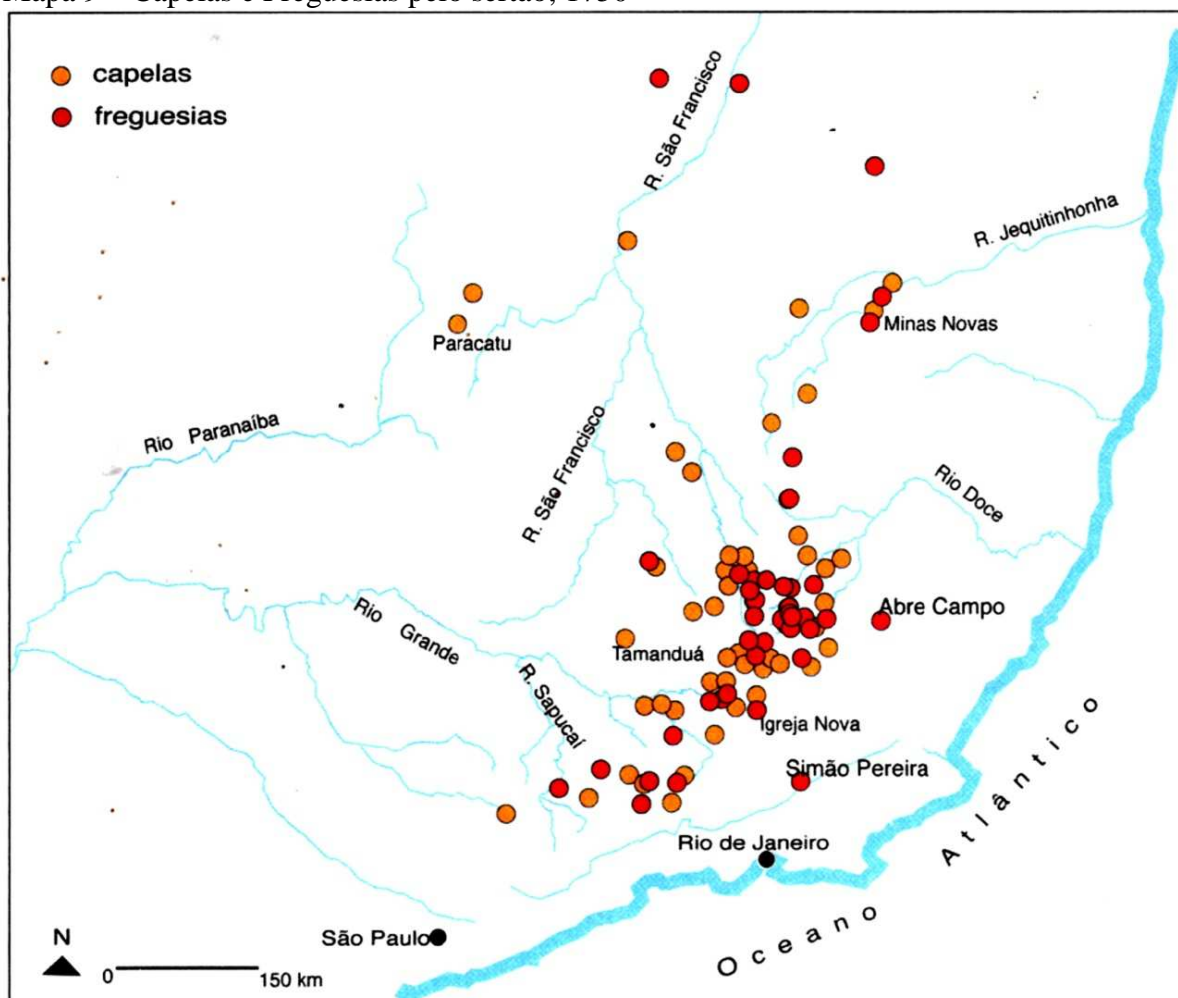


Fonte: FONSECA, 2011, p. 251.

Como representado no mapa a seguir, pode-se observar que o povoamento se desenvolve mais na região centro-sul de Minas Gerais, porém, são poucas as fixações de povoações ao longo do Rio São Francisco. O destaque explica-se em decorrência das primeiras descobertas de minerais, tanto o ouro quanto o diamante, naquelas áreas. Algumas poucas povoações estão situadas nas margens do rio São Francisco. O mapa; representa as principais freguesias do sertão. Destacam-se as freguesias situadas às margens do rio São Francisco na porção norte, onde as fazendas foram estabelecidas.

³⁴ Legenda do mapa da capitania de Minas Gerais, desenhado por J.J. da Rocha (1778). As palavras *parochias* e *capellas* designam fundações eclesiásticas, mas também servem para hierarquizar as povoações. Acervo do Arquivo do Exército, Rio de Janeiro. In: FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.251.

Mapa 9 – Capelas e Freguesias pelo sertão; 1750³⁵



Fonte: FONSECA, 2011, p. 246.

Algumas áreas de fazendas foram pontos marcantes no sertão, pois ao seu redor se povoava de maneira mais homogênea e quantitativa. Eram lugares e sítios geográficos que faziam ligações entre todo o curso médio e alto do Rio São Francisco. Destaque maior se dava aos domínios de terras estendidas por longas distâncias da primeira capital Salvador. A área de maior domínio e interesse foi:

³⁵FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 246. Fonte original: Figura 2.3 a – Capelas e Freguesias. Situação em 1750.

Na região são-franciscana do baixo Carinhanha é referida uma fazenda de sua propriedade, denominada Escuro. Nesse mesmo espaço é cartograficamente registrada outra fazenda do potentado, denominada Tabua, bem como uma edificação identificada como “Castelo de Manuel Nunes Viana”. A terceira área é formada pelo médio São Francisco e o seu afluente rio Grande, onde, segundo uma carta de mercê passada em 1727, Manuel Nunes Viana atou valorosamente, entre 1703 e 1724, na repressão a grupos indígenas hostis e a criminosos que atacavam os comboios que iam e vinham das minas. (SANTOS, 2010, p.143).

De maneira legal e administrativa, além dos territórios entre as grandes capitanias e donatárias, para que se apropriassem de fato das terras distantes pelo sertão, a Coroa tomava medidas de criação de outros territórios, sendo esses de posse política e de tomadas de decisões por entre os trechos inóspitos e isolados. As comarcas foram as principais “armas” de gestão territorial para obter a exploração e o povoamento de forma subordinada às altas patentes, sendo elas tanto do Estado quando da Igreja, observando nessa as catequeses jesuíticas em grande parte da bacia. “Cabe aqui bem explicitar o quadro conceitual empregado. Territórios são espaços qualificados pela dominação política, são jurisdições (legais, tributárias, militares ou religiosas), figuras de governo, áreas de exercício de um poder.”³⁶

As comarcas não necessariamente eram os mesmos domínios territoriais das comarcas eclesiásticas. Toma-se como exemplo os padres capuchinhos de Pernambuco que estiveram presentes na margem esquerda do Rio São Francisco. Os religiosos estavam ali para realizar a conversão à catequese religiosa:

Note-se que a palavra conversão é aqui empregada em uma dupla acepção: ela se refere, evidentemente, à cristianização dos espaços originalmente ocupados por povos “pagãos”, mas também remete à ideia de sua metamorfose, de sua transmutação em territórios controlados por autoridade que exercem funções de cunho tanto religioso como civil. (FONSECA, 2011, p.83).

As comarcas buscavam “refletir” o papel do Estado, sendo a constituição do “poder”, como esse era representado mesmo através das distâncias. Por entre as Comarcas de Serro

³⁶ Ver: MORAES, A.C. Robert. Territórios, poder e justiça: comentários a partir da experiência brasileira. In: KRISCH, R.; RICUPERO, B. (Orgs.). **Força e Legitimidade: Novas perspectivas?**. São Paulo: NADD/ Humanitas, 2005. p.64.

Frio e a Comarca de Sabará, encontra-se o território demarcado de 160 léguas, dividindo a Capitania de Pernambuco, margeando pela esquerda, e a Capitania da Bahia, margeando o lado direito do Rio São Francisco.

Em outra carta topográfica e hidrográfica da capitania, é possível visualizar a extensão do espaço já ocupado e, em negativo, as diversas zonas ainda não colonizadas e “virgens”. A oeste, encontra-se o sertão do Campo Grande; mais ao norte, na margem esquerda do Rio São Francisco e acima do ribeirão Urucua, notam-se apenas umas poucas fazendas instaladas na sua margem. O resto, na percepção do colonizador, é o espaço da barbárie: um “sertão vadiado pelo gentio caiapó, que tem feitos hostilidades aos viajantes”³⁷. (FONSECA, 2011, p.77).

Esse território perfaz os limites: em sentido norte até o Morro do Chapéu e no sentido sul até o Rio Pará (Vainhu) – Ouro Preto, conforme afirma Pires (2007) em *Raízes de Minas*. A partir de 1720, Minas deixa de ser o Sertão de Cataguases e passa a ser Capitania. Sertão, então, seria o dos Currais do São Francisco ao norte da Capitania.

O mapa seguinte representa os territórios demarcados. Representa os territórios das comarcas, que enfatizavam as jurisdições.

A territorialização, por fim, diz respeito à efetiva fixação dos instrumentos jurídico-políticos e ideológicos de controle do espaço e, portanto, de definição da soberania portuguesa sobre as áreas ocupadas, Regiões coloniais e territórios consolidados emergem do complexo e diversificado processo de territorialização dos sertões. (SANTOS, 2010, p. 394).

O traçado entre as Comarcas de Paracatu e Serro do Frio, tinham como marco limite e fronteirístico o rio São Francisco.

³⁷ “Mappa Topográfico e Idrográfico da Capitania de Minas Gerais” (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ARC 23-4-2). In: FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.77.

Durante o século XIX, os brasileiros não apenas absorveram todos os significados construídos pelos portugueses a respeito de “sertão”, antes e durante a colonização, como, a partir da Independência, em especial a partir do último quartel do século XIX, acrescentaram-lhe outros, transformando “sertão” numa categoria essencial para o entendimento de “nação” (AMADO, 1995. p.150).

Expressos os vários tipos de territórios com que o sertão se identifica ou identificam o sertão, ainda trazemos para a atualidade no século XX muitas transformações, principalmente de ordem política. “Em qualquer paisagem cultural, a disposição, o estilo e os materiais desses aspectos tendem a refletir a presença de um modo de vida distinto, ou *genre de vie*, interagindo com um determinado quadro natural.” (WAGNER; MIKESELL, 2007, p.37)³⁹.

No território regional imbricam-se diversos povos propiciando a construção de um mosaico cultural associado aos geraizeiros, aos caatingueiros, aos negros aquilombados e aos indígenas – estes em constante confronto com a ocupação colonial e em outros processos de ocupação em que um processo de miscigenação com os grupos anteriormente relacionados viabilizavam dar origem aos baranqueiros/vazanteiros do São Francisco e aos vazanteiros de outras áreas ribeirinhas do norte de Minas. (COSTA, 2005, p.301).

As configurações espaciais, locais e das condições de povoamento especificaram muitas áreas dentro desse sertão. Locais, com paisagens distintas no mesmo sertão, passaram a ser dominadas por comunidades que vivem diretamente do envolvimento dessa paisagem. “O Cerrado também acolheu as lutas de resistência de quilombolas, garimpeiros, índios, vadios e outros segmentos populares da capitania, muitas vezes articulados entre si, procurando garantir seu direito sobre a terra e recursos naturais ameaçados pela expansão colonizadora oficial.” (RIBEIRO, 2005, p. 291).

No momento da formação territorial, as relações entre índios e Estado se projetam pelas diferenças, chegando aos dias atuais.

³⁹ Segundo a citação, ver o artigo de Max Sorré sobre *genre de vie*, em *Readings in Cultural Geography*. Formas e características de povoamento, em particular, têm sido adotadas, há muito tempo, como indicadores de diferenças culturais.

O território é, portanto, uma jurisdição de um Estado, a projeção espacial da área reivindicada de sua soberania e monopólio da autoridade. Contudo, o território, enquanto construção política, também aparece como uma referência identitária e um nexo de agregação de interesses que podem inclusive lutar por projetos alternativos de dominação, com outras delimitações espaciais. Trata-se de um conceito que introduz uma escala de análise, que permite estudos numa ótica retrospectiva, isto é, tomando-os como resultados de processos pretéritos de formação que avançam até a atualidade. Para dar conta de seu movimento é necessário estar atento tanto às materialidades que ele cria ou se apropria, quanto aos interesses, ações, e ideias que os impulsionam. (MORAES, 2009, p. 77-78).

A expropriação de terras ainda acontece de maneira indiscriminada e desrespeitosa com as classes menos favorecidas. Os processos políticos oligárquicos ainda continuam e apresentam uma força poderosa diante das comunidades mais necessitadas. O plantio do eucalipto foi em grande parte o motivador da exploração das terras, muitas ainda devolutas e com problemas documentais pela falta de registros. Por todo o Norte de Minas Gerais, existe a presença de inúmeras famílias negras aquilombadas, de índios, de geraizeiros e ribeirinhos que vivem exclusivamente dos recursos naturais dessas terras.

Na memória social desses grupos, a RURALMINAS incorporada nas pessoas dos seus funcionários, tornou-se referência de violência e de desrespeito. Por isso, sua chegada na região demarca o início de um novo tempo. Tempo de expropriação das terras, de desrespeito dos direitos consuetudinários instituídos e as normas de convivência social, as quais assumem proporções exorbitantes, imprevisíveis e inimagináveis. (ARAÚJO, 2012, p.187).

A projeção espacial e política dessa instituição governamental ampliou de forma significativa conflitos anteriores entre as populações locais. “As áreas de terras devolutas, ou seja, terras de ninguém, mas de apropriação coletiva pelas populações tradicionais, foram consideradas pelos governos federal e estadual como terras ‘inteiramente desocupadas e inproveitadas’, situadas no domínio do Estado.”⁴⁰. No contexto, essas terras devolutas geraram entre as partes desconfiança em relação à documentação, muitas vezes validada pelo Estado.

⁴⁰ COSTA, João Batista de Almeida. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese na nação brasileira. In: **Revista Verde Grande**, Universidade Estadual de Montes Claros, Ed. Unimontes, v. 1, n.3, dez./fev.2005, p. 36), conforme RURALMINAS, s.d. Documento II – Histórico e resumo dos contratos sobre distritos florestais, 7p.

Ademais, somava-se às suas atribuições a responsabilidade pela política estadual de utilização das águas para irrigação e pelos incentivos ao reflorestamento. [...] Esta perspectiva não impediu, no entanto, o surgimento de alguns conflitos entre a RURALMINAS e os colonos. Ao discutir estes conflitos Gervaise (1975, p.118) conclui que eram “uns superficiais, mas outros bastante sintomáticos das diferenças entre um conceito mais de colonização e outro mais reformador”. (CARDOSO, 2000, p.240).

Portanto, levam-se em conta todas essas perspectivas do sertão: suas afirmações e negações, seus aspectos conotativos e denotativos, significados, políticas, simbologias e abstrações. Como afirma Moraes:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. (2009, p. 89).

Vistos o território e o sertão, entre as ocupações e exploração, faz-se necessário configurar a presença indígena, levando em conta sua historicidade, legalidade e conflito. Elementos esses que serão abordados no capítulo 2.



1

PARTE I

2 ÍNDIOS E TERRITÓRIO'S'

¹ Ilustração das Aldeias – Aldeia Morro Falhado, Mapa Temático, uma representação da cartografia social, (BAETA, 2005, p.172)

PARTE I

2 ÍNDIOS E TERRITÓRIO‘S’

“Os modos de representação e de criação – e, portanto, as fronteiras dessas novas unidades humanas –sofreram variações segundo os lugares. Como todos os outros fenômenos ideológicos e políticos, dependiam de suas histórias específicas”²

2.1 Introdução

Dominado e colonizado parte desse território, encontra-se o elemento indígena que não pode ser desprezado pela sua expressiva importância e quantidade. Ressalta-se que esse índio, conhecedor de vastas áreas, até então não convivia com a formalização e ações do Estado, não havendo assim o enfrentamento direto.

Dada a relevância do indígena no contexto da pesquisa, este capítulo foi construído a partir da necessidade de evidenciar uma maior interação entre duas concepções: uma antropológica e outra geográfica. A antropológica, muitas vezes apresenta como geografia humana, cultural e fenomenológica. Conforme afirma Hissa (2006), é uma “quebra de fronteiras”. E a geografia se aprimorando dos conhecimentos ainda não explorados pela própria ciência do espaço. O capítulo foi dividido em: “2.2 História do índio no Brasil”, em que se buscará explorar e conhecer o índio em sua história brasileira; “2.3 O direito e o índio”, em que se elenca parte do processo histórico da legislação que envolve condições e condicionantes da vida comum e diferenciada desse povo; e “2.3 Conflitos: terras, índios e territórios”, no qual se aborda a realidade evidenciada.

² SAND, Shlomo. **A invenção do Povo Judeu**: da Bíblia ao sionismo. Tradução de Eveline Bouteiller. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 89.

2.2 História do índio no Brasil

Célia Xakriabá, jovem liderança indígena feminina, em 2011, nas Festas de Agosto no município de Montes Claros-MG, respondeu a uma pergunta da plateia sobre o índio se comportar ou não como branco, já que estão inseridos na lógica do capital: “Nós somos o que a História de vocês querem que somos”.

Várias são as contradições e ideologias históricas que nos últimos anos de democratização do Brasil foram encontradas. Muitos dos fatos históricos veem colocando à *baila* tanto a ciência científica como a informação, um *xeque-mate* nas teorias e nos fatos sociais conhecidos. A preocupação emergente transformou os movimentos sociais em organizações articuladas com poderes políticos, mas nem sempre com o poder necessário, a fim de estabelecer mudanças para uma melhor qualidade de vida. O grande exemplo disso são os fóruns sociais mundiais, em que minorias e desfavorecidos pelo capital financeiro se organizam. Citam-se como exemplos negros, indígenas, quilombolas, homossexuais, comunidades tradicionais, feministas, dentre outros. O Estado, como “orientador” político-administrativo, que encampa o legislativo, judiciário e executivo, vive “tensionado” por essas forças. Trata-se da ação do terceiro setor, emergente em todos os Estados modernos.

Reconhecer e/ou não teorias como as de raça, etnia, cultura, aculturação, hibridismo, embranquecimento, historiografia, migração, identidade, povoamento, processos civilizatórios e muitos outros é, na realidade, afirmar o “poder” dialético que envolve as categorias entre o “tempo e/ou espaço”. Uma teoria passa a ser válida por quanto tempo e em quais espaços?

Sendo assim, as teorias eurocêntricas e civilizatórias retransformam e se “chocam” com as verdades e vivências do mundo abaixo do Equador, nos trópicos tórridos onde toda nudez é castigada. O profano e sagrado na interpretação europeia nunca se constituirão como sincretismo. “Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se

percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo.” (PRADO JUNIOR, 1997, p.19).

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. (HOLANDA, 1995, p. 31).

Evidencia-se que não somente os elementos naturais eram diferentes da realidade do colonizador. Além das adversidades climáticas, uma das mais difíceis barreiras a ser vencida era conhecer o povo e suas formas elementares em seus espaços locais. As populações “novas” para os colonizadores apresentavam-se com uma diversidade de costumes e saberes, ainda não reconhecidos e muitas vezes aceitos pelo sistema religioso do velho mundo. “Os problemas do novo sistema de colonização, envolvendo a ocupação de territórios quase desertos e primitivos, terão feição variada, dependendo em cada caso das circunstâncias particulares com que se apresentam.” (PRADO JUNIOR, 1997, p. 25).

A população indígena era enorme, o que dificultava as ações da metrópole sobre a nova colônia. Além disso, trata-se de um vasto território com muitos índios. Se não fosse o conhecimento dos índios sobre o gigantesco território e os diversos grupos reconhecidos em diversos espaços, não teria sido provável o acesso dos europeus ao interior, denominados por eles de sertão.

Uma das primeiras revelações realizadas pelos europeus foi destacada na Viagem de Staden. A estética foi, *a priori*, o elemento marcante sobre a apresentação daqueles homens. A novidade causava perplexidade nos olhares novos de ambos.

É uma gente bonita de corpo e de feição, tanto os homens como as mulheres, iguais à gente daqui; somente são queimados do sol, pois andam todos nus, moços e velhos, e nada têm eu encubra as partes vergonhosas. Desfeiam-se a si mesmos com pinturas e não têm barbas, porque as arrancam pela raiz, logo que lhes nascem. Fazem furos na boca e nas orelhas e neles introduzem pedras, que são seus ornamentos, e se enfeitam com penas. (STADEN, 2006, p.142).

Basicamente, duas denominações foram empregadas para o reconhecimento dos silvícolas. O quadro especifica duas grandes nações que se diferenciam pela constituição do espaço em que vive. O gênero de vida que reconhecemos como teoria *lablachiana* era como se estabeleciam os primeiros habitantes desse novo mundo. “Os denominados Tapuias (inimigos) ou índios do mato dos quais os mais conhecidos eram no litoral os Aimorés ou Botocudos (assim chamados devido ao uso de um batoque introduzido no lábio inferior ou nas orelhas).” (HANDELMANN, 1982, p. 72).

Quadro 7 – Distinções entre os povos tupis e os povos tapuias do Brasil

Distinções entre os povos tupi e os povos <i>tapuias</i> do Brasil	
Tupi	<i>Tapuias</i>
Litoral	Interior
Mata tropical	Caatinga [e cerrado]
Homogeneidade cultural e linguística	Diversidade
Imposição de contato direto e sistemático com o europeu	Quase ausência inicial de contato e de informações seguras
Alvo da curiosidade do europeu	Presença fugaz e diversidade idiomática desestimuladoras da curiosidade europeia

Fonte: SANTOS, 2010, p.45

É importante deixar destacado que a representação tapuia é dada pelos tupis, pois era como esses viam os de fora³. A diferença entre civilizados e nãocivilizados no olhar eurocêntrico permite diferentes explicações sobre esses povos indígenas. O conhecimento dos nãocivilizados, não reconhecidos nos critérios dos ditos civilizados, passa a ser perdido.

³ Pode-se entender que existia um “tupicentrismo”, enquanto os tapuias é uma visão eurocêntrica. Tapuia era como os Tupis viam os de fora. Análise feita pelo Antropólogo João Batista de Almeida Costa durante a banca de qualificação.

“Vários têm sido os critérios propostos para distinguir os indígenas das demais populações que hoje habitam a América. São eles: o racial, o legal, o cultural, o de desenvolvimento econômico e o de autoidentificação étnica”. (MELATTI, 2007, p.32).

Os documentos registram a utilização de diversas categorias classificatórias a eles referenciadas (Souza Lima, 1995), as quais pode ser recuperadas por meio de sua associação ao descritor índios: “índio puro”, “índio da mata”, “índio nômade”, “índio sedentário”, “índio por descendência”, “índios esparsos”, “índio mestiço”, “índio civilizado”, “caboclo”, etc.(PERES; MONTEIRO; DE SÁ; COQUEIRO, 2005, p.199).

A conquista do novo espaço territorial de riqueza tem uma importância ainda maior e que ainda não foi totalmente explorada e valorizada. Trata-se da riqueza da diversidade de conhecimentos dos povos. Faz-se interessante destacar que, depois de quinhentos anos e com inúmeras teorias de diversos campos dos conhecimentos e saberes, ainda estamos reconhecendo populações e lugares que são reflexos de seus costumes e/ou vice-versa, assim como as populações neotradicionais.

A “condição” de bom selvagem perante a sociedade ou Estado não se faz presente nas condições que vivemos atualmente. O aspecto romântico ainda persiste na afirmação do conhecimento, tanto acadêmico quanto do senso comum.

Mas se, por um lado, ele recusa a existência de qualquer característica negativa atribuída ao brasileiro a partir de sua formação racial, por outro lado, a partir do evolucionismo que orienta o pensamento do autor, o índio surge ao mesmo tempo como a raça a ser protegida, como uma raça situada em um patamar inferior de civilização e como um sobrevivente alheio à nacionalidade, pouco tendo contribuído para a sua formação e tendo, inclusive, um futuro incerto, uma sobrevivência duvidosa, por pertencer basicamente ao passado. (SOUZA, 2011, p.62).

A geografia desconhecida das terras novas foi aos poucos sendo desvendada. “Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie, o que cabe a uma elite que se autodefine como ‘representante das ideias da Ilustração.’” (GUIMARÃES, 2008, p.95). Nesse entendimento, a submissão das populações locais aparece como decorrência natural do processo, um resultado tido como de alta positividade. “Integrar o índio” – ao se apropriar de sua terra – era parte do projeto

civilizatório imperial.” (LIMA, 2008, p.95). Foi nesse processo de apropriação geográfica que os novos homens que aqui chegaram passaram a constituir novas identidades através do não demorado processo de miscigenação. “Isso porque, nesses quinhentos anos, houve tempo mais que suficiente para a constituição de uma grande população mestiça, fruto do cruzamento de brancos com índios (mamelucos), de negros com índios (cafuzos), e também entre mamelucos e cafuzos.” (MELATTI, 2007, p.32). Em síntese, “O contato com os índios, e com remanescentes de expedições ou naufragos espanhóis, vai alimentando uma ‘geografia fantástica’ que animava o desvendamento dos sertões.” (MORAES, 2009, p.45).

Com a geografia e as relações miscigenadas, outra nova forma de reconhecer o índio foi dando a ele o *status* cristão. “A conversão supõe a ‘civildade’ (todos os *homens* são capazes da fé). Para ser convertido, é preciso estar na vida racional e civil. A nação de Deus supõe a nação dos homens. Mesmo porque o índio convertido à força não é índio convertido.” (ORLANDI, 2008, p. 157). De forma conotativa, parece ser um marco extremamente positivo nas atribuições dos exploradores, enquanto que, para os ainda “não civilizados” de forma denotativa, seria a ruptura de fronteiras em seu estado natural de ser.

Assim, o colonizador visava o trabalho indígena e sabia que este só poderia ser obtido com a própria “expropriação territorial, pela escravização e pela destribalização (ou seja, pela desorganização deliberada das instituições tribais, que pareciam garantir autonomia dos nativos e eram vistas como ameaças à segurança dos brancos”⁴. (MORAES, 2009, p.49).

Com o trabalho, como uma nova categoria desconhecida em suas vidas, os nativos tornam-se obrigatoriamente cativos.

Nos aldeamentos coloniais dirigidos por missionários, representantes de vários grupos étnicos foram agrupados, catequizados, casaram-se entre si, passando a viver segundo as normas impostas pelos catequistas, abandonando seus padrões culturais e esquecendo sua identidade étnica original. (MELATTI, 2007, p.41).

⁴ Florestan Fernandes – op. cit., p.83. É interessante observar que em mais de uma ocasião, os colonos manifestam à metrópole o desejo de organizar de alguma forma semelhante ao repartimento espanhol (G. Thomas – Op. cit., 65). In: MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009, p. 49.

A lida constante e exagerada de atribuições de maneira penosa sobre esses “novos cristãos” fez com que, em algo mais de 100 anos, tivessem início as modificações paisagísticas tanto no litoral quanto no interior.

Basílio de Magalhães (1935) é o primeiro historiador a propor um esquema geral, pelo qual as expedições se dividiriam em “entradas”, características de um pequeno ciclo de expansão oficial, oriundo do litoral e realizando, entre 1504 e 1696, dentro da Linha de Tordesilhas; e “bandeiras”, correspondentes a um grande ciclo espontâneo de expansão geográfica, ocorrido entre 1526 e 1700 e subdividido em ciclo do outoro de lavagem, ciclo da caça ao índio e grande ciclo do ouro. (SANTOS, 2010, p.62).

As distâncias e barreiras eram alcançadas e rompidas favorecendo a interiorização. A ideia de descobridor, para a ideia de conquistador e explorador era a tônica na Coroa Portuguesa. Não se tratava de uma ilha, como logo se pensou nos primeiros dias que aqui chegaram. O desbravamento permitiu revelar novos espaços em busca de riquezas. A escala de grandeza do território ficava cada vez mais latente, a partir de cada incursão pelos grandes rios. A construção dessa cartografia do interior não foi expressiva na perspectiva do papel do índio⁵.

Em cada novo espaço conhecido, a conquista só tornava-se concreta a partir da fixação do povoamento. A queda de uma nação étnica, o fim de uma aldeia, representava o novo poder sobre o espaço. “A fuga pra um sertão mais deserto e impenetrável, como define um documento coevo, pode ter sido um recurso externo encontrado por grupos indígenas que tentavam escapar ao extermínio ou à escravidão.” (SANTOS, 2010, p.110). Aldeamentos nasciam e extinguíam-se por completo. Na dimensão espacial entre dezenas e centenas de léguas, sesmarias e fazendas tornaram-se divisões territoriais em que a presença lusitana era determinante. “No início do século XVIII, mesmo perdendo terreno, principalmente para os

⁵ A cartografia foi um importante instrumento para a formação de um conhecimento dos europeus sobre os indígenas do Brasil (e do Nordeste, e m particular). Ainda que, na maioria das vezes, os indígenas tenham sido representados nas cartas portuguesas por meio das técnicas frias, como a toponímia (Guerra & Duarte dos Santos, 2008), em alguns mapas holandeses, franceses e italianos se veem primorosas e instigantes ilustrações. (OLIVEIRA, 2011, p.13).

paulistas, o terço dos índios teve papel mais uma vez imprescindível nos interesses políticos da Coroa.” (OLIVEIRA, 2011, p.85).

O desbravamento, a colonização das terras e a formação dos centros de poder local modificam pouco a pouco o status do espaço original, e também suas denominações: os sertões são progressivamente convertidos em “distritos”, “freguesias”, “concelhos”, “comarcas”, ou seja, em territórios controlados por diversas instâncias do poder. (FONSECA, 2011, p. 42).

Não reconhecia-se a população dos grupos de nativos e nem onde esses estavam sobre as novas terras. Reconhecia-se a possibilidade da sua presença e da sua força, que passou a ser utilizada como reforço em momentos nos quais não havia portugueses para defenderem a proposta de exploração. A utilização de índios “preados” ou grupos com promessas de melhores condições frente aos resistentes e mais bravios passou a ser constante. Essa condição de guerrear em prol do outro fez com que as rivalidades fossem ampliadas entre as nações e aos poucos foi favorecendo o processo de extinção. Laraia (2006, p. 14), ao escrever o prefácio da obra de Florestan Fernandes (2006), diz que, para ele, a guerra é um fato social “no sentido restrito de existir como uma das instituições sociais incorporadas às sociedades constituídas”. Um genocídio com assinatura própria. Assim pode ser tratada a condição dos índios.

Na história, esse processo de condição de guerra é tido como um fenômeno de natureza comum entre as conquistas e dominações de novos espaços e/ou povos. Fazer a guerra é sinônimo de superioridade e a sua manutenção expressa quanto poder advém dela. Tanto no litoral como no interior essa condição foi amplamente constatada.

É possível que o malogro na participação da chamada “Guerra dos Bárbaros” tenha decidido ex-mercenários paulistas como Matias Cardoso de Almeida e os seus comandados a voltarem os olhos para a perspectiva econômica mais lenta, porém representava a criação de gado bovino no sertão São Francisco. (SANTOS, 2010, p. 56).

Quadro 8 – A “Guerra dos Bárbaros” em duas perspectivas historiográficas recentes

A “Guerra dos Bárbaros” em duas perspectivas historiográficas recentes	
Pedro Puntoni (2002)	Cristina Pompa (2003)
Guerras de extermínio	Contínuas rearticulações das relações econômicas e de poder
Limpeza do território para o avanço da frente pecuária	Avanços e recuos da região colonial no sertão
Resistência indígena inútil	Inserção ativa dos <i>tapuias</i>

Fonte: POMPA, 2003, p. 217-218.

A atuação de Viana na guerra ao gentio bárbaro é pouco enfatizada pelos historiadores, que habitualmente concentram a atenção na participação do reinol nos eventos da Guerra dos Emboabas e nos chamados motins do sertão. Em ano indeterminado, entre 1714 e 1716, Manuel Nunes Viana é nomeado, pelo governador-geral, mestre-de-campo e comandante da guerra ao gentio (do Estado do Brasil)⁶. (SANTOS, 2010, p.144).

Sendo um quadro natural novo para os europeus, a população não era conhecida numericamente. Grupos em aldeias chegavam a centenas e milhares, ou quando nômades, esses, estavam pelos espaços livres em dezenas. Muitas são as estimativas desses contingentes populacionais, como é demonstrado na quadro a seguir. Como grau de comparação, trazemos a seguinte afirmação de Ribeiro (1995, p.93): “Dados de Anchieta, em sua ‘Informação dos primeiros aldeamentos’ registraram que a população indígena dos arredores da Bahia, avaliada em 80 mil pessoas, se viu reduzida a menos de 10 mil”. Esse caso específico ocorreu por epidemias de varíola e febres. Com esse exemplo e os dados identificados no quadro, pode-se ter a relativa ideia numérica do contingente populacional existente por essas terras ainda por civilizar.

⁶ [Patente], [entre 1714 e 1716]. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 338. A faixa de anos prováveis dessa patente foi inferida a partir do cotejo de referências documentais com o período de governo do Marquês de Angeja.

Quadro 9 – Estimativas de população indígena na América Portuguesa⁷

Estimativas de população indígena na América Portuguesa		
Região	Ano de 1500 (1)	Ano de 1500 (2)
Minas Gerais	91.000	159.250
Rio de Janeiro/Paraíba do Sul	97.000	169.750
São Paulo	146.000	255.500
Bahia	149.000	260.750
Espírito Santo/Ilhéus	160.000	280.000

Fonte: VENÂNCIO, 2007, p.90.

O que para alguns autores se resume em milhares, para outros passa da casa de unidade de milhão, levando em consideração a observância sobre a dominação paisagística espacial em que viviam. As fontes de recursos e a segurança eram fundamentais na fixação dos grupos. Os deslocamentos em grandes distâncias eram vistos como estratégias de preservação do grupo por algum motivo, quando se sentiam ameaçados. “Os Cariris, querem alguns que tenham saído do Ceará e, através de longa migração, inclusive pelo Rio São Francisco acima, chegando, antes do século XIX, ao Norte de Minas, na zona de Januária e do sertão do Urucuia.” (JOSÉ, 1965, p. 19). O registro de muitas secas, por exemplo, provocava a fome e miséria entre os silvícolas. Nem todos os grupos tinham os saberes sobre o cultivo da terra. A caça e coleta eram exercidas principalmente pelos grupos nômades, não deixando de serem executadas pelos que se fixavam no lugar.

Pelo sertão dos currais do rio São Francisco, na Capitania de Minas Gerais, as preações também aconteceram. Minas Gerais passou a ser uma área de passagem, tendo o caminho do rio como principal veículo de deslocamento. A afirmação dos caminhos entre os

⁷Segue a nota referente ao original: (1) HEMING, John. Red Gold: the conquest of the Brazilian indians. (2) KENNEDY, David P. e PERZ, Stephen G. Who Are Brazil's Indígenas? Contributions of Census Data Analysis to Anthropological Demography of Indigenous Populations. DENEVAM, William M. The aboriginal population of Amazonia. A partir de informações das duas últimas obras, extrapolamos o índice de 1,75, para recalcular os dados de população indígena apresentados por Hohn Hemming. – VENÂNCIO, Renato Pinto. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. In: RESENDE, Maria Efigênia. VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.). **História de Minas Gerais: as minas setecentistas**. v.1 Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo.2007. p. 87-102.

variados, como: relevo, hidrografia, vegetação e clima. Com o intuito de encontrar riquezas, a Coroa preocupava-se em conhecer os mais remotos espaços territoriais por meio das entradas e bandeiras.

Além do determinismo, outra condição que dificultava o conhecimento do território era o grande número de índios espalhados pelos rincões que se adentravam. Nos primeiros registros cartográficos, já se identificam índios próximos ao rio São Francisco. Os índios anaiós tiveram registro identificado em mapas ainda do século XVII. Talvez seja a primeira cartografia da região. Localizavam-se na margem esquerda do rio São Francisco, bem no extremo norte da Capitania de Minas Gerais, próximo à divisa com a Capitania de Pernambuco, entre os rios Carinhanha e Japoré. Essa identificação situava-se próxima ao Castelo de Manuel Nunes Viana, dono das terras da maior sesmaria conhecida até então, com cerca de 160 léguas, passando do interior sul da Capitania da Bahia até Barra do Guaicuí, foz do rio das Velhas. Essa porção territorial de grande dimensão está associada à administração de Matias Cardoso⁹.

Desencadeou este processo a atuação, pelo menos desde 1684, do paulista Matias Cardoso de Almeida, que em 12 de maio daquele ano obteve do governador geral Souza de Meneses a patente de governador e administrador de todos os índios que conseguisse reduzir e situar desde a capitania de Porto Seguro até o São Francisco¹⁰. (FAGUNDES; MARTINS, 2011,p.6).

Com muitas preações pela região, contatos com os índios e conquistadores, o administrador de índios Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias Cardoso, realizou uma doação de terras aos índios que por ali rebelavam. A certidão de doação de terras na margem esquerda do São Francisco aconteceu no ano de 1728.

⁹ Dificilmente podemos ver em homens como Matias Cardoso de Almeida ou Manuel Nunes Viana a posição de representantes do poder régio nos sertões, mas em muitas situações eles eram o único braço do governo-geral nesses espaços remotos e anônimos. (SANTOS, 2010, p. 147).

¹⁰ Os norte mineiros que se rebelaram em 1736 pertenciam a uma sociedade cuja formação se deu a partir da penúltima década do século XVII (FAGUNDES. MARTINS, 2011, p.6).

Os paulistas partiam seduzidos pela perspectiva de trazer consigo índios capturados, bem como pelas promessas de títulos honoríficos, dinheiros e terras. Este foi o caso, por exemplo, do mestre Matias Cardoso. Por volta de 1664, ele fundava o arraial de Morrinhos, que funcionou como uma sentinela, um posto avançado no combate aos autóctones. Essa guerra durou sete anos, ao fim dos quais Matias Cardoso e seus companheiros estabelecem-se na região como proprietários de fazendas de criação (FONSECA, 2011, p.72).

Realizado o aldeamento de missões, os índios começaram a passar pelo processo comum da catequização cristã do povo europeu. A falta de dados documentais sobre o período não nos permite a constatação do nome do então jesuíta presente na aldeia. A hipótese mais próxima e possível é a de que o padre que coordenou a construção da Igreja de Morrinhos fosse o então catequizador, o que não se pode afirmar¹¹, mas Santos (1997, p. 22) traz referência ao Padre Antônio Mendes Santiago.

O aldeamento de São João das Missões, por ter sido abandonado desde o final do século XVIII pelos padres e administradores, e pelo fato de os índios ali permanecerem em processo de miscigenação com as populações branca, pobre, negra e, sobretudo, retirantes nordestinos que fugiam das secas, passou a ser reconhecido como terra de caboclos e foi por longo tempo, ocupado por índios, posseiros e retirantes estabelecidos, em regime de uso condominial das áreas de cultivo. (SANTOS, 1997).

Em meados do século XVII até o fim do século XX, esses índios foram deixados de lado pelo Estado. Muitos foram os ataques de fazendeiros com o intuito de apossarem-se das terras pertencentes aos índios, que por muitos já eram considerados como “caboclos”^{12,13}.

¹¹ Em análise realizada pelo Antropólogo João Batista de Almeida Costa durante a banca de qualificação, ele afirma que, através de estudos realizados no Centro Cultural Jesuíta em Brasília, não consta documentação que afirme a presença de jesuítas no médio São Francisco. É importante destacar que, em pesquisa documental que também realizei em Pernambuco na Diocese, não pude encontrar nenhum documento. Porém existe ainda uma remota “esperança” em encontrar algum vestígio documental nos padres capuchinhos em Salvador, ao qual ainda não pude averiguar.

¹² É importante destacar, nesse contexto de embranquecimento, uma análise de Mattos (2004, p. 57), “á que não se pode – e não se deve, sob o risco de empobrecimento do escopo da investigação – negar o impacto do processo colonial sobre as populações indígenas, é importante que se verifique, através da etno-história, em medida se reformulam as estratégias nativas de diversificação, assim como o constante movimento de recomposição identitária dos grupos indígenas examinados em processo e acompanhados, na medida do possível, relativamente aos aspectos culturalmente específicos de sua experiência histórica.” In: MATOS, Isabel Missagia. **Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

¹³ Outra interessante análise é também realizada por Ribeiro (1970, p. 261-262): “Desde então, o nível de preservação ou alteração da cultura tradicional passa a depender do grau de integração e das circunstâncias em que se dá o contato. Alguns grupos organizam, nessa altura, movimentos de reorganização cultural, seja procurando fugir ao contato para reorganizar a vida nas velhas bases quando isto ainda é praticável, seja mergulhando em movimentos revivalistas. Nessas condições se encontravam, em 1900, 39 grupos indígenas ou 16.9% do total de 230”. In: RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

A documentação histórica da região marca a presença do núcleo de São João das Missões e sua expressividade numérica, mas deixa de forma clara a existência de várias ameaças sofridas por esse povo e sua baixa condição de vida. Outras etnias também são reconhecidas por toda a bacia, como afirma Shettino:

A subárea do sertão da bacia do alto e médio São Francisco – que viveu, durante a ocupação colonial, a expansão da pecuária, a partir do litoral, e da mineração, a partir do interior – é hoje composta pela presença das seguintes etnias: Kaxixó, Xakriabá, Pankararu, Xukuru-Kariri, Atikum, Kiriri e Tuxá, algumas das quais guardam entre si semelhanças culturais, principalmente no que diz respeito ao complexo ritual do toré e do uso da Jurema. (2005, p. 172).

Essas etnias estão legalmente vinculadas à regionalização da FUNAI, que as identifica como sendo a região leste. O leste abrange os estados do nordeste, Espírito Santo e parte de Minas Gerais. Esses indígenas apresentam o fenômeno da etnogênese, já mencionado na introdução. O processo de etnogênese vincula-se ao processo de territorializações, pois trata das ressignificações de posses sobre as terras indígenas e os territórios indígenas.

2.3 O direito e o índio

As controvérsias entre indígenas e o Estado passam necessariamente pela legalidade. O reconhecimento de um território até a sua homologação está diretamente voltado para a constituição do direito.

O direito à diferença é uma matéria que traz reflexões divididas, pois a concepção de ética, liberdade e respeito se enquadra como elementos de difícil compreensão frente à dignidade da pessoa humana. Universalmente, a lei trata de direitos iguais em todas as instâncias e atribui diferenças em sua concretude. O jargão popular e jurídico de que “todos são iguais perante a lei” passa muitas vezes despercebido na nossa sociedade. Recorrer ao direito quando sente-se desprovido dele é uma reação de defesa natural. A violência, discriminação, espoliação, preconceito, repressão, nos leva em busca de direitos, de reconhecer a condição de cidadania perante o Estado.

Na história do país, nos momentos de Colônia, Império, República, assim como no atual processo de estado democrático de direito, muitas foram as condições de irregularidades do poder judiciário frente à realidade social.

Embora o Direito seja necessário à ordenação das relações entre as sociedades e os Estados, convém lembrar que, além de impor seu próprio Direito, o Estado não reconhece o conjunto das normas sociais, os princípios éticos e as regras de condutas das sociedades indígenas como Direito. (LADEIRA, 2008, p.9).

Antes que as constituições fossem legitimadas pelo povo brasileiro, vivíamos no mando e comando da metrópole portuguesa. Numa sociedade plural e miscigenada, as diferenças sempre foram motivos de revoltas. Entre índios, negros e europeus, as condições socioeconômicas e raciais passaram a configurar várias lacunas relacionadas ao direito e igualdade para todos.

O branco, ao falar em direitos, estabelece os critérios legítimos para o exercício desse direito. No contato cultural que estabelece com o índio – e que tem a direção do dominador para o dominado –, o branco extingue os fatos que satisfariam os critérios que inventou como legítimos. Ao apagá-los, os brancos tiram dos índios, simultaneamente, os seus direitos. (ORLANDI, 2008, p.185).

Em específico, o tratamento dado ao índio apresenta uma história secular de desrespeito. Da conquista, passando pela catequização e chegando aos dias de hoje, o processo de desterritorialização é latente e complexo nas suas diversas etapas da política nacional. “No que tange ao trato dispensado à população indígena, a legislação indigenista data de 1549, que se constituiu no Regimento de Tomé de Souza, que foi o fundamento da administração política e civil do Brasil até 1677.” (BARBIERI, 2008, p. 32). Outras legislações tornaram-se necessárias na visão do colonizador para manter a “ordem” com e sobre os indígenas.

Em meados do século XVIII, com radical mudança da política indigenista do governo (leis de 1755 e Diretório pombalino), terminou a experiência das aldeias missionárias no sertão do São Francisco. Costuma-se datar nessa oportunidade o início do processo de “desaparecimento” ou “perda da visibilidade” dos grupos indígenas do sertão, mediante sua diluição na população sertaneja, paralelamente ao aparecimento da categoria “caboclo”, negadora da identidade indígena. (OLIVEIRA, 2011, p.274).

As experiências das missões modificaram a real maneira de viver dos nativos silvícolas. Os seus costumes e tradições, entendidos por eles mesmos como uma maneira natural de se viver, foram coibidos com as mais violentas formas de negação. Além de serem desrespeitados nas suas ações do cotidiano, ainda eram forçados a realizarem outras formas e maneiras de ações no dia a dia que refletissem a vida daquele chegante desconhecido: o europeu. “A hipótese é que as diferenças culturais entre os grupos perderão progressivamente importância no decorrer das gerações, sob o efeito das forças universalizantes que agem por meio da escolarização e da cultura de massa.” (POUTIGNAT, 2011, p.68). Como exemplo marcante nessas modificações, estão a religiosidade com o caráter de “civilidade” e o processo de “miscigenação do embranquecimento”, tornando-os caboclos. Além disso, “Entre vários outros direitos, os donatários poderiam também: escravizar nativos para seu serviço e de seus navios; enviar para Portugal até 39 escravos indígenas por ano, livres dos impostos cobrados na alfândega real.” (BUENO, 1999, p.89-90). Missionários, fazendeiros e sesmeiros, militares, representantes da Coroa e cidadãos, todos eram superiores aos índios. A condição de índio poucas vezes era respeitada.

As relações e cartas missionárias oferecem informações preciosas para entender-se a complexidade dos vínculos entre missionários, indígenas e poder colonial, principalmente no que diz respeito à conceptualização dos índios e à gestão do território, oferecendo exemplos extraordinários da precariedade dos equilíbrios, em contínuo processo de reajuste e rearticulação. (OLIVEIRA, 2011, p.270).

Documentos oficiais também garantiam o respeito e direito dos índios. A afirmação da liberdade e de primeiros possuidores das terras revela que também existiam diferenças sobre a segurança desses que, na grande maioria das vezes, não reconheciam a sua posição e seus direitos legais.

“... os gentios são senhores de suas fazendas nas povoações, como o são na Serra, sem lhe poderem ser tomadas, nem sobre ellas se lhes fazer moléstia ou injustiça alguma, nem poderão ser mudados contra suas vontades das capitanias e lugares que lhes forem ordenados, salvo quando elles livremente o quizerem fazer...” (Carta Régia, 10/09/1611)¹⁴ (BARBIERI, 2008, p. 58).

¹⁴ Trecho das Cartas Régias, de 1609 e 1611, afirmando o domínio indígena alocadas nos aldeamentos, segundo CUNHA, Manuela. **Manuela Carneiro da Cunha. Os direitos do índio, ensaios e documentos.** Brasília:

Fazer cumprir a lei por parte dos representantes dessas ordens em um território ainda desconhecido e com recursos mínimos não era uma tarefa fácil. Representar a lei em sua total forma e rigor tinha as suas reais dificuldades. Mas outra questão que se manifestava na época era a própria aprovação da lei nos rincões do sertão. O principal exemplo foram os motins de 1736, ocorridos em função da discordância de impostos cobrados pela Coroa. Não diferentemente acontece com as leis impostas as questões indígenas. O desrespeito era muitas vezes comum nas condições de imposição da metrópole sobre a colônia.

Em 1629, o regimento das novas praças conquistadas asseverava que os nativos permanecessem livres da escravidão. Esse princípio nem sempre foi respeitado, embora o governo de Nassau e o Conselho dos xix tivessem a preocupação de criar aliados nativos. Ambos culpavam a ‘diabólica cobiça da inconstante riqueza’, responsável pela evidente exploração dos índios. (RAMINELLI, 2011, p.59).

As terras tradicionais, por serem uma reivindicação constante em todos os aspectos, no que diz respeito aos índios, acabam sendo incorporadas à legislação. A base do solo como fonte primária da alimentação está associada aos seus usos tradicionais, que são reconstituídos por gerações. Além dessa condição tradicional, é importante destacar o quando o aspecto religioso é voltado para as tradições num dado lugar ou território. São os denominados terreiros na condição dessa religiosidade e seus mitos ancestrais.

Referindo-se ao Alvará Régio de 1º de abril de 1680, lembra que este já reconhecia aos índios tanto as terras onde estavam quanto as do sertão. Assim, “terras ocupadas tradicionalmente” não significa ocupação imemorial, isto é, aquelas de ocupação contínua e estável, desde tempos imemoriáveis. (LADEIRA, 2008, p.93).

Diferente dessas condições negativas, a Reforma Pombalina em Portugal também mudou a condição do nativo nas terras conquistadas. Muitas iniciativas foram tomadas em relação às condições da colônia. Aos missionários foi negada a permanência para a catequização dos índios. Na condição duvidosa dos missionários nos currais do sertão, essa ação pombalina gerou ainda uma maior incerteza de como e quantos jesuítas realmente

deixaram a sua catequese. Esse período coincide com as Missões de São João em Minas Gerais, momento de ausência de registros documentais para a devida comprovação. Indo em busca desse dado, recorreremos aos padres capuchinhos em Salvador e obtivemos a informação de que naquele período eles não exerciam as atividades, sendo que muitos retornaram para a Europa. Além disso, também não sabiam se os jesuítas chegaram tão longe no rio São Francisco, pois destacava-se a presença deles no sertão, baixo rio.

De todas as medidas legais ficou famoso o regimento aprovado em 1758, que regulamentava as últimas leis promulgadas pelo governo Marquês de Pombal em favor dos índios. Essa legislação reconhecia os índios livres, sem nenhuma ressalva; ordenava que se lhes restituísse o uso e gozo de seus bens; dava preferência para ocupar os cargos públicos aos mestiços de branco e índio; proibia apelidá-los de caboclo ou negro. Essa legislação também retirava dos missionários todo poder temporal sobre os indígenas; estes ocupariam os cargos locais em suas respectivas aldeias. (MELATTI, 2007, p.250).

“Desde o fim do século XVII, poderíamos coincidir os aldeamentos com os territórios originais dos índios, dados por título do indigenato, sendo que as terras e aldeamentos foram consideradas pelas Lei das Terras, destinada à doação aos índios.” (BARBIERI, 2008, p.49). No contexto histórico, as terras indígenas sempre foram contestadas. O processo de adaptação à civilização desses nativos tornou-se também difícil. A postura do Estado frente ao índio sempre foi imparcial, assim como também o foi a relação da sociedade, dos jesuítas e da Coroa em relação a eles. “Depois da independência do Brasil, não mais se permitiu a luta contra os índios, mas ela continuou sendo feita por iniciativa dos particulares, que desafiavam as proibições governamentais.” (MELATTI, 2007, p.241).

Sobre as terras, a legislação que marcou a determinação sobre suas futuras posses e que reafirmou a postura do Estado sobre elas foi a Lei nº601, conhecida como a Lei de Terras de 1850. A regularização fundiária no país, já independente, foi um passo determinante na organização espacial do mesmo. Com relação aos índios pode-se observar, em seu texto, o “Decreto imperial de nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamenta a Lei de nº 601 de 18 de setembro de 1850 – Art. 72: ‘Ficam reservadas as terras que ocupavam, necessárias a

sua sobrevivência, seu usufruto, sem poderem aliená-las”. (CARINI, 2005, p.168). Mas também de forma diferente pode-se observar o uso da lei de outra maneira: “[...] uma interpretação de má-fé desse documento legal levou as províncias a considerarem os moradores desses antigos aldeamentos não mais como índios, e suas terras, como devolutas e passíveis de serem vendidas a terceiros”. (MELATTI, 2007, p.41). No contexto geral, a Lei promoveu um avanços significativos, uma vez que estruturou o regime de divisão de terras, legitimando-as. Em casos em que o tempo histórico de domínio dos bens gerava polêmica sobre a origem do dono, fazia-se uma Cadeia Dominial, retrocedendo ao domínio de 1850, chegando até a atualidade. Em seu conteúdo, pode-se identificar o texto:

Dividiu as terras em duas categorias: uma constituída pelas terras públicas, que pertenciam ao Estado; a outra pelas terras particulares, provenientes de um título legítimo de propriedade ou de uma simples posse legalizada. As terras expressamente concedidas aos índios foram consideradas como terras particulares. (MELATTI, 2007, p.251).

“Com a chegada do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) por volta de 1950, tentou-se disciplinar o acesso a terra em favor dos índios, em especial evitando-se o cercamento de ‘terra solta’ pelos não índios.” (OLIVEIRA, 2011, p. 531). Na Constituição de 1967, no Art. 186: “É assegurada aos silvícolas a posse das terras que habitavam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas e de todas as utilidades existentes”. (CARINI, 2005, p. 169).

As terras indígenas ou consideradas de posse dos índios pertencem à União e essa tônica passou a ter outra questão como entrave, pois o conceito ou definição de índio passou ser questionado em muitos dos casos por todo o país. Muitas são as visões contrárias sobre o que é ser índio e qual o seu direito. Em pesquisas antropológicas pode-se compreender os seguintes critérios: “[...] o critério racial, o cultural e o antropológico, teríamos o melhor critério de identificação legal do índio: o da identificação por si mesmo, e, portanto, só a própria comunidade decidiria quem seria e quem não seria membro da comunidade.” (BARBIERI, 2008, p. 39).

Reconhecidos o direito e a legitimidade do índio, passa-se a discutir de forma contundente outros aspectos como a questão agrária. A condição do Estado sobre o índio em criar a tutela de proteção e emancipação assim são caracterizados como: “[...] três diferentes itens na tutela, de tal modo vinculados que a suspensão do primeiro implica na suspensão dos demais: a) incapacidade relativa a certos atos; b) posse coletiva e usufruto da terra; e c) identidade indígena”. (MELATTI, 2007, p.272). Diante de tantas configurações jurídicas legais, a história dos índios e das terras aponta elementos semelhantes e associados, pois inferir sobre a legalidade de um pode, de maneira expressiva, contribuir para o julgamento do outro. Em específico não se desvincula o índio de suas terras. Na Lei nº 6001, que ficou conhecida como o “Estatuto do Índio”, em 1973, pode-se observar que:

A postura do governo brasileiro com relação a esta questão pode ser percebida, na teoria, como dúbia e, na prática, como claramente definida. O Estatuto do Índio, como é conhecida a Lei 6.001 de 19.12.1973, no seu artigo 1º, manifesta a clara intenção de preservar a cultura indígena e, simultaneamente, integrá-los à sociedade nacional. Parece-nos que estas duas intenções são inconciliáveis, pois só ocorre a integração quando se processam transformações na cultura indígena. Como a preocupação em preservar a cultura indígena não passa de uma intenção, a ação da sociedade nacional, representada pela atuação do órgão tutor, se desenvolve no sentido de interferir e modificar a cultura indígena, para aproximá-la do nosso modelo de sociedade e cultura. (PARAISO, 1987, p. 10).

Ainda na mesma lei, no “art. 25: o direito dos índios sobre as terras que ocupam independe do ato administrativo de demarcação que se torna um dever do Estado em virtude do reconhecimento de direito preexistente”. (LADEIRA, 2008, p.92).

Um Estado-Nação é essencialmente formado de três elementos: 1. o território; 2. um povo; 3. a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania. (SANTOS, 2004, p. 232-233).

Passados exatos 15 anos, a Constituição de 1988 traz em seu texto uma ampla condição sobre o índio e suas terras tradicionalmente ocupadas. Aspectos especificados nos artigos, 231 e 232, “[...] outorgou amplos poderes ao Ministério Público Federal (MPF) para defender os direitos dos indígenas perante os tribunais, determinando que os grupos indígenas podem, por si mesmos, promover ações judiciais”. (LINO, 2005, p. 41).

No novo sistema positivo, existe o reconhecimento da capacidade indígena, que agora pode ingressar em juízo na defesa de seus direitos, sem depender da intermediação. Saímos do paradigma da tutela indígena “protetiva” para o paradigma constitucional de proteção dos interesses indígenas, o que é completamente diferente. (BARBIERI, 2008, p.105).

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais em países Independentes, que aconteceu em 1989 em Genebra, foi ratificada no Brasil em 2004, sendo esse signatário desde 2002.

Concluindo, entendemos que a contribuição da Convenção nº 169 desempenha um papel de mudança porque definiu a importância de se preservar a dignidade da pessoa humana do índio, à medida que dimensiona muito bem os critérios de comunidade nacional e sobrevivência da cultura e diversidade indígena em todos os níveis, numa integração natural e progressiva, primando pela busca da dignidade, da utilidade social e da iniciativa do indivíduo, [...], procurando ainda evitar o estágio de segregação do índio. (BARBIERI, 2008, p.44).

As políticas públicas têm um avanço no âmbito nacional e internacional. A ONU declarou o período 1994-2004 como a Década Internacional dos Povos Indígenas. Em 2007, entra em vigor a Lei 6.040 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais e também a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas, que traz em seu primeiro artigo: “Os indígenas têm direito, a título coletivo ou individual, ao pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos pela Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o direito internacional dos direitos humanos”. (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p.6)¹⁵.

Assim, diante de parte da história da legislação sobre indígenas no Brasil, reconhecem-se também alguns pontos determinantes sobre a questão fundiária, para melhor compreender os processos atuais em estudo.

¹⁵ Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf> em 10.12.2012. Acesso em: Dez, 2012.

2.4 Conflitos: terras, índios e territórios

Reconhecidos o contexto da história do índio no Brasil e o direito dos índios, torna-se importante destacar elementos da atualidade os conflitos de terra com povos indígenas no país.

O número de conflitos não é um dado relevante para estudo quantitativo e sim qualitativo do contexto da história desses povos e, principalmente, para o próprio Estado que se apresenta como ator principal, tão quanto os povos.

O cenário crítico vem sendo debatido e os avanços são paulatinos e com pouca superação em muitos casos. Poucos são os dados positivos sobre os conflitos, já que envolvem um contexto social de muitos atores ao longo de muitos anos.

Estar sobre o domínio da terra, ter o território é o principal elemento. Porém, outros elementos vêm agregados com a terra, como a posse, a questão ambiental, a mineração, a agricultura e os recursos da água e a cultura.

Com relação à posse, temos, no palco, os atores representativos do Estado: os povos indígenas, fazendeiros, meieiros, grileiros, os posseiros e empresas.

Na questão ambiental, temos o Estado, que aparece como criador de territórios, como é o caso de Unidades de Conservação – UC, federal, estadual e municipal que, às vezes, são sobreposições territoriais, multiterritorialidades, ou áreas limítrofes. A criação de órgãos na conservação e fiscalização gera empecilhos conflitantes em muitos casos de populações e Unidades de Conservação. Muitas são as Organizações Não-Governamentais (ONG) que politizam de maneira exacerbada os atores que compõem os conflitos, principalmente na tônica da preservação e conservação; no caso específico com ativistas “verdes”. As empresas exploram grandes áreas com monoculturas, reterritorializando ou desterritorializando. As populações tradicionais associam seus saberes históricos com a sustentabilidade atual. Os

biopiratas transportam clandestinamente nossas riquezas biológicas. Todos esses atores acabam por influenciar de forma direta e indiretamente gerando conflitos.

Na mineração, os exploradores regulares e clandestinos constituem um dos atores que causam impactos imateriais e materiais muitas vezes irreversíveis. O subsolo é um bem da união, assim como as terras indígenas. O ato minerário em terras indígenas apresenta muita polêmica, o que constitui também outros debates sobre o uso e ocupação do solo.

Na agricultura, o avanço de algumas espécies de cultivo, como a soja, vem apresentando impactos de diferentes ordens. Tome-se como exemplo o avanço das áreas de plantio, que ocasionam consequências para o solo como monocultura. O capital gerado pela produção também é outra questão, uma vez que gera grande atrativo, desestabilizando a cultura de subsistência dos indígenas. O agronegócio disputa cada metro e hectare de terra com os índios.

No recurso da água, o debate é ampliado, pois se trata diretamente do vínculo com a terra e a sobrevivência de vários grupos. Além das condições naturais do uso indiscriminado das fontes de água e das condições naturais do clima, muitas nascentes são destruídas com o impacto das grandes lavouras. A água, além de ser um bem material, é para os índios também imaterial, pois nela eles mantêm relações com a sua cultura ancestral e religiosidades. Muitas etnias apresentam a água como elemento de vida. Assim, com a terra, uma parte é complemento da outra.

Por fim, na cultura. É nela que o enfrentamento transfigura, pois todas as condições discutidas sobre a terra e os atores envolvidos transformam a história ou parte dela. “Toda cultura é fragmentada, contestada internamente e possui fronteiras porosas. A busca de identidade representa uma luta existencial desesperada para criar um estilo de vida que pode ser sustentado pelo menos por um breve momento.” (KUPER, 2002 p.302).

A modificação cultural de uma etnia não significa romper com suas raízes, mas sim buscar maneiras para melhor solidificar seus traços culturais frente às condições impostas pela modernidade. O fenômeno da etnogênese é o principal caso.

Marcadas tanto positivamente quanto negativamente pelos avanços da sociedade moderna, torna-se importante esclarecer as principais condições legais das terras no país:

Com o passar dos anos, a complexidade do reconhecimento dos direitos territoriais indígenas está aumentando. Territórios indígenas integralmente ocupados por ele são cada vez mais raros. Grande parte dos trabalhos de identificação e delimitação trata de reconstituições de territórios esbulhados, hoje intensamente ocupados e/ou invadidos por não índios. Grandes territórios indígenas desimpedidos de interesses fundiários e potencial conflitivo são hoje praticamente inexistentes. (SCHETTINO, 2005, p. 147)

“A regularização fundiária de terras indígenas é um processo, composto atualmente por cinco fases, quais sejam, identificação, delimitação, demarcação, homologação e registro.” (CHAVES, 2005, p.138). De maneira específica, as fases são divididas:

As fases do procedimento demarcatório são definidas por ato do Presidente da República e atualmente consistem nas seguintes situações:

- **Em estudos:** realização de estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a delimitação da terra indígena;
- **Delimitadas:** terras que tiveram a conclusão dos estudos publicados no Diário Oficial da União pela FUNAI e se encontram em análise pelo Ministério da Justiça para expedição de Portaria Declaratória da Posse Tradicional Indígena;
- **Declaradas:** terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória e estão autorizadas para serem demarcadas;
- **Homologadas:** terras que foram demarcadas e tiveram seus limites homologados pela Presidência da República;
- **Regularizadas:** terras que, após a homologação de seus limites, foram registradas em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União; e
- **Reservas indígenas:** terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que não se confundem com as de posse tradicional e, por esse motivo, não se submetem aos procedimentos anteriormente descritos. (IBGE, 2010, p.16).

Os Xakriabá no contexto atual apresentam a homologação tanto da Terra Indígena Xakriabá (TIX) quanto da Terra Indígena Rancharia (TIR), perfazendo um só território. Outras ainda se encontram em estudos, tendo como exemplo a parte reivindicada conforme o mapa 3 apresentado na introdução, objeto desse estudo e áreas de retomadas.

Esse quadro explicativo e legal das fases demarcatórias das terras muitas vezes é o principal agente de conflitos em função de suas etapas apresentarem demora. Também é

marco conceitual que aglutina os conhecimentos no campo jurídico e o antropológico. Essas duas perspectivas são fundamentais no estabelecimento do contexto de “pacificação” sobre as terras e sua história. Para melhor compreensão de forma quantitativa da questão, torna-se importante desenvolver uma análise qualitativa dos problemas. Essa constituição qualitativa sobre cada uma das terras expressas e suas condições fundiárias representa um esforço dos diversos atores do processo. Esse esforço representa “abrir mão” de conquistas anteriores ou mesmo da história de cada um desses atores, ou às vezes do reconhecimento de “erros históricos” cometidos pelo Estado ou a sua omissão em resolver as questões.

A tabela a seguir identifica, a partir dos valores numéricos, uma realidade que vem sendo colocada em prova dentro do processo histórico, legal e ético. O número total de 505 terras, que pode chegar a 687 com os estudos e delimitações, demonstra as dificuldades pertinentes ao processo. A diferença dessas 182 terras que possuem problemas a serem resolvidos demonstra o quanto é necessário atribuir valores para a questão fundiária, especificadamente a indígena no país. Assumir como valores reais dentro do processo jurídico de demarcação é uma difícil tarefa do judiciário. Essas terras ainda estão susceptíveis a uma decisão final, pois faz-se necessário aprofundamento de estudos detalhadas para uma decisão final. Destaca-se o processo de aquisição de reserva indígena. O território construído pelo Estado em forma de reserva, apesar de vir solucionar grande parte do problema territorial, deixa a desejar, uma vez que não cumpre de maneira real as condições naturais colocadas pelos povos indígenas sobre o seu território e principalmente sobre as suas territorialidades. As territorialidades indígenas estão configuradas no processo histórico e cultural de cada uma das etnias, marcadas com resistência do povo.

Tabela 1 – Número de terras indígenas e superfície, segundo a situação fundiária – Brasil – 2010¹⁶

Situação Fundiária	Terras Indígenas	
	Número	Superfície (ha)
Declarada	49	2 689 068
Homologada	27	4 761 768
Regularizada	405	99 240 743
Em processo de aquisição como Reserva Indígena	24	48 347
Total (1)	505	106 739 926

Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

(1) Exclusive as TI Quixabá Fazenda Pedrosa e TekoháItamarã.

Nota: Contabilizando as terras em estudo e as delimitadas, as terras indígenas passam a 687, com superfície total de 108 629 852 ha.

Fonte: IBGE, 2010.

A capacidade do Estado em solucionar os problemas fundiários é de fato burocrática. Situação essa que possibilita inúmeras críticas envolvendo instituições diversas, como é o caso do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Anistia Internacional, entre outras.

Em 1991, o presidente Fernando Collor de Mello promulgou o Decreto nº 22/91, concedendo poderes virtualmente imperiais à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para realizar a demarcação de terras indígenas por meio de procedimentos arbitrários e ditatoriais, sem direito à argumentação contrária, nos quais os laudos elaborados pelos antropólogos se sobrepunham a todas as demais opiniões. (LINO, 2005, p. 41-42).

A crítica sobre o trabalho dos antropólogos vem sendo cada vez maior no que tange ao reconhecimento das terras. Esforços contrários aos índios têm sido realizados pela classe ruralista e aliados para impedir a posse de terras para os índios. Em específico, destaca-se a solicitação feita à Advocacia Geral da União (AGU), do Decreto 303, que retiraria o poder da Justiça e passaria para o governo. O intuito seria agilizar os processos de terras, não

¹⁶Tabela extraída do documento do IBGE: **Censo Demográfico 2010 – Características gerais dos indígenas – Resultados do universo. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012**, p.17. Disponível em: <www.ibge.org>. Acesso em: Dez, 2013

consultando os índios. Ao contrário, também pode-se identificar vários movimentos em prol dos povos indígenas, entendendo esse decreto como inconstitucional.

O acirramento da “batalha” sobre as terras chega ao Supremo Tribunal Federal (STF)¹⁷, que julga anulação de títulos de terras no sul da Bahia, levando, assim, ao reconhecimento das terras tradicionais de algumas etnias.

Outra forte corrente de pensamento indigenista volta-se para a defesa dos índios não aldeados, entendidos como aqueles que estão nas cidades em busca de qualidade de vida, em fuga das violentas ações no campo ou buscando por justiça nos grandes centros urbanos. Muitos são reprimidos em periferias e favelas, petrificando problemas existentes nas suas aldeias, necessitando de saúde, educação e infraestrutura.

Também as relações entre índios e nãoíndios não têm necessariamente que conduzir à assimilação daqueles por estes. O trabalho nas fazendas ou nas cidades, o serviço militar, o título de eleitor, a aposentadoria rural, a busca de atendimento médico, a instrução escolar, a afiliação a igrejas cristãs, certamente contribuem em muito na modificação de cada cultura indígena, mas não logram sempre alcançar o abandono da identidade de cada povo. (MELATTI, 2007, p.79).

A cartografia do processo dos não aldeados vem sendo configurada como um processo de desterritorialização.

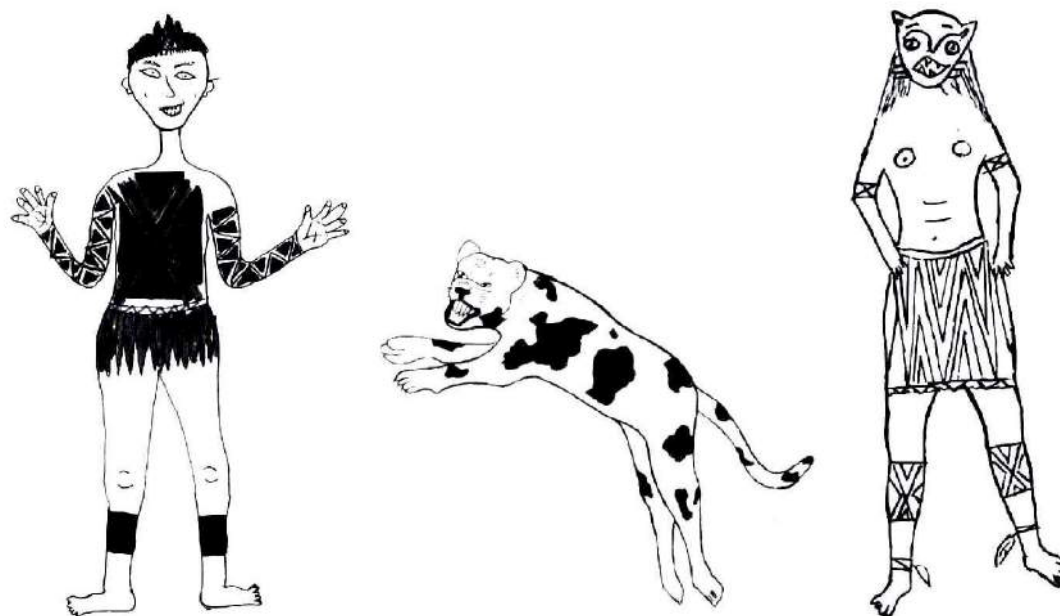
Assim, de maneira geral, faz-se o reconhecimento de parte do processo histórico dos conflitos na atualidade. O Brasil apresenta essa realidade dual quando se olha para o povo e para a questão fundiária. Percebe-se um país que ainda está por reconhecer os seus povos e direitos. Ainda por construir políticas emancipatórias sólidas, permite ao seu povo assumir o seu processo histórico na história como reflete Hobsbawm:

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, uma componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. (1998, p. 22).

¹⁷O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou parcialmente procedente a Ação Cível Originária (ACO) 312, que discutia a anulação de títulos de propriedade de terras localizadas na área da Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, no sul da Bahia. A Funai (Fundação Nacional do Índio), autora da ação, alegou que a área é ocupada desde tempos remotos pelos índios Pataxó-hã-hã-hã. Por maioria, os ministros consideraram nulos os títulos de propriedade localizados dentro da reserva.

Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206458>>. Acesso em: 10 dez. 2012

O índio não aldeado passa pelo processo de desterritorialização, com perda de suas relações culturais com a aldeia de origem, além de ficar exposto à violência urbana. Esse indivíduo passa a ser pouco assistido pela FUNAI, em função da não comprovação residencial, além de sofrer diretamente e às vezes sozinho o não reconhecimento dos cidadãos que vivem nas cidades.



1

PARTE II

3 ETNIA XAKRIABÁ: UM MUNDO DE ALDEIAS, O SEU TERRITÓRIO

¹ Representação da religiosidade ancestral Xakriabá, a “Onça Yayá Cabocla”, que protege o território.(BAETA, 2005, p. 136-137).

PARTE II

3 ETNIA XAKRIABÁ: UM MUNDO DE ALDEIAS, O SEU TERRITÓRIO

*“Das palavras mais bonitas o Rosalino falou:
‘Eu prefiro ser adubo mas sair daqui não vou’.
Ele morreu pra ser adubo pra justiça da fulô”²*

*“Onde estão hoje os pequot? Onde estão os narragansett,
os moicanos, os pokaket, e muitas outras tribos outrora
poderosas de nosso povo? Desapareceram diante da
avareza e da opressão do Homem Branco, como a neve
diante de um sol de verão. Vamos nos deixar destruir,
por nossa vez, sem luta, renunciar a nossas casas,
a nossa terra dada pelo Grande Espírito, aos túmulos,
de nossos mortos e tudo que nos é caro e sagrado?
Sei que vão gritar comigo: “Nunca! Nunca!”³*

3.1 Introdução

O capítulo 3 dedica-se inteiramente a apresentar o povo Xakriabá, por meio das relações empíricas vivenciadas em campo, assim como nos outros demais capítulos subsequentes. Nele, passar-se-á a reconhecer muitas das estratégias de luta desse povo, o que favorece o conhecimento dessa população tradicional. Para tanto, procurar-se-á afirmar parte do objeto de pesquisa, uma população centenária com *ethos* e *eidos* ancestral e amparados pela cultura numa cosmovisão religiosa que também ao longo dos anos se transformou sem perder a sua essência. Dentro dessa realidade, identificaremos os índios como parte da formação do território do norte de Minas, principalmente no que tange à sua miscigenação e embranquecimento étnico que se tornou causa maior de conflitos entre posseiros e Estado.

² OLIVEIRA, José Nunes; OLIVEIRA, Domingos N. **O tempo passa e a História Fica**. Belo Horizonte. SEE-MG/MEC, 1997, p. 31.

³ Epígrafe de TECUMSEH, dos Shawnees. In: BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**. São Paulo, Círculo do Livro, 1974, p. 19.

No “3.2 Historicidade do povo Xakriabá: vínculo com a terra tradicional”, a sua trajetória será descrita. No “3.3 Os Xakriabá: toré, vida de aldeias”, serão expostos elementos da vida atual desse povo, a vivência da resistência no cotidiano das aldeias. É nesse cotidiano que o *continuum* se faz presente na ação e ato territorialar. É com o povo que o território se configura em sua essência material e imaterial, por meio das territorialidades e das multidimensões cultural, político e ambiental.

3.2 Historicidade do povo Xakriabá: vínculo com a terra tradicional

Então povos desconhecidos no século XV, após o “descobrimento” pelos colonizadores europeus ou “achamento”, como querem muitos historiadores, os índios tornam-se fonte de cativo e mão de obra. Ao negar o cativo, muitos perderam a vida e adentraram-se ao espaço colonial que logo passou a ser dominado pela Coroa Portuguesa. A Coroa reconheceu o “saber” que o índio tinha sobre o território, suas maneiras de se articular com o espaço físico territorial totalmente inóspito para os chegantes. Os povos Xakriabá apresentam uma história no território brasileiro não muito diferente de todos os demais indígenas que resistem desde a chegada do europeu em 1500. A visão indígena de natureza vai além da concepção de “paraíso” para os que queriam colonizar. Os portugueses empregam as entradas e bandeiras. Com esses serviços, as entradas paulistas e mineiras tiveram uma enorme contribuição na constituição do território. Existe registro dos povos indígenas que ocupavam o interior da Bahia e o norte de Minas por volta de 1553-1555, descrito pelo Padre Jesuíta João Aspicuelta Navarro, Capitão da Entrada de Francisco Bruzza de Espinoza, identificados como Tapuias, conforme Almeida (2006, p. 11).

Os índios denominados Xakriabá, que foram ligados aos Xerentes e Xavantes pelo tronco linguístico, são utilizados como matéria para os conflitos entre outras nações mais

agressivas segundo a concepção dos portugueses. Diante do processo histórico, o primeiro contato entre os Xakriabá e as entradas e bandeiras na porção de ocupação do Alto Médio São Francisco se dá perante conflitos nos quais, segundo Vasconcelos (1974, p.113), “os selvagens foram exterminados na maioria, e o resto, que foi aos milhares, como rebanho, partilhado entre os vencedores”. Outra versão é colocada por Ribeiro (2005, p.135), quando ele cita Amaro (1913, p.181), que diz: “a primeira menção àqueles dois povos data de 1628, quando o português Nicoláo Aranha Pacheco e vários companheiros localizaram-se no Rio S. Francisco, e lutaram contra os Índios Acroás e Chicriabús, que habitavam os rios Preto e das Éguas”. Nessas décadas do século XVII, muitas eram as tentativas de aberturas dos novos caminhos no sertão sanfranciscano, ligando o Recôncavo Baiano até as áreas minerárias, na última década desse século.

Por todo o litoral e por todo o sertão, existiam os nativos, contados em memórias pelos naturalistas em seus relatos. No interior, sobre as margens dos caudalosos rios, muitas eram as comunidades que formavam grupos étnicos. Eurípedes B. de F. e Abreu (1992) escreveu:[...] ao Akroá viviam entre a região dos rios Tocantins e São Francisco, os Xerente e Xavante eram senhores absolutos do alto rio Tocantins. Já os Xakriabá (Shcacriabá ou Schicriabá), dominavam o território das nascentes do Paranaíba até o médio São Francisco (ABREU, 1992, p.93)⁴. Essa afirmação é parcialmente compartilhada com outros trabalhos e estudos. As lacunas históricas muitas vezes se ampliam com cada nova descoberta sobre as populações indígenas, assim como se completam ou reafirmam. Nesse caso de Abreu (1992), a reafirmação é parcial e amplia a incompletude de dados e informações:

⁴ SILVA, Cleube Alves da. **Confrontando Mundos**: os Xerentes, Xavante, Xakiabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851). 2006. Dissertação (Mestrado em) – UFGD, Dourados, MS, 2006, p. 54.

Os Akroá faziam parte da família Jê e a língua falada era a Timbira. Alguns antropólogos e historiadores afirmam que os Akroá pertencem ao povo Akwen, junto aos Xakriabá, os Xavante e os Xerente, no entanto a documentação pesquisada em arquivos portugueses e brasileiros confirma a tese de Beatriz Dantas de que eles cabem ao povo Timbira, junto aos Guenguê e os Jaicó do sul do Piauí (Dantas, Sampaio e Carvalho, 1992; Monteserrat, 2000) (OLIVEIRA, 2011, p.146).

A presença desses povos no litoral, marcada por conflitos, dinamiza-se no interior. A forma de vida reconhecida em outros espaços paisagísticos trouxe outras formas de vida e saberes, adaptadas ao longo dos anos e das movimentações. As constituições de fazeres sobre novos terrenos, novas vegetações, trouxeram para as etnias uma riqueza aprofundada no manejo desses lugares, reconhecidos como os biomas descritos.

A distribuição de povos indígenas pertencentes ao Tronco Linguístico Macro-Jê pelas áreas tropicais do interior do Brasil, onde predominam os ambientes abertos, que constituem o Cerrado e a Caatinga, aponta para uma identidade entre aquele grande conjunto cultural e estes biomas. (RIBEIRO, 2005, p. 92).

Esses novos espaços são também afirmados como um aspecto próprio da mobilidade em tempos mais tardes.

As fontes relativas aos aldeamentos na região do São Francisco entre os séculos XVIII e XIX mostram um quadro de extrema mobilidade indígena na região. Longe de remeter apenas a um processo de dispersão de grupos devido a pressões externas, essa mobilidade traduz práticas culturais e estratégias políticas de sobrevivência que passavam pela “fuga”, pela articulação com outros grupos ou pela ocultação de visibilidade enquanto índios. (OLIVEIRA, 2011, p. 268).

Muitas são as controvérsias sobre a origem oficial ou mesmo o primeiro lugar ocupado pelas diferentes etnias e nem sempre se consegue comprovar a veracidade dos fatos, já que muitos foram os ataques e guerras entre os nativos. “O bravió, por sua vez, é representado em incursões militares, chamadas de *guerras justas*, ou conduzido como *cativo* para o uso, dito temporário, da escravidão indígena.” (OLIVEIRA, 2011, p.13). E muitos foram os deslocamentos, expropriação territorial vinculada a inúmeros motivos. Em dados generalistas, pode-se entender que o tempo, de forma direta e indireta, e as forças contrárias às políticas

indigenistas transformaram os índios no que conhecemos e muitas vezes ainda desejamos que seja. “O índio colonial só aparece em fazendas ou aldeias missionárias, ou seja, em via, portanto, de tornar-se indistinto de trabalhadores e de cristãos.” (OLIVEIRA, 2011, p. 13). “Já o indígena real se caracteriza pela perda cultural e pela condição de miséria.” (OLIVEIRA, 2011, p. 14).

O mapa de Minuendaju (1987) é uma das mais reconhecidas e importantes fontes literárias de levantamento desses povos. No documento⁵, pode-se observar setas indicativas de movimentos e ocupações. No mapa, verificam-se as localizações datadas respectivamente. Os Xakriabá situam-se, de forma geral, nas proximidades dos afluentes da margem direita do rio Tocantins e afluentes da margem esquerda do rio São Francisco, e as datas trazem a memória informativa de 1751-1756 e as demais indicações grafadas secularmente, no caso no século XVIII. É importante destacar que muitos estudos trazem elementos da presença e ocupação na região hoje denominada de Triângulo Mineiro - parte do Sertão da Farinha Podre, como é reconhecido o lugar na história bandeirantista e de ocupação mineraria. O mapa a seguir confirma o movimento do grupo da região de Goiás para Minas Gerais.

⁵ Sobre a pesquisa documental, o autor visitou a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e conseguiu mapas do século XVI e XVII, hoje já disponíveis em *site* da própria entidade. Já no arquivo Ultramarinho, no Arquivo Público Mineiro na cidade de Belo Horizonte copilei informações documentais de 173...?; sobre mando de militares aos Xakriabá. O documento encontra-se em posse do autor, mas a sua tradução não foi totalmente esclarecida em função da grafia da época. Ainda na busca de documentação que preenchesse a lacuna temporal que mencionasse os Xakriabá, tive a oportunidade, em reunião da APOINME no Recife-PE, visitar a Arquidiocese de Pernambuco, pois as terras do lado esquerdo do São Francisco na época eram dessa capitania. Infelizmente, a diocese enviou os documentos para os capuchinhos em Salvador. Em contado com essa ordem, fui informado que a documentação pode existir ou não, sendo que muito material ainda está por ser catalogado e arquivado.

movimentos populacionais indígenas por três motivos básicos: o primeiro por questões socioespaciais entre os próprios grupos étnicos, pois estavam “sempre em guerra”; o segundo por fatores climáticos, sendo principalmente as longas secas; e o terceiro por pressões e ataques, explorações e ocupações dos portugueses.

Neste percurso, aldeamentos e fugas, combates com vitórias ou derrotas, alianças ou recusa de convívio com os luso-brasileiros levaram Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá, cada grupo de modo diferente, a reconfigurarem seus espaços de habitação, provavelmente seguindo um modelo de interpretação que suas respectivas particularidades culturais lhes informavam. (SILVA, 2006, p. 136).

Mesmo em grandes distâncias, os deslocamentos eram realizados, o que possibilitou observar que muitas das etnias já viviam em pequenos números em constante movimento, no caso dos seminômades. O exemplo de deslocamento e ocupação é visto segundo Silva:

A ocupação Akroá e Xakriabá teria ocorrido dentro de um movimento leste-oeste de recuo destes grupos fugindo do contato com os conquistadores luso-brasileiros, os primeiros dos sertões de Gilbués, no Piauí, e os segundos da margem direita do Rio São Francisco, em Minas Gerais. Ambos tinham sido desalojados de seus territórios tradicionais pelas frentes de ocupação pastoril em processo iniciado no século XVII. (SILVA, 2006, p. 139).

“Para parte do vale do São Francisco, localizado no atual estado de Minas Gerais, o pesquisador⁷ indicou vários grupos: Shacriabá: entre os tributários Paracatu e Urucuia, no século XVIII; e no alto Preto, afluente do tributário Rio Grande, em 1818.” (RODRIGUES, 2000, p.110). “Os Xakriabá, do norte de Minas, que não falam mais a língua, seriam também Akuên/Jê; no entanto, estão culturalmente mais relacionados aos índios do Nordeste e ambientalmente inseridos no contexto da caatinga.” (SCHETTINO, 2005, p.167).

A cartografia nesse momento histórico dividia o que hoje é norte de Minas Gerais exatamente em três territórios, sendo o primeiro a Capitania de Pernambuco na margem direita esquerda do São Francisco; o segundo na margem direita Capitania da Bahia; e o terceiro, a própria Minas Gerais. Em alguns mapas e textos memorialistas, identificam

⁷ NIMUENDAJU. I: RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 105-172.

Pernambuco até o rio Carinhanha, o que demarcaria uma outra fronteira que seria a Capitania de Goiás a sul desse rio. É curioso que esse território já se estabelece com conflitos, mesmo na memória da formação espacial histórica do país que se povoava. Esse processo de divisão pode ser visto no mapa – 6.

Nesse período de transição entre a exploração e o povoamento, foram criados vários arraiais, vilas, povoados e fazendas. Um marco nesse contexto histórico é a fundação do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos, atual cidade de Matias Cardoso, em meados do século XVII pelo bandeirante paulista Matias Cardoso de Almeida. Muitos foram os deslocamentos tanto de tropas portuguesas quanto de índios, abrindo novos espaços pelo desconhecido sertão dos currais. O Alvará de 02 de março de 1690 permitiu a fundação de uma nova fazenda – Nossa Senhora do Amparo do Brejo Salgado –, atual Januária, de onde os índios da aldeia Tapiraçaba foram expulsos em direção ao Rio Urucuia.

Após o marcante conflito dos Emboabas, a Capitania de Minas Gerais se instaurou em 1720. O Estado se faz presente nos currais do sertão. Minas Gerais configura-se como Estado. A seca no sertão baiano proporcionou ainda essa transição de deslocamento para o então futuro território mineiro, onde se instalaram às margens do Rio São Francisco.

Foi na depressão sanfranciscana, entre o cerrado e a caatinga, que, em 1728, os Xakriabá recebem uma doação de terras intitulada “*Certidão verbum-adverbum*”, do então Januário Cardoso de Almeida, *deministrador do Índios da Missão do Snr S.João do Riixo do Itacaramby*, filho do bandeirante e desbravador de terras dos sertões gerais Matias Cardoso de Almeida.

“Certidão *verbum-adverbum*”. Uma doação⁸

Francisco Nunes Pacheco Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil Vitalício, do distrito e município de Itacarambi, Estado de Minas Gerais, Republica Federativa do Brasil, na forma de lei etc.

CERTIFICA, a solicitação de interessado, que revendo em seu cartório os livros de notas desse, em um desses de numero dez(10) as fls-38 evº, encontrou a seguinte publica forma, do teor seguinte: Publica Forma de uma doação do teor seguinte: N 11 R. 160 Pagou cento e secenta reis O P 25 de setembro de 1856 Silva Reis Januário Cardoso de Almeida Brandão deministrador dos Índios da Missão do Snr S. João do Riacho do Itacarmby Ordena o Capm Mandante Domingos Dias ajunte todos os índios tantos maxos como fêmeas Q andarem por fora pª ad-missão com zello e cuidado os que forem rebeldes fará prender com cautela parahirem para ad-missão Copio e Christão e zello, Mandando-lhe ensinar a Doutrina pellos os q-mais soberem os doutrinatos que vivão bem se cazem os Mancebados não tendo empedimento fazendo os trabalhar pª terem qí comer e não furtarem o que_ for rebelde a esta dutrina que expendo neste papel os prenderá castigará como merecer sua culpa e quando cassar algum ensolente ou levantado fará prendellos e trezellos a mª prezcª para lhe dar o castigo conforme merecer porque feito tenho ordem de qm pode para castigar e prendellos e tirar o abuso de serem bravios e espero do Sª Capm assim o faca como assim determino e do contrariopor ele e pelos mais e isco dei terra com sobra para não andarem para as fasenda alheia do Riacho do Itacaramby asima até as cabiceiras e vertentes e descanco extremado na Cerra Geral para a parte do peruaçu extremado na Boa Vista onde desagua para lá e para cá e por isso deilhe Terra com Ordi de nossa Magestade já assim não podem andarem pelas fazendas alheias incomodando os fazendeiros – missões para morada e brejo para trabalharem Fora os gerais para suas cassada e meladas. Arraial de Morinhos, 10 de fevereiro de 728 digo de 1728. Administrador Januário Cardoso de Almeida Brandão (com o sinal publico). Era o que continha na doação que me foi apresentada, qual para aqui trasladei fielmente como nella se continha e declarava, do que dou fé, isto feito, perante duas testemunhas o que fielmente foi lida e confirmada a realidade do que tudo, continha a mesma, Assignando as testemunhas e o apresentante, o presente de transpcriação de publica, isto, perante mim escrivão, que o escrevi e assigno e dou fé, em testimundo: (sinal publico) de verdade,) raso que uso em publico. Resalvo entre linha, que diz , que expendo – neste papel os prenderá, que dou fé. Eu Francisco Nunes Pacheco, escrivão de Paz oficial do registro Civil Vitalício o escrevi dou fé, e assigno. (a) Francisco Nunes Pacheco. Sobre selos; “aa”. Itacaramby, 28 de fevereiro de 1931; - Apresentante:- Salomé de Paula Santiago, testemunhas, Adolpho José de Oliveira e João Rocha. Era o que continha no livro e fls que para aqui trasladei a presente certidão de Publica Forma – *Verbum-Adverbum* e na escrita original transcrita, que consertei em datilografia o presente traslado e dou fé, em testemunho - [assinatura] de verdade. Sem selos para efeito “Social Nacional”.

Itacarambi, 5 de junho de 1969
Tabelião, Francisco Nunes Pacheco

O marco de luta pelo acesso à terra acontece através dessa demarcação, “a doação”. A configuração espacial da época fica cartograficamente dividida, pois esses índios povoavam a margem esquerda, e o arraial de Morrinhos ficava à margem direita. Desde os séculos XVI e

⁸ OLIVEIRA, José Nunes de; OLIVEIRA, Domingos Nunes de. **O tempo passa e a História Fica**. Belo Horizonte: SEE-MG/MEC, 1997, p.34.

XVII nos sertões dos currais, às margens do rio São Francisco, as terras têm sido “palco” de discursos de uso e ocupação, com posses e explorações tanto do solo como das comunidades presentes sobre ele. O Estado iniciou a reconhecer e documentar as terras, mas não reconhece de forma direta as necessidades dos indígenas, principalmente sobre o reconhecimento do território.

Muitos índios sofreram com violentas investidas, partidas dos colonizadores sobre a ótica do desenvolvimento colonial nessas novas terras.

O documento de doação também traz uma série de normas a serem cumpridas pelos índios, referentes às suas “andanças”, que deveriam ser restritas à área da missão; ao aprendizado religioso; ao casamento monogâmico; ao trabalho; ao furto; à insolência e à perturbação nas fazendas vizinhas.(RIBEIRO, 2005, p.141).

O ato de doação torna-se um marco territorial para os índios em relação ao Estado e vice-versa. Ambos demarcando o espaço, tanto de “poder” quanto “físico”. Apesar de alguns registros dos Xakriabá como índios pacificados, mencionado por Ribeiro (2005), e também de identidade étnica diferente. Muitas eram as ameaças que aconteciam com vistas à posse de seus territórios.

Em um século, na conquista dos sertões dos currais, vários foram os motins e levantes que envolveram fazendeiros e posseiros com índios aldeados e o Governo da Capitania. A Lei de Terras de 1850 infere diretamente, pois se trata da posição do Estado sobre a questão. O governo já se interessava em novos projetos que viessem desenvolver novas áreas. Sendo as margens do rio São Francisco reconhecidas como terras férteis, vários foram os incentivos para ocupação das áreas devolutas. Muitas foram as expansões e rompimentos de fronteiras na busca do almejado desenvolvimento nos longínquos sertões dos currais. Segundo Santos:

Se a declaração da Jaíba como área devoluta indica a importância da efetuação do registro das terras em 1856, o relato demonstra que tal medida foi insuficiente para impedir de ocupação da terra por pessoas de fora e/ou autoridades locais, forçando os índios a procurarem o respaldo de uma autoridade central. (1997, p.32).

Talvez por isso, em 1856, a doação de posse foi registrada no cartório da cidade de Januária e também em Ouro Preto⁹.

Em 19 de abril de 1856 foi registrada no livro paroquial de Januária a seguinte declaração: Eugênio Gomes de Oliveira por si e por todos os Índios de São João das Missões, declara que possuem desde o Riacho do Itacarambi acima até a cabeceira e vertentes e descanso (sic), extremado na serra Geral, e para parte Peruguaçu extremado na Boa Vista, onde desagua para cá, como os ditos Índios por ordem de Sua Majestade. (ALMEIDA, 2006, p.16-17).

Em 1867, São João das Missões ou dos Índios servia de aldeamento. Com a miscigenação, a área passa a ser conhecida como terreno dos caboclos. O processo de miscigenação pensado na teoria do embranquecimento é uma das mais fortes maneiras e ações contra o índio e suas terras.

Gostaríamos, ainda, de ressaltar que este questionamento da pureza de raça para as populações indígenas está, indissociavelmente, vinculado à questão da disputa da terra. Tanto é fato que as primeiras manifestações a respeito de tal assunto datam do período que segue à emissão da Lei nº 601, de 1850, e que abre franca disputa pelo domínio de terra. O resultado prático é que inúmeras aldeias, principalmente no Nordeste, são extintas pelos governos provinciais, atendendo aos interesses dos proprietários da terra, sequiosos de ampliar suas propriedades. (PARAISO, 1987, p.8).

Por volta de 1882, índios que saíam de São João das Missões foram ao governo reclamar invasões de tentativa de ocupação da área¹⁰. No ano de 1833, o presidente da província recebeu denúncia de que mais de 50 fazendeiros entraram em área destinada aos Xakriabá.

Ainda uma outra forma de alienação das terras indígenas é sua invasão por sertanejos que procuram escapar à exploração dos latifúndios. Deste modo, a própria estrutura agrária brasileira engendra desajustamentos na massa rural que se resolvem à custa do índio, tomando as poucas terras que lhe restam. (RIBEIRO, 1962, p.4).

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) era um órgão público com o objetivo de prestar assistência à população indígena do Brasil. Foi criado durante o governo do

⁹ O autor do estudo consultou os principais arquivos da cidade não encontrado nenhum documento referente. A informação conseguida foi a de que o cartório havia pegado fogo no século passado.

¹⁰ Segundo Mattos (2004, p. 124), “Algumas vezes passavam pela capital da Província indígenas provenientes do sul da Bahia, a caminho do Rio de Janeiro, onde se dirigiam pessoalmente ao Imperador para registrarem suas queixas” In: MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru, SP:EDUSC, 2004.

Presidente Nilo Peçanha no ano de 1910, e o Marechal Rondon foi o seu primeiro diretor. Em 1967, o órgão extinto foi substituído pela Fundação Nacional dos Índios (FUNAI).

Após esses anos, os Xakriabá assistiram a uma progressiva expropriação e invasão de suas terras, situação que adentrou nos anos posteriores, os próximos séculos. Muitos conflitos entre índios, posseiros e fazendeiros se instauraram. A construção de Curral de Varas por volta de 1927-1928 se dá como um marco nos conflitos, sendo vinte anos mais tarde derrubados.

O episódio, conhecido ainda hoje como “*queima dos currais*”, gerou uma onda de violência, perseguição e vingança contra os Xakriabá, que durou muitos anos e inaugurou um novo ciclo de atritos, que culminam na proibição da prática do Toré, em 1944, e do uso da língua nativa, em 1950. (SANTOS, 1997, p.52).

Na década de 1930, novas invasões ocorrem na forma de requerimentos e oficialização de posses dentro dos limites da doação do terreno, como se fossem procedimentos legais regulares. Os índios recorreram a um advogado e mais uma vez registram em cartório o termo de doação de 1728.

Nos anos 1940, novas ameaças sobre as terras doadas aos Xakriabá se concretizam, por meio da Lei 550 de 1949. Os índios perdem o controle das terras, que se tornam devolutas, passíveis de serem adquiridas por meio da Fundação Rural Mineira (Ruralminas), responsável pela regularização.

Segundo Almeida (2006), em 1971, o funcionário da FUNAI Ney Land possuía uma visão clara do litígio fundiário:

Apuramos que várias são as causas da agitação na área. Sem orientação da Funai ou do extinto SPI, nunca lá se fixaram, os remanescentes, pressionados a cano de revólver por fazendeiros, venderam ficticiamente suas posses que são legalizadas nos tabeliões das cidades. Com isso, os fazendeiros invadem a área indígena cercando as propriedades dos remanescentes obrigando-os a se retirarem com suas famílias, do que eles chamam de ‘suas terras’. Tocaías são feitas para impedir que os remanescentes cheguem a Brasília para se queixarem. (ALMEIDA, 2006, p.18-19)¹¹.

¹¹ Refere-se aos documentos do Processo 0872/99, fls.100.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) nesse período já recebia denúncias, porém somente mais tarde, em 1973, é que se instaura um posto nas terras indígenas com a tutela assistida pela FUNAI. Iniciam-se algumas demarcações, e só futuramente se enquadrarão nas homologações. Em 1976, a própria sede do posto foi invadida e metralhada por policiais civis.

A demarcação das terras só ocorre em 1978 e a homologação 9 anos depois (1987) pelo Presidente da República. Passou a ser denominada de reserva indígena dos Xakriabá, dando cumprimento ao que futuramente será declarado na Constituição de 1988. Por ocasião dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Xakriabá, instituídos pela Portaria n.º 424/E de 3 de agosto de 1978, Rancharia não foi incluída, sobrevivendo daí uma pressão fundiária sobre ela. Após esse período, muitos acontecimentos marcaram a vida dessa comunidade.

Em 1980, esse quadro de ocupação da terra, não surpreende, o acirramento dos conflitos, assim como o aumento dos níveis de tensão e violência (ameaças, invasões policiais, contratações de pistoleiros, cercamento de estradas, córregos e gerais, desmatamentos, assassinatos, tentativas de assassinato etc.).

Com a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a fiscalização sobre os recursos naturais foi então, intensificada. Muitas agropecuárias foram instaladas na região e passaram a utilizar a água de forma indiscriminada, com muitos pivôs centrais e, principalmente, o desmatando e realizando queimadas. Esse último recurso é também utilizado pelos indígenas.

Os enfrentamentos entre Xakriabá, posseiros e grileiros tornaram-se constantes. Em documento de outubro de 1985, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) registrou – por mês, nunca menos de 3 situações de confronto direto (“Violências cometidas contra os índios Xakriabá em 1985”. CIMI/Leste, 1985).

Em 1985, metade das terras eram ocupada por fazendeiros. Os excessos cometidos pelos fazendeiros representam momentos de fraqueza para os índios que lutavam pelo seu bem, a terra. Muitos indígenas venderam suas terras pela pressão constante. Alguns grupos de índios eram “atocaiados”, o que fragilizava cada vez mais as suas forças. Ao saber dos movimentos realizados entre os índios para irem até Brasília reivindicar os direitos, o “cerco” aumentou e acabou em tragédia, com a morte de lideranças Xakriabá, em 1987. O assassinato de três índios, um deles, o líder Rosalino Gomes de Oliveira, marca a retirada dos posseiros da área que é homologada em 14 de julho 1987 pelo Decreto Presidencial nº 94.608. Reconhecido como uma “chacina” do povo Xakriabá, esse tipo de fato é também encontrado em vários territórios dos estados brasileiros. Diante de movimentos pelo país em prol dos direitos humanitários indígenas, a Constituição Federal de 1988, através dos artigos 231 e 232, reconheceu de forma legal os índios e suas terras em todo o território nacional.

Nasce dentro da comunidade uma construção simbólica através do “Toré” com reivindicações e mobilizações. Dentro desse contexto, Manoel Gomes de Oliveira - o cacique Rodrigo - destaca-se como liderança. “Um ritual específico, como o Toré, acaba por receber significado muito mais amplo, a ponto de tornar-se um símbolo político dos indígenas do Nordeste.” (OLIVEIRA, 2011, p.14). Houve motivação e esperança, e assim o resgate cultural se dá pela regularização das terras. Trata-se de um momento de reelaboração cultural extremamente significativo, com o retorno do Toré.

O Decreto 98.182 de 26/09/1989 instituiu uma área de 115.236 hectares como Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu (APA), abrangendo os municípios de Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi e Januária, dentro do bioma do Cerrado. A constituição dessa Unidade de Conservação (UC), área também reivindicada pelo Xakriabá, minimizou alguns conflitos. As restrições legais sobre o uso e ocupação do solo são fiscalizadas pelo

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), hoje Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O município de São João das Missões foi criado em 21 de dezembro de 1995, sobre a Lei 12.030, a partir do desmembramento de Itacarambi. Nasce com ele um novo território municipal sem limite com o Rio São Francisco, ficando, assim, mais uma vez, a comunidade indígena sem o recurso da água. A força oligárquica regional e local se articularam politicamente contra os índios. Essa terra foi considerada a principal reivindicação dos Xakriabá, conforme mencionado no mapa 2 na introdução.

No primeiro mandato para prefeito, em 1996, a composição da chapa trouxe a presença de um índio como vice-prefeito, o cacique Rodrigão. Depois desse mandato, a prefeitura passou a ser liderada pelos índios nos três pleitos seguintes.

Em 1996, aconteceu o Programa de Formação de Professores Indígenas, articulado com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O programa viabilizou a educação nas aldeias e promoveu lideranças. A primeira turma de professores indígenas produziu um documento em forma de livro, que trouxe inúmeras ações positivas sobre a conservação e patrimônio da memória e identidade dos Xakriabá. Essas ações educacionais apresentam-se como uma forte resistência, ampliando o vínculo com a terra, pois o conhecimento do espaço territorial é fundamental no processo de reivindicações de melhorias da qualidade de vida.

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PARNA) foi decretado federal em 21/09/1999, s/nº, abrangendo o bioma do cerrado nos municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões, formando um total de 56.800 hectare (ha). O Decreto nº 41.479, de 20 de dezembro de 2000, criou o Parque Estadual da Mata Seca. Parte desse parque se estabelece no território do município. Foi criado o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), Decreto lei nº 9985 de 18 de Julho de 2000.

No final do século passado e início do XXI, muitas foram as ações que geraram conflitos. A criação de unidades de conservação vizinhas às terras Xakriabá e a delimitação do próprio município de São João das Missões acabaram por torná-los “encurralados” em seu próprio território. Nesse encurralamento, além de se tornar uma ação física, ficando as terras indígenas entre um mosaico de Unidades de Conservação, limitando as condições do uso da terra, também existe a condição de ameaças dos fazendeiros sobre as terras indígenas e a sua população.

Uma ação política positiva foi a eleição do índio José Nunes como prefeito, pois assim criaram-se melhores facilidades de se ampliar o debate junto ao Estado.

Foi instituída pelo Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Essa ação federal veio agregar elementos legítimos jurídicos no que tange às ações sobre os territórios e suas populações. Trata-se de mais uma constatação nas políticas públicas.

A estrada BR 135 passa dentro do município de São João das Missões-MG e o liga à cidade de Manga-MG. Existe um debate político entre a posição federal (DNIT) e estadual (PRO-ACESSO) no atraso do asfaltamento, porém existe também impasse na opinião dos índios em se posicionar a favor ou contra.

A partir de 2003, a aldeia foi ligada à rede mundial de computadores, internet. Muitos projetos de instituições governamentais e não governamentais são desenvolvidos com a comunidade. A título de exemplo, pode-se citar a organização do Projeto de Gestão Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente (GESTAR), em 2007.

Na atualidade, ainda se configura o processo de resistência com retomadas de terras, objeto de destaque da nossa discussão. Conclui-se essa síntese da retrospectiva histórica com a identificação do locus do referencial. A demarcação da terra indígena é efetivada, assim como o reconhecimento dos povos Xakriabá, como de fato indígena, consolidando-se para o

Estado. Diante dessa síntese histórica, pode-se concluir que o território é de fundamental importância para a vida comum dos povos indígenas Xakriabá. A sua cultura, identidade, valores ancestrais, religião, economia e todos os vínculos e traços humanos estão voltados para a natureza e para a terra.

Esse processo de historicidade Xakriabá e o seu vínculo com a terra tradicional é configurado na ação territorialar. O ato territorialar se evidencia claramente no processo contínuo de ações sobre o território. Essa continuidade e permanência é a construção histórica sobre o espaço através da resistência, o seu uso e vivência cotidiana.

3.3 Os Xakriabá: toré, vida de aldeias

Na atualidade, os povos Xakriabá vivem em 32 aldeias, e algumas delas são configuradas espacialmente com subaldeias. A Carta Imagem¹² a seguir representa todas as aldeias da terra indígena e suas principais estradas de deslocamento. (vide Carta – Imagem nos Anexos).

Em cada uma dessas aldeias, uma liderança é parte do contexto da formação social. O cacique geral, mais outros dois, junto com as lideranças de cada aldeia, constitui a base de decisões desse povo, seguindo a cultura do Toré e a “força” da Onça Iaiá¹³.

¹² A Carta Imagem foi realizada através de trabalho de campo em todas as aldeias, conhecendo as comunidades e georreferenciando. O caminhamento identificou todas as localidades e seus equipamentos, como escola, posto de saúde e igrejas, além das vias de acessos, as Associações Comunitárias, edificações onde se encontram os projetos e os patrimônios culturais, ambientais e sociais dentro e vizinho da Terra Indígena Xakriabá -T.I.X.

¹³ Onça Cabocla guardiã do território. Em reuniões, as lideranças pedem apoio a essa representação espiritual, mítica e religiosa. Também pode-se notar que sempre há algum objeto de artesanato que representa a onça nos momentos de reuniões, seja na casa, nas associações ou escolas.



CARTA IMAGEM DA TERRA INDÍGENA XAKRIABÁ - SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MINAS GERAIS



LEGENDA

Limite T.I.	Madres calcárias	Povo - Irrigação	Posto de Saúde	Saneamento
Estados vizinhos	Cursos d'água	Área de cultivo	Centríolo	Caverna
Limite municipal	Aldeia	Escada Cultural	Marco Topográfico	Povo indígena

BASE CARTOGRÁFICA

Mapa de Situação Geral - Área reivindicada em estudo
 Orig: Silva, Cássio A, 2012 - Elab: Veloso, Gabriel A, 2012.
 Imagens de satélite fonte: Google Earth - Image © 2014 - Digital Globe -
 ©2014 - Ones/Spot-Image Landsat
 Data das imagens: 15/01/2010 - 21/11/2009 e 14/02/2010

Reconhecedores e sabedores da profunda responsabilidade sobre assegurar o seu território e continuar na luta por novas demarcações, essas lideranças estão sempre a representar o povo e defender as causas a favor da resistência e da luta contra os que, de uma maneira ou de outra, ameaçam o território. Esse é o principal discurso das lideranças, sendo reafirmado cotidianamente, dentro e fora das aldeias, pois essa continuidade e modo de vivência afirmam a condição da ação territorial.

A cultura centenária desse povo está na sua identidade, característica marcante que se constitui entre viver e ser índio na realidade de sua etnogênese. A constituição da identidade cultural indígena é passada pela oralidade. Os índios, de maneira geral, sempre foram denominados de povos ágrafos. A memória dos mais velhos é repassada para os mais novos. A linguagem, os gestos, os costumes, os ritos, a religiosidade, as danças, e outras formas de expressarem são marcantes na construção e, principalmente, na afirmação do povo como índio.

No processo de colonização, pôde-se identificar as várias maneiras de confirmação sobre as práticas indígenas, mesmo sendo subjugados. “Embora os índios reafirmassem, em cartas e manifestos, a defesa da verdadeira religião, os oficiais e pastores batavos frequentemente denunciavam as práticas de ritos e de danças indígenas entre os índios convertidos.” (OLIVEIRA, 2011, p. 58).

Atualmente, os Xakriabá apresentam um crescente número de professores de cultura, o que reforça a afirmação dessa etnia.

Com tantas ameaças ao longo da história, o processo de resistência através da etnogênese é cada vez mais expressivo por várias etnias. Não fosse a resistência e luta constante, os povos Xakriabá haviam desaparecido assim como outras tantas etnias no país. Esse processo de resistência identificado como Toré é absorvido como vivência no cotidiano das aldeias, conforme se identifica nesse contexto.

A cultura indígena passa a apreender novas estratégias diante das ações desenvolvimentistas do mundo moderno¹. O enfrentamento é de forma sofrida e acarreta perdas muitas vezes irreparáveis, mas traz à luz novas conquistas, principalmente em demandas nunca antes conhecidas pelos índios. Essas demandas estão no campo da política, da economia, do meio ambiente; do direito, da saúde e tudo isso reafirma a cultura indígena de uma maneira ou de outra.

A cultura de resistência apresenta um significado maior com os elementos dos próprios grupos étnicos. De maneira geral, a luta pela terra, é a luta pelas demais demandas e vice-versa. Esse saber e compreensão são expressados pelas lideranças de forma a reforçar as futuras conquistas, sem esquecer os elementos do passado.

Cabe aos líderes locais em suas aldeias serem o espelho e a representatividade, que leve e traga informações que serão assimiladas ou não pelo grupo, conforme a sua necessidade e aceitação. No processo de aceitação, surgem novas demandas e assim se multiplicam os saberes e fazeres na cultura.

A formação de lideranças jovens apresenta uma das mais consistentes estratégias de luta. Apesar das dificuldades enfrentadas, pois o mundo fora da aldeia é “sedutor”, formar jovens é de suma importância para unir os laços dos saberes entre o passado e o presente. Pode-se considerar um jargão entre os professores de cultura a frase: “um pé fora da aldeia e outro dentro”. Os acontecimentos do mundo externo estarão sempre de maneira direta ou indireta na pauta das questões indígenas. Não se pode “perder o foco” da luta. É importante destacar que cada grupo étnico tem o seu olhar sobre esse mundo externo.

Contrário às forças externas, são realizadas várias reuniões em que debatem, se informam e tomam decisões. Essas reuniões passaram a ser uma constante na vida desse povo. Em caso especial, destaca-se a força jovem feminina que apresenta o discurso reflexivo

¹ São as ações tanto do Estado quanto do Capital, pois ambos se tornam presentes na vida dos povos indígenas, tanto de maneira direta quanto indireta.

e afirmativo contra as ações de fora. A condição das ações sobre o território e a afirmação das demarcações se apresentam como a principal reivindicação das mulheres Xakriabá, juntamente com as denúncias de violência.

Foto 1 – Faixa expressando o sentimento das lideranças jovens femininas em Encontro na Aldeia



Fonte: Acervo do autor, set. 2012.

Foto 2 – Faixa de denúncia da situação e de repúdio à violência, reivindicação feita no Encontro das lideranças jovens femininas, um “grito”



Fonte: Acervo do autor, set. 2012.

Foto 3 – Encontro de lideranças jovens femininas, momento de concentração da comunidade na luta cotidiana nas aldeias



Fonte: Acervo do autor, set. 2012.

Foto 4 – Reivindicação da demarcação do Território no Encontro de lideranças jovens femininas na aldeia



Fonte: Acervo do autor, set. 2012.

Os Xakriabá reconhecem o Toré como uma ação contínua e que não pode ser manipulada. Além das danças e representações simbólicas, o Toré torna-se o discurso único e fortalecedor de todas as atitudes individuais e coletivas nas aldeias. Essas reuniões configuram-se como o Toré. O discurso do território é notório e altamente pertinente para o reconhecimento das territorialidades. A construção positiva do discurso através das estratégias

de autoafirmação, argumentação e defesa dos direitos pautados na constituição está presente nas reuniões e debates nas aldeias, seja nas ações coletivas ou individuais² desse povo.

Da liderança mais anciã até as crianças nas escolas, a cosmovisão ancestral é sempre repetida, ensinada e confirmada. Não basta dançar e cantar: deve-se estar de maneira “completa” a pensar e participar das ações em prol do povo e sua tradição territorial. O Toré deve ser parte da sua vivência no cotidiano da aldeia e no mundo externo. Assis apresenta em estudos com quilombolas essa relação com o mundo social, e deixa de forma clara que outros povos buscam caminhos parecidos nas lutas, citando Woortmann (1995):

O processo de trabalho tem sido compreendido como decorrente da interferência humana na natureza para construir um espaço cultural, que Woortmann (1995) conceitua como *mundus* social. Para essa autora, o *mundus* social é um espaço construído por um grupo social a partir do momento em que um ancestral se fixa em determinado lugar após ter dominado a natureza, aplicando sobre ela o seu trabalho e construindo um território culturalmente significativo para seus descendentes. (ASSIS, 2012, p.195).

Em campo, como pesquisador participante, tem-se a oportunidade de conhecer a dança do Toré e compreender sobre essa forma ativa de expressar³ as condições de vida da realidade. A compreensão desse mundo pode ser pouco perceptível para os de fora. Em muitos momentos de reuniões com o povo, professores de cultura, instituições ligadas às causas indígenas, políticos, fazendeiros e lideranças, pude reconhecer e identificar traços da estratégia do Toré, principalmente no discurso do território.

Essas incursões ao campo, que envolviam participações no vivido das comunidades, do conhecimento e das investigações dos atributos da cultura, os quais se manifestavam em cada indivíduo e grupo de forma particular numa mesma área, teve lugar na Geografia de Max Sorre com a denominação de Gênero de Vida. (SANTOS, 1999, p.112).

Na incursão no campo, buscou-se identificar a cultura de resistência, em que foi possível reconhecer algumas análises didáticas e metodológicas que experimentam

² Os Xakriabá participam constantemente de reuniões fora da aldeia e enviam um ou mais representantes que apresentam o discurso da coletividade em suas argumentações.

³ A expressividade durante a dança do Toré além dos gestos corporais, está basicamente na constituição das letras musicais, sempre voltadas para as relações cotidianas do povo e de como eles lidam com os espaços naturais e espirituais. É com essa estratégia de resistência cultural, que o Toré, com as cantigas, rezas e instrumentos ancestrais, a musicalidade em língua nativa, se faz os agradecimentos às dádivas alcançadas.

empiricamente a construção do conhecimento. Foram atividades que aconteceram de forma coletiva, às vezes com visitantes, às vezes individual, com algumas lideranças indígenas em suas respectivas aldeias. Junto desses, muitas vezes também estavam presentes as pessoas da comunidade, caciques e lideranças organizadoras e responsáveis por ações e projetos, jovens professores educadores, e também outros profissionais de instituições pesquisadoras e simpatizantes da causa e questões indígenas. Foram visitadas as aldeias de Rancharia, a do Morro Vermelho, a de Barreiro Preto e a de Sumaré I, que estão distribuídas por toda a Terra Indígena Xakriabá, a Reserva.

Apesar de inúmeros estudos de pesquisa serem realizados com os povos Xakriabá, a metodologia documental do “laudo antropológico” foi fundamental para a construção de informações do reconhecimento legal desse povo. Alguns livros produzidos pelos próprios indígenas trazem um pouco da história que, através do resgate da memória, apresentam-se com a oralidade um fundamental construtor e revelador de “verdades” entre o tempo e o espaço.

“A história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fonte de conhecimento, mas principalmente do saber.” (DELGADO, 2006, p.44). O saber é ancestral e tem uma “força” diante da revelação da identidade que se consolida nos últimos anos, a partir da retomada cultural que tem o território em sua análise de discurso, não perdendo o seu foco.

Em cada uma das aldeias, o enfoque era a demanda local, mas sempre na perspectiva de estarem mencionando a terra-território em todas as suas características vivenciadas. Ora se tratava da terra como fonte de renda e luta, elencando as dificuldades no roçado e durante os períodos de estiagem, ora dos processos de retomada e estratégias de luta. É discutido como o território é tratado politicamente, referindo-se basicamente ao processo histórico e suas principais ações, os debates com as instituições vinculadas ao Estado, e como a ansiedade é

presente nesse contexto. Essa ansiedade se transforma e constitui-se em discursos negativos contra o Estado e suas representações. A afirmação de que o Estado cria terra indígena⁴, mas os indígenas desejam território indígena⁵, se evidencia no discurso. Essa retórica entre o índio e o Estado é totalmente contraditória.

Os espaços de diálogos em cada sede eram as escolas indígenas ou ao ar livre, onde realizamos caminhadas com explicações e observações sobre o espaço. Ora uma roça, ora uma nascente e outros mais, mas sempre a exemplificar de forma expressiva a história representativa e as condições de superação e/ou dificuldades momentâneas. Nesses espaços e momentos, a identidade indígena manifesta-se de forma direta em relação à terra e ao território, tanto nas relações positivas quanto nos conflitos. As experiências individuais no caso de roças são passadas para o restante da coletividade. Os projetos coletivos são ampliados e multiplicados entre as aldeias, reforçando as relações do uso coletivo sobre o espaço. Em algumas áreas de roças de grandes dimensões, várias famílias são responsáveis pelo trato cultural da terra, até o momento da divisão da produção.

Mas, em alguns momentos, coloquei-me na condição de ouvinte, de quem observa e percebe, mesmo que com a interpretação de pesquisador, permeado de elementos do exterior, porém sempre na condição de estabelecer uma comunicação com os de dentro. Essa condição, também fez com que houvesse a aproximação e, principalmente, o respeito mediante as responsabilidades frente aos índios.

A partir das considerações a respeito da investigação empírica, os caminhos proposto pela Geografia do início do Século, nos fornece sugestões interessantes para pensarmos outras possibilidades e aprofundarmos nossas investigações a respeito das práticas e das maneiras como os homens das nossas pesquisas atuais se relacionam. (SANTOS, 1999, p.113-114).

A capacidade de comunicação passa em todos os instantes a ser uma “arte” para ambos os lados. Conhecer em profundidade os locais, as pessoas, as coisas e poder revelar

⁴ Terra Indígena: espaço concedido pelo governo, demarcado, assim como a reserva, ou parque.

⁵ Território Indígena: espaço de vivência material e imaterial do povo.

novos conhecimentos diante dos acontecimentos que envolvem uma comunidade, foi ali o meu papel. Um papel do pesquisador, centrado nas relações sociais e nas mínimas questões que estão por detrás das relações ou mesmo as que estão ocultas as nossas práticas de nãoíndios fez com que se desvelassem. Desvelando, assim, elementos das identidades, das paisagens em momentos peculiares entre os saberes comuns e diferenciados, entre nós e as coisas factuais e simbólicas nas representações identificadas e percebidas. Como prática desse desvelamento das identidades, o registro fotográfico identifica as manifestações culturais da dança – o Toré –, que tem a representação denotativa, mas nos propósitos conotativos a constituição de saberes que estão voltados para a reivindicação do território e preservação da cultura. Entende-se que a cultura é determinante no processo de luta do território, além de uma das multidimensões desse território. Como se observa nas imagens, tanto em momentos públicos quanto no cotidiano de aulas regulares, a manifestação é apresentada, mantendo, assim, a tradição.

Foto 5 – Em Audiência Pública dos Direitos Humanos no município de São João das Missões-MG, lideranças dançam o Toré, momento de reivindicação do território



Fonte: Acervo do autor, jun.2009.

Foto 6 – Na aldeia central do Brejo Mata Fome, durante o momento de aula, os adolescentes dançam em roda, preservando os seus costumes e tradições



Fonte: Acervo do autor, jun. 2013.

Alguns pontos marcantes na atividade empírica foram os registros de algumas falas de lideranças indígenas em suas respectivas aldeias e como, de forma objetiva, eles tratam dos problemas da comunidade como um todo. Os saberes e fazeres são conhecimentos adquiridos

com a experiência passada pelos mais velhos. As estratégias tomadas, como as questões mais difíceis e de problemas relevantes, são “conversadas” entre as lideranças, já que o bem é para toda a coletividade. As conversas, em um linguajar sotaqueado entre o de sertanejo e caboclo, o de ribeirinho e geraizeiro na “pele” de índio Xakriabá, nas histórias sobre a terra, remontam. Essa efetivação da fala é uma maneira utilizada sempre que se oportuniza o debate com o de fora, pois assim a realidade das aldeias é difundida e ampliada.

No distrito de Rancharia, a BR-135 divide o distrito em dois territórios: uma margem da estrada é a comunidade e do outro lado a comunidade já se estabelece na Terra Indígena de Rancharia. A Terra Indígena Xakriabá Rancharia se desenvolve pelos municípios de Itacarambi e São João das Missões-MG e possui uma superfície de 6.798 hectares, que foi homologada em 5 de maio de 2003. Assim, as Terras Xakriabá são ampliadas, e juntas se identificam como um único território.

Na Escola *GRI KUPASCHÚ*, apresentado ao Cacique Agenor, à liderança Genival e aos jovens professores educadores indígenas Eder e Abel e outros índios presentes, formamos uma grande roda. Nos relatos ficou esclarecido o quanto o principal fator de resistência relaciona-se com o meio ambiente e a cultura.

Toda a comunidade de Rancharia está localizada às margens da Lagoa de Rancharia, símbolo natural e fonte de vida da população. Segundo o cacique, a lagoa era onde os romeiros, tropeiros, povos de passagem por ali e ciganos ficavam pousados, arranchados por alguns dias, e depois seguiam viagem, já que a água supria toda a necessidade dos homens e animais. Daí a denominação de Rancharia – onde se faz o rancho –, apesar de tentarem modificar o nome para Alto Bonito, mas sem resultados.

Foto 7 – Em trabalho de campo, conhecemos Lagoa Sagrada na Rancharia e parte da sua história, ao fundo com paisagem cárstica



Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

Figura 8 – Deslocamento na Terra Indígena Rancharia (TIR), momento de trabalho de campo de reconhecimento de retomada



Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

Com a construção da estrada de asfalto, os engenheiros começaram a aterrar a lagoa. Esse ato fez com que o cacique da época, senhor Antônio, fosse à Brasília-DF denunciar a depredação do meio ambiente, segundo Baeta (2004). Para os Xakriabá, esse tipo de atitude do nãoíndio já revela o processo discriminatório e a não valorização do território e da cultura dos índios, segundo o cacique Agenor. Para a comunidade, esse tipo de ação vinda de fora é uma ameaça aos direitos indígenas. Torna-se uma afronta à organização social e espacial desse povo. Diante das várias lutas ao longo do tempo, os Xakriabá se organizam e se defendem como sendo uma atitude natural no processo de sua organização social, juntamente com o discurso do território. Essa constituição identitária se manifesta de maneira “orgânica”. O território só existe com o povo e vice-versa.

A valorização dos princípios do povo a partir da reafirmação étnica é destacada pelo professor Eder, na seguinte expressão: “temos que ter um pé na aldeia e outro no mundo”. A lagoa é fonte de alimento, bebida e lazer. A depredação em forma de assoreamento, desmatamento, aproximação dos chiqueiros de porcos, aterro e lixo passou a ser, para as lideranças, uma ameaça ao patrimônio natural.

Para a resolução de parte dos problemas, são realizados projetos de revitalização da lagoa. Conhecido pelos índios por “Nenzinho”, e pelos pesquisadores por “Adailto” (seu

nome de registro) ou mesmo por “Joe-caverna” por ambientalistas e espeleólogos, o articulador ambiental tem participado ativamente das iniciativas de trabalhos para a preservação da lagoa, e a primeira atitude foi o cercamento dela. No segundo momento serão produzidas mudas de árvores autóctones para plantio em todo o seu entorno, além da constante conscientização através de reuniões na comunidade e mutirões de limpeza. O professor Abel preocupa-se com a qualidade da água e solicita ajuda para que se possa fazer testes de análises químicas e físicas.

Outras cinco aldeias na Terra de Rancharia também sofrem problemas ambientais, mas destaca-se o problema social, pois a ajuda da FUNAI, às vezes, atrasa até 4 (quatro) meses. A liderança do Senhor Genival, que se responsabiliza pela entrega das cestas básicas, revela que as dificuldades existem, mas que também existe o lado positivo das ajudas, como é o caso do recebimento de 4 toneladas de sementes para o plantio, apesar da data para plantar nas chuvas já ter passado.

Com relação ao reconhecimento étnico, em ser índio, o cacique deixou claro que ainda existe grande discriminação por parte dos fazendeiros, e assim Eder completa: “Posso ser o que você é, sem deixar de ser o que eu sou”. Essa autoafirmação identitária é comum, e, nas “entrelinhas”, pode-se compreender de forma conotativa os laços de vínculo com o território.

A segunda aldeia visitada foi a de Morro Vermelho, onde, recebidos na casa do Cacique Santo juntamente com a liderança Raimundo e alguns jovens indígenas, dialogamos sobre o conflito de retomada estabelecido. Essa aldeia tem como base a resistência pela terra, uma retomada de área juntamente com a área de Dizimeiro nos gerais e Licuri.

Com a chegada da Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), nas décadas de 1960 e 1970, muitos índios que não tinham como pagar o registro pelas suas terras foram expulsos de sua área de origem, o que facilitou as posses e grilagem por fazendeiros e a retirada dos índios – revela o cacique. E ainda acrescenta que “a mais antiga moradora local era a Dona Carmela

que foi expulsa”, o que revoltou atodas as lideranças. Esse processo de desterritorialização gerou vários conflitos, mas também proporcionou o “levante” dos debates sobre o direito e o território tradicional e, principalmente, as reivindicações dessas terras.

Em respeito aos antigos e também às tradições Xakriabá, já que no local existe um cemitério dos antepassados, a permanência e resistência contínua, que teve início em 2 de maio de 2006. Segundo o cacique Santo, alguns parentes retomam a terra vindos do corte de cana no interior de São Paulo. Essas famílias são reconhecidas como Kakriabá, pois também reconhecem a forma de convivência de uso comum da terra, com roças feitas em mutirão e principalmente a luta. Na apropriação de reterritorialização dos parentes junto a toda comunidade, reforça-se a condição de luta pelo território, ampliando as forças comuns.

Diante do impasse de liberação dessas terras pela justiça, a FUNAI não pode criar nenhuma infraestrutura local. Mas, diante da organização social indígena, os próprios moradores apresentam iniciativas como a preservação de 145 hectares de mata, como lembra a liderança Raimundo: “tamo salvando a madeira, a árvore como se fosse uma pessoa”. Com essa atitude, reconhecem-se e têm o sentimento de reconhecimento das instituições ambientais, como é o caso do IBAMA. Essa afirmação reproduz o discurso ambiental, constante nas falas dos índios, assim configurando os usos do território em suas multidimensões, além de confirmar a tradição ancestral, reconhecendo a árvore como pessoa. Esse órgão ambiental lembra e reafirma que o preconceito é grande contra os índios.

Em reunião do Grupo de Trabalho (GT) da FUNAI, afirma-se que as terras vão até a margem do Rio São Francisco. Essa afirmação conduz junto ao preconceito, várias ameaças de morte.⁶ Para a justiça, essas ameaças acabam por justificar a permanência dos índios em

⁶ Ato documentado e registrado pelas autoridades competentes da Justiça. Além de ser amplamente divulgado na imprensa estadual. Em reunião de técnicos da FUNAI, houve o registro de vídeo, com ameaças. Documento de posse do autor. Esse contexto gerou uma Audiência Pública de Direitos Humanos no Brejo Mata Fome, onde também registrei a reunião.

suas antigas áreas. A ameaça é debatida em audiência pública de direitos humanos, que aconteceu em São João das Missões-MG.

Nas aldeias de Barreiro Preto e Sumaré I, pode-se observar que as comunidades são dotadas de escolas, igrejas e muitas casas. No diálogo e na apresentação da liderança indígena, o vereador do município, o Sr. Hilário, proferiu com muita seriedade e de forma contemplativa: *“A resistência tem um preço; a liderança é acertada para a luta”*.

Os projetos realizados em Barreiro Preto são de cunho cultural, social e ambiental, com parceiros diversos, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Centro de Agricultura Alternativa (CAA), UFMG e outros. A resistência ambiental principal é a luta pela preservação de 15 nascentes com seus cercamentos e revitalizações com o projeto “Água e Vida”. As nascentes foram escolhidas pelas comunidades como prioridades para serem cuidadas, já que algumas estão degradadas e outras permanecem em bom estado de conservação.

Existe uma demanda de cultivo de aproximadamente 10 mil mudas no viveiro, que é cuidado pelo Sr. Alípio. Ele conta as dificuldades, como a destruição do viveiro pelas águas do córrego que o margeia. As mudas são de frutíferas e árvores do bioma cerrado e caatinga. Os moradores são conscientizados e cuidam dos cercamentos para que a sustentabilidade almejada possa atingir os objetivos propostos. Uma das áreas do cercamento é denominada de “Três olhos-d’água”, local sagrado dos ancestrais Xakriabá.

Foto 9 – Projeto de Viveiro de Mudas – Aldeia Barreiro Preto. Os projetos ambientais são prioridades dentro das comunidades



Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

Foto 10 – Mudas no viveiro, experiência de revitalização das nascentes, pois essas são fontes de água sagrada para a comunidade e estão presentes por toda a terra indígena



Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

As práticas ambientais se relacionam diretamente com o uso do território, uma vez que a preservação das matas se manifesta para além desse propósito, pois são nelas que se encontram os patrimônios denominados por eles de emocional, como, por exemplo, a Onça Cabocla Iaiá. Esse conjunto de relações entre o ambiental e o cultural fortalece o discurso sobre o território e a necessidade de sua preservação e conservação, nas ações cotidianas.

As dificuldades com a água são muitas nessa área, e por isso recebem abastecimento do carro-pipa da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e constroem caixas-d'água para armazenarem a água da chuva. Essas caixas são construídas pela Cáritas, juntamente com o apoio do governo federal em programas de convivência com a seca⁷. Essa estratégia de preservação e lida com a água é a forma de armazenamento através das caixas-d'água (caixa de bica), como é no caso da residência do Sr. João, irmão de Hilário. São duas caixas, sendo uma de recepção de água da chuva via o telhado da casa – Cisterna de Bica, e a outra com captação através de uma área cimentada no quintal – Cisterna Calçadão.

⁷ Entende-se de convivência com a seca, o conjunto de ações estabelecidas pela comunidade entre os saberes e fazeres e tecnologias sociais, para minimizarem a seca. Como exemplo, o uso das cisternas, a construção de barraginhas, o cercamento de nascentes e outros.

Foto 11 – Cisterna de Bica, Aldeia Barreiro Preto, alternativa de convivência com a seca, prioridade entre os projetos



Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

Foto 12 – Cisterna Calçadão. Aldeia Barreiro Preto, onde em tempo de estiagem o espaço é utilizado nas tarefas cotidianas, como secagem de grãos



Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

A construção dessa segunda demandou um mutirão de nove homens para o serviço braçal. A organização do trabalho coletivo tem destaque, já que a água armazenada serve a todos que necessitam. Esse uso de tecnologias sociais em prol do processo de relações com o território constiui-se como uma ação territorial de grande relevância, pois, na prática, esse ato impede a saída de alguns e reestabelece o retorno de outros à terra tradicional. A certeza de conviver com a seca tendo água para o manuseio familiar se enquadra no processo de reterritorialização.

O terceiro projeto é o de confecção de tijolos a base de areia e cimento misturados e prensados em uma máquina manual. É produzida diariamente uma média de 400 tijolos que são utilizados nas construções de residências e outras infraestruturas, como é o caso da Casa da Cultura. Esse tipo de tecnologia social afirma o povo sobre o seu território.

Foto 13 – Prensa de fabricação de tijolos, Aldeia Barreiro Preto. Modelo alternativo de bioconstrução



Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

Foto 14 – Tijolos fabricados na comunidade, Aldeia Barreiro Preto, incentivo ao uso de tecnologias socioambientais



Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

O quarto projeto que tem destaque é o da Casa de Medicina Tradicional Xakriabá, onde se revive os saberes tradicionais dos antepassados e dos mais velhos. Em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1996-1997 aconteceu o Encontro das Mulheres Indígenas na cidade de Manga. Nesse encontro, reuniram-se muitas senhoras detentoras de saberes, rezadeiras, parteiras e raizeiras que ajudam nas curas de enfermidades, através do trato de ervas conhecidas ancestralmente. A participação dessas senhoras simboliza, de maneira geral, a fixação do homem à terra, pois elas se preocupam com o lugar-sentimento topofílico, e dividem com os demais essa “sensação de segurança” com esse espaço, com o território.

A sustentabilidade do projeto está baseada no levantamento de plantas, na estrutura física local, em cursos básicos de conservação e manejo de produtos e ervas, na utilização da cozinha experimental de comidas típicas. Aproveitam-se os frutos e ervas do cerrado e caatinga e amplia-se o seu cultivo, que incentiva principalmente a formação de quintais com essas espécies. Na casa de medicina da Aldeia Barreiro Preto, existe, ao fundo no quintal, o cultivo de várias espécies para difusão entre os demais da comunidade.

Foto 15 – Equipamentos de conservação de materiais na Casa de Medicina, Aldeia Barreiro Preto. Projeto realizado com a UFMG



Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

Foto 16 – Casa da Medicina Tradicional Xakriabá Aldeia Caatinguinha, onde a tradição e a modernidade conjugam os saberes e o conhecimento



Fonte: Acervo do autor, set. 2012.

É importante a coleta, pois são feitos mutirões dos mais velhos, que conduzem o trabalho e ensinam os jovens, os quais irão continuar com os saberes e a responsabilidade da tradição. A secagem, a desidratação, a higienização, o uso de conservantes e a adequação são passos importantes para a manutenção do trabalho. Associa-se a esse trabalho a criação de abelhas através da apicultura. É incentivada, de maneira geral, a formação de novas lideranças jovens e principalmente femininas, como é o caso da Célia, filha do Sr. Hilário, que já ocupa em suas responsabilidades o andamento de projetos na comunidade.

Na Casa de Medicina Tradicional Xakriabá na Aldeia da Caatinguinha, mora o pajé, liderança ativa⁸ em todas as reuniões tanto internas quanto externas. A sua figura pessoal e representativa do povo Xakriabá identifica-se com o território, pois ele trata diretamente da preservação e conservação das matas, juntamente com a tradição ancestral de saberes e fazeres.

Na Aldeia Sumaré I, um grande empreendimento está sendo realizado para as manifestações coletivas. É a Casa de Cultura Xakriabá – Aldeia Sumaré I. O espaço físico é construído em parcerias da Universidade Federal de Minas Gerais, Secretaria Estadual de

⁸ Em encontro de conhecimento de pajés, rezadeiras, raizeiros e parteiras de todas as etnias de Minas Gerais que aconteceu na Terra Indígena Xakriabá, houve visita ao Vale do Peruacu, e o pajé Xakriabá frente aos seus parentes de outra etnias se apresentava com o discurso sempre voltado para a preservação, conservação e conhecimento do seu território. Esse evento aconteceu em junho de 2012.

Cultura e a do município, juntamente com a ONG italiana ISCOS, Emília Romagna da Província de Modena e a ANAI, no Brasil. A arquitetura é baseada em estilo indígena de arena. É nesse novo espaço que as ações multiplicadores da tradição cultural se multiplicarão, constituindo-se de mais uma estratégia de resistência a favor do uso e ações sobre do território. Entre a tradição e a modernidade arquitetônica, surgem novas concepções de criarem outros espaços de reflexões para as lutas cotidianas. Essa Casa de Cultura pode ser identificada como futuro espaço de ações de turismo de base local⁹, pois já recebe alguns turistas. Esse turismo pode se tornar mais um campo do discurso de “dentro para fora” sobre os usos do território.

Foto 17 – Casa de Cultura, espaço de representações culturais na Aldeia Sumaré I. Momento de trabalho de campo, vivenciado com as relações de conhecimento entre a tradição e modernidade



Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

Foto 18 – Arquitetura da Casa de Cultura, construção realizada a partir de doação de instituição estrangeira. Buscou-se o uso de tecnologias sociais na construção

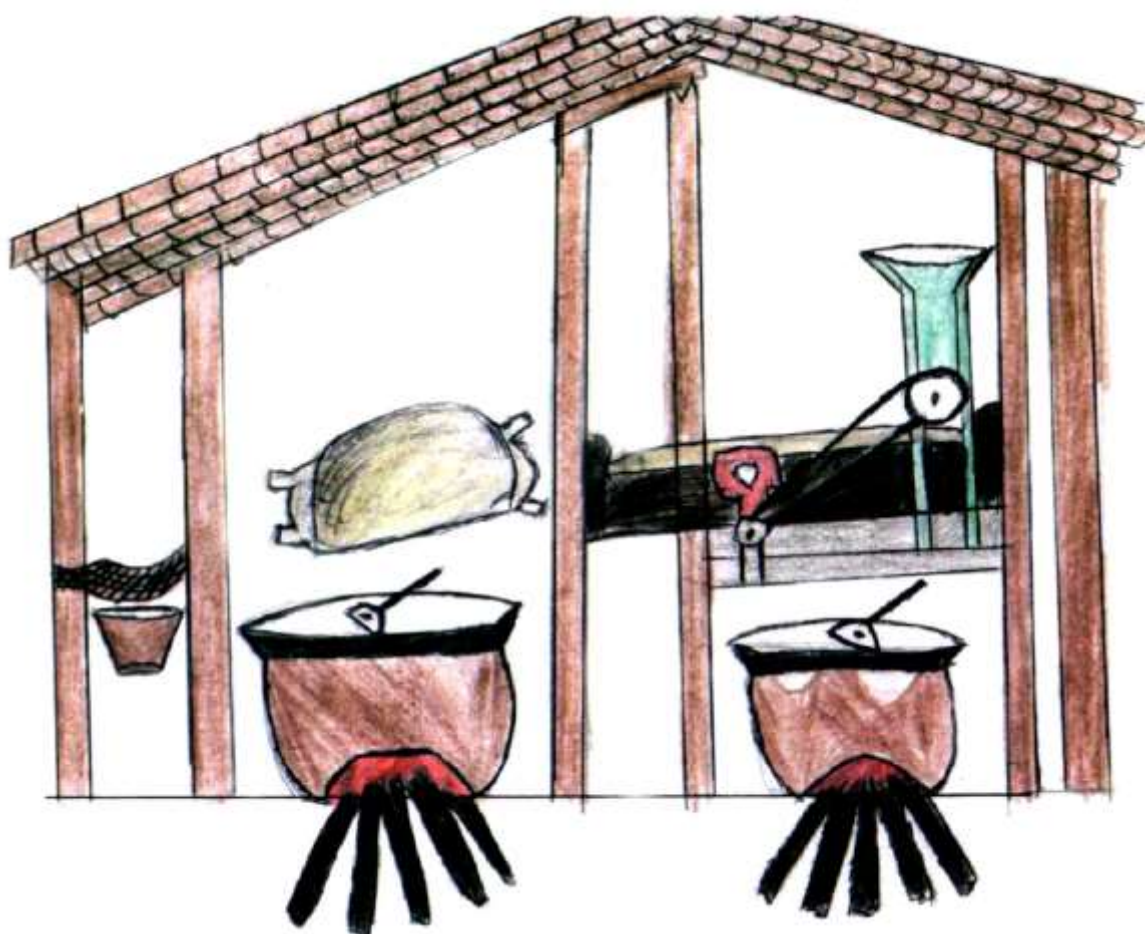


Fonte: Acervo do autor, jun. 2009.

Além da proposta de turismo, agrega-se a ideia de outros projetos, como o de artesanado de cerâmica, que já existe, e o de criação de uma futura rádio comunitária. Essas práticas se desdobram de maneiras sociais e políticas para a ação territorializar em suas multidimensões. Os discursos e atos do território e sobre ele são de significância relevante na consolidação da tradição.

⁹ Em conversas informais com algumas lideranças, já foi tratado sobre o uso do turismo de base local como fonte de renda e divulgação da cultura local no território.

Diante desse contexto de projetos, os Xakriabá resistem à cultura do nãobranco, difundem a sua cultura e repensam os resgates de sua memória. Essas ações constituem exemplos históricos, pois revelam três possibilidades de resistência: a primeira é a abordagem da luta pela preservação ao meio ambiente na Aldeia de Rancharia; a segunda é a estratégia política de retomada das terras em Morro Vermelho, considerada a mais tensa diante das outras, pois nela fica explícita onde a luta pelo território é também a luta pela identidade ancestral; e a terceira, nas aldeias de Barreiro Preto e Sumaré I, nas conquistas a partir de projetos sociais, culturais e ambientais que configuram a resistência livre, mas, ao mesmo tempo, a força e o potencial de articulação da comunidade em desenvolver seus projetos em “saberes e fazeres”. A importância dessas três formas de resistência reforçam a consolidação do discurso e, principalmente, da prática na ação territorial. O ato de territorializar se constitui como vivências no cotidiano Xakriabá. Em cada realização de projeto, da divulgação do seu artesanato, de parcerias com instituições, da participação em eventos que discutem ações indigenistas e manifestação de reivindicação legal sobre o território, soma-se no contexto histórico como fortalecimento de iniciativas de empoderamento. É a passagem do idealismo para a realidade. Nesse processo de relações, se em cada uma das 32 aldeias Xakriabá o levante de iniciativas comuns em prol da retomada e conquista dos territórios reivindicados se efetivasse em ação territorial, o discurso passará para o processo de argumentações e manutenção dessas ações. A ação contínua e permanente se autofortalece em cada estratégia de reconhecimento do território ancestral e legal.



1

PARTE II

4 AS MULTIDIMENSÕES DO TERRITÓRIO XAKRIABÁ

¹ Oficina de Farinha na Aldeia Pedra Redonda (BAETA, 2005, 87).

PARTE II

4 AS MULTIDIMENSÕES DO TERRITÓRIO XAKRIABÁ

“Simultaneamente, seu território foi demarcado. É uma fração da área que dominavam, mas lhe dá alguma segurança no cipaol de leis no mundo dos brancos. Vivem cercados por fazendas com gado e com gente que eles ainda olham com suspeita, querendo aproximar-se, e que os veem com desconfiança”²

4.1 Introdução

Ao reafirmar a concepção do estudo, torna-se importante evidenciar as multidimensões do território a partir de suas territorialidades. Os espaços territorializados, tanto na perspectiva do Estado como na configuração das territorialidades indígenas, serão apresentados e caracterizados a partir da leitura dos índios. As ações assimiladas nos trabalhos de campo determinam e configuram as afirmações desse espaço. A constituição das territorialidades afirmadas pelos Xakriabá constitui o seu cotidiano. Quando afirma as suas territorialidades em multidimensões, esse povo concretiza a ação territorialar. O capítulo está dividido em duas partes, sendo o primeiro sub-item denominado de “4.2 As Multidimensões do Território Xakriabá” e o segundo de “4.3 As relações das ações das multidimensões: ‘olhares de fora’”.

² RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios**: os Urubus-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12.

4.2 As multidimensões do território Xakriabá

A afirmação do território ao longo dos anos passa por inúmeras condições que fundamentam as relações espaço/tempo. As configurações das territorialidades se apresentam conforme as necessidades do mundo vivido. Nos Xakriabá, muitas formas de compreender o processo de territorialização estão dinamicamente associadas às territorialidades. A natureza da territorialidade está implícita na natureza indígena. O fator determinante para sua vida e história é o território.

A instabilidade e insegurança das ações do Estado ou de outros de fora da comunidade indígena muitas vezes são vistos como possíveis ameaças às condições sobre o território. Diversas são as maneiras e estratégias de enfrentamento frente às diversas dificuldades. As principais dificuldades, de maneira geral, envolvem os direitos humanos e o direito ao território tradicionalmente reconhecido. De maneira específica, pode-se elencar um contingente de ameaças que acontecem direta e indiretamente. Ameaças de diversas ordens, como a econômica; ambiental; psicossocial; trabalhista; saúde; alimentar; cultural, dentre outras, são reconhecidas assim como conflitos. Esses conflitos podem alcançar proporções escalares que causam rupturas nas relações e dinâmica das territorialidades.

São as territorialidades, em suas próprias relações, que dinamizam as funções sociais; as normas do grupo; o movimento das ações individuais e coletivas, bem como as respostas ao mundo fora das aldeias. Essa dinâmica reconstitui as multidimensões do território. Segundo Saquet:

O homem, como ser social, cria linguagens para se comunicar, conhecer o mundo onde vive e socializar o conhecimento, o saber, as crenças, os valores, as representações. Estas últimas são parciais, invenções-criações subjetivas e podem direcionar e mascarar intencionalmente os conteúdos-significados dos processos territoriais. (2011, p.11).

A consciência do Xakriabá pelo território passa pela história de espoliação; violência; doações; demarcações; encurralamentos e retomadas. As retomadas de território antigo na

margem do rio São Francisco. O encurralamento se apresenta de forma física pelos territórios, mas se demonstra também uma ameaça para a constante resistência sociocultural.

Na constituição do território, ao passar por várias ações em suas multidimensões, aconteceram movimentos contínuos no que tange às desterritorializações e reterritorializações. Reconhecer essa consciência coletiva sobre o território é poder dominar seus lugares; modificar suas paisagens ao critério das necessidades; conviver com os mistérios naturais; acessar os recursos disponíveis; preservar e conservar esses recursos. O índio é agente desse processo de consciência.

A própria definição de que é, ou não Xakriabá, passa, também pela declamativa, constantemente ouvida por nós em campo: “ele nasceu, se criou aqui, na nossa terra”. É a capacidade de reconhecer no espaço fatos e locais vinculados à tradição de um povo que constitui o principal pré-requisito para o reconhecimento de alguém como membro daquela comunidade (PARAISO, 1987, p.14).

Compreender as multidimensões territoriais é poder assimilar os modos de tratamento e intervenções e desvelar assim a condição de índio e o seu território na perspectiva da atualidade, através da resistência e, às vezes, de enfrentamentos com as forças externas. A resistência ocorre através da defesa pela vida comum no território, que usufrui de todos os benefícios, políticas sociais, ambientais, culturais e econômicas que se podem ter no território. O uso coletivo³ do território possui um caráter ancestral, o que difere do uso mercantilizado da sociedade moderna e contemporânea. O choque entre a tradição e as diferenças faz com que muitas das características da vida do índio se moldem com estratégias de sobrevivência, assim como a etnogênese.

No contexto em que se analisa a identidade, compreende-se que ela resulta de práticas humanas que foram-se enraizando numa realidade sociocultural e espacial particular que passou por processos de reocupação, redefinição e revalorização. No plano comunitário, a identidade foi sendo construída e reconhecida na vida prática, na presença da coletividade, nos eventos e nas instituições. (SANTOS, 2008, p.127).

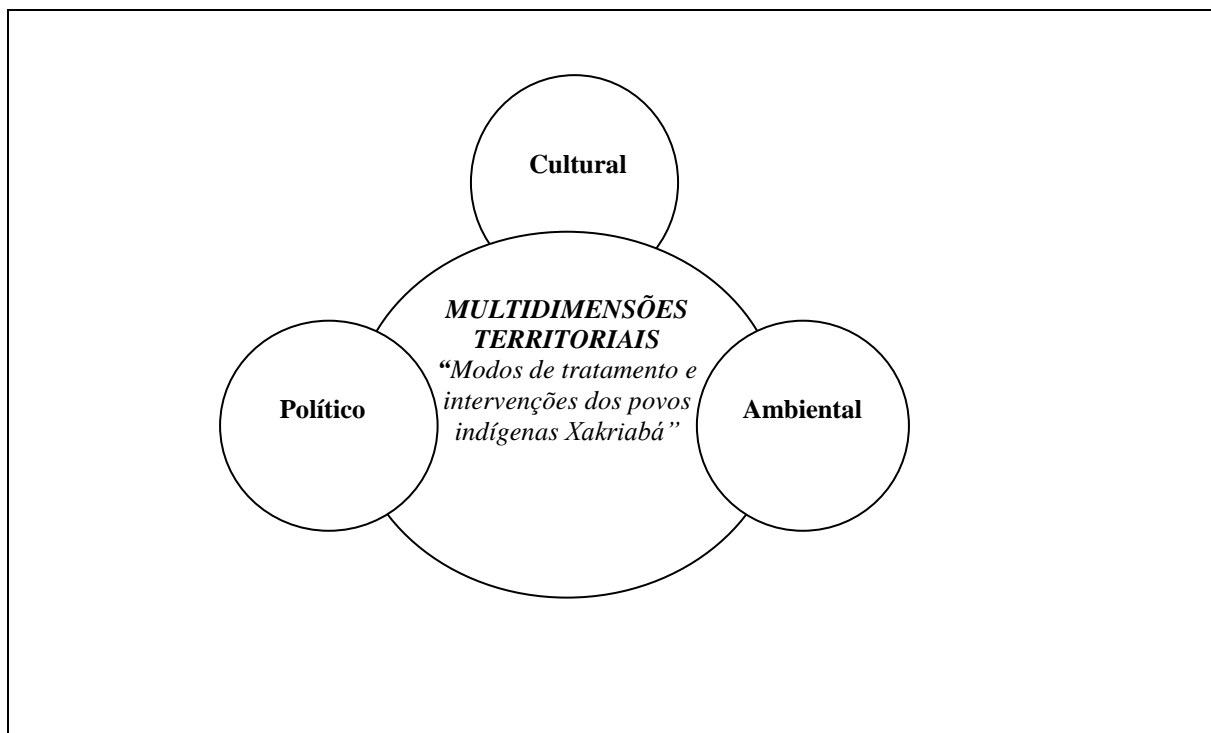
³ O antropólogo João Batista de Almeida Costa explicitou, durante o debate da qualificação, a antiga preocupação dos Xakriabá no uso da terra comum, pois os casamentos com os “de fora”, às vezes, cria “desconforto” entre os parentes. Como exemplo se a índia casar com o não índio, ela perde o direito de uso da terra, preocupação essa muitas vezes mencionada pela liderança, o Sr. Emílio.

Essas resistências e formas de empoderamentos acontecem com várias estratégias tanto para o Estado quanto para o fazendeiro, a sociedade e a legislação. Em cada um desses enfrentamentos, pode-se, de maneira geral ou específica, atribuir argumentos a favor do território. A partir de novas políticas e posturas temporais específicas do grupo, esse “nível” de resistência passa por “graus” diferentes de resiliência em admitir ou não as mudanças. Os embates diretos apresentam-se a curto prazo em relação às demandas existentes. Já os indiretos demandam relações mais complexas de soluções a curto prazo, ficando, assim, constantemente em pauta, pois a lembrança e revigoração do discurso em sua prática estabelece relações também de fortalecimento do grupo em suas reivindicações.

A ação territorializar impõe e expõe ações, gerando processos temporais de longa e múltiplas escalas de relações dentro do discurso para a configuração de práticas efetivas. As afirmações fundadoras dessa resistência já conhecem, ao longo da “estrada”, experiências que maximizam o “poder” de contra-argumentação e reduplicações de posturas ideológicas ou não. Por cada discurso, e em cada discurso, pode-se metamorfosear os diálogos, levando as partes a refletirem sobre as perspectivas e/ou consequências de novas atribuições nas tomadas de decisões. As estratégias mudam. Mas aqui identificar-se-ão as principais estratégias vinculadas à resistência e ao reconhecimento do território.

Essas estratégias serão denominadas de “Modos de tratamento e intervenções dos povos indígenas Xakriabá”, por se apresentarem como elementos pertinentes ao convívio e ao cotidiano, face aos aspectos externos. A história revela como os Xakriabá se tornaram um povo coeso apesar das dificuldades enfrentadas no dia a dia. A unidade no que tange ao tradicional. E a diversidade no que diz respeito aos fatores que vêm de fora. Dentre os modos de tratamento e intervenções, procurar-se-á identificar os elementos culturais, políticos, e ambientais. Essas três relações estão diretamente vinculadas às multidimensões do território, conforme figura a seguir.

Figura 4 – Modos de tratamento e intervenções dos povos indígenas Xakriabá



Fonte: Elaboração do autor, 2014.

Uma multidimensão se envolve diretamente com a outra, afirmando, assim, as relações de tratamentos sobre o território e vice-versa.

a) Cultural:

Em toda sociedade, a cultura é determinante em seus significados e significantes. A representação identitária cultural de um povo designa seus modos de saberes e fazeres cotidianos. É da natureza da cultura indígena a natureza do território. As raízes culturais dos índios estão ancestralmente ligadas ao território de sua identidade. Os traços locais da paisagem de um território são identificados através da leitura cultural do seu povo.

A cultura Xakriabá, ao longo dos anos, perdeu seus traços, principalmente após a chegada dos imigrantes do Nordeste, que até os caracterizavam como caboclos. Um dos primeiros relatórios da FUNAI já deixava clara a pouca expressividade marcante dos índios, o

andar nu, o arco e flecha e os afazeres nas aldeias. Com o reconhecimento legal “construído” dado a partir do Laudo Antropológico, a história Xakriabá se configura em um novo período. O grupo já buscava sozinho o seu reconhecimento que se fazia basicamente pelo território. Esse momento é marcado por lideranças como o Toré, que se apresenta como uma dança ancestral, porém seu principal objetivo é o resgate religioso, cultural, linguístico de todas suas tradições. A tradição ancestral passou a determinar, para os novos filhos Xakriabá, a persistência dos guerreiros que deram as suas vidas pela terra e liberdade. Mas, muitas das festas indígenas são marcadas pelas datas religiosas dos brancos, tendo destaque a Folia de Reis e os batuques que são as manifestações musicais acompanhadas de danças; rezas ou brincadeiras.

Em cada uma dessas manifestações mencionadas, faz-se a análise dos elementos de luta e resistência sobre o território. Conjuntamente, essas relações de apropriações de conhecimentos se estruturam ao longo do tempo como modos de tratamentos e intervenções.

Enquanto uma multidimensão do território Xakriabá, a cultura se estabelece na preservação de inúmeros rituais, desde a simples ação individual quanto à força da coletividade em expressar e representar os seus patrimônios vivenciados.

Os Xakriabá confeccionaram um livro por meio da segunda turma do curso de formação dos professores indígenas de Minas Gerais, no período entre 2000 e 2004. A coletânea de informações de bens materiais e imateriais, móveis e imóveis foi realizada a partir de 150 inventários, durante dois anos e meio. Conforme os organizadores da obra, “A maior preocupação era a destruição e desvalorização da memória cultural e ambiental Xakriabá, em especial das cavernas, sítios arqueológicos, lagoas, rios, locais sagrados, antigas taperas, cemitérios, objetos, antigas técnicas, festas, religião e músicas...”. (BAETA, 2005, p.7). Sobre o livro, a autora afirma que: “Será um importante instrumento de revitalização

cultural e deve também ser conhecido por estudantes nãoíndios, para que tomem conhecimento da riqueza histórica da cultura material e imaterial indígena Xakriabá”.

Além dos bens mencionados, destacam-se obras hidráulicas; olarias, oficinas e engenho; instrumento musical; bem móvel; morro; patrimônio emocional; cachimbos; pinturas corporais; pilões; potes; rezas e cruzeiros, cerâmicas e artesanatos de um modo geral. Todos esses exemplos estão configurados como relações da multidimensão, pois, na confecção e realização de cada um deles, agrega-se o valor histórico do povo sobre o seu território. Não haveria todas essas manifestações e objetos sem a constituição do território ao longo desses anos.

Nesse contexto do território, destaca-se a Onça Cabocla Iaiá⁴. É talvez o principal elemento de manifestações cultural, como mito que se constitui como tratamento sobre o território. A Onça Iaiá apresenta-se como uma das maiores representações “ocultas” para esse povo. A cosmovisão ancestral mítica e religiosa entre o mundo real e imaginário configura-se no saber cotidiano Xakriabá através da Onça. Nos rituais, ela se manifesta e traz soluções para os conflitos. O seu “aparecimento” proporciona harmonia e segurança para o território; ela é a guardiã das terras.

Outra importante manifestação cultural é a arte da pintura corporal que representa as águas, o encontro dos rios, a força do povo sempre batalhando e unido. Essa união se estabelece a partir do processo da ação territorialar, pois a “força em unidade” está no povo com o seu território.

⁴ Em vários trabalhos de campo tive a oportunidade de ouvir falar da Onça Iaiá. Os índios e mesmo pessoas da região falam a respeito dessa manifestação como sendo uma “força de grande poder”

Foto 19 – Expressão da Onça Iaiá em Pintura no pano-artisanato Xakriabá - exposto em mesa durante Audiência Pública no Brejo Mata Fome. A onça representa força e proteção ao território



Fonte: Acervo do autor, 2013.

Foto 20 – Expressão da Pintura Corporal, pintada na costa, em momento de manifestação coletiva na Festa no dia do Índio no Brejo Mata Fome. A Pintura representa a força das águas e união do povo



Fonte: Acervo do autor, abril 2009.

Foto 21 – Índio em dança na comemoração do Dia do Índio em 19/04/2009. Manifestação coletiva no Brejo Mata Fome



Fonte: Acervo do autor, abril 2009.

Foto 22 – Luta do Guerreiro Xakriabá, resgate cultural – atividades em comemoração do Dia do Índio em 19/04/2009 no Brejo Mata Fome. Esse tipo de atividade elege os “guerreiros” para representar a etnia nos Jogos Indígenas



Fonte: Acervo do autor, abril 2009.

O modo e tratamento de toda essa tradição se dá a partir das aulas dos professores indígenas e com a conscientização da comunidade. A preservação e conservação dessa história cultural se agregam como característica de resistência e empoderamento. Muitos são os projetos construídos para que a manutenção e salvaguarda da cultura permaneçam sempre

na pauta de luta. O resgate linguístico é dado a partir de encontros com os povos da língua⁵ “X”, Xerentes e Xavantes, reconhecidos como “parentes” entre si. Algumas palavras são inseridas em músicas que exploram a temática da vida e labuta sobre a terra e o território.

Nesse resgate com os demais “parentes” étnicos, são também realizados eventos que reúnem os outros povos do Estado. Como exemplo, nos Jogos Indígenas em que a confraternização entre os povos é manifestada com a participação de todos. Em cada jogo, identificam-se as relações entre o “poder” e o respeito, sempre em terminante harmonia entre os grupos.

No encontro das Mulheres Indígenas do Leste, as oficinas articulam os demais debates sobre a mulher e o seu papel nas lideranças e na luta pelas políticas territoriais e memória da história em busca da qualidade de vida. No evento Encontro Intercultural Indígena, a riqueza do conhecimento ancestral de rezas, danças, pinturas, cultivo de plantas medicinais e suas utilidades foram marcados pela sabedoria e conhecimento dos mais velhos de todas as étnicas presentes.

Foto 23 – Dança Xakriabá na sede do Brejo Mata Fome, durante a recepção de etnias no 1º Jogos Indígenas em setembro de 2012



Fonte: Acervo do autor, set. 2012.

Foto 24 – Caminhada guiada na Gruta do Janelão no Vale do Peruáçu. Momento de conhecimento da mata e cavernas pelos parentes de etnias de Minas Gerais, durante o Encontro Intercultural Indígena



Fonte: Acervo do autor, jun. 2012.

⁵ Na tradição linguística, não existe esse tronco de língua “X”, mas às vezes é utilizada essa denominação de forma figurativa.

A formação de associações assegura a convivência, união e perseverança nas aldeias, pois mantém os costumes e tradições. Além dos vários projetos, todo índio em sua individualidade apresenta em sua aldeia uma função e representação perante o grupo e toda a coletividade, que também representa para as demais aldeias que compõem as terras indígenas.

Foto 25 – Manifestação da Dança Toré em Igreja. Momento de reflexão e envolvimento dos índios com as suas visitas, representando as boas energias durante o percurso visitado



Fonte: Acervo do autor, 2009.

Foto 26 – Várias etnias reunidas no 1º Jogos Indígenas na sede da Aldeia do Brejo Mata Fome. A grande roda é para assistir e prestigiar os seus parentes em enfrentamentos corporais nas modalidades masculino e feminino



Fonte: Acervo do autor, set. 2012.

O patrimônio cultural Xakriabá é baseado em bens materiais e imateriais, naturais, intelectuais, emocionais e sobre objetos que ilustram a cultura rica desse povo. Com essas principais vivências em seu cotidiano, pode-se afirmar o quanto o processo de resistência cultural apresenta-se como uma ação de multidimensão sobre o território. Em cada ato em que se expressam as relações culturais desse povo, dentro ou fora das aldeias, fica expressiva a marca comum com relação ao território. A interação do tratamento da cultura se acrescenta conjuntamente com o tratamento das relações no campo político.

b) Político:

Nas multidimensões no tratamento das relações do campo político, fica estabelecida na história dos Xakriabá essa relevância. Com a constituição de uma terra indígena pelo Estado,

contrário ao território indígena desejado pelos índios, está presente o embate político. Essas raízes se apresentam desde as primeiras lutas no século passado. O discurso sobre a ação territorial é talvez o principal elemento de debate, pois se trata de uma ação essencialmente do campo político do diálogo e da retórica. As concepções ideológicas também permeiam esse campo de análise das estruturas políticas. A posse de terras e o resgate dessas, a partir das forças de resistência e luta, estão também voltadas para a questão das políticas.

Todos os atos realizados pelas lideranças na busca de reconhecimento de seu território; suas andanças e idas em busca de ajuda ao governo são ações no campo político. No passado, algumas andanças e pedidos foram feitos ao extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A consolidação do posto da FUNAI afirma uma política indigenista, a Reserva Indígena Xakriabá, localizada na aldeia do Brejo Mata Fome a partir de dezembro de 1973. Segundo Paraiso (1987), a esfera política está intrinsecamente ligada à esfera religiosa. Os candidatos à liderança e, principalmente, a cacique devem crer em Iaiá, personagem da cosmologia Xakriabá.

A distinção entre uma *luta indígena* (fundada na própria história da luta pelo reconhecimento étnico como índios pelo Estado brasileiro) de uma *luta política* (partidária e eleitoral) frente à imbricação histórica entre os dois tipos de ativismo, representava pois, a distinção entre a *política indígena* e a *política* tal como é praticada pelos “brancos”, na visão dos índios. (OLIVEIRA, 2008, p.14).

As invasões de terras realizadas pelos fazendeiros, posseiros e grileiros geradas ao longo da história, tornam-se uma ação direta que infringe os Direitos Humanos. O ato de recorrer à justiça para assegurar os seus direitos passam a ser uma tarefa constante na política das lideranças. Às vezes, em razão de pouca maturidade e força de reconhecimento por parte do discurso indigenista, o confronto com o discurso político partidário dá “margem” para várias interpretações sobre as terras.

A emancipação municipal, desde 1995, é talvez uma das principais ações da política regional e local. A partir desse processo, grande parte do eleitorado passou a ser indígena, o que favorece a obtenção e conquista de cargos administrativos na prefeitura local, tanto de

vereadores, como do próprio prefeito. O povo Xakriabá conquistou o seu espaço na política partidária e mostrou sua força representativa, e seu poder tanto local como para as demais etnias no estado e no país. A conquista do espaço político na prefeitura facilitou a condição legal do índio, pois foi criada uma secretaria de assuntos indígenas. A prefeitura representa parte da luta de resistência no que tange à melhoria da qualidade de vida com enfoque na saúde e na educação. Nos três últimos mandatos, a consolidação dessa estrutura política afirmou em qualidade e quantidade das ações propostas e executadas na perspectiva do povo, tanto nas aldeias como na sede urbana.

As Audiências Públicas nas terras indígenas têm sido uma representação de cunho político de expressividade de “poder”, pois articulam-se diretamente com as lideranças e o governo. Algumas dessas audiências foram realizadas também na “casa” – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – do homem branco. Três audiências marcaram a vida Xakriabá, sendo a primeira em 20 de setembro de 2007, no Fórum da Comarca de Manga-MG, que discutiu sobre o assassinato de Avelino Xakriabá; a segunda, em São João das Missões-MG sobre os direitos humanos em 17/06/09, com um grande número da população indígena presente; e a última, na Assembleia da capital mineira de Belo Horizonte em 29/06/09, também de direitos humanos, mas voltada para as questões de demarcação do território. As figuras demonstram a popularização dessas ações.

Foto 27 – Índios manifestando-se na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais-ALMG, momento de reivindicação dos direitos em, 27.04.2012



Fonte: Acervo do autor, abril, 2012.

Foto 28 – Audiência Pública de Direitos Humanos na sede do Brejo Mata Fome, 04.10.2011. Momento de verificação das denúncias de fazendeiros ao povo



Fonte: Acervo do autor, outubro, 2011.

Foto 29 – Lideranças Xakriabá na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), juntamente com parentes de outras etnias. O Abril Indígena reúne as etnias de todo o estado mineiro



Fonte: Acervo do autor, abr. 2011.

Foto 30 – Cacique Domingos Xakriabá na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais-ALMG, assistindo a apresentação dos parentes Pataxó de Carmésia-MG



Fonte: Acervo do autor, abr. 2011.

A representação política é realizada também através de atuação e a representatividade em diversas instituições e entidades que se relacionam com a defesa dos povos indígenas. A participação de líderes e jovens formadores de opinião dentro do grupo a cada dia é ampliada. Os direitos são defendidos e o conhecimento sobre os seus deveres se faz presente na participação de reuniões, seminários, encontros com o Estado, Organizações não Governamentais e do terceiro setor de um modo geral. A participação em vários outros projetos sociais e ambientais de melhoria da qualidade de vida, como os da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); da Universidade Estadual de Montes Claros

(UNIMONTES), assim como outras instituições educacionais; do Conselho Consultivo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, junto com do Conselho do Mosaico Veredas-Peruaçu; do Centro de Agricultura Alternativa (CAA); do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) – é significativa na construção e comunicação do discurso político.

Toda essa força política em constante articulação reconstrói as territorialidades diante das necessidades marcadas no território. As figuras a seguir identificam esses momentos entre o discurso e as práticas desses discursos, pois mostram a participação efetiva da comunidade indígena frente às questões locais e nacionais da política indigenista.

Foto 31 – Dia de manifestação em comemoração ao Dia do Cerrado em Brasília-DF. Os Xakriabá representam os índios que vivem no Cerrado perante o Movimento dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC)



Fonte: Acervo do autor, set. 2009.

Foto 32 – Reunião do Mosaico Veredas –Peruaçu, no Brejo Mata Fome, com lideranças indígena. Momento de debates de gestão territorial dentro e fora da terra indígena



Fonte: Acervo do autor, set. 2012

No contexto político das multidimensões do território, o povo Xakriabá se apresenta bem avançado, pois se coloca sempre diante da realidade participativa frente aos seus direitos, parceiros e opositores. O território Xakriabá, hoje em momento de retomada, se faz pertinente devido a esse esforço de resistência e luta cotidiana, tanto dentro quanto fora da aldeia. Ainda nas relações de tratamento das multidimensões, enquadra-se a questão ambiental.

c) Ambiental:

A relação de qualquer indígena com a “mãe Terra” é ancestral, espiritual e orgânica. O uso da terra, da mata, do rio e de todos os elementos do meio ambiente causa impacto, porém para o índio esse impacto é mínimo, já que ele cultua a natureza como fonte de vida. O solo é visto como meio de produção de pequenas lavouras de subsistência, e é utilizado com técnicas antigas e tradicionais de cultivos e tratamentos. A área atual do Brejo Mata Fome foi trabalhada no passado, pois era terra de grande fertilidade nas margens do Rio Itacarambi. Apesar das Unidades de Conservação terem restrições ao uso dos recursos, existem ações de desmate e queimadas.

Os Xakriabá, na busca de sustentabilidade de suas terras, já utilizam manejos de conservação e preservação. O projeto de recuperação e proteção das nascentes das aldeias Xakriabá recebe o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS). Com a ajuda do Centro de Agricultura Alternativa (CAA) e a implantação de vários projetos, como cercamento de nascentes e revitalização de áreas degradadas, têm iniciado várias ações coletivas. Uma das principais iniciativas foi a construção de um horto florestal, com viveiro de espécies nativas da região.

Outra ação primordial em relação à convivência com a seca foi a de formação e capacitação de Brigadas de Incêndios. Os brigadistas trabalham diretamente com a população no processo de educação ambiental, como prevenção antes da formação das roças, além de realizar combate direto ao fogo, tendo a comunidade como parceira. Essas brigadas apresentam um papel fundamental informativo, fiscalizador e empreendedor, pois, de maneira ativa, participam das atividades de fogo controlado e monitoram as ações dos agricultores no período das limpas para as roças.

Foto 33 – Em dias de queimadas de preparo da terra, a comunidade recebe o apoio dos brigadistas capacitados que combatem o incêndio, caso o fogo saia do controle, além de fazerem reforço de dicas preventivas de educação ambiental



Fonte: Acervo do autor, set. 2012.

Foto 34 – As barraginhas para captação de água pluvial para abastecer o lençol freático tem sido uma das ações diretas no aproveitamento de água no período das chuvas. Essa iniciativa tem apoio de projetos federais institucionalizados



Fonte: Acervo do autor, out. 2009.

Outra medida foi a construção de 202 barraginhas, sendo 130 delas na reserva indígena. As barraginhas tem como função a contenção de água para a perenização de nascentes e revitalização de alguns olhos-d'água. Também foram construídos terraços em curva de nível para direcionar às águas da chuva e evitar o assoreamento dos cursos dos rios.

A prefeitura local criou o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), que tem ação direta com as atividades e projetos na reserva. São realizadas reuniões, palestras e atividades de campo com o intuito de minimizar as degradações locais. A Secretaria de Meio Ambiente local criou uma unidade de conservação municipal, além de desenvolver ações de atividades de educação ambiental sobre as questões comuns como lixo, desmatamentos, queimadas, recursos hídricos, tratamento e esgotamento da água. Como existem na região várias Unidades de Conservações, tanto federais quanto estaduais, e são vizinhas às terras indígenas, existe uma participação ativa dos índios nos conselhos consultivos delas.

Esses modos de tratamentos e intervenções ambientais estão diretamente voltados para os modos e tratamentos cultural e político já mencionados. As multidimensões proporcionam

de maneira à efetivação da ação territorialar se constituir perante o processo contínuo desses atos no cotidiano.

Essas três estratégias mencionadas no “modos de tratamento e intervenções dos povos indígenas Xakriabá” representam parte da condição de luta e resistência, o que configura as multidimensões sobre o território. São ações de territorialidades que estão intrinsecamente presentes na história desse povo. Assim pode-se ampliar essas estratégias e reconhecer o mundo externo da aldeia e como as territorialidades são afetadas pelos que estão “de fora”, além de suas consequências para a constituição da etnogênese e sua manutenção.

4.3 As relações das ações das multidimensões: olhares “de fora”

Dentro das multidimensões de modos de apropriação das territorialidades, o povo Xakriabá reconhece a importância de se relacionar de maneira direta e indireta com o mundo fora das aldeias. O papel da etnogênese como um fenômeno sociocultural-antropológico retransforma a “essência” desse povo, já muitas vezes afirmado na condição e instrumentalização do Toré e suas representações.

Diante das conjunturas histórico-políticas do país com relação às nações indígenas e mesmo com a afirmação constitucional expressa nos artigos 231 e 232 da Constituição, eles reconhecem que o esforço histórico sempre se fez presente na pauta do discurso indigenista.

Tantos são os olhares sobre o índio que o seu reconhecimento, na maioria das causas e lutas, cria hipóteses negativas sobre o seu processo de identificação. Na condição de modernidade, o índio também “faz-se moderno”, e não perde de vista a sua etnicidade. A memória deixa claro por quantas foram as vezes que o Estado negou a sua condição. Nesse contexto, as mudanças acatadas em cada grupo indígena têm a sua fundamentação histórica e peculiaridades próprias. Torna-se exemplo como os Tupinambás, que tinham na guerra e nos

conflitos tribais a condição natural de seu povo, como registrou Florestan Fernandes (2006)⁶ em *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. Apesar da luta geral que os “parentes” têm em busca da liberdade, cada uma das etnias apresenta suas especificidades diante dos processos de territorialidades.

Na condição atual, os Xakriabá utilizam muitas estratégias nas várias formas de empoderamento da modernidade, o que reforça a condição da identidade sobre o território. Essa condição atual de luta não elimina a memória da luta do passado como a busca de força dos seus ancestrais na natureza, na cosmovisão desses elementos míticos e religiosos como a “Onça Cabocla - Iaiá” e o Toré.

Estratégias tidas como modernas são reconhecidas e trabalhadas em ações conjuntas com várias instituições, tanto governamentais como as do terceiro setor. Existem instituições que atendem ao Estado, nas esferas federal, estadual e municipal. Outras são as instituições, como as Organizações Não Governamentais ou Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP).

Diante de algumas experiências, constata-se que as ações conjuntas entre índios e instituições geram frutos positivos para a vida comum desses povos e enriquecem de maneira convincente as suas formas de empoderamento. Em ambos os casos, a rede que se forma nas diversas instituições se apropria de forma qualitativa e quantitativa das informações gerais e específicas das populações tradicionais.

A prerrogativa e dúvida que ainda se estabelece nessas relações é a de saber sobre sua necessidade, seus aspectos positivos ou não. Devem estar claras as condições e os limites de “entrada” no mundo dos indígenas. A comunhão entre as instituições e os povos enquadram-se no processo da modernidade sem se contrapor à tradição. Os saberes e conhecimentos ancestrais da cultura comungam com o conhecimento técnico e científico muitas vezes

⁶ FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. Prefácio de Roque de Barros Laraia. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

trabalhados pelas instituições. Faz-se necessário que tanto os indígenas quanto “os de fora” reconheçam a riqueza do processo de interlocução cultural.

Conforme Paraiso (1987, p. 38), “A organização política de uma sociedade indígena apresenta aspectos peculiares que a distinguem do modelo da sociedade nacional”. A configuração do espaço territorial do município de São João das Missões-MG, desde 1995, favorece politicamente o acesso das instituições governamentais estaduais e federais, via prefeitura.

Muitas são as áreas de atuações que se enquadram nas ciências humanas, exatas, sociais, biológicas, agrárias e econômicas, demandando iniciativas com temáticas sociais; econômicas; jurídicas; ambientais; religiosas; culturais; históricas; antropológicas e outras. São demandas próprias da população indígena, que abarcam a vontade comum da coletividade. Em cada área citada acima, existe uma preocupação na captação de recursos os quais possam viabilizar a execução de algum projeto na aldeia, que se apresenta com maior demanda. A decisão da implementação dos projetos, resultados de iniciativas comuns entre as instituições e os índios, fica a cargo da comunidade, materializada na postura dos caciques. No estudo de Paraiso, esta comenta que:

É interessante constatar que o conselho, qualquer que seja o seu nível de representação, goza de prestígio e de poder efetivo. Quando há discordâncias quanto às soluções propostas pelo cacique, a nível da comunidade global, ou às propostas pelo representante, a nível de aldeia, são necessários longos diálogos, em busca do consenso. O cacique Rodrigues assim definiu as limitações de seu poder: ‘o cacique sozinho não pode mudar nada ou resolver qualquer coisa. Ele tem sempre que ouvir os representantes. (1987, p. 39).

Muitas demandas são atendidas em função da necessidade do grupo, mas outras acontecem com a iniciativa de órgãos e instituições. Também iniciativas acontecem via “Programas de Governo”, que atingem não somente a área da reserva, mas todo o município, já que são macropolíticas governamentais. A junção dessas demandas perfazem uma estrutura diversificada em ações, assistências, intenções e necessidades locais e exteriores. Às vezes, as

posturas são confusas diante de diálogos mais polêmicos, mas também se completam nas relações de tentativas de minimizar os conflitos.

Independente do processo demandado “de fora” para “dentro” ou vice-versa, os Xakriabá não abrem mão de seus costumes e tradições. Estão sempre a valorizar e enriquecer a sua construção de relações culturais. Esse contexto pode ser verificado no Laudo Antropológico. Paraiso (1987) elenca quatro formas de trabalho coletivo na agricultura, sendo eles a União, o Ajuntamento, o Mutirão e o Adjuntório. Essas formas coletivas não se apresentam somente na lida com a terra, expandem-se também em outras atividades. Várias ações são estabelecidas em todas as esferas de atuação, recorrendo de maneira peculiar às relacionadas com os “modos de tratamentos e intervenções” ligados à cultura, à política e ao meio ambiente. A fim de clarificar reflexões anteriormente feitas, serão apresentadas instituições que efetivam trabalhos com os índios, na reserva e mesmo no município pesquisado.

A Fundação Nacional do Índio é órgão federal, ligado ao Ministério da Justiça que tem como função assistir o índio brasileiro. Baseado na Constituição Brasileira, no que tange aos artigos 231 e 232 e outras legislações, a FUNAI se apresenta como a “mão” do governo junto às comunidades indígenas, mesmo que haja discrepância em algumas formas de pensar o Estado, além das tradições que são ancestrais e centenárias. Nos Xakriabá, o posto apresenta os serviços comuns de assistência sobre a regional de Minas Gerais que se encontra em Governador Valadares. Ações como distribuição de cesta-básica, sementes e de grupos de trabalhos para demarcação e mesmo assistência jurídica em audiência pública são demandadas. As relações das ações das multidimensões constituem, de maneira geral, sempre em ações baseadas na territorialidade. O território e suas configurações entre as desterritorialidades(zações); reterritorialidades(zações) e as multiterritorialidades(zações) estão presentes na base do discurso institucional tanto na perspectiva do Estado e/ou governo

e quanto também, ora, na perspectiva indígena. Na condição epistemológica da categoria território, a reserva indígena e terra indígena são toponímias legais utilizada pelo órgão e suas ações. Em muitos dos discursos de seus funcionários e agentes públicos, esse conceito é estabelecido e confundido com terra indígena, com território na concepção geográfica e suas derivações linguísticas adjetivadas em territorialidades. Na constituição legal de funcionário público, o termo indigenista é utilizado pelos que, de maneira direta e indireta, lidam com o trato junto aos índios. Pode-se historicizar vários episódios que contextualizam as relações entre o Estado e o indígena. Mas, aqui, faz-se defesa das relações que perpassam pela etnogênese e o reconhecimento do território tradicional, assim como esse último é tratado na Constituição Brasileira. Reconhecer o discurso, voz e vez das etnias é de certa forma minimizar os impactos sofridos ao longo da história. Muitos programas dentro das terras indígenas são amplamente trabalhados e buscam a valorização e liderança dos índios. Além disso, fica a cargo do órgão governamental a manutenção da logística estrutural e organização.

A saúde é pauta marcante nos debates. Historicamente, os povos indígenas apresentam fragilidades orgânicas diferentes do restante da população. Isso requer uma demanda específica dos tratamentos preventivos, diagnósticos e prognósticos, além de reconhecer a cultura e o saber. Os programas governamentais, na condição de envolvimento com a saúde indígena, transferem as ações da Fundação Nacional de Saúde para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). A missão institucional da Fundação Nacional de Saúde compreende duas vertentes principais que se vão desenvolver mediante a elaboração de planos estratégicos nos segmentos de Saneamento Ambiental e de Atenção Integral à Saúde Indígena. A Funasa é gestora do Subsistema de Saúde Indígena, na estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS)⁷. Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DESEI) assistem diretamente à comunidade indígena em suas necessidades básicas e específicas. Já a SESAI é a área do Ministério da Saúde criada

⁷ Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/internet/missao.asp>>. Acesso em: dez, 2013

para coordenar e executar o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde – em todo o território nacional⁸. Atualmente, pode-se destacar o trabalho com a nutrição baseado na segurança alimentar. Essa segurança é fundante na ação das territorialidades, pois muitos são os incentivos da cultura local em relação ao cultivo e plantio para a melhoria da qualidade dessa alimentação e saúde de maneira geral. No que tange ao uso da água e o saneamento, destacam-se as territorialidades que, de maneira prática, utilizam o recurso, preocupando-se sempre com a sua conservação, gestão e convivência de maneira geral.

A Universidade Federal de Minas Gerais, instituição de grande importância nas terras indígenas e no município, realiza inúmeros trabalhos. Ao longo de vários anos, a UFMG afirma ações entre o conhecimento acadêmico e o saber local. Nas diversas áreas do conhecimento e em inúmeras linhas de pesquisas, pode-se constatar os projetos e ações voltados para a pesquisa, ensino e extensão junto à comunidade. Atualmente, podem-se destacar as ciências humanas e sociais, com a implementação de turmas de educação em nível superior para os indígenas, além de projetos na área ambiental. O conhecimento acadêmico é “o tutano que engrossa o caldo” na perspectiva dos saberes e fazeres, além do processo de formação do indivíduo politizado e conhecedor de seus direitos e deveres. A universidade, tanto quando age na pesquisa-ação como nas pesquisas quantitativas, apresenta o elo social que o governo institui com as etnias e a sociedade como um todo. Nesse mesmo sentido, pode-se compreender também o inverso, pois o índio também sai de sua aldeia e vai ao *campus* universitário participar de cursos, graduações, capacitação e, de maneira geral, compartilhar o conhecimento ancestral, sendo que acaba por valorizar, dessa forma, a sua cultura, ampliar o nível de informação. Nessas ações entre o território de “dentro” e o “de fora” é que a dinâmica das territorialidades são exercidas, pois o conceito de lugar é

⁸ Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm>>. Acesso em: dez, 2013

expressado constantemente através do sentimento pela terra, além de remeter o discurso para o território fundante.

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) também faz um trabalho semelhante. Juntamente com a FUNASA, a universidade apresenta um interessante trabalho de segurança alimentar. Realizam palestras, oficinas e oferecem esclarecimentos para toda a população indígena e não indígena. Esse trabalho atende a programas governamentais, porém faz-se com a iniciativa local da comunidade e de agentes que vivem no município.

Ainda na perspectiva acadêmica, a Universidade Solidária⁹, diante do programa geral do governo federal, assiste de maneira direta o município e a reserva indígena. Ambos os territórios são atendidos com várias ações, tendo a Universidade Estadual de Montes Claros como agente desse trabalho, no qual seus acadêmicos podem exercer suas habilidades e competências com a comunidade local. Vários trabalhos em diversas áreas de atuação são realizados: educação, saúde, meio ambiente, trabalho e direitos humanos. Na condução das atividades, são notórias entre os participantes, tanto de acadêmicos quanto de indígenas, ações voltadas diretamente para o território, pois se trata de uma demanda específica. Os universitários presentes nas ações reconhecem o quanto a etnia apresenta no discurso as relações territoriais com a qualidade de vida. Fica de maneira clara e expressiva que o território é condição primeira para a realização de outras ações futuras. A condição de segurança pública para a população indígena é amplamente debatida, pois também está diretamente relacionada ao território. A manutenção desse tipo de ação deve ser reconhecida e aprovada pela comunidade indígena, e, tendo a sua avaliação, entende-se que a parceria pode e deve ser contínua, pois o conhecimento moderno e os saberes ancestrais se ampliam e se multiplicam.

⁹ Atividade realizada em janeiro e fevereiro de 2010.

Na configuração da esfera federal, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) apresenta-se como órgão fomentador de alguns recursos demandados, inclusive por universidades que trabalham com os povos indígenas. Pode-se exemplificar o caso dos cercamentos de nascentes, que envolvem também, várias oficinas participativas. Essa e outras ações ambientais são vinculadas à educação ambiental, à cultura ancestral dos costumes da lida na terra e à conservação e preservação dos recursos. O enfoque principal desse trabalho é o território e as ações de territorialidades nesse espaço sociocultural. Essas territorialidades mantêm relações diretas vinculadas à condição de políticas territoriais ambientais. A gestão do território, o zoneamento de áreas, a restrição de lugares sagrados constituem elementos de debate entre a configuração das políticas públicas ambientais e os costumes na terra indígena. As ações são também determinadas pela sazonalidade climática. A convivência com a seca é o principal ponto, pois passa a ser um desafio, ano após ano. Reconhecer os processos de territorialidades nas condições mínimas de sobrevivência é a afirmação de permanência e resistência pelo território.

Outros dois órgãos da esfera federal é o IBAMA/ICMBio, que marcam a sua territorialização através do escritório regional, além das inúmeras Unidades de Conservação. No caso, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, que faz limite direto com as terras indígenas; e outra UC, a Área de Proteção Caverna do Peruaçu (APA Peruaçu). No discurso dos povos Xakriabá, essas áreas são indígenas conforme o processo de doação. Fica bem clara, no documento, a delimitação desses espaços. O choque entre a territorialização do Estado e as territorialidades indígenas estabelecem nesse contexto alguns pontos comuns e outros divergentes. Não somente na documentação de doação, mas em relatos de memorialistas e pesquisas realizadas na região, configuram a presença dos índios nessas áreas. São comuns entre os índios e os órgãos, as condutas de preservação e conservação, mas nem sempre o uso tradicional da terra com base na cultura indígena atinge a coerência exigida

pelas políticas públicas atuais. As unidades apresentam zonas de amortecimento em seus limites determinados, e atingem a sobreposição de território, no caso nas áreas limítrofes com a terra indígena. Essa sobreposição de áreas levanta outras análises sobre o conceito empregado de territorialização e territorialidades, lembrado aqui como ponto de pesquisa e estudo desse trabalho. A cultura ancestral de cultos em cavernas é comum na concepção religiosa e mítica para a etnia. Atualmente, a legislação em vigor estabelece inúmeros critérios de visitação às cavidades naturais subterrâneas. Em relação às cavernas, o ponto em comum é que os índios concebem-nas como paisagem do seu lugar e por isso as entendem como um patrimônio natural, principalmente as que apresentam riquezas arqueológicas de seus antepassados. Na construção do discurso, tanto indígena quanto do governo, os índios têm representatividade no Conselho Consultivo do PARNA. Essa ação passa a ser uma linha direta de comunicação no processo de multiterritorialidades.

Na perspectiva dos direitos humanos e religiosos em nível nacional, faz-se presente, na vida cotidiana dos indígenas, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a qual, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, ao promover as grandes assembleias indígenas, em que se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. O objetivo da atuação do CIMI foi assim definido pela Assembleia Nacional de 1995:

Impulsionados (as) por nossa fé no Evangelho da vida, justiça e solidariedade e frente às agressões do modelo neoliberal, decidimos intensificar a presença e apoio junto às comunidades, povos e organizações indígenas e intervir na sociedade brasileira como aliados (as) dos povos indígenas, e fortalece o processo de autonomia desses povos na construção de um projeto alternativos, pluriétnico, popular e democrático¹⁰.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=247&eid=224>>. Acesso em: dez, 2013

A luta Xakriabá e de todas as nações mineiras e brasileiras são apoiadas pelo CIMI. Dentro do conselho, existe a presença dos Xakriabá, que fazem as reivindicações das demandas e têm a política territorial como questão primordial. Em documentos da vida dos Xakriabá, encontra-se de forma marcante a presença de membros do CIMI sempre à frente das lutas de resistência a dialogar de forma direta na instrução dos direitos legais indígenas. Em diversas reuniões, foi possível presenciar essa articulação. Em atividades como as Audiências Públicas, pôde-se observar que a articulação do CIMI frente às outras instituições, tanto “pró” como “contra” o índio, reconhece o trabalho sistemático do discurso da terra. Essa ação de territorialidade é marcada nas relações de negociações frente aos opositores fazendeiros, que entendem que o CIMI apresenta a “bandeira política partidária de esquerda”.

O conceito de território abarcado pela análise discursiva vincula-se diretamente aos direitos humanos do seu uso à propriedade. A terra é fundante como base de moradia, alimento e recurso na constituição de uma qualidade de vida próspera. Em diálogo direto com representante do CIMI no trabalho de campo¹¹, pôde-se comprovar o discurso afirmativo em prol das terras indígenas e de seu povo.

Na mesma linha de raciocínio do CIMI, a Caritas Brasileira faz parte da Rede Caritas *Internationalis*, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal¹². Essa instituição, através de sua Regional Minas, desenvolve vários trabalhos em todo o Norte de Minas, juntamente com a parceria do governo federal. Além de ações comunitárias, a instituição faz um serviço de comunicação e divulga as atividades dos índios como a defesa pela terra em audiência pública.

¹¹ Momento de Audiência Pública na ALMG; em Audiência em Montes Claros e no Brejo Mata Fome, em São João das Missões.

¹² Disponível em: <<http://www.caritas.org.br/quemsomos.php?code=8>>. Acesso em: dez, 2013

A luta reconhecida por essa instituição é determinante no processo de territorialidade, pois o nível de informação e divulgação que ela realiza é de abrangência e credibilidade. A instituição trabalha em prol de comunidades ribeirinhas: geraizeiros, caatingueiros, veredeiros, quilombolas e demais comunidades tradicionais por toda a região. O número de projetos executados e pleiteados pela instituição é de grande significado, principalmente no que tange à fixação do homem na terra. Com várias denúncias legítimas, a instituição identifica-se como parceira na causa indígena.

Em contato direto com representantes¹³ dela, reconhece-se a leitura do discurso sobre os processos neoliberais de luta pela terra frente aos povos. A realização de procissões, missas, assembleias locais, cursos de capacitação, informativo nas redes sociais e participação de conselhos regionais têm sido a tônica desses que lutam e resistem junto com os índios. No processo de territorialidade, ainda se destaca o caráter político exercido pelo CIMI com ações diretas.

Em consonância com o CIMI e a Caritas, o CEDEFES é uma Organização NãoGovernamental, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual. A sua sede fica na cidade de Contagem-MG. Seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais. O nome escolhido para o Centro, fundado em 1985, é uma homenagem a Eloy Ferreira da Silva, trabalhador rural e sindicalista, assassinado em 16 de dezembro de 1984, no Vale do São Francisco, Minas Gerais¹⁴. A instituição faz um excelente trabalho de divulgação da cultura indígena, além de denúncias no que tange às lutas desses povos. Em acesso ao escritório do CEDEFES na capital mineira, obtivemos acesso à literatura especializada de várias etnias do estado de Minas Gerais. A relação de parceria política e ideológica que a instituição apresenta também

¹³ Diálogos realizados em reuniões e ações locais na região do Norte de Minas Gerais.

¹⁴ Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/index.php?p=inst_apresentacao>. Acesso em: dez 2013.

se configura através de pesquisas junto com universidades. Muitos documentos que estão diretamente voltados para a história de luta dos Xakriabá, como cartas diretas da comunidade para “denúncias e revelações de acontecimentos”, encontram-se nos processos de reivindicações pelas terras. A contextualização dessas ações de territorialidades é constatada através do empoderamento que os povos apresentam junto com a instituição na resistência. Através da rede social, o *site* institucional apresenta notícias diretas das comunidades indígenas e quilombolas.

Essas três últimas instituições possuem abrangências internacional, nacional e regional. Fazem a defesa da terra como uso comum desses povos, sendo de maneira específica, os indígenas. Na seara do debate, principalmente no campo político, o discurso do território é contrário à territorialização do Estado e foca as territorialidades exercidas pelo povo. O reconhecimento do papel e da importância dessas instituições é apreciado, respeitado e, ao mesmo tempo, “temido” pelas partes envolvidas.

Outras instituições de cunho ambiental estão presentes nas relações de territorialidades e ampliam essa multidimensão em que os Xakriabá estão contextualizados.

Por ser uma região com predominância da paisagem cárstica e as cavernas fazerem parte do contexto cultural indígena local, muitas são as instituições de estudos espeleológicos, como a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE); Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas (GBPE); Sociedade Excursionista e Espeleológica (SEE); Espeleogrupo Peter Lund (EPL); Espeleogrupo de Brasília de Minas (EBM); Espeleogrupo Vale do Peruaçu (EVP); Grupo de Espeleologia e Estudos Orientados de Januária (GEO); e Espeleogrupo de São João das Missões (STONE). Todas essas instituições trabalham em prol da preservação das cavidades naturais subterrâneas. Em documentos que retratam a história antiga e recente dos Xakriabá, pode-se constatar e destacar que a cosmovisão desse povo está diretamente relacionada com as cavernas e as matas que a circundam. O processo de ações de

territorialidades está associado à conservação das cavidades em sua estrutura física, as possíveis hipóteses de trabalhar o turismo de base de desenvolvimento local em cavidades, além do ecoturismo. Patrimoniar e salvaguardar a memória de bens materiais e imateriais, tanto arqueológicos quanto os “causos” que envolvem essa gente com o seu lugar, os saberes e fazeres, é o passo primordial para a preservação desses bens. A gestão ambiental dessas áreas está vinculada também ao acesso à água em alguns períodos do ano.

Como representação local, regional e que tem envolvimento com a Rede Nacional do Cerrado, o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) apresenta uma das mais fortes comunhões entre os processos de territorialidades. Por mais de duas décadas, essa instituição estabelece de forma respeitosa e direta o relevante trabalho pedagógico, jurídico, social e econômico vinculados à terra, seu uso e sustentabilidade. São realizadas oficinas, palestras, pesquisas e muitas práticas que envolvem a cultura do uso ancestral da terra. Identificamos nessa parceria a multidimensão da territorialidade que dinamiza em várias áreas de atuação, desde a política, econômica, cultural, ambiental, até outras formas, como as da reciprocidade e solidariedade. Os membros dessa instituição reconhecem nos indígenas uma fonte secular de saberes e compartilha com eles as suas tecnologias sociais frente ao domínio do processo territorial. O berço dessas relações é o território.

Ainda na dinâmica ambiental com representação na esfera federal, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)¹⁵, em Minas Gerais apresenta um trabalho de convivência com a seca. Grande parte das Terras Indígenas Xakriabá se encontra na área de contato do bioma cerrado com a caatinga, em que a deficiência hídrica é alta no que tange à pluviosidade, além de apresentar pequenos cursos de rios que nem sempre se mantêm frente a essa situação, e se tornam intermitentes em parte do ano. A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) é um fórum de organizações da sociedade civil, luta pelo desenvolvimento social, econômico,

¹⁵ Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em: dez, 2013

político e cultural do semiárido brasileiro, desde 1999. Atualmente, mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católicas e evangélicas, ONG de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, fazem parte da ASA. A coordenação executiva, composta por dois membros de cada estado do semiárido (todos do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), é a instância máxima da Articulação, seguida dos Fóruns ou ASA Estaduais e dos Grupos de Trabalho. O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o projeto demonstrativo do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e o Programa Bomba-D'Água Popular (BAP) são as atuais ações geridas pela ASA. Muitas cisternas e barraginhas foram implementadas nas terras Xakriabá. A ASA tem debatido sobre dois temas que refletem na realidade do povo do semiárido: a desertificação e a produção do biodiesel através do cultivo de oleaginosas.

O cotidiano da convivência com as condições determinadas pelo clima é parte da cultura Xakriabá. O contexto próprio da paisagem, da terra e da falta de água, faz com que a necessidade de desenvolver recursos humanos e ambientais que supram a condição estabelecida. As ações da gestão das territorialidades nesse quesito determinista fazem com que ações como o extrativismo e o conhecimento da vegetação sejam auxílios na própria alimentação. Na articulação dos conhecimentos sobre a natureza, destaca-se o Movimento dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC), que, junto à Rede Cerrado e ao Centro de Agricultura Alternativa (CAA), atua com oficinas e palestras. Foi essa articulação que permitiu o Encontro dos Povos do Cerrado em setembro de 2009, na capital de Brasília-DF.

Foto 35 – Na comemoração do Dia do Cerrado, representantes Xakriabá vão à capital em Brasília-DF, na Feira dos Povos do Cerrado, reivindicar os direitos pela terra, o bioma e as águas, fontes primárias do seu território



Fonte: Acervo do autor, set. 2009.

Foto 36 – Na Feira dos Povos do Cerrado, o Encontro da MOPIC reuniu as principais etnias do país que vivem e dependem do bioma Cerrado. O Encontro favoreceu a troca de experiências de projetos que deram certo e necessitam ser replicados



Fonte: Acervo do autor, set. 2009

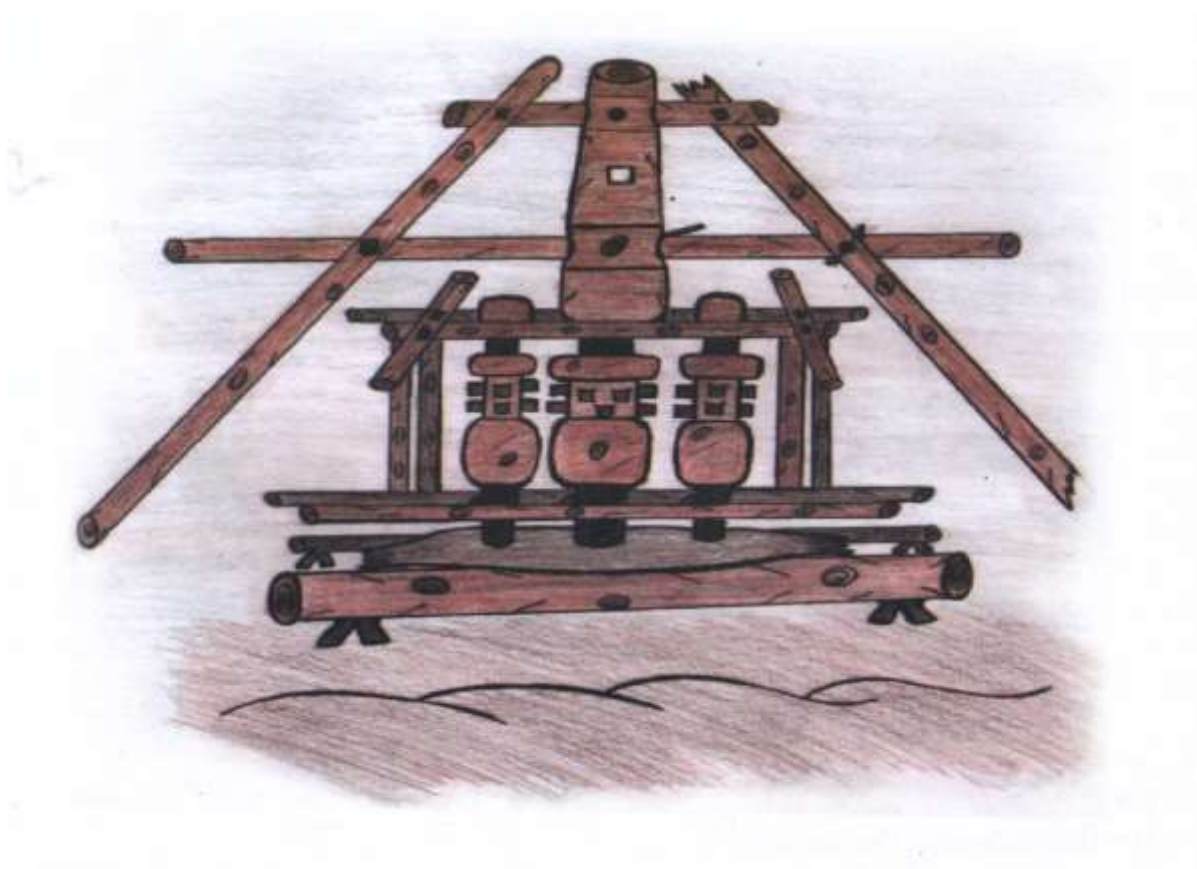
Nesse evento, pode-se concretizar as ações conjuntas de territorialidades com outras etnias de todo o país. A troca de experiências com projetos de semente crioula, tratos culturais e convivência com a seca demandou a tônica que envolve todo o cerrado. Na participação direta nessa oficina, enquanto agente-pesquisador, fui recebido como o único não índio em meio a centenas deles. Foi discutido o papel do índio na preservação do bioma cerrado e o processo de territorialização. Os Xakriabá apresentaram resultados positivos, que foram compartilhados com “os parentes” dos demais povos. No contexto dos “de fora”, através da observação participante, acabei por incorporar e fazer parte do processo, pois a comunhão entre as etnias, a receptividade e a necessidade de explorar tanto as propostas de soluções quanto discutir os problemas comuns constituem-se de parte da metodologia etnográfica.

Diante dessas inúmeras formas de dimensões e relações de territorialidades dos “de fora” não mais importantes, mas tão expressivas, são as redes sociais. Essas atuam em inúmeras áreas, e a informação é a sua principal atividade. A manutenção das relações sociais afirma-se com o conhecimento e comunicação entre todas as instituições pertencentes à rede.

As temáticas discutidas estão sempre relacionadas com o território; cultura; identidade; sustentabilidade; qualidade de vida; políticas estratégicas e soluções para o cotidiano.

Entende-se que o “poder” vinculado a essa forma de expressar, denunciar, conhecer, trocar experiências e se reconhece perante as etnias e o restante da civilização tem sido fundamental para a configuração de luta e resistência. O processo de empoderamento reconhece através dessa mídia “uma cara nova” tanto para os “de dentro” quanto para os “de fora” na configuração da etnogênese e do Toré. Como exemplo dessa ação de territorialidade dentro da multidimensão, as jovens lideranças Xakriabá organizaram um *blog*, com informações pertinentes à luta pelo território, e reforçando a sua indigenidade com o nome “Eu também sou Xakriabá”. Essa autoafirmação constitui de forma singular a representação das relações nas territorialidades.

Todas essas relações das ações das multidimensões, mesmo tendo o olhar dos “de fora”, representam o processo que desencadeia e amplia o debate da ação territorial. Entendem-se como desencadeamento e ampliação as ações que de fato irão vingar junto aos demais processos e relações no território indígena, passando pelo reconhecimento dos saberes conjuntos, com o conhecimento acadêmico, e principalmente respeitando os processos de luta e resistência.



1

PARTE II

5 AÇÃO TERRITÓRIAR

¹ Engenho Aldeia Rancharia (BAETA, 2005, p.83) .

PARTE II

5 AÇÃO TERRITORIAR

“No dia seguinte, ao raiar da manhã, Cecília abriu a portinha do jardim e aproximou-se da cerca. – Peri! – disse ela. O índio apareceu à entrada da cabana; correu alegre, mas tímido e submisso”²

5.1 Introdução

O capítulo final reafirma a ação territorialar a partir das constatações entre a teoria e o empírico. O processo histórico e o vínculo que a etnia Xakriabá tem com o território foi identificado nos capítulos antecessores, com a exemplificação dos modos de vida nas aldeias, e com as experiências que relacionam os saberes e fazeres com as questões do mundo moderno. Nesse mesmo contexto, pode-se relacionar as ações das multidimensões tanto “dentro” quanto “fora” da sociedade indígena.

Dessa forma, nesse último capítulo, é importante destacar as interações e consolidação da ação territorialar baseadas na movimentação das práxis, o discurso e a ação em si, configurada pelos atos.

Com os subsídios das multidimensões e de suas relações no território dos Xakriabá exposto no capítulo anterior, torna-se esclarecedor e pertinente revelar as principais ações no território que são constituídas enquanto conflitos. No primeiro item, “5.2 Dos conflitos: movimento da práxis”, foram identificados os principais conflitos que são vivenciados no cotidiano desse povo. No seguinte momento, no item “5.3 O discurso como movimento da teoria”, revela-se e identifica-se a principal análise que está constituída no discurso em si, tanto fora quanto dentro do território. E, por fim, na última parte do capítulo denominado de

² ALENCAR, José de. **O Guaraní**. 3. ed. 5. reimp. São Paulo: Martin Claret, 2011, p. 59.

“5.4 A ação territorialar”, pode-se compreender essa análise no contexto histórico da luta de resistência, pois o território se constitui através do discurso da ação territorialar.

5.2 Dos conflitos: movimento da práxis

É nesse movimento de práxis que o sujeito Xakriabá passa também a ser agente que conduz as relações individuais e coletivas. Em ações constituídas de elementos contínuos presentes no cotidiano com as estratégias de lutas e resistências, afirma-se a configuração e efetivação das práxis ao longo do espaço/tempo. As multidimensões construtivas das territorialidades são fundamentais na concepção ação/ato territorialar. O ato perfaz a constituição dessa ação levando em conta as atitudes culturais, políticas e ambientais desse povo.

Ao ser sujeito e agente, os processos das relações na vida social desse povo abrangem dimensões de empoderamento e valores que vão além do discurso argumentativo.

O discurso³ passa a ter a sua própria movimentação, resultando, assim, em movimentos também das práticas voltadas às questões vigentes. Ou seja, a prática discursiva confirma-se na prática social. O conceito de território amplia a sua visão polissêmica e dialética, pois consolida-se a ação territorialar. A dinâmica do Território Xakriabá constitui-se a partir da afirmação das relações de vínculos e constante uso dessas afirmações.

As multidimensões constituídas a partir do processo histórico de luta e resistência são configuradas de forma contínua na vida dos Xakriabá. Essa contínua ação é traduzida a partir da emancipação do Toré enquanto etnogênese na proposta de identificação e reconhecimento

³ Segundo Oliveira e Carvalho (2013), Fairclough adota uma posição dialética para explicar essas relações: o discurso constitui as práticas sociais que, por sua vez, constituem o discurso. Isso significa que “o uso da linguagem dá sua própria contribuição ou à transformação da sociedade e da cultura, incluindo-se as relações de poder. É aí que reside o poder do discurso; e é por isso que vale a pena lutar por ele (FAIRCLOUGH; WODAK, 2005, p. 390). p. 83-284. OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antônio Batista Oliveira .Fairclough. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 281-309.

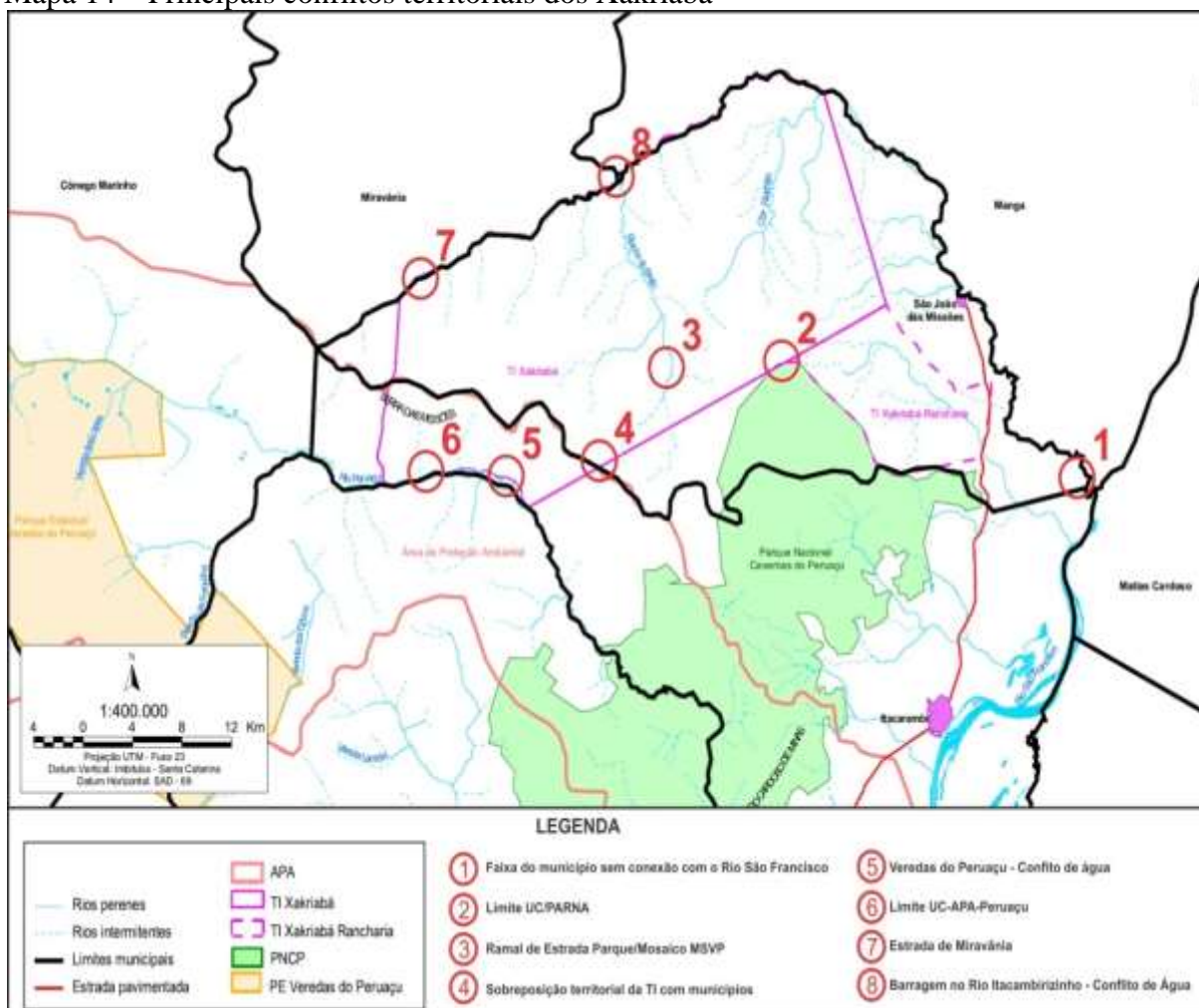
sociocultural e principalmente do território. Além da base física, esse território se constitui a “*teia*” que redimensiona movimentos dinâmicos entre a tradição ancestral e o mundo moderno. Esse mundo moderno possibilita o acesso às redes sociais já desenvolvidas pela comunidade e com a comunidade.

Essa condição entre sujeito e agente emancipa as relações sociais internas e afirma o empoderamento com as ações externas e do Estado. A liberdade alcançada nas conquistas sociais amplia o ser social enquanto índio e suas ações no território.

Os conflitos estabelecidos pelas territorialidades comuns ao Estado e aos indígenas apresentam fronteiras distintas no momento dos enfrentamentos e tomadas de decisões. Nesse contexto, foi possível identificar os principais conflitos, tendo alguns que se prolongam há centenas de anos, assim como alguns atuais e que requerem o conhecimento e novas multidimensões nas escalas atribuídas ao espaço geográfico. Em muitas das etapas de luta ao longo dos anos, reestabeleceram-se práticas de vida cotidiana, novas perspectivas no processo de conquista dos conflitos, como foi possível detectar.

O mapa configurado a seguir apresenta oito conflitos. Esses estão localizados e situados em todo o território da terra indígena e fora dela. Essa condição cartográfica de pontuar o conflito é mero processo do reconhecimento do espaço enquanto subsídio didático, já que compreendemos que o discurso do território é comum em todas as multidimensões e principalmente dialético. Os dois primeiros conflitos desencadeadores das hipóteses e propostas para a configuração da tese são os de número 1 e 4, conforme apresentado no primeiro mapa na introdução da pesquisa (vide página 28).

Mapa 14 – Principais conflitos territoriais dos Xakriabá



Fonte: Adaptado do Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (2005).

O conflito 1 revela a base do debate da ação territorial contínua desse povo. Diante da história e do processo de formação territorial do país e do norte de Minas, foi possível identificar esse espaço do sertão como uma fronteira política territorial entre os caminhos que foram desbravados, colonizados e povoados, evidenciado no primeiro capítulo.

Nas análises cartográficas dos últimos dois séculos, pode-se constatar que a instabilidade dos territórios pouco modificou. As constatações e posturas do Estado revela-se, de maneira geral, a favor das autarquias políticas e ruralistas, o que favoreceu o impasse na criação do município em 1995. Mesmo com o reconhecimento de terras tradicionais nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal, não foi possível o reconhecimento do território Xakriabá, conforme documento de doação reconhecido em cartório.

O Rio São Francisco não se integra nem ao município e nem à terra indígena, o que se torna uma reivindicação na concepção da construção do território. O território não se limita a uma área espacial, assim como deseja ser implantado pelo Estado, e sim a emancipação nas relações culturais, políticas, sociais, econômicas e ambientais dos povos indígenas Xakriabá. Ainda hoje, muitos são os conflitos entre a nação-étnica e os fazendeiros, grileiros e posseiros. O Estado, na tentativa de resolução, recria outros conflitos, já que a demarcação e homologação da “*reserva indígena*” atribuída por lei não estabelece o “território” desejado pelo índio.

Esse conflito número 1 já é tratado por Grupos Técnicos (GT) da FUNAI. Foram realizadas várias assembleias com participação popular tanto indígena quanto da população dos municípios envolvidos, no caso os de São João das Missões, Manga e Itacarambi.

Na hipótese de reconfiguração dos limites municipais, a terra indígena poderá ser ampliada, possibilitando o acesso ao Rio São Francisco. Essa difícil tarefa do Estado em corrigir “erros históricos” já aconteceu nas terras do sul do Bahia e houve desapropriação de dezenas de fazendeiros.

No caso específico dos Xakriabá, existem duas hipóteses, caso isso venha acontecer no processo de luta. A primeira hipótese é geradora da segunda. A primeira refere-se à conquista histórica do território. Com isso, de forma legal, deve haver ou desapropriação ou mesmo o reconhecimento de alguns moradores baseado no processo de etnogênese. Nesse sentido, o povo Xakriabá poderá ter novo conflito cultural em relação à sua identidade indígena, que está relacionada diretamente com o território, as territorialidades e, principalmente, com a ação territorial contínua. O reconhecimento de possíveis novos parentes por parte da comunidade indígena, levará a novas realidades conflituosas no que tange ao número crescente de habitantes, criação de novas aldeias, surgimento de novas lideranças e novas estruturas condizentes com a realidade qualitativa apresentada no contexto. No contexto, é

importante destacar os possíveis parentescos e casamentos, que configuram novos processos de entrada de parentes.

Existem dois movimentos importantes nesse conflito: um é a questão teórica e o outro a prática, assim como foi identificado nos discursos. O teórico articula-se na dinâmica epistemológica geográfica e a prática no movimento das relações sociais e o seu conjunto de atos relevantes para a conquista das mudanças.

O conflito 4, em destaque no mapa, a sobreposição territorial da Terra Indígena com municípios, é tão antigo quanto a reivindicação das terras na margem do rio do São Francisco. A maior parte da TI está no município de São João das Missões, porém ela encontra-se também dividida com o município de Itacarambi.

Essa condição de sobreposição de territórios estabelecida pelo Estado gera inúmeros “desconfortos” políticos, pois as relações de empatia nem sempre são estabelecidas com os indígenas, sendo que isso fica evidente em cada gestão da municipalidade. O discurso político reestabelece o “termômetro” no que tange às reivindicações de direitos de posses e até mesmo direciona “caminhos” que constituem novos conflitos e geram outras multidimensões de estratégias das territorialidades de ambos os casos. Tal situação vem referendar que a discussão é, nesse contexto, essencialmente política e envolve interesses próprios de gestões que se firmam ou não nos municípios vizinhos.

O conflito 2 é apresentado como sendo o limite com as Unidades de Conservação: a Área de Proteção Ambiental Peruaçu - APA Peruaçu e o Parque Nacional Peruaçu. São duas unidades que, de acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, apresentam manejos diferenciados, sendo a primeira de uso sustentável e a segunda de proteção integral.

No que tange à preservação dessas áreas, o povo Xakriabá referenda e reconhece o aspecto da preservação e conservação ambiental. A questão é que, no processo histórico, parte

das unidades também deve ser caracterizada como Terras Indígenas. Outro aspecto é a relação dos tratos culturais com a terra, pois esses são tradicionais e, conforme a legislação vigente, representam debates e discursos sobre o que é preservar e, principalmente, para quem preservar, já que esse povo convive nesse ecossistema por gerações.

O conflito 3, o ramal estrada parque-mosaico, é considerado como o mais recente deles. O Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, em seu Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC), abarca 11 municípios, e as suas áreas de unidade de conservação, tanto particulares quanto estaduais e federais. Assim como o conflito 4, existem vários discursos sobre a possibilidade da constituição da Estrada Parque. Os indígenas ainda não reconhecem a possibilidade legal e sustentável de assumirem o turismo e suas condições tanto negativas quanto positivas. Mas entendem que pode haver futuros diálogos na construção emancipatória de conhecer e reconhecer a proposta.

O conflito 5, Veredas do Peruaçu - Conflito da Água, é de cunho social e ambiental, além de territorial, já que no documento de doação existe a citação das terras irem até as cabeceiras do Peruaçu. As veredas são fontes d'água consideradas permanentes. Porém, com a ação antrópica a aumentar, principalmente nas áreas de recargas dessas veredas com o cultivo de monoculturas nos gerais, o curso-d'água vem ficando, a cada ano que passa, "refém" do processo de desmatamento, queimadas e uso excessivo do solo, além de retirada do corpo líquido. Os sertanejos veredeiros e geraizeiros, junto aos caboclos indígenas, reconhecem esses mananciais como fonte prioritária de vida, além de fonte simbólica dos mitos ancestrais. O limite dessas veredas engloba também os municípios de Januária e Itacarambi.

O conflito 6, Limite UC-APA Peruaçu, apresenta os mesmos confrontos socioculturais do conflito 2. A diferença é o grau de restrições nas territorialidades configuradas pelo Estado. As políticas públicas direcionadas às APA são mais flexíveis em relação aos Parques.

O manejo sustentável deve levar em consideração as atribuições legais contidas também no Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

O conflito 7, Estrada de Miravânia, também é fronteiro e requer condições sensíveis no trato político das territorialidades. As relações culturais também se apresentam como elemento contrastante, já que as distâncias e necessidades tornam-se o foco primário dessa questão. As lideranças indígenas já atuaram de forma direta, solicitando a paralisação das obras da rodovia que liga Cônego Marinho à Miravânia. Essa obra fica a cargo do governo estadual, via o órgão de Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), que mostra, mais uma vez, o “choque” de interesses políticos regionais entre o Estado e a União. Com a ação realizada pelos indígenas, a FUNAI solicitou ao órgão competente do Estado, além da paralisação, os estudos de viabilidades, inclusive de danos ambientais, já que se trata de uma obra de grande escala.

Foto 37 – Marco Topográfico na Estrada de Miravânia. Identificação de fronteiras físicas da terra indígena registrada em atividade de campo, momento do georreferenciamento de toda a área



Fonte: Acervo do autor, set. 2012.

Foto 38 – Placa do limite da terra indígena fornecida pela FUNAI, identificando que a terra é área federal, registrada em atividade de campo, no momento do georreferenciamento de toda a área



Fonte: Acervo do autor, set. 2012.

O oitavo conflito, o rio Itacarambi – Conflito de Água, é tido também como antigo no território. Uma das propostas de solução foi a construção da barragem pela CODEVASF, na tentativa de perenizar o rio. Porém, a cada ano que passa, as secas tornam-se cada vez mais prolongadas e o uso da água torna-se uma problemática maior. Com o crescimento da

população indígenas nos últimos anos além do território, fica insuficiente o manejo e a lida cotidiana da terra, a utilização da água como fonte principal, cada vez mais controlada. O rio é o limite físico com o município de Manga em grande extensão. Essa água, jusante da barragem, é usada por agricultores de ambos os municípios em toda a extensão.

Foto 39 – Barragem no rio Itacarambi, divisa com Manga. Ao fundo, tanque-boia do Projeto de Piscicultura, momento do trabalho de georreferenciamento da área



Fonte: Acervo do autor, jul. 2012.

Foto 40 – Vertedouro da barragem, no período da seca. Momento em que a vazão é controlada, na tentativa de minimizar o conflito



Fonte: Acervo do autor, jul. 2012.

Torna-se necessário um esforço urgente e comum no processo de conservação, preservação e principalmente de gestão desse recurso.

Esses oito conflitos representam parte das multidimensões territoriais, que estabelecem as relações na constituição efetiva da ação territorial. Em cada um desses conflitos, o ato do discurso se amplia e aprimora-se na tentativa de busca de soluções, medidas mitigadoras e minimização dele.

5.3 O discurso como movimento da teoria

A fronteira epistemológica geográfica do território concerne e direciona os debates da categoria para a afirmação polissêmica. A definição, compreensão e, principalmente, o uso dessa categoria é cada vez mais utilizada no contexto da subjetividade. O conceito, por além

da definição, torna-se “raso” nas interpretações diversas empregadas no cotidiano das políticas e lutas de classes. A categoria passa por “deslizes dialéticos” e ontológicos. O “grau” de resiliência, talvez ainda não alcançado nos estudos linguísticos e principalmente geográficos, pode ser “rompido” com as diversas articulações dos saberes nos campos do discurso. O discurso do Estado sobre o território e o discurso indígena têm de apresentar para a geografia a coerência mínima de enfrentamento proposto por esse debate próprio. Em uma síntese generalista geográfica, pode-se entender elementos da multiterritorialidade, sendo que “A multiterritorialidade expressa-se por uma condição que difere da lógica do território. Enquanto este abarca e contém, a multiterritorialidade abre espaço, cria mais geografia. Ela deve ser concebida por um universo que articula planos diferenciados”⁴, que talvez seja uma alternativa ampla para as diversas respostas dessa categoria.

O empoderamento do discurso em ambos campos e espaços apresenta-se por ora vago e sem efeito, e em outros momentos como uma ação territorializar de contínua e eficaz estratégia nas militâncias políticas.

Como exemplo, foram identificados os campos nas Audiências Públicas que aconteceram dentro e fora da terra indígena. Os atores que lutam e resistem pela posse das terras estabelecem relações no campo do poder a partir das Audiências Públicas. O relato dos fatos é construído temporalmente na presença de juízes; testemunhas; indígenas, fazendeiros e políticos. Foram assistidas várias Audiências⁵, todas voltadas para o debate da qualidade de vida; relações fundiárias; violência contra os indígenas; reclamações de fazendeiros; assistência indigenista; e acordos entre o Estado e os moradores.

⁴HEIDRICH, Álvaro Luiz. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 33.

⁵ As principais audiências: A primeira audiência foi em São João das Missões – MG em 17.06.2009; a segunda na Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG, em Belo Horizonte-MG em 29.06.2009; a terceira em 09.04.2010 na Justiça Federal de Montes Claros-MG e a última em 19.04.2010, também na Assembleia da capital mineira. Outras audiências aconteceram no Brejo Mata Fome na sede da Reserva Indígena. Algumas delas relacionadas ao Conselho de Segurança Pública e outras voltadas para os debates ambientais junto aos projetos do Mosaico e do GATI.

Foto 41 – Dança no Plenário da ALMG em 19.04.2010. Momento de reivindicação por melhorias de vida e, principalmente, pela agilização da demarcação das terras



Fonte: Acervo do autor, Abril, 2010.

Foto 42 – Audiência Pública na ALMG em 19.04.2010, em que a presença das etnias e das instituições voltadas para as causas indígenas estabelece diálogos



Fonte: Acervo do autor, Abril, 2010.

Muitas dessas plenárias se “acaloravam” com o discurso de posse das terras sob a condição de violência. O uso da linguagem, tendo a análise de discurso, ideológico ou não, sempre tinha a seu favor, no momento das falas, o “poder” de convencer o público presente na defesa de sua “verdade” diante dos processos.

A análise do discurso é um dos mais importantes processos metodológicos usados nesse contexto. “A Análise do Discurso, portanto, é a particularização de significar a linguagem, por meio do objeto que anuncia seu nome, o discurso, que denota a ideia de movimento, curso percurso”, conforme Silva (2009, p.94). Dentro do debate do poder, podem-se verificar termos fundamentais para defini-lo, como: probabilidade; imposição; vontade; relação social; resistência e fundamento, conforme Perissinotto (2008). Alguns desses termos encontrados no discurso indígena.

No que tange às propostas de soluções para os problemas territoriais, a comunidade indígena deve ser ouvida sempre, e nenhuma ação imediata é tomada sem a sua consulta. Conforme Paraiso (1987, p.39), “o cacique Rodrigues assim definiu as limitações de seu poder; ‘o cacique sozinho não pode mudar nada ou resolver qualquer coisa’. Ele tem sempre

de ouvir os representantes”. Essa máxima é ainda o discurso Xakriabá. Seguindo essa máxima de cumplicidade, ética e respeito na política comum, na Audiência⁶, representada na foto a seguir, o cacique Santo Caetano solicitou a consulta dos demais membros da comunidade que se encontravam no exterior do fórum, posteriormente assinando o que foi acordado.

Foto 43 – Cacique Santo Caetano, assinando “Termo de Audiência”, após consulta entre os demais parentes presentes em 09.04.2010 (vide Anexos)



Fonte: Acervo do autor, Abril, 2010.

Foto 44 – Representantes do Judiciário na terceira Audiência em 09.04.2010, no município de Montes Claros-MG, na tentativa de conciliação entre índios e fazendeiros (vide Anexos)



Fonte: Acervo do autor, Abril, 2010.

Nas territorialidades, a partir do contexto histórico, o poder imperativo da legislação e seus atores e a construção da identidade do Toré constituem essa teia dialética de cultura. Os resultados preliminares se constituem a partir da releitura dos estudos, da identidade nos “tempos modernos”. Entre essas duas concepções, do Estado e do indígena, realiza-se a fundamentação teórica e prática, que perfaz a dialética que, às vezes, se torna necessária para o desenvolvimento das ciências e construção social de um povo.

A retórica do discurso do povo Xakriabá se apresenta no esclarecimento do processo histórico, aliado às questões ancestrais, políticas, econômicas e ambientais. Alguns relatos coletados no campo das audiências e reuniões referendam essa conclusão. Esses relatos discursivos se concretizam nas práticas sociais, na ação territorial.

⁶ Audiência de 09 de abril de 2010 em Montes Claros, que será tratada no contexto das falas e discursos das demais audiências; vide Anexo.

Em 17.06.2009, na Audiência Pública da Comissão dos Direitos Humanos⁷, no salão central do município, Maria de Lourdes, da Comissão Nacional de Populações Tradicionais, “reafirma o apoio a demarcação levando em consideração a cultura”. Como representante de populações tradicionais que também vivem diretamente esse tipo de conflito, sabem da força e resistência que existe entre as articulações no meio rural. A defesa sobre a cultura, revela o conhecimento ancestral desses povos que deve ser garantidos.

O prefeito de Miravânia apoia politicamente: “entendendo que tem que conhecer a causa em função da ausência do Estado, e que a ampliação teve de acontecer para haver sustentabilidade”. A concepção de conhecer a causa, está inserida no contexto histórico regional, principalmente os das lideranças políticas dos municípios que fazem limite com a Terra Indígena. A situação ou oposição política dentro e/ou fora de São João das Missões, revela as incertezas de apoio ou não dos prefeitos. No contexto, essas manifestações de apoio perfazem modos de tratamento político, assim como no capítulo 4.

Valdemar Krenak “discute sobre a ampliação da terra e em uma maior bancada na ALMG para lutar pela causa”. A posição dos parentes de outras etnias reforça e consolida as práticas discursivas e sociais, pois conhecem e vivem problemas similares nas aldeias e com os enfrentamentos com o Estado. O olhar de um outro indígena está sempre revelando a postura em defesa das etnias. Ele proclama os políticos para abraçarem a causa de luta a favor dos direitos indígenas, pautados na legislação. Porém sabe da dificuldade e razão dos parlamentares aderirem ou não a causa. Essa instabilidade, muitas vezes reflete diretamente nas etnias que são distribuídas em toda a Minas Gerais, ficando um ou outro deputado em dependendo das condições de seus apoios regionais de bancada.

Altino Barbosa Neto, da FUNASA, “apoia o aumento do território”. A postura de funcionário e/ ou indigenista é relevante na causa, pois muitos deles convivem diretamente

⁷ Os nomes estão citados em função de ser uma Audiência Pública reconhecida por lei e filmada pela ALMG e transmitida em cadeia televisiva estadual, tornando-se, assim, de acesso a qualquer pessoa e estudo, pois a ALMG arquivou esse material como memória e patrimônio jornalístico, político e legal.

com os problemas que acontecem nas bases das aldeias. Porém também existe a posição contrária, do mesmo.

Padre Ivan Alkimim “entende a questão como um lamento para o povo”. Sendo uma Audiência de Direitos Humanos, a posição sacerdotal, proporciona “conforto”. Mas nem muitas vezes os párocos são a favor da causa indígena.

Marcel do Gabinete, do Ministério da Justiça, “entende que tem que haver paz no campo e implementar a justiça”. As manifestações de apoio de instituições que estão na luta das causas refletem o empoderamento do discurso. O reforço do discurso do poder judiciário, faz frente a muitos ataques de desconforto com os fazendeiros. Muitos dos representantes da justiça também expressam a lentidão dos elementos processuais dos casos em especificidades.

O Cacique Agenor Lopes da Conceição quer o apoio da FUNAI, pois pede ajuda porque precisa. Diz que o direito dos índios foi tomado pelos invasores. “A arca é pequena. Não buscamos o que é do sopro não; só o que é nosso; o nosso direito. Deus recupera pra nós, a hora é essa de fazer nosso apanhado, nossa cobrança”. A fala do cacique local, é expressa de elementos emocionais, voltadas para os problemas que vivenciam no cotidiano de suas aldeias.

O Cacique Santo Caetano Barbosa: “Todo mundo quer a legalização da Aldeia tá – Morro Vermelho – ameaça de ser expulso pela justiça. Lá no Morro Vermelho criamos os filhos e tem o cemitério dos nossos antepassados. De lá não saímos, nossa roças acuada pelo fazendeiro. Quero defender o nosso território”. Em específico o cacique está em processo de retomada. A fragilidade de sua segurança pessoal, proporciona e conduz o diálogo para a necessidade de segurança. Ao mesmo tempo de buscar elementos culturais de patrimônio ancestral. Eles afirmam sempre o processo identitário em relação ao território de luta.

Seu Emilio Lopes Oliveira: “Toda vida garantimos a natureza. Somos raiz e semente dessa terra. Precisa muito pra consertar. Da parte da saúde, o exame chega, já morreu”. A

revelação como parte da terra, parte da vida em unicidade é comum nos diálogos indígenas. Uma constatação que revela a ancestralidade das relações de bens materiais e imateriais junto da coletividade. Por outro lado as reclamações sobre como são tratados no caso específico da saúde, identificando com as pelejas e dificuldades .

As falas dos sujeitos Xakriabá revelam as realidades e verdades “sentidas na pele”. O discurso revela, em seus elementos psicossociais, relações de sentimentos pelo território, o povo e sua história.

Ludimar Barbosa-Prefeito de Itacarambi: “o que Missões querem, Itacarambi também assume”. Assim como já mencionado, as expressões de falas políticas estão associadas às representatividades dos poderes locais dos municípios.

Deputado Paulo Guedes (PT): “a segurança não existe, o Estado é ausente, não existe, tem que ser mais presente com a Secretaria de Segurança Pública”. A cobrança que se faz necessária é observado no cunho da real necessidade, assim como na defesa política de interesses enquanto político. O discurso político na região está sempre associado as bancadas e seus interesses pessoais.

Cacique Domingos: “A falta de agilidade é que gera a violência” Dentro de todo o processo, fica claro e evidente o papel do Estado frente a questão, principalmente sobre a ótica dos Direitos Humanos.

Nessa primeira audiência, fica evidente o discurso contra o Estado, em relação à sua fragilidade em tomadas de decisões e posturas. Tanto da parte das instituições presente quanto dos indígenas e mesmo os representantes do Estado foram unânimes em reconhecer a falta e a omissão do governo perante a situação. É importante destacar que as falas relacionadas às políticas partidárias estão vinculadas no mínimo de forma indireta com os futuros processos eleitorais. Os indígenas demonstram uma fala baseada no conhecimento histórico e nas necessidades de melhoras, o que evidencia o discurso do processo de luta e resistência.

Em 29.06.2009, na Audiência Pública da 17ª Reunião da Comissão dos Direitos Humanos na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), pode-se observar e registrar, através de algumas falas, a tônica dos discursos em análise. Nessa audiência, a presença maciça de outras etnias reforça o discurso que se torna, às vezes, imperativo, o que de certa maneira em primeiro instante demonstra a “força” tanto dos que se pronunciam quanto do próprio discurso em si. É relevante o contexto argumentativo nas falas de cada um dos presentes. Serão dados alguns destaques como os citados abaixo:

Deputado Durval Ângelo: “Reconhecer enquanto dever social, a terra é o ponto de partida enquanto nação e enquanto povo”. “O branco vê a terra como negócio e o índio uma relação umbilical”. Esse depoimento deixa claro o papel da terra para as etnias. É um discurso recorrente que tem força perante aos que sentem sensibilizados com a causa dos povos indígenas.

Cacique Domingos: “O território de reivindicação é o Rio São Francisco – ampliação sem acesso, não é acesso, pra resgatar”. A condição de luta pelos direitos, tem que apresentar soluções reais através da homologação das terras. O direito só atinge os seus objetivos, quando se pode usufruir dele. No processo de retomada, a ampliação até o rio São Francisco, está ainda nos tramites legais sobre os estudos técnicos.

Cacique Xucuru Kariri – Jaú, filho de José Satiro: “O Estado tem que perguntar sobre os problemas pra dar melhor soluções”. A necessidade das etnias em discutir os seus problemas com o Estado e propor suas próprias soluções a partir do seu processo histórico de reconhecimento de valores, ainda é um elemento a ser muito debatido. O embate entre a cultura e costumes com as políticas públicas e suas formas de fiscalização, nem sempre é satisfatório. O processo de aceitação de ambas as partes é um diálogo a longo prazo.

Entre o discurso dos parlamentares associado a fatos políticos e a história contada, apresenta-se o discurso sentido e experienciado de liderança indígenas.

Cacique Xucuru Kariri – Warkanã de Aruanã, José Satiro: “O coração de vocês está no São Francisco”. O reconhecimento dos processos de reivindicação e das áreas de retomadas também é valorizado por parentes de outras etnias. Esse discurso está baseado no processo histórico e o seu reconhecimento sobre as terras ancestrais do povo Xakriabá.

Ailton Krenak: “A unidade de conservação coincide com território do povo, necessita de solução”. O também reconhecimento de outras áreas instituídas pelo Estado representa o conhecimento das políticas públicas ambientais e suas consequências em relação aos territórios indígenas. Na condição de única de preservar e conservar, algumas modalidades de unidade de conservação vão na contra-mão do desejo do indígena de sobreviver em harmonia com o meio ambiente. A sobreposição de espaços territoriais, amplia o conflito entre Estado e etnias.

A Professora Ana Maria Gomes da UFMG: “Construção de projetos de gestão territorial – a qualificação do uso da terra”. O processo de gestão territorial se apresenta como uma ferramenta de conhecimento, empoderamento e ações sobre o território em seus múltiplos usos. O discurso acadêmico no contexto geral é aprovado pelos indígenas no que tange ao conhecimento para a busca da qualidade de vida das etnias. É importante também o destaque para o conhecimento das várias áreas do saber no contexto do ensino, pesquisa e extensão. A gestão do conhecimento é uma mão de via dupla muito positiva se bem planejada e articulada com os indígenas fazendo parte do processo e opinando diretamente nas questões.

O alvo predominante no discurso é a terra e o território. Na continuidade de reivindicações no contexto histórico, fica clara a posição dos indígenas de que a demarcação deve ser efetivada e homologada. O processo de gestão do território se torna eficaz a partir da constituição de fato do território reivindicado. Muitas das posturas das falas deixam claro o conhecimento do índio em defender os seus direitos constitucionais e, ao mesmo tempo, a condição de reconhecer o quanto é moroso o processo de regularização. Apesar desse

contexto, as constatações no discurso sempre estão direcionadas atentamente às estratégias de luta e cobranças perante o Estado e opositores.

Na terceira Audiência, em Montes Claros,⁸ a análise do discurso apresentou-se de maneira diferenciada das duas audiências anteriores. A posição de argumentação estava voltada para a tomada de decisão e reconhecimento dessa legitimidade entre os pares, representantes parentes indígenas. Outra configuração dentro do processo argumentativo e de discurso foi a presença dos fazendeiros na constante tentativa de negar e desconstruir um discurso sobre o outro. Essa constituição argumentativa de identificação de partes entre a negação e afirmação em defesas próprias tem como elemento conciliador⁹ entre as partes a legalidade, traduzida e representada na pessoa do juiz.

Em 19 de abril de 2010, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), outras constituições e registros de posturas argumentativas e discursivas foram colocadas. Algumas constatações ficaram legitimadas nas falas a seguir:

O Sr. Dr. Edilson Vitorelli Diniz, então procurador do Ministério Público Federal, diz que: “a terra, dos direitos, a educação e a saúde são obstáculos para superar”. Reconhece-se nessa fala, as dificuldades legais dos próprios órgãos públicos em poder resolver as situações.

O Sr. José Nunes¹⁰, prefeito de São João das Missões, coloca que: “existe uma morosidade da justiça”; [...] ‘que a comunidade tem que ser ouvida’; [...] ‘a burocracia é perversa’. A cobrança enquanto prefeito e indígena, mostra o conhecimento de causa em ambos os lados do processo.

O representante da COPIMG, Sr. Cacique Mesaque Pataxó do município de Carmésia, afirma que: “o processo de organização social deve ser reconhecido pra se ter autonomia”. A

⁸ Audiência em 09.04.2010.

⁹ A conciliação perante a juíza é apresentada em anexo.

¹⁰ A concretude dessa fala apresenta o discurso político e social. O prefeito é indígena e conhece todo o processo de luta dos povos Xakriabá.

autonomia dos indígenas está diretamente relacionada com o seu território homologado e assegurado legalmente nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal.

O Sr. Cacique Baiara Pataxó diz que “tem que traçar objetivos”; [...] ampliar o uso do território”; [...] ‘deve unir a FUNAI, INCRA, ITER para apoiar a luta das terras indígenas”.

As manifestações de solicitações são comuns diante dos enfrentamentos. Mesmo sabendo-se do processo de morosidade encontrado nas instituições, a pauta de reivindicações está sempre na tônica das reuniões.

A constatação dessas falas de lideranças indígenas de outras etnias do restante do estado de Minas Gerais marca e enfatiza o discurso da falta de articulação de resultados sobre as demarcações de terras.

Numa quinta audiência na ALMG em 19.04.2011, as reivindicações dos índios sobre a demarcação do território, melhoria na qualidade da saúde, investimentos na educação e reconhecimento da organização social indígena e, principalmente, a desburocratização no governo predominaram no discurso. É notório e consistente que o Estado se apropria de uma área e constitui a terra indígena e que em contrapartida o índio potencializa as suas forças e lutas para a conquista mais justa do território.

Em várias tentativas de idas à capital na ALMG em várias audiências, o Xakriabá vê a necessidade emergente de que outra audiência seja realizada no município. Em 04 de outubro de 2011, a Comissão de Direitos Humanos, a partir de denúncias apuradas e constatadas de ameaça a vida dos índios Xakriabá, se reúne na aldeia sede central de Brejo Mata Fome. A presença de indígenas, deputados estaduais, delegados das Polícias Civil e Federal, representante da FUNAI, CIMI-MG, o prefeito de São João das Missões e outras instituições discorrem sobre a gravidade que o processo de demarcação de terras ocasionam, de maneira geral, para a região. Em uma reunião do grupo de trabalho com representantes da FUNAI, indígenas e fazendeiros sobre a demarcação das terras que poderão chegar até o rio São

Francisco, reivindicação antiga dos índios, ocorreram ameaças¹¹. No contexto da audiência, é solicitada¹² a proteção da vida do Cacique Santo. O discurso marcante nessa reunião está baseado nos direitos humanos e suas relações com o contexto de luta pelo território e pela terra.

Na sétima audiência na ALMG em Belo Horizonte, em 27 de abril de 2012 o discurso apresenta-se baseado nas cobranças de providências aos principais representantes da FUNAI. Tanto os indígenas quanto os deputados se pronunciam contra a PEC-215¹³.

Entre os dias 7 e 8 de junho de 2012, no Brejo Mata Fome, aconteceu a reunião de apresentação do Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI). Na reunião, foi apresentada a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída a partir do Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012¹⁴. Na presença de lideranças Xakriabá, o representante da APOINME¹⁵ esclarece sobre a oportunidade das condições que a política propõe aos povos indígenas. Na reunião, o destaque foi para a Oficina do GATI, em que foram discutidas várias ações de projetos com base em quatro elementos de gestão: a mata, a água, o extrativismo, a agricultura e a organização social comunitária. Esse discurso de gestão nas terras indígenas tem uma expressão importante no que tange ao território. Com relação ao território, a comunidade e a sustentabilidade se destacam como elementos significativos e agregam valores imateriais e materiais.

¹¹ A reunião foi registrada com filmagens e no áudio, de forma clara e transparente, um dos fazendeiros ameaça os indígenas. Esse material de gravação foi repassado para o conhecimento da FUNAI, como denúncia.

¹² O Deputado Estadual Sr. Arlen Santiago solicita a proteção ao povo à Polícia Federal, Justiça e Ministério Público, com requerimento de proteção da vida do Cacique Santo.

¹³ O Cacique Mesaque Patáxo do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais - COPIMG e o Deputado Estadual André Quintão se manifestam contra a PEC-215.

¹⁴ Artigo primeiro: fica instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

¹⁵ Uilton Tuxá, Coordenador Geral da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME.

na construção dessa política nacional por parte dos índios, conforme a legislação constitucional vigente.

Na análise de discurso dos indígenas sobre o território e suas contextualizações locais e históricas, fica evidente como é necessário o processo de comunicação objetivado na argumentação e estratégias que avancem as negociações em relação aos processos socioespaciais que envolvem as dinâmicas do território.

Dentre essas e inúmeras outras falas, foram mencionadas em diversas reuniões tanto na presença do povo na reserva indígena, “casa do índio”, quanto na Assembleia Legislativa, “casa do branco”. A leitura dessas falas deixa explícita a discordância entre as partes, mas que existem elementos que são comuns e podem gerar novas políticas públicas emancipatórias e minimizadoras de conflitos sobre o território.

5.4 A Ação Territorial

Como continuidade deste estudo, vale retomar o conceito proposto na introdução, de que a *ação territorial* é uma constituição histórica sobre o espaço e aborda aspectos próprios da construção do território¹⁶ como resistência contínua e o seu uso na vivência e ações cotidianas, entre o Estado, as populações tradicionais, movimentos sociais e outras formas de uso. Essas outras formas de usos podem refletir diretamente as ações locais por um determinado número populacional que se articula sobre o “seu território”, enquanto espaço de vivência e gênero de vida, com destaque para a análise do discurso e as estratégias do mesmo.

Os atos que vinculam os sujeitos/atores à terra estabelecem multidimensões do território que são próprias de um grupo social em seu espaço de vivência.

¹⁶ O território é a contínua construção dos espaços de vivências, entre os elementos físicos e espirituais, que sem o seu complemento, não se constitui as relações das ações das multidimensões culturais, ambientais e políticas; é uma ação territorial. Esse é o território que compreendemos como sendo o dos povos indígenas em relação aos olhares de fora, como o do Estado. Diante dos vários conceitos de território, trazemos para a análise do discurso geográfico o território que já foi citado na nota de rodapé de nº 50.

Na recusa de ações do Estado em homologar terra indígena, amplia-se as resistências e os desejos em se constituir os territórios indígenas. Essa constatação de desejo relaciona-se com a ação territorialar. Essa ação territorialar se apropria dos discursos e atribui a sua análise transformando as argumentações em práticas sociais, relevantes para as conquistas.

Numa análise para traduzir as multidimensões como elemento fundante da ação territorialar, é importante destacar os principais pontos que foram explorados nos debates e que são parte da constituição de novas estratégias no cotidiano dos discursos da territorialidade Xakriabá.

Serão elencados e discutidos alguns pontos que se julgam comuns ao objeto em estudo e que deixam claro que a prioridade é sintetizar esses elementos sobre o “olhar de dentro” (dos povos), que são:

- a) produto de relações históricas;
- b) as identidades;
- c) produto e condição do processo de TDR;
- d) resultado da coevolução socionatural;
- e) construção espaço-tempo;
- f) lugar e rede de lugares;
- g) relações políticas;
- h) reconhecimento dos direitos.

O produto da relação histórica, tanto material quanto imaterial, está contemplado na “essência” da luta indígena. Não há negação sobre os fatos ocorridos no passado. As práticas e experiências se acumularam e em cada referência de luta se agregam valores históricos aos momentos atuais. O vínculo com o território ocupado tradicionalmente tradicional é o principal elemento desse processo. Reconhecer esse território e transformá-lo em terra

indígena foi uma proposta aproximada do Estado em busca de minimizar os “erros históricos” com as etnias.

As identidades se constituem uma “força” comum na personificação do indígena. Os parentes se reconhecem em todo o território nacional na luta e organização comum. O processo de etnicidade se revela no outro e assim se entendem como atores, em que a identidade é vista como marco físico e cultural, além de ter favorecido suas próprias reivindicações. A transformação identitária de algumas etnias, apresenta pontos positivos e negativos diante do mundo moderno que vivenciamos. Dentro desse contexto que é relativizado, a concepção de etnogênese vale por demais nas conquistas de resistência e luta.

O produto e condição do processo de TDR é também, na análise do “olhar do de dentro”, reflexo das políticas e estratégias do não índio. Na territorialização, os índios estão sempre levando em consideração a sua ancestralidade, mas, no processo de desterritorialização, perdem-se alguns elementos no decorrer das ameaças sofridas, pois mudam-se as estratégias ao longo do percurso. E, com a reterritorialização, nem sempre bem-vinda, mas muitas das vezes forçada, os indígenas tentam reconstituir a perda do processo anterior. Entre esses processos, o empoderamento se requalifica. Perdas de terras, muitas vezes gerou conquistas de saberes estratégicos¹⁷. Conquistas e retomadas, aprimoram as lutas e multidimensões no âmbito político, cultural e ambiental.

O resultado da coevolução socionatural é assim como a identidade, mas se insere na condição da natureza humana do índio. O índio é parte dessa natureza no contexto da tradição ancestral, mesmo sendo transfigurado o mundo ao seu redor.

Na construção espaço-tempo, ainda hoje se estabelecem, tanto nos índios aldeados como nos não aldeados, estratégias baseadas nos lugares de onde se fala e onde consolidam as suas moradias. É interessante deixar esclarecido que a maioria dos não aldeados, aprimoram

¹⁷ Não se entendi aqui como uma justificativa, ou ganho valoroso.

o discurso de defesa ao território, tanto por necessidade do elemento legal físico da territorialização como das relações intrínsecas às territorialidades.

O lugar e a rede de lugares se configuram dentro e fora das aldeias, como na construção do espaço-tempo. Nas associações, pode-se constatar que o processo de união entre os parentes consolida o lugar do ponto de vista “dos de dentro”, e amplia para os que “estão de fora”. As várias aldeias, fora do contexto de origem, levam em si todo o modo de vida e a nomenclatura linguística da aldeia mãe.

As relações políticas estabelecidas nas comunidades e fora delas apresentam hoje uma articulação maior, mesmo diante das dificuldades. Muitos municípios já contam com vereadores ou prefeitos indígenas, estabelecendo, assim, uma maior coesão de forças.

E por último, o reconhecimento dos direitos através da luta contínua. O nível de esclarecimento dos direitos constitucionais está sempre em pauta, assim como cobranças nos debates, às vezes acirrados.

Numa outra avaliação de comparação de pontos comuns, pode-se ampliar o debate para os elementos sobre o “olhar de fora” (da sociedade moderna), que são:

- a) valorização do capital;
- b) redes e fluxos;
- c) a geopolítica;
- d) desigualdades;
- e) compartimentação e uso político do espaço.

A valorização do capital está diretamente relacionada com o uso dos recursos da terra. A terra sendo para o cultivo tradicional e alimentação na aldeia, não se tem diretamente a relação com o capital. No que se entende de economia solidária, existem poucos exemplos que estão relacionados com o capital social, como nas perspectivas turísticas.

As redes e fluxos estabelecidos estão associados às dinâmicas dos conhecimentos pautados na academia e os saberes das comunidades. Essa condição de intercâmbio vem se estreitando em algumas comunidades. O contingente de projetos que viabilizam as tecnologias sociais vem ampliando e contextualizando uma nova realidade no processo de confiabilidade entre os atores “de dentro” e “de fora”.

A geopolítica se enquadra nas relações mais difíceis entre os atores, pois está diretamente voltada para a terra. O território, na condição do índio em sua concepção ancestral, não está voltado para a iniciativa do capital, da especulação e da propriedade privada estabelecida no mundo moderno. O uso comum ainda é a tônica da sociedade indígena.

As desigualdades ainda gritantes nos atores “de dentro” e “de fora” podem levar algumas dezenas ou centenas de anos para serem amenizadas, enquanto não houver o conhecimento e o desvelamento das culturas entre si. As invisibilidades culturais que protegem em suas próprias ações também separam e segregam frente ao olhar do outro.

A compartimentação e uso político do espaço não difere do último elemento discutido. O processo de aceitação das diferenças e o processo de incorporar e “aceitar” o outro, e ambos poderem consolidar políticas públicas capazes de assistirem e contemplarem as diferenças, seriam parte da condição de parcimônia.

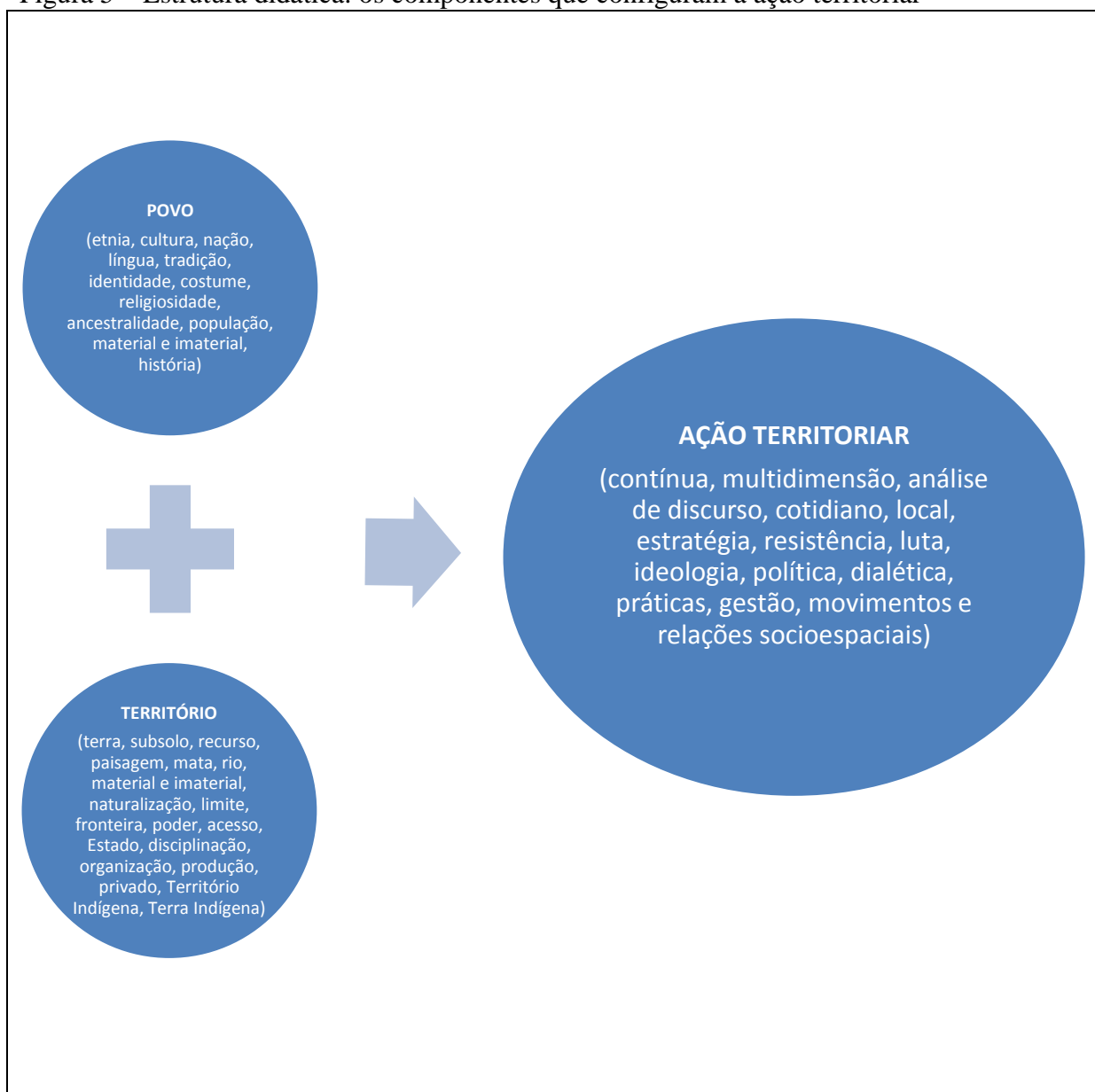
Diante dessa estruturação ainda “engessada nos olhares ideológicos”, é importante destacar algumas práticas de vida cotidiana desses povos, desmistificando entraves relacionais sobre o espaço territorial e suas relações.

Dentro de uma estrutura didática,¹⁸ os componentes que configuram a ação territorial são interdependentes dentro do processo. A necessidade de se estabelecer estratégias de luta e resistência e usar as multidimensões no espaço fica então a critério dos atores envolvidos no

¹⁸ Estrutura didática como referencial teórico de compreensão dos principais componentes da ação territorial.

contexto do lugar¹⁹. A estrutura didática, a seguir, apresenta os seguintes componentes da ação territorialar. Essa estrutura didática não engessa os vocábulos e sim busca ampliar outras leituras de compreensão de como a ação territorialar se constitui. Como na realidade contínua, no cotidiano do povo Xakriabá, esses vocábulos apresentam as relações e discursos, muitas vezes implícito para os que estão fora da luta de resistência e principalmente para o Estado.

Figura 5 – Estrutura didática: os componentes que configuram a ação territorialar



Fonte: Elaboração do autor, 2014.

¹⁹ É importante destacar que a ação territorialar pode conter outros atores em outros lugares, com outras estratégias, socioespaciais de multidimensões.

Essa estrutura didática apresenta elementos comprobatórios dos resultados e análises da pesquisa, tanto empírica quanto bibliográfica. A tríade povo, território e ação territorial se apresenta em suas relações e dinâmicas teóricas e práticas. A proposta de somar os elementos do povo com os do território e apresentar com resultado a ação territorial é desenvolver o intercâmbio nas relações de cada um deles. As relações dialéticas nos discursos “envolventes”, podem estabelecer constituições diferentes de ação territorial, não deixando, assim, de ser efetivada uma outra ação territorial com outro grupo social e outro processo histórico e outras relações. É fundante os elementos: as ações contínuas, as multidimensões, e a análise de discurso; apresentadas na estrutura didática.

Na introdução, o mapa 3, denominado “Situação Geral – área reivindicada em estudo”, representa o território aproximado conforme o documento de doação de 1728. Na análise de sobreposição de mapas da atual área com a da proposta de reivindicação, observa-se a ampliação quantitativa em muitos hectares de terras. Na possibilidade dessa representação espacial, o rio São Francisco fará parte do domínio territorial dos Xakriabá, como já explícito em vários discursos no decorrer dessa pesquisa. A ampliação da terra indígena já vem passando por reconhecimento através de grupo de trabalho, da FUNAI, desde 2006. A protelação dos resultados desses trabalhos vem, de maneira consistente, revelar novas posturas perante os indígenas. A ausência de homologação dessas terras gera o conflito violento entre as partes interessadas, assim já identificadas em nossas análises. Nesse processo de retomada, outras duas áreas são também enfatizadas no contexto histórico, sendo as terras do Dizimeiro e Morro Vermelho.

No contexto da ação territorial, a retomada passa a ser uma ação de resistência e de luta. Como exemplo desse fato, no mês de setembro de 2013, os indígenas passaram a ocupar²⁰ a Fazenda São Judas de 6 mil hectares na Vargem Grande, no município de

²⁰ Veja Anexos III e IV, com documentação e reportagem sobre liminar.

Itacarambi-MG. Esse ato é visto por muitos dos moradores que apoiam os fazendeiros como uma “afronta”. Alguns apoiaram a atitude dos índios, principalmente os comerciantes que se valem de uma relação mercantil que lhes favorece, uma vez que é prática entre os indígenas gastarem o valor de sua pensão mensal no comércio local.

As relações entre o Estado, que deseja implementar os índios em uma terra indígena, ainda se revelam distantes da realidade do índio, que prioriza o Território Indígena. Apesar das realizações das políticas públicas, desde a Constituição de 1988, muito se debate entre a legalidade e o direito. A ação territorialar se enquadra em uma categoria de cunho geográfico, que abarca outras ciências humanas, na tentativa de (re)conhecer e ampliar as diversas possibilidades de multidimensões de territorialidades socioespacial.

O sujeito/agente que luta com estratégias contínuas efetua a ação territorialar em suas multidimensões. Os discursos se transformam em práticas fundantes de empoderamento na vida cotidiana, proporcionando a “sensação de liberdade” de seu autorreconhecimento identitário na cosmovisão de suas ancestralidades no território indígena que se deseja.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das abordagens teóricas reflexivas e as constituições de experiências em campo que proporcionaram a movimentação teórica proposta, afirma-se a tese da constituição da ação territorialar. As multidimensões do território se configuram nessa ação territorialar dos Xakriabá. A verificação e assimilação das relações entre o Estado e índio ficam claras na condição do índio em poder movimentar a teoria em seus diálogos e estratégias de luta e resistência. A concretização de um território ideal e/ou utópico tanto para o Estado quanto para os índios passa pelas atribuições e movimento das relações entre o povo, o território e a ação territorialar que se concretiza a partir do estudo.

Diante dessa densidade de elementos e rigores de propostas, não se pode deixar de elencar as várias possibilidades de se encontrar um resultado plausível de uma tese acadêmica. Na construção de uma constante tentativa de usos assertivos, a perspectiva humana se engendra com as condições empíricas e literárias. As teorias e as práticas revelam nas ações humanas muitas outras análises profundas, que escaparam de uma proposta artificialmente planejada. Nessa condição, ressaltam-se os principais pontos comprobatórios dessa tese como um estudo que se justificou.

A categoria de território na ciência geográfica ainda permanece aberta e amplia a sua visão polissêmica de significados e significantes, seja através dos discursos ou das ações práticas. Tanto o marco legal quanto o marco conceitual da categoria geográfica território possui ampla abordagem e possibilita algumas práticas efetivas. A relevância da abordagem em “geografia e gestão do território”, em suas constituições epistemológicas, teve espaço neste estudo.

As várias facetas oferecidas pelas ações do mundo moderno frente às tradições ancestrais ainda podem gerar novas pesquisas geográficas, tendo o território como categoria que ainda muito se pode explorar. As futuras relações entre o Estado e as comunidades

tradicionais podem ainda gerar outras políticas públicas, que serão fruto de indagações e resistências contínuas. As relações entre as objetividades conceituais e as subjetividades vividas ainda serão um “novelo de algodão” que deverá ser “desenrolado” para tecer novas “teias” no contexto social, político, ambiental, acadêmico, histórico, antropológico, jurídico e geográfico.

Outras possíveis metodologias serão desenvolvidas na condição de poder solucionar novas propostas de territórios. A contribuição da ação territorialar é mais uma proposta que se enquadra no momento dos processos históricos relevantes entre as práticas teóricas e sociais. Novas realidades serão expostas como problemas entre pessoas, coletividades, os seus direitos e deveres, frente à capacidade ou não do Estado ou outras iniciativas solucionarem.

Para além das práticas discursivas e sociais, e até mesmo da ação territorialar se fundamentar na legitimação de outros estudos, o espaço e o tempo poderão somatizar junto às populações outras frentes de estudos complementares ou mesmo inovadores.

Talvez não serão mais os pesquisadores acadêmicos os investigadores de novas relações e sim o reconhecimento de que estarão juntamente com as sociedades ampliando os valores das pesquisas, do conhecimento e das tradições.

As duas principais perguntas desencadeadoras de muitas outras que se complementaram e se constituíram como corpo fundante dos problemas epistemológicos e os problemas que envolveram as representações junto ao gênero de vida estiveram presentes na tentativa de se desencadear as articulações entre as pessoas, a sua vida e as condições, às vezes, impostas às suas vidas.

A profundidade das análises não tinha como proposta superar ou ir além da constituição de uma simples configuração da ação territorialar. Os conflitos de estruturar a tese não são tão diferentes dos conflitos estudados nessa tese. O território de comprovação deixa

as várias antíteses em aberto para a proposição de novas análises sobre o povo, o território e suas ações territoriar.

O povo, o território e a ação territoriar constituem a afirmação desta tese, tendo a ação territoriar os principais elementos atribuídos, como sendo: contínua, multidimensão, análise de discurso, cotidiano, estratégia, resistência, luta, ideologia, política, dialética, práticas, gestão, movimentos e relações socioespaciais. Com destaque dos elementos para a contínua, a multidimensão e a análise do discurso. Esses três últimos elementos podem e devem reabrir novas reflexões geográficas na categoria de território.

Nem sempre o anseio das comunidades e os juristas do Estado estarão convergindo análises e proposições em caminhos convergentes. As divergências em reconhecimentos, legalizações, ética e moral ampliam em dimensões à liberdade de conquistas de territórios melhores.

A ação territoriar faz parte da dinâmica do próprio território. Muitas às vezes a “mascará social” da realidade objetiva esconde os principais elementos que se torna um simulacro para os estudos acadêmicos. Porém é importante destacar que esse caráter que também se faz enquanto simulacro é uma absoluta verdade para o olhar tanto dos “de dentro” quanto para os “de fora”.

A relação de aproximação entre, a pesquisa, o pesquisado e o pesquisador, que sofre “intempéries” não se deve furtar aos elementos que por hora obscurecem e que por hora revelam à luz do saber para ambos os envolvidos no estudo.

Diante das dificuldades interpretativas e de análise que não foram supridas nas leituras bibliográficas, pode-se verificar em campo as conjunturas vivenciadas.

Em resposta à sociedade Xakriabá, o estudo traça mais um capítulo temporal no início do século XXI. É uma contribuição sólida de caráter social que também sofrerá as ações críticas do discurso que evidenciamos. No tempo e no espaço; simplesmente construímos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Eurípedes B. F. Contatos interétnicos em Goiás colonial. 1992. 216 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) ICHL/UFG, Goiânia. In: SILVA, Cleube Alves da. **Confrontando Mundos: os Xerentes, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, MS, 2006. p.54.

ALENCAR, José de. **O Guarani**. 3ª. ed. 5ª.reimp. São Paulo: Editora Martin Claret, 2011.

AMARO, João. Confederação dos Índios Guerens (1568). Penetração das Terras Bahianas: Annaes do Archivo Publico e do Museu do Estado da Bahia, Bahia. Anno III,v.IV-V,1913. In: RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas nas do Sertão – O Cerrado na História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005-a. v. I. p.135.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 145-151, 1995. p.150.

ALMEIDA. Maria Geralda de. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47-74.

_____. Os Encantos de uma Geografia Sertaneja de Patativa do Assaré. In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo e GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Orgs.). **Geografia e Literatura: ensaios sobre a geograficidade, poética e imaginação**. Londrina: EDUEL, 2010. p. 141-165.

ALMEIDA, Rita Heloisa de. Xakriabá – cultura, história, demandas e planos. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 3, n. 1-2, p. 9-39, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/Pdf/REP321/02Xakriaba_%20cultura_historia_demandas_e_planos_Rita_Heloisa_de_Almeida.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2012.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Evolução do Pensamento Geográfico e a Fenomenologia. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 11 (21 e 22), p. 67-87, jan./dez. 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. .p.213-220.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. Lisboa – Na oficina Real Deslandesiana – Com as licenças necessárias. 1711. – Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

ARAÚJO, Elisa Cotta. Quilombo da Lapinha: clivagem social, sociabilidade, tempo de expropriação e articulação política. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz (Orgs.). **Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012. p.175-192.

ASSIS, Daria Maria Martins. “Tirar a nossa essência da natureza”: etnografia das principais práticas e das estratégias de trabalho nos espaços da comunidade quilombola Bom Jardim da Prata. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz (Orgs.). **Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012. p. 193-208.

BAETA, Alenice (Org.). **XAKRIABÁ, Professores indígenas**. Valorizando o patrimônio cultural Xakriabá. Documentar para preservar – Segunda Turma Xakriabá do Curso de Formação dos Professores Indígenas de Minas Gerais. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2005.

BARBIERI, Samia Roges Jordy. **Os direitos constitucionais dos índios e o direito à diferença, face ao princípio da dignidade da pessoa humana**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império**. 6ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STREK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante: O saber da Partilha**. 2ª. ed. Aparecida, São Paulo: Ideias Et Letras, 2006. p. 21-54.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No rancho fundo: espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia: EUDUFU, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em : dez.2012

BRASIL. **Lei 6.040 da Política Nacional de Desenvolvimento e Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais**, 2007.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em dez.2012

BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

BUTTIMER, Anne. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. 2ª.ed. São Paulo: DIFEL, 1998. p.165-193.

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. **Grandezas do Brasil no tempo de Antonil (1681-1716)**. 6ª. ed. São Paulo: Atual, 1996. (O Olhar Estrangeiro).

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

CARDOSO, José Maria Alves. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio de; RODRIGUES, Luciene. (Orgs.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000. p.173-346.

CARINI, Joel João. **Estado, índios e colonos: conflito na reserva indígena de Serrinha-norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.

CHAVES, Rodrigo Pádua Rodrigues. A identificação de terras indígenas e os relatórios de identificação e delimitação da FUNAI: reflexões sobre a prática da antropologia no Brasil (1988-2003). In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Orgs.). **Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria LACE/CNPq/FAPERJ/IIEB, 2005. p.137-146.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2.ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

_____. **Terra dos Homens: a geografia.** Tradução de Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. La Géographiet da Perception de l'Espace. Géographique. Paris, Doin, nº, 1974, 179/187. In: AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Evolução do Pensamento Geográfico e a Fenomenologia. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 11 (21 e 22), p. 67-87, jan./dez. 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação.** 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.251-256.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural.** 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSGROVE, Denis E.; JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural.** 2ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.135-146.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese na nação brasileira. **Revista Verde Grande**, v.1, n.3, dez./fev.) Montes Claros, MG: Ed. Unimontes: 2005. p. 8-51,

_____. Cerrados Norte Mineiro: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidades e singularidade cultural.** Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 295-319.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. Territorialidades sertanejas: permanências e transformações no espaço rural nortemineiro. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz (Orgs.). **Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos.** São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012. p.129-143.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DESCARTES, René. **Discurso do Método.**(Tradução Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 1996. Clássicos.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1990.

FAGUNDES, Giselle; MARTINS, Nahílson. **Alvará de Perdão concedido a Dona Maria da Cruz, Viúva**. Belo Horizonte: Formato, 2006.

FAGUNDES Giselle; MARTINS, Nahílson (Orgs.). **Motins do Sertão**: Documentos do Arquivo Público Mineiro, 1736-1738. Montes Claros: Nahílson Martins Ramalho- Formato, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p.197-215.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. Prefácio de Roque de Barros Laraia. 3ª. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. In: Fany Ricardo. (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza**. 1 ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, v. , p. 37-41.

GEIGER, Pedro P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, Milton (Org.). **Território**: Globalização e Fragmentação. 3ª.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p.233-246.

GEERTZ, Clifford. **Interpretações das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989. p.4.

GUERRA, Emerson Fereira. **Organização política e segurança alimentar na sociedade Krahô**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

GUIMARÃES, Manoel, L.S. **Nação e Civilização nos trópicos**: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história Nacional. Estudos Históricos, 1, Rio de Janeiro, 1988. Disponível em PDF: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF8#q=manoel%20%20s%20guimaraes%20na%C3%A7%C3%A3o%20e%20civiliza%C3%A7%C3%A3o> Acessado em Dez, 2013

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.165-205.

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n°.17, p. 19-46, 2007.

Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/%20article/viewFile/213/205>>. Acessado em: dez. 2013.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP; Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p.95-120.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HÁNDELMANN, Heinrich. **História do Brasil**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. 4.ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. t. 1.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação na natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p.271-290.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Raízes do Brasil**. 26ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUSSERL, Edmund. **A Ideia da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Minuendaju** – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 – primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: 2012.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

JOSÉ, Oíliam. **Indígenas de Minas Gerais** – aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte, Edições Movimentos Perspectivas, 1965.

KUPER, Adam. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LA BLACHE, Paul Vidal. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2ª.ed. São Paulo: DIFEL, 1985.p.37-47.

LACOSTE, Yves. **A Geografia** – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Gurani-Mbya**: significado, constituição e uso. Maringá, PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. A identificação como categoria histórica. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Orgs.). **Antropologia e identificação**: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria LACE/CNPq/FAPERJ/IEEB, 2005.p.29-73.

_____. **Um grande cerco da paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2466.pdf>. Acesso em dez:2013

LINO, Geraldo Luís (Orgs.). **Ambientalismo, novo colonialismo** – Máfia Verde 2. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2005.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. In: **Anuário Antropológico 2002/2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2004. p. 251-290.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **A oeste das minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento – LACED, 2006. 227 p. (Educação para todos, 12). (Vias dos saberes, n. 1). Obra com apoio da Fundação Ford e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura–UNESCO.
Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em: abril. 2012.

LYOTARDE, Jean-François. **A Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 2ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **RATZEL**: Geografia. Tradução de Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. **Geografia**: Pequena História Crítica. 20ªed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Territórios, poder e justiça: comentários a partir da experiência brasileira. In: KRISCH, R.; RICUPERO, B. (Orgs.). **Força e Legitimidade**: Novas perspectivas?.São Paulo:NADD/ Humanitas, 2005.p.113-129

Disponívelem:

https://books.google.com.br/books?id=Y_TITi2jM60C&pg=PA162&lpg=PA162&dq=For%C3%A7a+e+Legitimidade:+Novas+perspectivas?&source=bl&ots=152owJSf6c&sig=B43oBvKCJFUeQVWQ-wTWxK2gxT0&hl=pt-BR&sa=X&ei=dqaKVOHUIIWrgwSh1YDIDQ&ved=0CC0Q6AEwAw#v=onepage&q=For%C3%A7a%20e%20Legitimidade%3A%20Novas%20perspectivas%3F&f=false Acesso em: dez/2013

_____. **Território e História no Brasil**. 3^a. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **Geografia Histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 2^a ed. São Paulo: Annablume, 2011 (Geografias e Adjacências).

MOREAU, Felipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método Fenomenológico na Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

MOVIMENTO Catrumano: O Norte de Minas como Berço de Minas Gerais– Universidade Estadual de Montes Claros – Associação dos Municípios da área Mineira da SUDENE – Prefeitura Municipal de Montes Claros. Imprensa Universitária – Unimontes, Janeiro de 2006. (Cartilha)

NAÇÕES UNIDAS, Declaração das Nações Unidas sobre os povos Indígenas. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf> . Acesso em: dez. 2012.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Uma interpretação Fenomenológica na Geografia. In: SILVA, Aldo A. Dantas da; GALENO, Alex (Orgs.). **Geografia, Ciências do complexus**: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.209-236.

NOGUEIRA, Mônica. Povos do Cerrado: características gerais e desafios comuns. In: GAWORA, Dieter; IDE, Maria Helena de Souza; BARBOSA, Rômulo Soares (Orgs.). **Povos e comunidades tradicionais no Brasil**. Montes Claros: Unimontes, 2011. p.39-50.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana: estudos de antropologia social**, Rio de Janeiro:

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS-Museu Nacional, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de(Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, José Nunes; OLIVEIRA, Domingos N. **O tempo passa e a História Fica**. Belo Horizonte:SEE-MG/MEC, 1997.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORLANDI. Eni Puccinelli. **Terra à Vista-Discurso do Confronto**: Velho e novo mundo.2ª.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Laudo Antropológico** - Identidade Étnica dos Xakriabá.UFBA, 1987.

PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais.São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PERES, Carlos Alberto Montes; MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa; DE SÁ,Sheila Maria Guimarães; COQUEIRO, Sonia Maria Otero. A construção de instrumentos de pesquisa para a documentação do SPI e a busca de novas formas de acesso e diálogo. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARRETO FILHO, Henry Trindade (Orgs.) **Antropologia e identificação**: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria LACE/CNPq/FAPERJ/IEEB, 2005.p.189-204.

PERISSINOTTO, Renato M. Poder: imposição ou consenso ilusório? Por um retorno a Max Weber. In: NOBRE, Renarde Freire (Org.).**O poder no pensamento social**: dissonâncias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.29-58.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 41ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23ªed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2007. (Sesquicentenária, v. 12, Coord. Marta Verônica Vasconcel

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMINELLI, Ronald J. Nobreza indígena – os chefes potiguaras, 1633-1695 In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p.47-67.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RENGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1.

RENNÓ, Carlos (Org.). **Gilberto Gil**: todas as letras. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.25-53. v. 1.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. “Brasis coloniales”: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas. 2007. in: RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.221-249. v. 1.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras:1995.

_____. **Diários Índios**: os Urubus-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas nas do Sertão** – O Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005-a. v. I.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas nas do Sertão** – O Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005-b. v. II.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: Introdução à Ciência Geográfica**. São Paulo: Avercampo, 2008.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000. p.105-172.

SAND, Shlomo. **A invenção do Povo Judeu**: da Bíblia ao sionismo. Tradução de Eveline Bouteiller. São Paulo: Benvirá, 2011.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; SAHR, Worf-Dietrich. Territórios-faxinais – espaços: a problemática “espaço/território” na formação social brasileira. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP; Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p.143-173.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Xakriabá**: Identidade e História – Relatório de Pesquisa – 167. UNB – Brasília, 1994.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. João à Terra Indígena Xakriabá**: as circunstâncias da formação de um povo. Um Estudo sobre a construção social de fronteiras. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UNB, Brasília, 1997.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano**: 1640-1750. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2010. 433fl.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6; ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Milton Santos, v. 2).

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: Algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano11, n. 21-22,p. 111-125.jan./dez. 1999.

_____. (Re) Ocupação do cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira. 2008.p.98-136)

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepção sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP;Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAUER, Carl O. Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**.2ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SCHETTINO, Marco Paulo Frões. Áreas Etnográficas: proposta de reestruturação do Departamento de Identificação e Delimitação da FUNAI com base na atuação em áreas etnográficas. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARRETO FILHO; Henyo Trindade (Orgs.). **Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria LACE/CNPq/FAPERJ/IIEB, 2005.p.147-187.

SILVA, Cleube Alves da. **Confrontando Mundos: os Xerentes, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, MS, 2006.

SILVA, Jeane Medeiros. Análise do Discurso e Pesquisa Qualitativa na Geografi: In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.p. 91-122.

SOUZA, Álvaro José de (Org.). **Paisagens território região: em busca da identidade**. Cascavel: EDUNIOSTE, 2000.

SOUZA, Carlos Kleber Saraiva. Identidade, território e interesses entre os índios Jenipapo-Kanibdé do Ceará. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Orgs.). **Antropologia e identificação**: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria LACE/CNPq/FAPERJ/IEB, 2005.p.263-279.

SOUZA, Jessé. **Patologias da Modernidade**: Um diálogo entre Habermas e Weber. São Paulo: Annablume, 1997.(Selo Universitário).

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In:CASTRO, Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Pensamento social brasileiro**: de Raul Pompéia à Caio Prado Junior. Uberlândia: EDUFU, 2011.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. (Tradução de Alberto Löfgren; Notas Teodoro Sampaio-Texto Integral do original de 1557) São Paulo:Martin Claret, 2006. (Coleção a Obra-Prima de cada autor).

STEIN, Ernildo. **Exercícios de Fenomenologia**: limites de um paradigma. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. Paisagens do medo. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Edunesp, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. In: RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais**: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.87-102. v. 1.

VICENTE DO SALVADOR, Frei. **História do Brasil: 1500-1627**. Revisão Capistrano de Abreu. 7ª.ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

VORELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987. In: MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª d. São Paulo: Annablume, 2008. p.23

WAGNER Philip L.; MIKESELL. Os Temas da Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultura**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.p. 27-61.

ANEXOS

ANEXO A

São as questões de cunho epistemológicos e as que envolvem as relações de gênero de vida, os elementos empíricos. Questões epistemológicas:

- I- Quais os principais territórios concebidos por esse povo?
- II- Como é concebido o lugar para esse povo?
- III- A resistência espontânea é parâmetro para a concepção de um território?
- IV- Como os Xakriabá resistiram ao longo do tempo, mesmo encurralados pelos fazendeiros e pelo Estado?
- V- Quais as estratégias utilizadas para conquistar territórios?
- VI- Como se convive com problemas socioambientais para a manutenção do território?
- VII- O território é uma categoria que abrange as concepções vigentes do Estado e das comunidades?
- VIII- Que território se faz necessário para se viver dignamente?
- IX- A ciência geográfica necessita pensar uma nova concepção de território?

As que envolvem as representações junto ao gênero de vida são:

- 1. O Rio São Francisco é marco territorial de presença desses povos?
- 2. O mapa de um novo território seria diferente?
- 3. Os diversos atores ao longo dos anos modificaram o território indígena?
- 4. A área identificada na carta de doação de 1728 é reconhecida?
- 5. A sobreposição de territórios é legal e satisfatória para a comunidade?
- 6. A construção de territórios pelo Estado é diferente da do povo indígena?
- 7. A ação territorializar se apresenta nas multidimensões das territorialidades?
- 8. Quais os problemas enfrentados?
- 9. Como estratégias políticas, educacionais, ambientais, sociais e econômicas tornam-se ações praticadas?
- 10. É possível fazer ou criar um território indígena em uma Reserva do Estado?
- 11. Os recursos em um novo território serão suficientes?
- 10. Quais as representações culturais sobre o território?
- 12. Porque criar a reserva até o limite existente?
- 13. Porque criar o município de São João das Missões sem abranger as margens do rio São Francisco?
- 14. Porque o Estado, via Ruralminas e outros órgãos, estabeleceram o território atual?
- 15. Os novos e/ou futuros moradores desse novo território serão reconhecidos como povo Xakriabá?
- 16. Se a população crescer, os problemas e conflitos socioambientais irão crescer concomitantemente?
- 17. Com a possível retomada do povo às margens do Rio São Francisco, ficam asseguradas as suas representações e identidades ancestrais?

ANEXO B

Documento da audiência de 09.04.2010 em Montes Claros-MG



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM MINAS GERAIS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MONTES CLAROS
VARA ÚNICA

Processo nº: 2006.38.07.002507-9
Natureza: Manutenção de Posse

CÓPIA

Termo de Audiência

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Sala de Audiências desta Subseção Judiciária, onde se encontrava a MM. Juíza Federal **DRA. CARLA DUMONT OLIVEIRA DE CARVALHO**, comigo Técnico Judiciário adiafite nomeado, estiveram presentes o(a) autor(a) Comunidade Indígena Xakriabá, representada pelo Cacique Santo Caetano Barbosa, acompanhado de seus advogados Dr. Marcos Antônio de Souza e Dr. André Alves de Souza; a Procuradora Federal Caroline Marinho Boaventura Santos, representante legal da FUNAI. Presente o Dr. Helder Mota Ferreira, que representará os réus. Também presente o Ilustre Representante do Ministério Público Federal, Dr. Allan Versiani de Paula. Aberta a audiência, noticiou o advogado dos réus o falecimento do réu Agenor, do qual será o próprio advogado inventariante, solicitando prazo para juntada do termo de inventário. Após, a Ilustre Procuradora da FUNAI requereu a juntada de documentos iniciais referentes à demarcação das terras indígenas objeto da lide, o que foi deferido. A MM. Juíza perguntou às partes sobre a possibilidade de acordo. Foi solicitada pelo advogado da Comunidade Indígena a oportunidade de se consultarem os demais integrantes, que se encontravam no exterior do fórum, a respeito de uma proposta de acordo. De volta à audiência, os autores propuseram o seguinte: permaneceriam os índios da comunidade na posse das terras pelo prazo de um ano, ficando suspensa a decisão liminar de fls. durante referido período. Tal suspensão findar-se-ia caso a FUNAI não indenize os requeridos neste interregno. A contraproposta dos requeridos consistiu na alteração do prazo para oito meses de permanência dos índios. Findo tal prazo sem a concretização dos procedimentos da indenização pela FUNAI, será reapreciada a liminar. Considerando-se que este acordo está condicionado à manifestação da FUNAI, a MM. Juiz determinou que se oficie imediatamente à Presidência da FUNAI para que esta informe, no prazo máximo de trinta dias, acerca da possibilidade de conclusão do processo de revisão dos limites de demarcação com o

pagamento da indenização cabível. Pelo MPF foi solicitado que a FUNAI, caso não conclua o processo em oito meses, que informe o prazo máximo em que o concluirá, sendo deferida pela MM. Juíza a solicitação, que deve ser incluída no ofício. As partes concordaram em estabelecer o acordo com o prazo de oito meses. Em seguida, a MM. Juíza encerrou a audiência e determinou que, tão logo enviado o ofício pela FUNAI seja oportunizado o acesso aos autos às partes e ao MPF, nesta ordem. Nada mais, encerrou-se. E, para constar, lavrei e assinei o presente termo. Eu, _____, Eubert Veloso, Técnico Judiciário, digitei.

MM. Juiz(a):

Autor(a) Comunidade Indígena Xakriabás:

CÓPIA

Advogados do(a) Autor(a):

Procuradora da FUNAI:

Réus:

Advogado dos Réus:

MPF:

ANEXO C

Carta aberta do Povo Indígena Xakriabá sobre Audiência Pública realizada na aldeia Brejo de Mata Fome em 04 de Fevereiro de 2013

Objetivo: Esclarecer a verdade dos fatos e denunciar manobras políticas para criminalizar a nossa luta e o nosso Povo. Nós, Povo Xakriabá vimos através desta esclarecer os verdadeiros fatos ocorridos em audiência pública coordenada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, realizada no nosso território Xakriabá, Aldeia Brejo do Mata Fome em 04 de fevereiro de 2013. Estes esclarecimentos se fazem necessários em função de notas públicas posterior à audiência que julgamos tendenciosas e que omitem a verdade dos fatos, a exemplo da matéria de Manoel Freitas e algumas citações contidas no informativo “Assembleia Informa”. É bem verdade que vivemos em uma triste realidade, cujos elementos relacionados aos problemas e os efeitos da seca têm contribuído para o empobrecimento do nosso povo. Consideramos que o maior problema que enfrentamos é a falta de acesso às terras pertencentes ao nosso povo que continua nas mãos de fazendeiros. Esta situação tem provocado constantes migrações de parte de nossa população para os grandes centros urbanos em busca de alternativas de sobrevivência.

Atualmente estamos em luta para reaver mais uma parcela de nosso território, grande parte dos conflitos que enfrentamos estão diretamente relacionados à disputa territorial. A área que atualmente ocupamos não dispõe de recursos suficientes para atender as demandas das nossas 2.500 famílias. Esta luta está sendo travada com grandes empresários e fazendeiros. Estes fazendeiros têm contado com a aliança de políticos da região, a exemplo do ex-prefeito de São João das Missões Ivan de Souza Corrêa e do deputado Estadual Paulo Guedes e Federal Gabriel Guimarães, ambos do PT de Minas Gerais.

Este grupo coordenado pela associação dos fazendeiros localizada no município de Itacarambi tem desenvolvido constantes ações de negação dos nossos direitos e forçado a cooptação de indígenas Xakriabá para fazer oposição aos nossos próprios direitos, a exemplo do grupo coordenado por Emilio Lopes de Oliveira, que se aliaram aos fazendeiros e os políticos supracitados para fazer enfrentamento aos direitos e melhoria das condições de vida do seu próprio povo.

Bom seria se a pauta da audiência requerida pelo Deputado Paulo Guedes tivesse a verdadeira intenção de solucionar parte dos nossos problemas. Na verdade o que temos certeza é que a pauta nada mais foi do que um instrumento de inserção destes grupos em nosso território para tentar desarticular a nossa organização interna e acirrar ainda mais os conflitos entre o nosso povo.

Sobre os informes contidos nas matérias de Manoel Freitas e algumas citações do Assembleia Informa, bem como nas falas do Dep. Paulo Guedes, esclarecemos:

Não é verdade que a administração do município de São João das Missões sob a gestão dos Indígenas tenha se tornado em um espaço de garantia de privilégios, temos tratado este espaço, como uma importante ferramenta de efetivação de políticas públicas para melhorar as condições de vidas da nossa população que é composta de índios e não índios, exemplo disso é a melhoria significativa nas áreas da saúde, da educação e sustentabilidade, representados em números, no que se refere ao aumento do IDH do nosso município. Este modelo de gestão ganhou a credibilidade da maioria da nossa população, garantindo a continuidade de um Indígena frente à gestão do nosso município nas eleições realizadas em 07 de outubro de 2013. Não é verdade que nós Povo Xakriabá estamos solicitando a transferência da Sede da FUNAI de Governador Valares para São João das Missões, se assim fosse, as primeiras discussões seriam realizadas com os outros parentes de Minas gerais e Espírito Santo que também são atendidos por esta administração regional. Também não pleiteamos a transferência do Distrito Sanitário Especial

Indígena – DSEI para Belo Horizonte. Estas medidas politiqueras e eleitoreiras têm o único objetivo, desarticular o nosso Povo e acirrar um conflito das etnias de Minas gerais contra o Povo Xakriabá.

Também não é verdade que nosso povo está em pé de guerra. A luta que travamos é em defesa dos nossos direitos e contra a intervenção de grupos que tentam a todo instante se infiltrar em nosso território para instalar o conflito entre o nosso povo e se beneficiar desta situação. Esta violência é fruto do histórico massacre que sofremos ao longo de décadas, com a invasão do nosso território, da discriminação e do desrespeito desses grupos com a nossa Identidade enquanto povo Indígena.

A nossa organização interna tem trabalhado intensamente para coibir as intervenções externas que têm contribuído e provocado o confronto entre o nosso próprio povo. A Audiência requerida pelo Dep. Paulo Guedes foi uma afronta a nossa organização interna e uma violação ao Artigo 231 da Constituição Federal, uma vez que os nossos caciques e lideranças não foram consultados. Este ato de desrespeito foi confirmado pelos órgãos competentes que se fizeram presentes na audiência pública, Fundação Nacional do – FUNAI, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, dentre outros.

Queremos deixar claro que não se trata de um questionamento à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que tem prestado relevante trabalho em defesa dos direitos das comunidades menos favorecidas a qual temos grande respeito e reconhecemos o seu importante papel.

Diante desta realidade e dos esclarecimentos prestados pelo nosso povo, repudiamos a atitude desses grupos e reafirmamos que os fatos decorrentes das ações desenvolvidas pela associação de fazendeiro, do ex-prefeito de São João das Missões Ivan de Souza Correia, do Dep. Estadual Paulo Guedes e Federal Gabriel Guimarães, ambos do PT-MG, têm um único objetivo, negar os nossos direitos sobre a demarcação das áreas que estão sendo pleiteadas pelo nosso povo e que já foram concluídos os estudos, acirrar conflitos e confrontar com nosso Povo, aos quais queremos responsabilizar por qualquer ação de violência que venha vitimar qualquer membro da nossa etnia.

Neste contexto reivindicamos uma intervenção imediata da Fundação Nacional do Índio, Comissão de Direitos Humanos, Instituto de Direitos Humanos e Ministério Público Federal, no intuito de garantir os nossos direitos, como determina os artigos 231 e 232 da Constituição Federal.

Povo Indígena Xakriabá

Território Xakriabá, São João das Missões - MG, em 06 de Fevereiro de 2013

ANEXO D

Vitória da Constituição! Juiz reconhece erro, volta atrás e garante direito dos Xakriabá contra invasores

05/09/2013

Como é bom acordar cedo e se deparar, não só com uma vitória dos povos e comunidades tradicionais, como, ainda, com a notícia de que, em 24 horas, um Juiz teve a dignidade de reconhecer seu erro e voltar atrás numa decisão, praticando a justiça!

Na manhã de anteontem, 3 de setembro, precisamente às 10:53, enquanto os Xakriabá realizavam uma grande assembleia na área retomada no norte de Minas Gerais, os fazendeiros Pedro Luiz Cerize, Marcelo Cerize e Denise Cerize Kolling, reconhecidos já legalmente como invasores, ajuizaram uma Ação de Reintegração de Posse com pedido de Liminar contra o Povo Indígena e a FUNAI.

A ação foi distribuída à 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros, e às 14:15, pouco mais de três horas depois do seu ajuizamento, o Juiz Federal Alexandre Ferreira Infante Vieira, que infelizmente não dominava a complexidade da matéria, deferiu Liminar a favor dos fazendeiros invasores, autorizando inclusive o uso da força policial, se necessário, para retirar os Xakriabá da área.

Felizmente, alertado pelo Ministério Público Federal e reconhecendo o grave equívoco de sua decisão, ontem o Juiz Federal Alexandre Ferreira Infante Vieira revogou a liminar, determinando-se a intimação da União e da FUNAI. Vitória dos Xakriabá, da Justiça e de tod@s nós, que lutamos pelo respeito à Constituição de 1988 e pelos direitos.

Abaixo, cópias das decisões, enviadas com as demais informações pelo advogado André Alves (fiel defensor de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais), via Carlos Alberto Dayrell, do CAA-NM, companheiro de luta de tod@s nós.

Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/?p=indigenas_detalhe&id_afro=10617>. Acesso em: 5. set. 2013.

ANEXO E

1. A decisão revogando a liminar, concedida ontem, 4 de setembro



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
2ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MONTES CLAROS/MG
6576-15.2013.4.01.3807

PROCESSO Nº. : 6576-15.2013.4.01.3807
CLASSE : 5146 – REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE
REQUERENTE : PEDRO LUIZ CERIZE E OUTRO
REQUERIDO : FUNAI E OUTROS

DECISÃO

I – RELATÓRIO

Trata-se de ação de reintegração de posse proposta por **PEDRO LUIZ CERIZE e MARCELO CERIZE** contra a **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI e a COMUNIDADE INDÍGENA PROVENIENTE DA TERRA INDÍGENA XAKRIABÁ e XAKRIABÁ RANCHARIA**, pleiteando, em sede de antecipação de tutela, a expedição do respectivo mandado de reintegração de posse.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A decisão de fls. 99/99-V, que deferiu o pedido de liminar, deve ser revogada, tendo em vista o disposto no art. 63 do Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), *in verbis*:

Art. 63. Nenhuma medida judicial será concedida liminarmente em causas que envolvam interesse de silvícolas ou do Patrimônio Indígena, sem prévia audiência da União e do órgão de proteção ao índio.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto:

1 – **REVOGO** a decisão liminar de fls. 99/99-V, na forma do art. 273, § 4º, do CPC.

OFICIE-SE, com urgência, o juízo estadual da 2ª Vara da Comarca de Januária/MG, para cancelamento da carta precatória de nº. 0061737-27.2013.8.13.0352.

2 – **INTIMEM-SE** a FUNAI e a UNIÃO (Procuradoria Seccional da União) para se manifestarem no prazo sucessivo de 72 horas.

3 – Após, VISTA ao MPF.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
2ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MONTES CLAROS/MG
6576-15.2013.4.01.3807

4 – Em seguida, conclusos para decisão.

P.R.I.

Montes Claros, 04/09/2013.


ALEXANDRE FERREIRA INFANTE VIEIRA
Juiz Federal

2. A liminar equivocada, concedida dia 3 de setembro



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
2ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MONTES CLAROS/MG
6576-15.2013.4.01.3807

PROCESSO Nº. : 6576-15.2013.4.01.3807
CLASSE : 5146 – REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE
REQUERENTE : PEDRO LUIZ CERIZE E OUTRO
REQUERIDO : FUNAI E OUTROS

DECISÃO

I – RELATÓRIO

Trata-se de ação de reintegração de posse proposta por **PEDRO LUIZ CERIZE e MARCELO CERIZE** contra a **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI** e a **COMUNIDADE INDÍGENA PROVENIENTE DA TERRA INDÍGENA XAKRIABÁ e XAKRIABÁ RANCHARIA**, pleiteando, em sede de antecipação de tutela, a expedição do respectivo mandado de reintegração de posse.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Processo em ordem, sem nulidade.

O pleito de antecipação de tutela **merece acolhida**.

Em sede de cognição sumária, vislumbro a verossimilhança das alegações contidas na petição inicial, bem como o atendimento dos requisitos do art. 927 do CPC, uma vez que o Boletim de Ocorrência Policial de fls. 24/30 e o documento de fl. 94 demonstram que o imóvel rural de propriedade dos REQUERENTES foi invadido por indígenas da comunidade xakriabá e xakriabá rancharia.

O *periculum in mora* também está caracterizado, pois a tardia restituição da posse do imóvel aos AUTORES pode acarretar a depredação do imóvel, como normalmente acontece nesse tipo de invasão, gerando prejuízos aos REQUERENTES, proprietários e possuidores do imóvel em questão.

Assim, em resumo, considero viável a antecipação dos efeitos da tutela, como pretendido.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto:



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
2ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MONTES CLAROS/MG
6576-15.2013.4.01.3807

1 – **DEFIRO** o pedido de tutela antecipada e **DETERMINO** que seja procedida a reintegração dos AUTORES na posse do imóvel declinado na inicial. **AUTORIZO**, desde já, o uso da força policial, se necessário e com comedimento.

EXPEÇA-SE carta precatória à **COMARCA DE JANUÁRIA/MG**, com a devida urgência, para cumprimento da reintegração de posse.

2 – **CITEM-SE** os RÉUS, por meio de carta precatória expedida para a **COMARCA DE JANUÁRIA/MG**, para contestarem no prazo de 5 dias, devendo fazer juntar toda a documentação de que disponham, indispensável ao esclarecimento da causa.

3 – Após, por atos de Secretaria;

3.1 – **INTIME-SE** a PARTE AUTORA para se manifestar sobre a contestação e indicar, justificadamente, as provas que pretende produzir (05 dias), já devendo juntar a documental.

3.2 – **INTIMEM-SE** os RÉUS para indicarem, justificadamente, as provas que pretendem produzir, já devendo juntar a documental.

3.3 – Sem justificativa, as provas indicadas serão indeferidas, passando-se ao julgamento do processo.

4 – VISTAS ao MPF.

5 – Ao final, conclusos para saneamento ou sentença.

P.R.I.

Montes Claros, 03/09/2013.


ALEXANDRE FERREIRA INFANTE VIEIRA
 Juiz Federal

Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2013/09/vitoria-da-constituicao-juiz-reconhece-erro-volta-atras-e-garante-direito-dos-xakriaba>>. Acesso em: 5 set. 2013.

ANEXO F

Patrícia Bonilha, de Brasília – CIMI

Como vários povos indígenas Brasil afora que estão cansados de esperar que o governo federal cumpra as determinações da Constituição Federal em relação às demarcações de seus territórios tradicionais, no dia 1º de setembro, cerca de 300 indígenas Xakriabá retomaram mais uma parte do seu território tradicional. A área retomada é a Fazenda São Judas, que possui 6.000 hectares e está localizada na comunidade denominada Vargem Grande, na região do Vale do Peruçu no município de Itacarambí, no norte de Minas Gerais. A Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciou os estudos de identificação dessas áreas no ano de 2007. O estudo antropológico de identificação e o levantamento fundiário das áreas reivindicadas já foram concluídos e constataram que a área é indígena. No entanto, os procedimentos de publicação e demarcação ainda não foram efetuados. Esta não publicação tem sido motivo de um acirramento dos conflitos na região. Com o objetivo de garantirem os seus direitos, os indígenas reivindicam a publicação imediata do Relatório de Identificação da TI Xakriabá e a efetiva regularização do território tradicional do seu povo. Na tarde do dia seguinte à ocupação (2/9), o fazendeiro Pedro Luiz Cezarine, juntamente com seus dois filhos, chegaram de avião particular nas proximidades da fazenda. Neste momento o clima ficou bastante tenso pois, mesmo na presença de policiais militares, os ditos proprietários da fazenda fizeram sérias ameaças aos índios, dizendo que se eles não se retirassem de forma pacífica “a coisa poderia ficar feia”. Segundo o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Leste, Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que tem um escritório em Itacarambí, tem incitado os fazendeiros a reagir com violência contra os indígenas. “O processo de estudo da área e o levantamento de benfeitorias vinha caminhando com celeridade até o início de 2012 mas, a partir da investida da CNA, o processo parou”, afirma ele. Oliveira conta ainda que a CNA contratou uma antropóloga para fazer um laudo contestando o relatório da própria Funai. “Este laudo foi enviado à Funai em abril deste ano. Ele foi feito pela mesma antropóloga fazendeira do Mato Grosso do Sul que fez estudos contra os Guarani Kaiowá, afirmando que as áreas que eles ocupam não é terra indígena”, acrescenta. Devido ao clima tenso, os Xakriabá solicitam a presença da Polícia Federal e da Funai na área e que medidas de segurança e proteção sejam tomadas a fim de evitar danos maiores. Eles também demandam apuração dos casos de violência ocorridos a partir de 2011, quando os conflitos se acirraram, e a melhoria do atendimento de saúde indígena. Leia abaixo a carta do povo Xakriabá:

Comunicado do Povo Xakriabá às autoridades e pedido de providências

Território Xakriabá, São João das Missões MG, 02 de Setembro 2013.

Nós, Caciques, lideranças e povo Xakriabá viemos através desta comunicar as nossas reivindicações no que se refere ao processo de demarcação das áreas reivindicadas pelo nosso povo. Neste domingo (01), definimos pela retomada de mais uma parcela do nosso território. A área que retomamos é a Fazenda São Judas Tadeu, composta por 6.000 (seis mil) hectares no Município de Itacarambí, no norte de Minas Gerais. A Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciou os estudos de identificação dessas áreas como parte integrante do nosso Território no ano de 2007. Desde então, o acirramento dos conflitos vem aumentando constantemente na região. Fazendeiros têm feito constantes ameaças às nossas lideranças indígenas. O Estudo Antropológico de Identificação realizado pela Funai, juntamente com o levantamento fundiário das áreas reivindicadas já foi concluído, no entanto os procedimentos de publicação e demarcação ainda não foram efetuados. Vivemos em constante tensão mas, infelizmente, não dispomos de alternativas a não ser lutar para garantir que os nossos direitos sejam efetivados. A morosidade dos órgãos competentes em resolver o nosso problema territorial tem nos colocado constantemente à mercê da violência e fúria de fazendeiros e do próprio Estado Brasileiro. Não queremos violência. O que solicitamos é uma intervenção do estado de Minas Gerais e do governo federal no sentido de reparar os danos históricos causados ao nosso povo, agindo em favor dos nossos direitos e cumprindo o seu papel de acordo com o que está estabelecido na Constituição Federal nos artigos 231 e 232 e nos acordos internacionais, a exemplo da Convenção 169, da qual o Brasil é signatário. Diante do exposto, informamos que estamos correndo riscos de vida e pedimos as seguintes providências para a demarcação de nossa terra tradicional: Publicação imediata do Relatório de Identificação da TI Xakriabá, no sentido de efetivar o quanto antes a regularização do território Xakriabá; Celeridade na apuração dos casos de violência ocorridos desde 2011, quando se agravaram os conflitos contra os Xakriabá; Respeito e melhoria no atendimento e na destinação de recursos para a saúde da população indígena.

Fonte: Patrícia Bonilha, de Brasília – CIMI

Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/?p=indigenas_detalle&id_afro=10607>. Acesso em: 4 set. 2013.

ANEXO G

domingo, 22 de setembro de 2013



CLIMA TENSO: Juiz Federal defere liminar de reintegração de posse e ruralistas realizam ato contra FUNAI e Povo Xakriabá

Apesar da insistência para que fosse realizada audiência de justificação e das alegações do MPF e da FUNAI que levaram para os autos elementos comprobatórios de que a Fazenda São Judas encontra-se inserida no território Tradicional do Povo Xakriabá cujo processo de demarcação já se encontra bastante avançado, o Juiz Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Montes Claros, Dr. Alexandre Ferreira Infante Vieira deferiu novamente a liminar em favor dos invasores brancos e pela desocupação da área retomada.

Ontem(21) a associação dos fazendeiros realizarão um manifesto na cidade de Itacarambi contra a demarcação das áreas reivindicadas pelo povo Xakriabá. Esta ação está sendo articulada com a participação de políticos e tememos pelo desfecho. Penso que é preciso agirmos com urgência a fim de preservarmos a integridade física dos índios Xakriabá.

O clima está tenso, muito tenso. Da forma que os índios Xakriabá estão sendo expostos no município de Itacarambi e região, penso que todos serão caçados como se fossem animais. Grande parte da população de Itacarambi está se armando, são grandes os riscos e precisamos com urgência mobilizar os órgãos competentes, parceiros e aliados a fim de evitarmos uma tragédia.

Cimi Leste II, site oficial em setembro de 2013

ANEXO H

EU TAMBÉM SOU XAKRIABÁ!Um pouco da história do Povo Xakriabá

Como todos os povos indígenas do Brasil sua história passa a ser contada a partir da origem de seu nome. E com o povo Xakriabá não é diferente. É definido pelo Handbook of Soth American Indians [1] como filiados ao tronco linguístico jê, e subdivisão Akwên originários da parte meridional das terras entre o Rio São Francisco e o rio Tocantins.

De acordo Darcy Ribeiro e Benedito Presia, o povo Xakriabá está relacionado aos grupos indígenas, Xavante e ao Xerente, ocupando a bacia do Tocantins, desde o sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do Rio São Francisco ao Araguaia.

O Povo Xakriabá habita a região do Médio São Francisco no município de São João das Missões, norte de Minas Gerais, desde meados do século VXII, no qual encontramos registro dos primeiros contatos entre colonizadores e índios nesta região.

Relatos desse período nos mostram fatos em que o bandeirante paulista Matias Cardoso de Almeida, um dos mais famosos caudilhos da época, juntamente com seu filho Januário Cardoso, seu primo Manoel Francisco de Toledo, e o seu cunhado, o paulista Gonçalves Figueira, numa expedição legal, composta de 57 homens conforme vinha enunciada na patente de Capitão-Mor, concedia a Matias Cardoso de Almeida a conquista de nações gentílicas e bravas, “praia” de indígenas e quilombos, tendo cumprido as determinações “mestre-de-Campo” e governador absoluto da guerra dos “bárbaros” passou a dedicar-se a debelar aldeias indígenas, ao longo do rio São Francisco.

Já nomeado “administrador das Aldeias”, foi informado por um de seus descendentes, que “encontraram um grande número de indígena na embocadura de um tributário do rio São Francisco”. Montaram acampamento na ilha do Capão e ficaram alguns dias a espreitar, de onde avistaram um grupo de índios na foz do rio Itacarambi. Saíram em perseguição aos nativos, e no dia 24 de junho de 1.695, surpreenderam a

tribo dos Shariabás [...], aldeados às margens do Itacarambi, a uma distância de duas léguas e meia da desembocadura do rio. Fizeram-lhe a princípio guerra e, em seguida, porém, trataram com eles e firmaram pazes [3].

Já instalado em terras indígenas Matias Cardoso de Almeida foi o propulsor dos conflitos pela disputa da terra, já que o bandeirante se intitulou dono da área que os Xakriabá ocupavam. Negros fugitivos das minas também eram acolhidos pelos índios, através de alianças para enfrentar a fúria dos colonizadores.

Com a ameaça dos Cayapó na região do Brejo do Salgado, atualmente a cidade de Januária, os Xakriabá fizeram um pacto com Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso, contribuindo assim na luta pela expulsão dos Cayapó Meridional da região. Em troca, ganharam uma doação de terras, que se estendia das margens do Rio Itacarambi até o Rio Peruaçu, registrado em cartório de Januária e Ouro Preto (vide anexo documento de doação).

Por um período, os Xakriabá viveram relativa tranquilidade em suas terras, apesar da imposição religiosa e cultural. Lentamente as suas terras foram sendo ocupadas por fazendeiros, que não aceitavam a sua existência enquanto povo indígena.

Disponível em: <blogspot eutambem sou xakriaba>. Acesso em:



CARTA IMAGEM DA TERRA INDÍGENA XAKRIABÁ - SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MINAS GERAIS



LEGENDA

Limite T.I.	Madroços calcários	Pivô - irrigação	Posto de Saúde	Barramento
Estradas vicinais	Curso d'água	Área de cultivo	Cemitério	Caverna
Limite municipal	Aldeia	Escola	Marco Topográfico	Popo tubular
		Casa de Cultura		Cabeça d'água

BASE CARTOGRÁFICA

Mapa de Situação Geral - Área reivindicada em estudo
 Org: Silva, Cássio A, 2012 - Elab: Veloso, Gabriel A, 2012.
 Imagens de satélite fonte: Google Earth - Image © 2014 - Digital Globe -
 © 2014 - Cnes/Spot-Image Landsat
 Data das imagens: 15/01/2010 - 21/11/2009 e 14/02/2010



CARTA IMAGEM DA TERRA INDÍGENA XAKRIABÁ - SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MINAS GERAIS

Mapa de Situação Geral

Minas Gerais

São João das Missões

Mapa da área

BASE CARTOGRÁFICA

Mapa de Situação Geral - Área reivindicada em estudo

Org: Silva, Cássio A, 2012 - Elab: Veloso, Gabriel.A, 2012.

Imagens de satélite fonte: Google Earth - Image © 2014 - Digital Globe -

©2014-Cnes/Spot-image Landsat

Data das imagens: 15/01/2010 – 21/11/2009 e 14/02/2010